



A presente instituição aderiu ao
Código ANBIMA de Regulação
e Melhores Práticas para os
Fundos de Investimento.

Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO

CNPJ/MF nº 11.793.914/0001-73

Administração e Gestão: Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities
Distribuição: Banco Industrial e Comercial S.A.

Classificação ANBID: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Código ISIN das Quotas Sênior: BRFBCCTF007
Rating das Quotas Sênior: Standard & Poor's "brAAA"

Distribuição pública de até 192.500 (cento e noventa e duas mil e quinhentas) quotas sênior da primeira emissão ("Quotas Sênior") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Bicbanco Crédito Corporativo ("Fundo") no valor de até:

R\$ 192.500.000,00

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito (conforme adiante definido) detidos pelo BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.048, 11º andar, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.450.604/0001-89 ("BICBANCO" ou "Cedente") e originados em decorrência de operações de mútuo celebradas entre o Cedente e pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Brasil, que sejam empresas de médio porte ("Direitos de Crédito", "Operações de Mútuo" e "Clientes", respectivamente). Para maiores esclarecimentos e informações sobre a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, vide Seção 5 deste Prospecto.

O Fundo, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, possui a CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08 na qualidade de administrador e gestor do Fundo ("Administrador" e "Gestor"), possuindo a devida autorização para administração de fundos de investimento pela COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM").

A Primeira Emissão (conforme adiante definida) é composta por até 192.500 (cento e noventa e duas mil e quinhentas) Quotas Sênior, com preço inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, totalizando o montante de até R\$ 192.500.000,00 (cento e noventa e dois milhões e quinhentos mil reais) e até 57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentas) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas" e, em conjunto com as Quotas Sênior, as "Quotas"), com preço inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, totalizando o montante de até R\$ 57.500.000,00 (cinquenta e sete milhões e quinhentos mil reais), totalizando a Primeira Emissão o montante de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Primeira Emissão"), de forma que o patrimônio inicial do Fundo, após a integralização de todas as Quotas da Primeira Emissão, será de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Não há valor mínimo de colocação de Quotas no âmbito da Primeira Emissão.

As Quotas Sênior são objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado e organizado ("Oferta"), que será conduzida pelo BICBANCO, já qualificado, autorizado a realizar a distribuição de títulos e valores mobiliários pela CVM. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão integralmente subscritas e integralizadas pelo Cedente, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, conforme adiante definido, sendo admitida a integralização total ou parcial de Quotas Subordinadas do Fundo com Direitos de Crédito, nos termos da regulamentação aplicável e do Regulamento do Fundo ("Regulamento").

Em 7 de abril de 2010, o Fundo teve sua constituição aprovada por ato exclusivo do Administrador. O ato do Administrador e o Regulamento foram registrados no 8º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo, em 7 de abril de 2010, sob o nº 1216761. O Regulamento sofreu alterações em 18 de maio de 2010, tendo sido averbado perante o mesmo 8º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 1220072.

A Oferta foi registrada na CVM, em 23 de junho de 2010, sob nº CVM/SRE/RFD/2010/014, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM nº 356/01"), e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários.

A autorização para funcionamento do Fundo e/ou venda das Quotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador ou demais instituições prestadoras de serviços.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo do Fundo será atingido.

Os investidores devem ler a Seção 3 - Fatores de Risco deste Prospecto, nas páginas 34 a 41.

O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas.

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Quotistas.

O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, do Custodiante, Escriturador, do Cedente, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC bem como de qualquer mecanismo de seguro.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém, não o substitui. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas relativas ao objetivo, à política de investimento e à composição da carteira de investimentos do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto que tratam dos Fatores de Risco a que o Fundo está exposto.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá declarar, por meio de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Bicbanco Crédito Corporativo, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência das disposições contidas neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de

Compromisso de Compra de Quotas Sênior, especialmente aquelas referentes aos objetivos do Fundo, a sua política de investimento, à composição da carteira, à taxa de administração devida ao Administrador, aos riscos associados ao seu investimento no Fundo, aos termos e condições para exercício do Direito de Venda (inclusive os requisitos para que o Quotista seja elegível ao Direito de Venda de Quotas Sênior previsto no Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior), e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável aos rendimentos auferidos pelos Quotistas do Fundo residentes no Brasil depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a uma tributação mais onerosa sobre a rentabilidade dos Quotistas, vide Seção 4.22 – Regras de Tributação do Fundo, deste Prospecto.

A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador.

ESTRUTURAÇÃO, ORIGINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO



CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO



AUDITORIA



A data deste Prospecto é 15 de junho de 2010.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES.....	7
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA.....	23
2.1. Características da Oferta	25
2.2. Negociação das Quotas	30
2.3. Custos da Oferta	30
2.4. Prestadores de serviços ao Fundo	31
2.5. Outras Informações	32
2.6. Declarações do Administrador e do Coordenador da Oferta.....	32
3. FATORES DE RISCO	34
3.1. Riscos de mercado dos Ativos Financeiros.....	36
3.2. Riscos de crédito dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros.....	36
3.3. Risco relacionado à origem e regularidade dos Direitos de Crédito.....	37
3.4. Riscos de liquidez.....	38
3.5. Riscos operacionais envolvendo o Fundo	38
3.6. Riscos de descontinuidade.....	39
3.7. Outros riscos.....	40
3.8. Gerenciamento de Riscos.....	41
4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO	43
4.1. Forma, prazo de duração e base legal	45
4.2. Público-alvo e valor mínimo de investimento	45
4.3. Administração e gestão.....	45
4.4. Controladoria, Custódia Qualificada e Escrituração das Quotas.....	48
4.5. Agência Classificadora de Risco e Classificação de Risco das Quotas	50
4.6. Auditores Independentes e Agente Cobrador	50
4.7. Objetivo de investimento	52
4.8. Política de investimento e composição da Carteira	52
4.9. Reserva de Liquidez	53
4.10. Características, direitos, condições de emissão, subscrição e integralização das Quotas.....	53
4.11. Pagamento de rendimentos, amortização e resgate das Quotas da Primeira Emissão	56
4.12. Hipóteses e procedimentos de resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento	58
4.13. Assembléia Geral.....	59
4.14. Critérios de avaliação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira	63
4.15. Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação Antecipada e Eventos de Exercício	64
4.16. Direito de Venda de Quotas Sênior	69
4.17. Amortização Extraordinária para fins de reenquadramento da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento	75
4.18. Política de divulgação de informações relativas ao Fundo	75
4.19. Atendimento aos Quotistas.....	76
4.20. Taxa de administração e demais encargos do Fundo	76

4.21. Ordem de Alocação dos Recursos do Fundo.....	78
4.22. Regras de tributação do Fundo.....	79
4.23. Mecanismos de reforço de crédito.....	81
4.24. Política de exercício de direito de voto	82
4.25. Sumário dos contratos relevantes celebrados pelo Fundo	82
5. OS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS AO FUNDO	85
5.1. Procedimentos de oferta de Direitos de Crédito e formalização da Cessão	87
5.2. Resolução da Cessão dos Direitos de Crédito.....	94
5.3. Recompra dos Direitos de Crédito	95
5.4. Cobrança dos Direitos de Crédito e Condições de Negociação Junto aos Clientes	95
5.5. Eventos de Avaliação Contratual e de Resilição Contratual Aplicáveis ao Contrato de Cessão	98
5.6. Informações sobre os Direitos de Crédito	100
5.7. Informações sobre Inadimplementos, Perdas e Pré-pagamentos	102
6. O CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO	108
6.1. Breve Descritivo do Cedente.....	110
6.2. Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas do Cedente.....	111
6.3. Capital Social	118
6.4. Atividades do Cedente	119
6.5 Administração.....	119
7. O IFC	122
7.1. Breve Descritivo do IFC.....	125
7.2. Capital Social	125
7.3. Convênio	125
7.4. Condição Legal, Imunidades e Privilégios	125
8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA.....	127
8.1. Informações sobre as Partes	129
8.2. Relacionamento entre as Partes.....	131
 ANEXOS	
ANEXO I Cópia do ato de constituição do Fundo	136
ANEXO II Cópia do ato de Primeira Alteração do Regulamento e que aprovou a Primeira Emissão e do Regulamento Consolidado	138
ANEXO III Relatório de classificação de risco das Quotas Sênior.....	274
ANEXO IV Cópia do Contrato de Promessa de Cessão de Créditos.....	287
ANEXO V Cópia da tradução juramentada do <i>Senior Quotas Purchase Commitment Agreement</i>	333
ANEXO VI Declaração do Coordenador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03	359
ANEXO VII Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03	360

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

1. DEFINIÇÕES

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08.
Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, 18º andar, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Quotas Sênior.
Alocação Mínima de Investimento	Alocação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito.
Amortização Extraordinária	Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Alocação Mínima de Investimento.
Anúncio de Encerramento	O anúncio de encerramento da Oferta Pública das Quotas Sênior da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo.
Anúncio de Início	O anúncio de início da Oferta Pública das Quotas Sênior da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
Ativos Financeiros	(i) Títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do Banco Central; (iii) operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central; e (iv) certificados de depósito bancário pós fixados com liquidez diária de instituições financeiras, com classificação de risco (<i>rating</i>) fornecido pela Agência Classificadora de Risco igual ou superior à classificação de risco (<i>rating</i>) das séries de Quota Sênior em circulação no momento da alocação; os quais poderão compor o Patrimônio Líquido do Fundo que não seja alocado em Direitos de Crédito, observada a Alocação Mínima de Investimento.
Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de <i>Rating</i>	(i) Qualquer avaliação dos Procedimentos Internos de Rating que seja realizada pelo Avaliador Independente nos termos do item 10.7 do

Regulamento, a ser realizada por amostragem, com base em informações de Clientes e Direitos de Crédito, e/ou (ii) qualquer avaliação de observância das Condições de Cessão pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Avaliador Independente

Avaliador a ser contratado pelo Cedente para realização da Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating, nos termos do item 10.7 do Regulamento.

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º33, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º57.755.217/0001-29, empresa de auditoria contratada pelo Fundo para realizar a auditoria de suas demonstrações financeiras.

Banco Central

Banco Central do Brasil.

Benchmark

Parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior. O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior, correspondente à Taxa DI acrescida de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano. Caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior, a partir do Dia Útil seguinte à Data de Liquidação, o Benchmark aplicável às Quotas Sênior passará a ser composto pela Taxa DI acrescida de sobretaxa (*spread*) equivalente ao maior valor entre (i) 2% (dois por cento) ao ano, e (ii) a Sobretaxa Original dividida por 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) ao ano, conforme será informado aos Quotistas na Comunicação de Evento de Exercício.

BIC Corretora

BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A., sociedade registrada perante o Banco Central do Brasil, não sendo operacional. Exerce a função de acionista do Cedente.

BM&FBOVESPA

BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.

Carteira

Carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros.

Cedente ou BICBANCO

Banco Industrial e Comercial S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.048, 11º andar, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 07.450.604/0001-89, como originador e cedente de Direitos de Crédito ao Fundo.

Cédula de Crédito Bancário ou CCB

Documento em que é formalizada a Operação de Mútuo entre Cedente e Cliente.

CETIP

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Cientes	Pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Brasil que celebram Operações de Mútuo com o Cedente, sendo os devedores dos Direitos de Crédito. Os Cientes serão, necessariamente, empresas de médio porte (<i>middle market</i>).
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas	Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente.
Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas	Comunicação a ser enviada pelo Cedente e pelo Administrador ao IFC após o cumprimento da totalidade das Condições Suspensivas do Direito de Venda, na forma do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior.
Comunicação de Eficácia	Comunicação a ser enviada pelo IFC ao Administrador e ao Cedente, confirmando o início da eficácia do Direito de Venda de Quotas Sênior.
Comunicação de Evento de Exercício	Comunicação a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas Sênior e ao IFC através de (i) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, e (ii) correspondência a ser enviada aos Quotistas Sênior por meio de carta com aviso de recebimento, e ao IFC via fax (seguida imediatamente pelo envio de carta com aviso de recebimento), comunicando a ocorrência do Evento de Exercício, para que os Quotistas titulares de Quotas Sênior possam, a seu exclusivo critério, exercer a Direito de Venda de Quotas Sênior, e o novo Benchmark que entrará em vigor no primeiro Dia Útil após a Data de Liquidação (caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior).
Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior	Comunicação, por escrito, e em caráter irrevogável e irretratável, a ser enviada ao Administrador pelos titulares de Quotas Sênior que desejem exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior em caso de acontecimento de um Evento de Exercício, substancialmente nos termos do Anexo VI do Regulamento.
Coordenador Líder	Banco Industrial e Comercial S.A., já qualificado.
Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas	Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente.
Condições de Cessão	Condições de cessão dos Direitos de Crédito, as quais deverão ser verificadas e atendidas pelo Cedente antes de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo. O Cedente será o único responsável pela verificação e

atendimento das Condições de Cessão.

Condições Suspensivas do Direito de Venda	Condições que devem ser implementadas para início da eficácia do Direito de Venda de Quotas Sênior, nos termos do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior e do item 18.1.1 do Regulamento.
Confirmação de Exercício	Comunicação por escrito a ser enviada pelo Administrador aos Quotistas titulares de Quotas Sênior que houverem exercido o Direito de Venda de Quotas Sênior, substancialmente nos termos do Anexo VII do Regulamento, por meio de carta com aviso de recebimento, confirmando o exercício regular do Direito de Venda de Quotas Sênior por tal Quotista, o número de Quotas Sênior que serão objeto de aquisição pelo IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior, e confirmando a Data de Liquidação.
Conta Autorizada do Fundo	Conta corrente mantida pelo Fundo junto ao Custodiante, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito, inclusive os recursos provenientes da cobrança e execução das Garantias e da qual serão retirados os recursos necessários para a aquisição dos Direitos de Crédito.
Conta Centralizadora do Cedente	Conta de titularidade do Cedente, mantida junto ao Cedente, na qual são inicialmente recebidos os valores devidos pelos Clientes em decorrência das Operações de Mútuo. A operacionalização da Conta Centralizadora é realizada única e exclusivamente pelo Cedente.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Cedente.
Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior	Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, a ser celebrado entre o Fundo, o Cedente e o IFC, cuja eficácia encontra-se suspensa até o cumprimento integral das Condições Suspensivas, no qual são estabelecidos os termos e condições para vigência e exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior.
Contrato de Escrituração	Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento, celebrado entre o Fundo e o Escriturador.
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Quotas Sênior da 1ª Emissão, celebrado entre o Fundo e o Coordenador Líder.
Contrato de Promessa de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente, com interveniência do Custodiante, estabelecendo os termos e condições observados para a

	realização das operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.
Crítérios de Elegibilidade	Crítérios de elegibilidade verificados pelo Custodiante e observados pelo Cedente para a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.
Custodiante	ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	Data em que o Quotista titular de Quotas Sênior deverá submeter ordem de venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda através do SF e o IFC deverá submeter ordem de compra das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda perante o SF, que ocorrerá 10 (dez) Dias Úteis após a data de envio do Relatório de Exercício do Direito de Venda e da Confirmação de Exercício pelo Administrador.
Data de Pagamento da Aquisição	Data de pagamento, pelo Cedente, dos recursos relativos à aquisição da totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, na hipótese de exercício do Direito de Aquisição previsto no Contrato de Promessa de Cessão, conforme disposto no item 19.2.6 do Regulamento.
Data de Resgate	Data em que houver o último pagamento de amortização das Quotas Sênior de cada série, conforme cronograma previsto no Suplemento referente a cada série de Quotas.
Data de Verificação	Cada data em que seja apurada a Razão de Garantia pelo Administrador na forma do item 12.7 do Regulamento.
Data de Verificação de Limites Máximos de Concentração	Último Dia Útil de cada mês.
Data(s) de Amortização	Cada data em que houver pagamento de amortização das Quotas, conforme cronograma previsto no Suplemento referente a cada série de Quotas.
Descumprimento de Obrigação de Conduta	Descumprimento caracterizado pela entrega pelo IFC ao Cedente e ao Administrador de comunicação por escrito informando que o Cedente descumpriu qualquer uma das Obrigações de Conduta.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nacionalmente. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento não sejam Dia Útil, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.

Direito de Aquisição	Direito do Cedente de adquirir a totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme previsto no Contrato de Promessa de Cessão. O Direito de Aquisição poderá ser exercido a exclusivo critério do Cedente, caso as condições do mercado tornem as operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo onerosas do ponto de vista do Cedente.
Direito de Venda de Quotas Sênior	Faculdade do Quotista titular de Quotas Sênior emitidas pelo Fundo na Primeira Emissão de vender as Quotas Sênior de sua titularidade em razão da ocorrência de um Evento de Exercício, observado o disposto no Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior.
Direitos de Crédito	Direitos de crédito consubstanciados em parcelas a vencer das Operações de Mútuo (em taxas pré fixadas ou vinculadas à Taxa DI) contratadas entre o Cedente e os Clientes que atendam aos Critérios de Elegibilidade, às Condições de Cessão e que sejam cedidos pelo Cedente ao Fundo nos termos do Contrato de Promessa de Cessão.
Direitos de Crédito Inadimplidos	Em qualquer data de verificação, a totalidade dos Direitos de Crédito que possuírem uma ou mais parcelas vencidas e não pagas pelos respectivos Clientes nas respectivas datas de vencimento.
Documentos Comprobatórios	Documentos que evidenciam e comprovam a existência, validade e exequibilidade das Operações de Mútuo, quais sejam, as Cédulas de Crédito Bancário e quaisquer instrumentos de constituição das Garantias.
Documentos da Operação	Regulamento, Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, este Prospecto, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, e Contrato de Promessa de Cessão.
Escriturador	Na Primeira Data de Emissão, a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. ("ITAUCOR"), instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
Eventos de Avaliação	Qualquer dos eventos descritos no item 19.1 do Regulamento que podem dar ensejo à adoção de medidas para minimizar potenciais riscos ao Fundo ou à liquidação antecipada do Fundo.
Evento de Exercício	Primeira vez em que os eventos descritos no item 18.2 do Regulamento ocorrerem de forma simultânea, durante o Período de Vigência do Direito de Venda, cuja ocorrência possibilitará aos Quotistas Sênior exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, a seu exclusivo critério, observadas as

	condições previstas no Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior.
Eventos de Extinção do Direito de Venda	Tem o significado atribuído no item 18.6 do Regulamento.
Eventos de Liquidação Antecipada	Quaisquer dos eventos descritos no item 19.2 do Regulamento que podem dar ensejo à liquidação antecipada do Fundo.
Efeito Material Adverso	Significa um efeito material adverso, (i) no Cedente e/ou no Fundo, ou seus respectivos ativos ou propriedades; (ii) nas perspectivas de negócios ou na condição financeira do Cedente e/ou do Fundo; (iii) na condução dos negócios ou operações do Cedente e/ou do Fundo; (iv) na habilidade do Cedente de cumprir as obrigações previstas no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior ou em qualquer outro contrato entre o Cedente e o IFC; ou (v) na habilidade do Cedente e/ou do Fundo de cumprirem suas respectivas obrigações previstas em qualquer Documento da Operação do qual sejam parte.
Exposições em Aberto	Diferença positiva, se houver, entre o valor das Exposições de Risco, e o valor total das provisões constituídas pelo Fundo relacionadas aos Direitos de Crédito.
Exposições de Risco	Somatório dos Direitos de Crédito com classificação "E", "F", "G" ou "H", de acordo com a Resolução 2.682/99.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo.
Garantia	Qualquer garantia real ou fidejussória que tenha sido constituída pelos Clientes ou por terceiros objetivando garantir o pagamento das Operações de Mútuo.
Gemini Holding	Gemini Holding S.A., sociedade holding, constituída e existente de acordo com as Leis do Brasil, acionista do Cedente.
Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador	Hipóteses em que a substituição do Cedente da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito será obrigatória na forma do Contrato de Promessa de Cessão.
IFC	International Finance Corporation – organização internacional estabelecida de acordo com seus <i>Articles of Agreement</i> entre seus países membros, inclusive a República Federativa do Brasil.
Índice de Exposição a Empréstimos em	Percentual a ser calculado pelo Administrador no último Dia Útil de cada

Aberto	mês, resultante da divisão entre (i) Exposições em Aberto, dividido pelo (ii) valor total das Quotas Subordinadas.
Índice de Prestações Inadimplidas de 30 dias	Percentual, definido na forma do Regulamento, de Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 15 (quinze) dias, inclusive, e inferior a 30 (trinta) dias, inclusive, a ser apurado conforme previsto no Regulamento.
Índice de Prestações Inadimplidas de 60 dias	Percentual, a ser definido na forma do Regulamento, de Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 31 (trinta e um) dias, inclusive, e inferior a 60 (sessenta) dias, inclusive, a ser apurado conforme previsto no Regulamento.
Índice de Prestações Inadimplidas de 90 dias	Percentual, a ser definido na forma do Regulamento, de Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 61 (sessenta e um) dias, inclusive, e inferior a 90 (noventa) dias, inclusive, a ser apurado conforme previsto no Regulamento.
Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 dias	Percentual, a ser definido na forma do Regulamento, de Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 91 (noventa e um) dias, inclusive, a ser apurado conforme previsto no Regulamento.
Índices	Em conjunto, o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto, Índice de Prestações Inadimplidas de 30 dias, Índice de Prestações Inadimplidas de 60 dias, Índice de Prestações Inadimplidas de 90 dias e o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 dias.
Instrução CVM n.º 356/01	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme posteriormente alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme posteriormente alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada.
Investidores Qualificados	Pessoas físicas, jurídicas e demais espécies de investidores definidos de acordo com o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, além dos fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, ainda que não destinados exclusivamente a investidores qualificados e que sejam autorizados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
Limites Máximos de Concentração	Limites a serem observados para as Operações de Mútuo que compõem o patrimônio do Fundo, conforme estabelecidos no Anexo III do Regulamento,

sem prejuízo do atendimento dos demais parâmetros fixados pelo artigo 40-A da Instrução CVM n.º 356/01.

MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, mantido e operacionalizado pela CETIP.
Novas Quotas	As Quotas objeto de novas séries de Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão, observado que, para fins do Regulamento, as Novas Quotas, quando emitidas, serão referidas simplesmente como Quotas.
Obrigações de Conduta	Obrigações assumidas pelo Cedente nos termos da Cláusula 5.01 (Práticas Sancionáveis) e 5.02 (Normas Contra Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento a Terrorismo. Bancos de Fachada) do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior.
Oferta ou Oferta Pública	Distribuição pública de Quotas Sênior.
Operações de Mútuo	Operações de empréstimo e financiamento celebradas entre o Cedente e os Clientes pelas quais estes recebem capital de giro para suas atividades, sendo que tais operações são formalizadas por meio da assinatura de Cédulas de Crédito Bancário e podem contar com determinadas Garantias.
Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas	Valor das prestações de Direitos de Crédito vencidas e não pagas pelos respectivos Clientes nas respectivas datas de vencimento, durante cada mês calendário.
Patrimônio Líquido do Fundo	Soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.
Período de Acumulação de <i>Benchmark</i>	Período compreendido entre uma Data de Amortização, inclusive, e a Data de Amortização subsequente, exclusive, exceto com relação ao primeiro Período de Acumulação de Benchmark, o qual iniciar-se-á na Primeira Data de Emissão, inclusive, e o último Período de Acumulação de Benchmark, o qual encerrar-se-á na data do resgate integral da última série de Quotas Sênior do Fundo, exclusive.
Período de Carência	Período de 1 (um) ano contado a partir da Primeira Data de Emissão.
Período de Vigência do Direito de Venda	Período compreendido entre (i) a data em que o IFC entregar uma Comunicação de Eficácia ao Cedente e ao Administrador, confirmando que as Condições Suspensivas foram implementadas, e (ii) a data em que ocorrer qualquer um dos Eventos de Extinção do Direito de Venda.
Período para Exercício do Direito de Venda	Prazo de 20 (vinte) dias contados da data de publicação da Comunicação de

de Quotas Sênior	Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, durante o qual os Quotistas titulares de Quotas Sênior poderão exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, a seu exclusivo critério, nos termos do Capítulo Dezoito do Regulamento e do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior.
Perdas	Apenas para os fins deste Prospecto, são as Operações de Mútuo vencidas e não pagas a mais de 180 (cento e oitenta) dias.
Política de Crédito do Cedente	Documento contendo a política de concessão e cobrança dos Direitos de Crédito observada pelo Cedente na origem, formalização e cobrança dos Direitos de Crédito, conforme descrita no Anexo IX do Regulamento.
Prazo de Colocação	Prazo de subscrição das Quotas Sênior objeto da Oferta Pública, conforme estabelece o item 12.8 do Regulamento.
Prazo para Pagamento aos Quotistas Dissidentes	Prazo de pagamento aos Quotistas dissidentes, a ser deliberado na Assembléia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, na forma do item 19.2.4 do Regulamento, que não poderá, em hipótese alguma, ser superior a 60 (sessenta) dias.
Prazo para Reenquadramento da Carteira	Para a primeira ocorrência de desenquadramento o período de 30 (trinta) dias, e para qualquer ocorrência de desenquadramento subsequente o período de 15 (quinze) dias após qualquer Data de Verificação de Limites Máximos de Concentração, durante o qual a Carteira do Fundo poderá permanecer desenquadrada em relação a qualquer dos Limites Máximos de Concentração, sem que o referido desenquadramento represente a ocorrência de um Evento de Avaliação. Durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira, o Fundo poderá realizar aquisições de Direitos de Crédito de acordo com o disposto no item 6.1.5 do Regulamento.
Prazo para Resgate Antecipado	Prazo para que ocorra o resgate antecipado integral das Quotas, que será (i) deliberado em Assembléia Geral, observado o prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, em caso de liquidação antecipada automática do Fundo na forma do item 19.2.1.1 do Regulamento, ou (ii) deliberado em Assembléia Geral que decidir pela liquidação antecipada do Fundo em qualquer outro caso.
Preço de Aquisição	Preço de aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, calculado a taxas de mercado, de acordo com o descrito no Contrato de Promessa de Cessão.
Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto	Preço a ser pago pelo IFC para cada titular de Quotas Sênior que exercer

do Direito de Venda	validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior nos termos do Regulamento, que corresponderá ao resultado da multiplicação do (i) Preço de Venda Unitário, pelo (ii) número de Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda vendidos por tal Quotista ao IFC.
Preço de Emissão	Preço de emissão inicial e unitário das Quotas no âmbito da Primeira Emissão.
Preço de Venda Unitário	Valor a ser pago pelo IFC por cada Quota Sênior adquirida através do Direito de Venda de Quotas Sênior, que corresponderá ao valor de cada Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Liquidação calculado de acordo com o disposto no Suplemento da Primeira Emissão.
Pré-pagamento	Operações de Mútuo integralmente quitadas em momento anterior à sua data de vencimento, com redução proporcional dos juros remuneratórios.
Primeira Data de Emissão	Data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas representativas da Primeira Emissão.
Primeira Emissão	Emissão da primeira série de Quotas do Fundo, composta por Quotas Sênior, Quotas Subordinadas e valores, conforme descrito no Suplemento referente à Primeira Emissão.
Primus Holding	Primus Holding S.A., sociedade holding, constituída e existente de acordo com as Leis do Brasil, acionista do Cedente.
Procedimento de Sustentabilidade do Cedente	Documento contendo os procedimentos de sustentabilidade adotados pelo Cedente "(MPG 10.000.R01)", datado de 13 de agosto de 2009.
Procedimentos Internos de Rating	Procedimentos internos do Cedente para classificação de risco das Operações de Mútuo, conforme disposto na Política de Crédito do Cedente.
Prospecto	Prospecto do Fundo, elaborado nos termos da regulamentação aplicável.
Quotas	Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
Quotas Sênior	Quotas Sênior de emissão do Fundo.
Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda	Tem o significado atribuído no item 18.3(iii)(a) do Regulamento.
Quotas Subordinadas	Quotas Subordinadas de emissão do Fundo.
Quotista	Titular de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas.
Quotista Sênior	Quotista titular de Quotas Sênior.

Razão de Garantia	<p>Resultado, na forma percentual, da divisão do valor das Quotas Subordinadas pelo valor total do Patrimônio Líquido do Fundo, na forma do Regulamento. A Razão de Garantia a ser observada pelo Fundo será determinada na forma do item 17.1.1 do Regulamento, em função da taxa média dos spreads sobre a Taxa DI das Operações de Mútuo que compõem a carteira de Direitos de Crédito do Fundo, conforme seguinte tabela.</p> <table> <tr> <th>Sobretaxa média acrescida à Taxa DI (em percentual ao ano)</th><th>Razão de Garantia Mínima do Fundo</th></tr> <tr> <td>8</td><td>23%</td></tr> <tr> <td>7</td><td>24%</td></tr> <tr> <td>6</td><td>25%</td></tr> <tr> <td>4,75</td><td>26%</td></tr> <tr> <td>3,75</td><td>27%</td></tr> <tr> <td>3</td><td>28%</td></tr> </table>	Sobretaxa média acrescida à Taxa DI (em percentual ao ano)	Razão de Garantia Mínima do Fundo	8	23%	7	24%	6	25%	4,75	26%	3,75	27%	3	28%
Sobretaxa média acrescida à Taxa DI (em percentual ao ano)	Razão de Garantia Mínima do Fundo														
8	23%														
7	24%														
6	25%														
4,75	26%														
3,75	27%														
3	28%														
Refinanciamento	Operações de Mútuo objeto de renegociação das condições inicialmente contratadas.														
Relatório de Exercício de Direito de Venda	Relatório a ser elaborado na forma do Anexo VIII do Regulamento pelo Administrador e encaminhado ao IFC, com cópia para o Cedente, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de encerramento do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior.														
Regulamento	Regulamento do Fundo e seus Anexos.														
Reserva de Liquidez	Reserva de liquidez constituída e mantida para fazer frente a despesas referentes às atividades operacionais do Fundo e amortizações de Quotas Sênior, observada a ordem de prioridades estabelecida no item 14.2.1 do Regulamento. O montante desta reserva deve corresponder, durante todo o prazo de vigência do Fundo, a 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.														
Resolução 2.682/99	Resolução CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme alterada de tempos em tempos.														
Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo	Tem o significado atribuído no item 6.3 do Regulamento.														
SERASA	Centralizadora dos Serviços dos Bancos S.A. (nova razão social de Serviços de Assessoria S.A.).														

SF	SF – Módulo de Fundos, mantido e operacionalizado pela CETIP.
Sobretaxa Original	Sobretaxa (spread) a ser somada à Taxa DI para cálculo do Benchmark das Quotas Sênior da Primeira Emissão, equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano.
Suplemento	Suplemento ao Regulamento que descreve as características de cada série de Quotas, a ser elaborado em observância ao modelo constante do Anexo I do Regulamento.
Taxa de Administração	Remuneração mensal devida ao Administrador.
Taxa DI	Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, <i>Extra Grupo</i> , calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis).
Termo de Adesão	“Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo”, elaborado na forma do Anexo IV do Regulamento, a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como nos Documentos da Operação.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão objeto da Oferta, a ser realizada exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão organizado e não organizado.

O Cedente assumirá o papel de coordenador da Oferta, a qual será conduzida sob o regime de melhores esforços de colocação, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta.

A Oferta poderá ser concluída mediante distribuição parcial das Quotas Sênior da Primeira Emissão, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Quotas Sênior a serem colocadas no âmbito da Oferta. As Quotas Sênior não colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pelo Administrador.

O prazo de colocação das Quotas Sênior é de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, o qual poderá ser prorrogado pela CVM a pedido do Administrador.

2.1.2. Público alvo da Oferta

A Oferta é destinada a Investidores Qualificados e a fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, ainda que não destinados exclusivamente a Investidores Qualificados e que sejam autorizados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

O investimento nas Quotas Sênior não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez em seus títulos, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas Sênior no mercado secundário, e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios e/ou aos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas Sênior

A Oferta das Quotas Sênior da Primeira Emissão foi registrada na CVM, em 23 de junho de 2010, sob n.º CVM/SER/RFD/2010/014, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, observadas as disposições da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas Sênior da Primeira Emissão e da Oferta

A Primeira Emissão é composta por até 250.000 (duzentas e cinquenta mil) quotas, sendo até 192.500 (cento e noventa e duas mil e quinhentas) Quotas Sênior e até 57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentas) Quotas Subordinadas.

A Oferta é composta por até 192.500 (cento e noventa e duas mil e quinhentas) Quotas Sênior. As Quotas Subordinadas não

serão objeto de distribuição pública e serão integralmente subscritas e integralizadas pelo Cedente, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo admitida a integralização total ou parcial de Quotas Subordinadas do Fundo com Direitos de Crédito, nos termos da regulamentação aplicável e do Regulamento. Em caso de integralização total ou parcial de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito, o valor a ser atribuído pelo Fundo aos Direitos de Crédito dados em pagamento será calculado da mesma forma do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, caso o valor da Quota Subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

2.1.5. Preço de Emissão e Preço de Integralização das Quotas da Primeira Emissão

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão é de R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota na Primeira Data de Emissão, totalizando a Oferta o montante de até R\$ 192.500.000,00 (cento e noventa e dois milhões e quinhentos mil reais) na Primeira Data de Emissão.

A integralização das Quotas será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto no Regulamento.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas da Primeira Emissão

As Quotas Sênior serão objeto da Oferta e deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, o qual poderá ser prorrogado pela CVM a pedido do Administrador. As Quotas Sênior serão subscritas e integralizadas à vista, em recursos imediatamente disponíveis.

As Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas à vista pelo Cedente, em recursos imediatamente disponíveis ou por meio de Direitos de Crédito, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e do Regulamento. Em caso de integralização total ou parcial de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito, o valor a ser atribuído pelo Fundo aos Direitos de Crédito dados em pagamento será calculado da mesma forma do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, caso o valor da Quota Subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização. O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que o Cedente se compromete a subscrever e a integralizar todas as Quotas Subordinadas que forem emitidas até a liquidação do Fundo, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia durante toda a sua vigência.

A integralização das Quotas será efetuada (i) por meio do Módulo de Distribuição – MDA, mantido e operacionalizado pela CETIP, (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida pelo Banco Central, em moeda corrente nacional; ou (iii) por meio de Direitos de Crédito, apenas no caso das Quotas Subordinadas.

No ato da primeira subscrição de Quotas da Primeira Emissão, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, (a) estar ciente (1) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira e à Taxa de Administração, (2) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto e (3) dos termos e

condições para exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, e (b) estar integralmente de acordo com os termos e condições para exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, inclusive com aquelas que dizem respeito aos requisitos para que o Quotista seja elegível ao Direito de Venda de Quotas Sênior previstas no Regulamento, no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior e neste Prospecto; e (iii) assinará declaração de Investidor Qualificado, quando for o caso.

2.1.7. Procedimento de Distribuição

O Coordenador Líder foi contratado para realizar a distribuição pública das Quotas Sênior por meio do Contrato de Distribuição, celebrado entre o Administrador e o Coordenador Líder. Cópia do Contrato de Distribuição está disponível para consulta ou cópia na sede do Administrador e do Coordenador Líder.

O Coordenador Líder colocará as Quotas Sênior publicamente junto aos Investidores Qualificados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de melhores esforços.

A Oferta será realizada com observância das seguintes condições:

- (i) a colocação e subscrição das Quotas Sênior somente terá início após (a) o registro da Oferta na CVM; (b) a disponibilização do Prospecto ao público; e (c) a publicação do Anúncio de Início;
- (ii) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar junto ao Coordenador Líder a sua intenção de adquirir as Quotas Sênior no âmbito da Oferta, a qualquer momento durante o Prazo de Colocação. A subscrição das Quotas será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- (iii) a colocação das Quotas Sênior será pública, realizada em mercado brasileiro de balcão organizado e de balcão não organizado, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- (iv) a colocação visará exclusivamente a Investidores Qualificados;
- (v) as Quotas Sênior serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, nos termos do Suplemento da Primeira Emissão e será efetuada (i) por meio do Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável, em moeda corrente nacional;
- (vi) o Prazo de Colocação das Quotas Sênior da Primeira Emissão será de até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início, o qual poderá ser prorrogado pela CVM a pedido do Administrador;
- (vii) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Quotas Sênior da Primeira Emissão; e
- (viii) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

O Fundo autorizou o Coordenador Líder a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo o Coordenador Líder assegurar que o

tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

O Coordenador Líder não concederá qualquer tipo de desconto aos investidores interessados em adquirir Quotas Sênior no âmbito da Oferta.

A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Quotas Sênior, não havendo quantidade ou montante mínimo de Quotas Sênior a serem colocadas na Primeira Data de Emissão.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

No ato da subscrição de Quotas Sênior da Primeira Emissão a aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não havendo limite máximo de subscrição. Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

2.1.9. Parâmetro de Rentabilidade das Quotas Sênior da Primeira Emissão

O Fundo buscará atingir para as Quotas Sênior da Primeira Emissão o Benchmark, que será correspondente à Taxa DI acrescida de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano. Caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior, a partir do Dia Útil seguinte à Data de Liquidação, o Benchmark aplicável às Quotas Sênior passará a ser composto pela Taxa DI acrescida de sobretaxa (*spread*) equivalente ao maior valor entre (i) 2% (dois por cento) ao ano, e (ii) a Sobretaxa Original dividida por 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) ao ano, conforme será informado aos Quotistas na Comunicação de Evento de Exercício.

O *Benchmark* das Quotas Sênior não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante e/ou do Cedente.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior não farão jus a uma rentabilidade superior ao respectivo *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

2.1.10. Cronograma Estimado de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do Anúncio de Início, podendo ser prorrogado pela CVM a pedido do Administrador.
Distribuição junto ao público	As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão colocadas junto a Investidores Qualificados e a fundos de investimento constituídos em conformidade com a Instrução CVM n.º 409/04.
Prazo de Colocação	A subscrição das Quotas Sênior da Primeira Emissão deverá ser

	realizada no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início.
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a Oferta que (i) esteja se processando em condições diversas das constantes na Instrução CVM n.º 400/03 ou do registro, ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o registro. A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deve ser sanada. O Administrador deverá dar conhecimento da suspensão ou cancelamento aos investidores já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão.
Alteração ou Revogação da Oferta	Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou o que o fundamentar, acarretando aumento relevante dos riscos do Fundo e inerentes à Oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da Oferta. O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do anúncio de início. Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta poderão discordar das alterações no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação do Administrador referida acima, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio, sendo restituído ao discordante os valores investidos, no prazo e forma a serem divulgados no anúncio de alteração da Oferta. A revogação da Oferta acarretará a restituição ao investidor dos valores investidos, também no prazo e forma a serem divulgados no anúncio de revogação da Oferta.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo, qual seja, o jornal Diário do Comércio e Indústria.

Seguem abaixo as datas estimadas para a Oferta:

Eventos

Protocolo do pedido de registro na CVM

Datas

25 de maio de 2010

Concessão do Registro da Oferta pela CVM	01 de junho de 2010*
Publicação do Anúncio de Início	04 de junho de 2010*
Liquidação da Oferta	07 de junho de 2010*
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	08 de junho de 2010*

**As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos. Tais eventos serão informados pelos meios de divulgação de informações utilizados pelo Fundo e previstos na seção 4.18 deste Prospecto.*

2.2. Negociação das Quotas

A Oferta das Quotas Sênior será efetuada através da CETIP. Para negociação no mercado secundário, as Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado, ou como fundo de investimento constituído em conformidade com a Instrução CVM n. 409 e autorizado, nos termos da sua política de investimento, a aplicar em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

As Quotas Subordinadas subscritas e integralizadas pelo Cedente na forma do Regulamento não poderão ser objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração.

As despesas relacionadas ao registro das Quotas Sênior no sistema de negociação no SF serão consideradas encargos do Fundo, nos termos do Regulamento.

2.3. Custos da Oferta

As despesas de registro, custos relacionados às publicações relativas à Oferta, honorários da Agência Classificadora de Risco e dos consultores legais serão arcados exclusivamente pelo Cedente.

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelos Auditores Independentes são incorridos pelo Fundo com relação às atividades normalmente desenvolvidas pelo Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta das Quotas Sênior.

A tabela abaixo indica os custos relacionados à Oferta:

Custo da Oferta	Montante	% em relação ao montante total da Oferta
Comissão de Coordenação e Colocação*	-	0,00%
Comissão de Garantia de Subscrição*	-	0,00%
Despesas de Registro CVM*	R\$82.870,00	0,04%
Despesas de Registro ANBID*	R\$5.000,00	0,003%
Publicações*	R\$50.000,00	0,026%
Agência Classificadora de Risco*	R\$52.000,00	0,027%
Assessor Legal*	R\$115.000,00	0,060%
Total	R\$304.870,00	0,16%

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)*
1.000,00	1,58

** com base no Preço de Emissão na Primeira Data de Emissão.*

2.4. Prestadores de serviços ao Fundo

Abaixo são relacionados os prestadores de serviços ao Fundo na data da Oferta:

Administrador e Gestor

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, 425, 23º Andar

CEP 01009-905- São Paulo – SP

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Tel.: (11) 3292-1400

Fax: (11) 3241-3831

Correio Eletrônico: joelrosa@concordia.com.br

Custodiante

Itaú Unibanco S.A.

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar – Torre Eudoro Vilela

São Paulo - SP

CEP 04344-902

At.: Sr. Simey Brandão

Tel.: (11) 5029-4846

Fax: (11) 5029-1880

Correio Eletrônico: simey.brandao@itau-unibanco.com.br

Escriturador

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Dalmir Nogueira Coelho

Tel.: (11) 5029-1920

Fax: (11) 5029-1920

Correio Eletrônico: coelho@itau-unibanco.com.br

Coordenador Líder

Banco Industrial e Comercial S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.048, 11º andar

São Paulo - SP

At.: Sr. Marcos Kairuz

Website: <http://www5.bicbanco.com.br/port/infofinan/prospecto.asp>

Telefone: (11) 2173-9461

Fax: (11) 2173-9049

Correio Eletrônico: marcos.kairuz@bicbanco.com.br

Assessores Legais

Mattos Filho, Veiga, Filho, Marrey Jr. e Quiroga advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo – SP

CEP 01403-001

At.: Marina Anselmo Schneider

Tel.: (11) 3147-7600

Fax.: (11) 3147-7770

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º33

São Paulo – SP

CEP: 04530-904

Tel.: (11) 2183-3000

Agência Classificadora de Risco

Standard & Poor's

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, 18º andar

São Paulo – SP

CEP: 05426-100

Tel.: (11) 3039-9700

O Fundo não poderá em nenhum momento ter como prestador de serviços por ele contratado ou contraparte em suas operações (incluindo o Administrador, o Custodiante, a Agência Classificadora de Risco, o Auditor, o Cedente e qualquer outro prestador de serviços) qualquer pessoa física ou jurídica:

- (i) que se encontre (ou esteja associado a qualquer entidade que se encontre) nas listas publicadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (*United Nations Security Council*) ou seus respectivos comitês de acordo com qualquer resolução promulgada de acordo com o capítulo VII dos atos constitutivos do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (*United Nations Security Council*); ou
- (ii) que conste de qualquer lista de Entidades Inelegíveis (*Ineligible Firms*) do Banco Mundial, disponível para consulta no site www.worldbank.org/debarr.

Caso, a qualquer momento durante a vigência do Fundo, qualquer prestador de serviço do Fundo ou contraparte em suas operações seja incluído em qualquer uma das listas mencionadas acima, tal prestador de serviço e/ou contraparte deverá ser substituída dentro de até 30 (trinta) dias por outra que não conste de nenhuma de tais listas, de acordo com os procedimentos para substituição de prestadores de serviços do Fundo previstos no Regulamento.

2.5. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, à sede do Administrador ou do Coordenador Líder ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicadas abaixo, sendo que o Regulamento e este Prospecto encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

O Administrador designou seu diretor, Sr. Antonio Joel Rosa, como responsável por esclarecer quaisquer dúvidas e/ou prestar informações adicionais sobre a Oferta. O Coordenador Líder designou seu superintendente, Sr. Marcos Kairuz, como responsável por esclarecer quaisquer dúvidas e/ou prestar informações adicionais sobre a Oferta.

Administrador

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, 425, 23º Andar

CEP 01009-905- São Paulo – SP

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Tel.: (11) 3292-1400

Fax: (11) 3241-3831

Correio Eletrônico: joelrosa@concordia.com.br

Cedente e Coordenador Líder

Banco Industrial e Comercial S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.048, 11º andar

São Paulo - SP

At.: Sr. Marcos Kairuz

Website: <http://www5.bicbanco.com.br/port/infofinan/prospecto.asp>

Telefone: (11) 2173-9461

Fax: (11) 2173-9049

Correio Eletrônico: marcos.kairuz@bicbanco.com.br

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andar

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br

2.6. Declarações do Administrador e do Coordenador da Oferta

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº. 400:

O Administrador declara que: (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) este Prospecto contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Quotas Sênior ofertadas, do Fundo, do Cedente e de suas atividades, situação econômico-financeira, bem como dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das Quotas Sênior, conforme declaração anexa ao presente, firmada pelo Diretor Sr. Antonio Joel Rosa.

O Coordenador Líder declara que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (ii) este Prospecto contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Quotas Sênior ofertadas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, firmada pelos diretores Carlos José Roque e Francisco Edênio Nobre.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

3. FATORES DE RISCO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento do Fundo e à composição da Carteira, bem como os fatores de risco descritos a seguir.

3.1. Riscos de mercado dos Ativos Financeiros

a) Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

b) O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas Sênior. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.

c) A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

3.2. Riscos de crédito dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros

d) O Cedente somente tem responsabilidade pela devida origem e formalização, nos termos da Política de Crédito do Cedente, conforme descrita no Capítulo Dez do Regulamento, dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada série de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

e) O Fundo poderá incorrer em risco decorrente dos critérios adotados pelo Cedente para originação e/ou concessão de crédito. Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, o Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou concessão de crédito que observem as diretrizes especificadas na Política de Crédito do Cedente, conforme descrita no Capítulo Dez do Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Clientes.

f) Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

g) O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

h) Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão: (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito, previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo; (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios; (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem atendimento das Condições de Cessão; e/ou (iv) de todo e qualquer Direito de Crédito que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento pelo Cedente de suas obrigações, por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente. Em ocorrendo um dos eventos de resolução de cessão, conforme indicado no Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente será obrigado a (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito objeto de resolução de cessão. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com as suas obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

i) Os Clientes não serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, no entanto, caso o Fundo altere sua estratégia inicial e o Cedente deixe de ser responsável pelo recebimento e transferência, para a Conta Autorizada do Fundo, dos recursos provenientes do pagamento das Operações de Mútuo, os Clientes serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, de modo que os pagamentos passem a ser realizados diretamente na Conta Autorizada do Fundo. Não há garantia de que estes Clientes devedores efetuarão os pagamentos diretamente ao Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício do Cedente, esse será obrigado a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

3.3. Risco relacionado à origem e regularidade dos Direitos de Crédito

j) O Custodiante realizará auditoria periódica por amostragem nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar o lastro dos Direitos de Crédito e regularidade dos respectivos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, trimestralmente, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos

Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

3.4. Riscos de liquidez

k) Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação de liquidação antecipada do Fundo; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

l) O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

3.5. Riscos operacionais envolvendo o Fundo

m) O Cedente será responsável pelas funções de guarda física dos Documentos Comprobatórios, recebimento dos valores relativos ao pagamento de Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos, repasse à Conta Autorizada do Fundo, verificação das Condições de Cessão e formalização das Operações de Mútuo e eventuais Garantias. O descumprimento, pelo Cedente, de determinadas de suas funções pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:

Guarda Física de Documentos Comprobatórios: Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente será responsável pela guarda das vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes a Direitos de Crédito cedidos ao Fundo na qualidade de fiel depositário. A guarda dos Documentos Comprobatórios pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Cobrança de Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos: O Cedente será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do Fundo. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com o disposto no Regulamento, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

Formalização das Operações de Mútuo e Eventuais Garantias: O Cedente é responsável pela formalização das Operações de Mútuo e de eventuais Garantias, envolvendo a observância a preceitos legais formais para sua correta execução pelo respectivo credor. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com os requisitos legais, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

n) Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer

atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

3.6. Riscos de descontinuidade

o) Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização e/ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada, ou em caso de determinação da Assembléia Geral. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

p) Conforme previsto no Regulamento e no Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente poderá exercer o Direito de Aquisição a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, que consiste no direito do Cedente de adquirir a totalidade dos Direitos de Crédito integrante da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, a seu exclusivo critério, caso as condições do mercado tornem as operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo onerosas do ponto de vista do Cedente. O exercício do Direito de Aquisição pelo Cedente ensejará a liquidação antecipada automática do Fundo, independentemente de deliberação pela Assembléia Geral, sendo que as Quotas serão antecipadamente resgatadas nos termos do Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

q) O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, inclusive, mas não se limitando, nas hipóteses de o Cedente ser submetido à intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74, bem como a Regime de Administração Especial Temporária – “RAET”, nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87, e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo; ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito.

r) O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso o Cedente (i) deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo; ou (ii) decida terminar o Contrato de Promessa de Cessão e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

s) Poderão existir outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente. Em caso de redução da originação de direitos de crédito pelo Cedente, não há garantias de que este será originador de direitos de crédito em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento, inclusive o Fundo, ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de direitos de crédito. Por conta do exposto acima, não há garantia de que existirão, durante o período de funcionamento do Fundo, Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

3.7. Outros riscos

- t) O Regulamento prevê que o Cedente será responsável por somente indicar para aquisição pelo Fundo Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão, porém referidas Condições de Cessão poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a higidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.
- u) A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.
- v) As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.
- w) O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo; (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo; (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo seu Cedente; e (iv) na revogação da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Cedente. Nessas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.
- x) A atuação do BICBANCO como originador dos Direitos de Crédito e o acúmulo de atribuições operacionais de guarda de Documentos Comprobatórios, recebimento dos Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos, repasse à Conta Autorizada do Fundo, verificação das Condições de Cessão e formalização das Operações de Mútuo e de eventuais Garantias, pode ter comprometido o cumprimento dos deveres de cautela e elevados padrões de diligência cabíveis ao BICBANCO enquanto coordenador líder, previsto no parágrafo 1º do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, prejudicando o fornecimento suficiente de informações aos investidores
- y) O Direito de Venda de Quotas Sênior somente está disponível aos titulares de Quotas Sênior que cumpram integralmente as condições previstas no item 18.4 e demais itens aplicáveis do Regulamento na data em que for comunicado o acontecimento de um Evento de Exercício. Portanto, é possível que nem todos os Quotistas que adquirirem Quotas Sênior possam se beneficiar do Direito de Venda de Quotas Sênior.
- z) A vigência do Direito de Venda de Quotas Sênior depende do cumprimento pontual de determinadas obrigações pelo Administrador e pelo Cedente, conforme previsto no Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior. Caso tais obrigações não sejam devidamente cumpridas, o Direito de Venda de Quotas Sênior poderá ser terminado, caso em que não mais estará disponível para os titulares de Quotas Sênior.
- aa) A alteração do Regulamento sem a aprovação do IFC pode causar a extinção do Direito de Venda de Quotas Sênior, conforme previsto no item 18.6 do Regulamento. Caso tal fato ocorra, o Direito de Venda de Quotas Sênior será automaticamente extinta, nos termos do item 18.6 do Regulamento, caso em que o Direito de Venda de Quotas Sênior não mais estará disponível para os titulares de Quotas Sênior.

bb) Somente as Quotas Sênior objeto da Primeira Emissão contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior. Desta forma, as Quotas Sênior objeto de qualquer série que não seja a série objeto da Primeira Emissão não contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior. Por consequência, os titulares de tais Quotas Sênior não terão qualquer direito de vendê-las ao IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior na forma prevista no Regulamento na hipótese de ocorrência de um Evento de Exercício.

3.8. Gerenciamento de Riscos

Os investimentos do Fundo estão sujeitos a flutuações e riscos, tais como os descritos nesta seção. Os sistemas de gerenciamento de riscos utilizados pelo Administrador são baseados em estatísticas e projeções de cenários baseados em análise macro e microeconômicas, que podem não capturar todos os possíveis movimentos e impactos que os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros podem sofrer. Esses sistemas visam, assim, monitorar e se antecipar aos riscos a que a Carteira do Fundo está sujeita, mas não podem eliminá-los. Dessa forma, não é possível assegurar ou de qualquer forma garantir que o Fundo atingirá seu objetivo de desempenho, bem como que perdas superiores ao valor de exposição a risco não ocorrerão, em razão dos riscos e fatores anteriormente mencionados. Assim sendo, o Administrador não pode, em qualquer hipótese, ser responsabilizado pelo não alcance do objetivo de desempenho do Fundo, nem pela eventual depreciação ou inadimplemento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, que impliquem em perda parcial ou total dos recursos investidos pelos Quotistas.

Risco de Mercado

O Administrador utiliza o modelo Value-at-Risk ("VaR") para mensurar o risco de mercado. O VaR é uma medida estatística que representa a eventual perda potencial máxima devido a mudanças adversas nos fatores de mercado para um dado período de tempo e com um nível de confiança pré-estabelecido. A metodologia utilizada é baseada na reavaliação por fator de risco de cada um dos ativos integrantes da Carteira e o VaR é calculado considerando diferentes percentuais dos piores movimentos diários de uma série histórica de um certo período de tempo. A análise de VaR busca refletir o efeito da correlação entre os diferentes ativos da Carteira. O processo de gerenciamento de riscos baseia-se nas seguintes etapas:

- i) Definição de limites para alocação de ativos;
- ii) Identificação dos fatores de risco;
- iii) Mensuração dos riscos;
- iv) Monitoramento diário dos riscos;
- v) Verificação de risco para cada ativo;
- vi) Backtest do modelo de risco; e
- vii) Geração periódica de cenários de estresse.

Risco de Crédito

As operações com Ativos Financeiros envolvem exposição ao risco de crédito dos devedores dos ativos financeiros e são efetuadas dentro de rígidos limites operacionais, estabelecidos após análise das contrapartes envolvidas.

Não há procedimentos específicos adotados pelo Administrador para o gerenciamento de risco de crédito dos Direitos de Crédito. No entanto, como descrito neste Prospecto, os Direitos de Créditos são selecionados pelo Cedente, de acordo com as Condições de Cessão, e têm seus Critérios de Elegibilidade verificados pelo Custodiante.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, prazo de duração e base legal

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo, constituído nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, devendo ser observado que cada série de Quotas terá prazo determinado de vencimento, ou seja, prazo determinado para resgate definido no respectivo Suplemento. As Quotas da Primeira Emissão tem prazo de duração de 48 meses, contados da sua primeira integralização.

O patrimônio do Fundo será formado por duas classes de Quotas, sendo uma única classe de Quotas Sênior e uma única classe de Quotas Subordinadas.

O Fundo é regido pelo Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Fundo é classificado pela ANBID como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

4.2. Público-alvo e valor mínimo de investimento

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados e a fundos de investimento constituídos em conformidade com a Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

O Fundo também aplicará parcela de seus recursos em Ativos Financeiros, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação previstos no Regulamento.

A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não havendo limite máximo de subscrição. Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e gestão

O Fundo será administrado e gerido pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, sociedade devidamente autorizada pela CVM para administrar fundos de investimento.

Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e quaisquer atos de gestão da Carteira, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- a) manter atualizados e em perfeita ordem: (i) a documentação relativa às operações do Fundo; (ii) o registro dos Quotistas; (iii) o livro de atas das Assembléias Gerais; (iv) o livro de presença de Quotistas; (v) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução CVM n.º 356/01; (vi) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo e (vii) os relatórios dos Auditores Independentes;
- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01;
- c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento e deste Prospecto, bem como identificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo e à Taxa de Administração;
- d) divulgar, anualmente, no periódico referido na alínea (c) acima, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- f) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo, caso tais negociações venham a ser autorizadas no Regulamento;
- h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior;
- i) praticar todos os atos previstos no Capítulo Dezoito do Regulamento, necessários ao exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;
- j) calcular os Índices com data-base no último dia de cada mês e enviar ao IFC e disponibilizar aos Quotistas Sênior os números obtidos até o 3º (terceiro) Dia Útil do mês imediatamente subsequente; e
- k) em cada Data de Verificação dos Limites Máximos de Concentração, verificar o cumprimento dos referidos limites, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante, devendo enviar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de cada Data de Verificação, comunicação por escrito ao IFC e disponibilizar aos Quotistas Sênior a situação da Carteira do Fundo com relação aos Limites Máximos de Concentração na referida data.

É vedado ao Administrador:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;

- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo, e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas, nos termos da regulamentação aplicável.

As vedações de que tratam os subitens a) até c), acima, abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Excetuam-se do disposto acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento e/ou na regulamentação em vigor;
- c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- d) adquirir Quotas do Fundo;
- e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor;
- f) vender Quotas a prestação;
- g) vender Quotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate, ou seja, Quotas Subordinadas;
- h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- j) delegar poderes de gestão da Carteira, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM n.º 356/01;
- k) obter ou conceder empréstimos; e

- I) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

O Administrador poderá ser substituído, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral.

O Administrador, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração ou gestão do Fundo, conforme o caso, desde que convoque ou solicite a convocação (conforme o caso), no mesmo ato, de Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Treze do Regulamento.

Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Treze do Regulamento, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral, observado, se for o caso, o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição em Assembléia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do parágrafo anterior não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador poderá proceder à liquidação automática do Fundo a partir do 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembléia Geral que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto neste Prospecto e no Regulamento.

4.4. Controladoria, Custódia Qualificada e Escrituração das Quotas

Para a prestação dos serviços de custódia e controle dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Administrador, em nome do Fundo, contratou o ITAÚ UNIBANCO S.A.

Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia, e tendo em vista a quantidade e natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos de Crédito (ou seja, dos Documentos Comprobatórios), trimestralmente, por amostragem. Independentemente do aqui disposto, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto ao Cedente, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e organização desses documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios, em que a amostra é selecionada

com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;

- b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

- (i) Grau de Confiança: 95%;
- (ii) Limite de Erro Tolerável: 5%.

onde:

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

- c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

A análise dos Documentos Comprobatórios será feita nos seguintes itens:

1. Número da Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
2. Número do CNPJ/MF do Cliente e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
3. Nome do Cliente e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
4. Data da Operação de Mútuo e dos respectivos vencimentos e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
5. Número de parcelas da Operação de Mútuo cedidas ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
6. O valor total cedido ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
7. Assinatura da Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo;
8. Assinatura do representante do Cedente na Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo;
9. Assinatura de 2 (duas) testemunhas identificadas com Nome e CPF na Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo, e
10. Local e data estão preenchidos na Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo.

Em decorrência do disposto nos itens acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Comprobatórios.

Para a prestação dos serviços de escrituração de Quotas e controle dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o Fundo contratou a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., nos termos do Contrato de Escrituração e Contrato de Custódia.

O Custodiante poderá ser substituído, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral.

4.5. Agência Classificadora de Risco e Classificação de Risco das Quotas

O Fundo contratou a Standard & Poor's, agência classificadora de risco especializada, para ser responsável pela avaliação de risco das Quotas Sênior da Primeira Emissão.

As Quotas Sênior serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, devendo o Administrador providenciar atualização trimestral do rating das Quotas Sênior. A classificação de risco será divulgada aos Quotistas do Fundo na forma prevista no Regulamento. A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior que não seja considerado um Evento de Avaliação, conforme previsto no Regulamento, não implicará na adoção de quaisquer medidas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, exceto pela comunicação aos Quotistas por meio de fato relevante, na forma prevista no Regulamento.

Será considerando um Evento de Avaliação o rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior para classificação inferior a "AA", de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco.

A Agência Classificadora de Risco poderá ser substituída, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral.

O Fundo poderá contratar outras agências classificadoras de risco para avaliar o risco das Quotas Sênior, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco.

4.6. Auditores Independentes e Agente Cobrador

4.6.1. Auditores Independentes

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela realização de auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

Os Auditores Independentes poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral.

4.6.2. Agente Cobrador

Mesmo após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, permanecerá o Cedente como responsável pelo regular recebimento dos valores devidos pelos Clientes em decorrência das Operações de Mútuo, atuando como agente cobrador dos Direitos de Crédito, observadas as Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador e a possibilidade de substituição do

Cedente, em sua qualidade de Agente Cobrador, pela Assembléia Geral de Quotistas na forma do item 13.1(c) do Regulamento.

Caso os recursos necessários à liquidação ou amortização das parcelas dos Direitos de Crédito não sejam disponibilizados pelos Clientes, por qualquer motivo, serão iniciados, pelo Cedente (atuando como agente cobrador dos Direitos de Crédito) ou por terceiros por este contratados, os procedimentos extrajudiciais e judiciais de cobrança dos Direitos de Crédito, tal como previstos no Contrato de Promessa de Cessão.

Sem prejuízo do direito dos Quotistas aprovarem em Assembléia Geral a substituição do Cedente na qualidade de agente cobrador dos Direitos de Crédito nas hipóteses previstas no Contrato de Promessa de Cessão, tal substituição será obrigatória nas Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador previstas abaixo, e o Cedente deverá ser prontamente destituído de tal função. Em tal caso, o Cedente deverá ser prontamente destituído da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito, sendo aplicadas as condições previstas no Regulamento, passando o Administrador requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição.

São hipóteses de substituição obrigatória do Cedente da função de agente cobrador ("Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador"):

- (i) descumprimento pelo Cedente das exigências referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado impostas pelas normas do Banco Central e do CMN; e
- (ii) comprovação (que, a título de esclarecimento, não precisará ser através de decisão judicial) de falsidade, em qualquer aspecto relevante, de qualquer declaração ou garantia prestada pelo Cedente no Contrato de Promessa de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual o Cedente seja parte.

Na ocorrência de qualquer Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Regulamento, para deliberar sobre a substituição do Cedente como Agente Cobrador.

O Cedente deverá notificar, por escrito, o Administrador e o Custodiante da ocorrência de qualquer das Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador indicadas acima de que tenha conhecimento, dentro do prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência de uma das referidas hipóteses.

Na Assembléia Geral que deverá ser convocada pelo Administrador, de acordo com o disposto no Regulamento, quando da ocorrência de qualquer Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador (i) deverão ser apresentados aos Quotistas os detalhes sobre a Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador, e (ii) deverão os quotistas determinar a substituição do Cedente como Agente Cobrador dos Direitos de Crédito do Fundo.

Sem prejuízo do disposto acima, caso, até a data de realização da Assembléia Geral de Quotistas, o Cedente tenha curado o evento a que referem os subitens (i) e/ou (ii) na definição das Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador acima, o referido evento não será considerado uma Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador, para fins do Contrato de Promessa de Cessão e do Regulamento. Não obstante, fica preservado o direito dos Quotistas de aprovarem na referida Assembléia Geral a substituição do Cedente na qualidade de agente cobrador dos Direitos de Crédito.

O IFC e/ou os Quotistas Sênior representando a maioria das Quotas Sênior em circulação poderão solicitar a realização de Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating pelo Avaliador Independente até 4 (quatro) vezes por ano, mediante envio de solicitação por escrito ao Administrador e ao Cedente (no caso do IFC) ou mediante aprovação em Assembléia Geral (no caso dos Quotistas Sênior).

Após o recebimento de solicitação do IFC e/ou da aprovação pelos Quotistas Sênior na forma do parágrafo acima, o Cedente deverá contratar o Avaliador Independente para realização da Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating dentro do menor prazo possível mas em qualquer caso em não mais de 30 (trinta) dias, sendo certo que os custos com a contratação do Avaliador Independente serão custeados pelo Cedente.

O resultado da Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating será enviado ao Administrador e ao IFC e será disponibilizado a todos os Quotistas Sênior na sede do Administrador.

4.7. Objetivo de investimento

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito originados nas Operações de Mútuo realizadas entre os Clientes e o Cedente.

4.8. Política de investimento e composição da Carteira

Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo deverá ter alocado os seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito em montante que corresponda a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ("Alocação Mínima de Investimento").

Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes para atingir tal percentual, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento acima mencionado por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral.

Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Quotistas serão notificados do fato (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas; (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas; e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente mantida em moeda corrente nacional e/ou alocada em Ativos Financeiros.

Serão envidados esforços pelo Administrador para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação no seu prazo médio, passando a ser caracterizada de curto prazo para efeitos tributários. Ressalta-se que os Direitos de Crédito não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo. Não há garantia de que os Quotistas do Fundo obterão tratamento tributário de longo prazo.

O Administrador não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

O Fundo poderá contratar operações e serviços com o Administrador, com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas.

O Fundo poderá alocar parcela de seu patrimônio em operações em mercados de derivativos exclusivamente para proteção da Carteira do Fundo, exclusivamente na modalidade "com garantia" e com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas, contra a variação de taxas de juros. As operações com derivativos somente podem ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Os Limites Máximos de Concentração da Carteira serão calculados diariamente pelo Custodiante e verificados em cada Data de Verificação de Limites Máximos de Concentração pelo Administrador, com base na Carteira do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior a cada data de cada cálculo.

Caso o patrimônio do Fundo permaneça desenquadrado da Alocação Mínima de Investimento durante 30 (trinta) dias consecutivos (tal evento, um "Evento de Desenquadramento da Alocação Mínima"), o Administrador realizará a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto no item 12.16 do Regulamento e no respectivo Suplemento, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Alocação Mínima de Investimento.

4. 9. Reserva de Liquidez

No prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da primeira integralização de Quotas Sênior, o Administrador deverá instituir e manter durante toda a vigência do Fundo, junto ao Custodiante, Reserva de Liquidez no valor correspondente a 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, para fins de pagamento de despesas que venham a ser incorridas pelo Fundo e amortizações de Quotas Sênior, observada a ordem de prioridades estabelecida no item 14.2.1 do Regulamento.

4.10. Características, direitos, condições de emissão, subscrição e integralização das Quotas

4.10.1. Características das Quotas

As Quotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas classes, sendo uma única classe de Quotas Sênior e uma única classe de Quotas Subordinadas.

Todas as Quotas serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas mantida pelo Escriturador.

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em nome do investidor.

4.10.2. Patrimônio inicial

O patrimônio do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por, no máximo, 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Quotas, sendo 192.500 (cento e noventa e duas mil e quinhentas) Quotas Sênior e 57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentas)

Quotas Subordinadas, com Preço de Emissão, na Primeira Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando um patrimônio inicial na Primeira Data de Emissão de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

4.10.3. Emissão de Novas Quotas

A emissão de Novas Quotas somente poderá ser realizada após a ocorrência de um Evento de Extinção do Direito de Venda ou, caso o IFC adquira alguma Quota Sênior em decorrência do exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior por qualquer Quotista Sênior, após o IFC deixar de ser titular de qualquer Quota Sênior. Em tal caso, a emissão de Novas Quotas será realizada através da colocação de novas séries de quotas do Fundo, a critério do Administrador, independentemente de aprovação dos Quotistas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM n.º 356/01 e os limites estipulados neste Prospecto e no Regulamento.

Uma vez emitidas, eventuais Novas Quotas passarão a integrar o conceito de Quotas para fins do disposto no Regulamento. Dessa forma, as Novas Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Regulamento, bem como no Suplemento referente a cada série de Quotas.

Os Quotistas não terão o direito de preferência para subscrever e integralizar as Novas Quotas.

Na emissão de Novas Quotas, o Administrador deverá emitir tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a Razão de Garantia, nos termos deste Prospecto e do item 12.6 do Regulamento.

Para fins de enquadramento do Fundo à Razão de Garantia, o Administrador poderá deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas por meio de ato único, sem necessidade de autorização prévia da Assembléia Geral.

4.10.4. Direitos Patrimoniais

As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior.

Sem prejuízo do disposto no item 14.8 do Regulamento, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior em circulação.

Observado o disposto no item 4.10.3 acima, as séries distintas de Quotas poderão ter prazos distintos de resgate, conforme previsto no Suplemento referente a cada série de Quotas, sendo certo que as novas séries não terão vencimento final anterior às séries vigentes.

Uma vez implementadas as Condições Suspensivas do Direito de Venda, os Quotistas titulares de Quotas Sênior emitidas pelo Fundo na Primeira Emissão terão a faculdade de vender as Quotas Sênior de sua titularidade em razão da ocorrência de um Evento de Exercício, observado o disposto no Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior.

Somente as Quotas Sênior objeto da Primeira Emissão contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior. Com isso, observado o disposto no item 4.10.3 acima, as Quotas Sênior objeto de novas séries de Quotas Sênior que venham a ser emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão não contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior ou com qualquer outra modalidade de direito ou compromisso junto ao IFC.

4.10.5. Direitos de Voto das Quotas

Observado o disposto no parágrafo abaixo, as Quotas Sênior terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

Sem prejuízo de quaisquer restrições aplicáveis à titularidade de Quotas Sênior pelo Cedente, para fins do cálculo de qualquer quorum de instalação ou de votação previsto no Regulamento, não terão direito a voto (i) quaisquer Quotas Sênior detidas direta ou indiretamente pelo Cedente, e (ii) quaisquer Quotas Sênior cujo voto seja proferido pelo Cedente em nome de seu respectivo titular.

Enquanto houver Quotas Sênior em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Treze do Regulamento.

Após o resgate integral de todas as Quotas Sênior, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais, observado que, se e quando os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto, cada Quota Subordinada corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais.

4.10.6. Razão de Garantia

Até o resgate integral das Quotas Sênior, a Razão de Garantia mínima a ser observada pelo Fundo será de 23% (vinte e três por cento), ou seja, o valor das Quotas Subordinadas deverá corresponder a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, observado o disposto no item 17.1.1 do Regulamento.

A Razão de Garantia será apurada a cada Dia Útil pelo Administrador e confirmada nas Datas de Verificação, sendo que, caso o Administrador constate qualquer desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, o Administrador comunicará no Dia Útil imediatamente seguinte à ocorrência de tal fato ao Cedente, via fax, solicitando ao Cedente a realização de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de tantas novas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos e condições do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas. A integralização das novas Quotas Subordinadas pelo Cedente deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento do fax mencionado anteriormente.

O Administrador calculará a taxa média dos spreads sobre a Taxa DI das Operações de Mútuo que compõem a carteira de Direitos de Crédito do Fundo semestralmente, com base nos dados da Carteira do Fundo nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. A Razão de Garantia a ser observada pelo Fundo durante o semestre iniciado no dia imediatamente seguinte será calculada com base na tabela prevista na definição do termo "Razão de Garantia" do presente Prospecto, observada, em qualquer caso, a Razão de Garantia mínima prevista no item 12.6 do Regulamento. O Administrador comunicará por escrito a Razão de Garantia vigente para o semestre em questão ao Cedente, ao Custodiante e ao IFC, bem como publicará aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo para ciência dos Quotistas.

Na Primeira Data de Emissão a Razão de Garantia inicial a ser observada pelo Fundo será de 23% (vinte e três por cento) e será recalculada com base na tabela prevista na definição do termo "Razão de Garantia" do presente Regulamento no dia 30 de junho de 2010, conforme disposto no item 17.1.1.

4.10.7. Critérios para Apuração do Valor das Quotas

A partir do primeiro Dia Útil, inclusive, seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita no Suplemento referente a cada série de Quotas Sênior.

A partir do primeiro Dia Útil, inclusive, seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, observado que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido o valor atualizado de todas as Quotas Sênior em circulação na ocasião pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração do seu valor.

4.11. Pagamento de rendimentos, amortização e resgate das Quotas da Primeira Emissão

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive ganhos com o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período. A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização e/ou o resgate de Quotas, observado o disposto no Regulamento. Durante o prazo de carência da amortização, descrito a seguir, as Quotas Sênior da Primeira Emissão receberão pagamentos de rendimentos equivalentes ao *Benchmark* trimestralmente, a partir da data da primeira integralização de Quotas Sênior.

4.11.1. Condições gerais e forma de pagamento das amortizações e resgates das Quotas

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, nas Datas de Amortização e/ou na Data de Resgate, de acordo com o disposto no Regulamento e no Suplemento referente a cada série de Quotas, sendo que as Quotas Sênior terão preferência sobre as Quotas Subordinadas para fins de pagamento de amortização e resgate.

A amortização do Preço de Emissão das Quotas Sênior da Primeira Emissão terá prazo de carência de 12 (doze) meses contados da data da 1ª (primeira) integralização. A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Sênior, as Quotas Sênior da Primeira Emissão terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção e cronograma abaixo definidos:

13º mês: 1/36	14º mês: 1/35	15º mês: 1/34	16º mês: 1/33	17º mês: 1/32	18º mês: 1/31
19º mês: 1/30	20º mês: 1/29	21º mês: 1/28	22º mês: 1/27	23º mês: 1/26	24º mês: 1/25
25º mês: 1/24	26º mês: 1/23	27º mês: 1/22	28º mês: 1/21	29º mês: 1/20	30º mês: 1/19
31º mês: 1/18	32º mês: 1/17	33º mês: 1/16	34º mês: 1/15	35º mês: 1/14	36º mês: 1/13
37º mês: 1/12	38º mês: 1/11	39º mês: 1/10	40º mês: 1/9	41º mês: 1/8	42º mês: 1/7
43º mês: 1/6	44º mês: 1/5	45º mês: 1/4	46º mês: 1/3	47º mês: 1/2	48º mês: 1/1

O pagamento das amortizações será feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

O resgate das Quotas Sênior ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês contados de sua primeira integralização.

As Quotas Sênior referentes a cada série de Quotas somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação referentes à respectiva série; ou (ii) na respectiva Data de Resgate ou na data de liquidação da série, o que ocorrer primeiro. Após o resgate de Quotas Sênior referente a uma emissão de Quotas, o Administrador, mediante solicitação do Cedente, providenciará a correspondente amortização das Quotas Subordinadas em proporção que preserve a Razão Garantia fixada no item 12.6 do Regulamento. As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas emitidas e em circulação; ou (ii) na Data de Resgate ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Sênior deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate integral de Quotas, as Quotas objeto do resgate serão canceladas.

Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota no dia do pagamento, calculado na forma descrita no Suplemento, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED ou qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas Subordinadas poderão ser efetuados mediante a entrega de Direitos de Crédito, por meio de solicitação do Cedente ao Administrador.

No âmbito de processo de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Quotas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Quotas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte pelo valor da Quota do dia do pagamento.

4.11.2. Condições especiais aplicáveis às amortizações das Quotas

Em cada Data de Amortização, conforme previsto no Suplemento referente a cada série de Quotas (exceto no caso do item (i) abaixo, que poderá ocorrer a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo), desde que (i) não haja (a) qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada em curso, ou (b) qualquer descumprimento de obrigação do Cedente nos termos do Regulamento ou do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas), e (ii) o Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo esteja sendo respeitado, deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto neste Capítulo Quatorze do Regulamento:

- (i) observado o disposto no item 14.2.1 do Regulamento, o Cedente poderá ter a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas a qualquer tempo, no penúltimo Dia Útil de cada mês civil, em moeda

corrente nacional e/ou mediante a entrega de Direitos de Crédito, inclusive Direitos de Crédito Inadimplidos, mediante solicitação por escrito ao Administrador, com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Quotas Subordinadas acima referido, a Razão de Garantia seja mantida conforme estabelecido no Regulamento. Nessa hipótese, o valor atribuído aos Direitos de Crédito e aos Direitos de Crédito Inadimplidos será correspondente ao seu respectivo saldo devedor calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data da entrega dos referidos Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos ao Fundo. Desde que solicitado pelo Cedente, competirá ao Administrador aceitar ou não a entrega de Direitos de Crédito ao Cedente como moeda de pagamento da amortização extraordinária referida acima, sendo que o Cedente deverá ser informado imediatamente de tal decisão. Em tal caso, o valor atribuído aos Direitos de Crédito a serem entregues ao Cedente será calculado de acordo com os mesmos parâmetros previstos no Contrato de Promessa de Cessão; e

- (ii) na hipótese do Patrimônio Líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência do não pagamento dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Observado o disposto no item 17.1 do Regulamento, somente no caso do valor total das Quotas Subordinadas não ser suficiente para arcar com eventuais perdas decorrentes de não pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o valor das Quotas Sênior será afetado negativamente, nos valores de tais perdas não absorvidas pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época.

4.12. Hipóteses e procedimentos de resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento

Observado o disposto abaixo, caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Quotistas.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas detido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste item 4.12.

De acordo com o disposto no Regulamento, as Quotas Sênior referentes a cada emissão de Quotas terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas.

A Assembléia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Treze do Regulamento e o disposto na regulamentação aplicável.

Na hipótese da Assembléia Geral referida acima não chegar a consenso referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos

de Crédito e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os Quotistas, por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Quotistas; (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas; e/ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, para que estes elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação acima referida, observado o disposto no parágrafo abaixo, essa função será exercida pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação.

Na hipótese do parágrafo acima, caso o IFC seja o titular da maioria das Quotas Sênior em circulação, este poderá (i) indicar um terceiro para figurar como administrador do condomínio ou (ii) recusar-se a desempenhar tal função. No caso do item (ii) deste dispositivo, a função de administrador do condomínio será desempenhada pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação, excluídas as Quotas Sênior detidas pelo IFC.

O Cedente e/ou empresa contratada para prestação de serviços de custódia dos Documentos Comprobatórios (na hipótese de o Cedente não estar mais prestando os serviços de custódia e guarda dos Documentos Comprobatórios) fará(ão) a guarda dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da notificação acima referida, dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do item 15.2.3. do Regulamento, indicará ao Cedente e/ou à empresa contratada para prestação de serviços de custódia dos Documentos Comprobatórios (conforme o caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito, Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

4.13. Assembléia Geral

Será da competência da Assembléia Geral:

- a) examinar anualmente as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- b) alterar o Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quoruns de deliberação específicos;
- c) deliberar sobre a substituição do Administrador, dos Auditores Independentes, do Custodiante, da Agência de Classificadora de Risco, do Cedente (na qualidade de agente cobrador dos Direitos de Crédito exclusivamente nas hipóteses previstas no Contrato de Promessa de Cessão) e dos demais prestadores de serviços do Fundo;

- d) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 13.4 do Regulamento;
- e) deliberar sobre a redução ou elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- f) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- g) deliberar sobre a liquidação do Fundo, em outras circunstâncias que não aquelas descritas nos incisos (h) e (i) abaixo;
- h) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- j) aprovar a amortização antecipada das Quotas Sênior, salvo se disposto de outra forma no Regulamento e/ou no Suplemento referente a cada série de Quotas Sênior;
- k) alterar o objetivo de investimento do Fundo, de modo a prever a possibilidade de aquisição, pelo Fundo, de direitos de crédito outros que não os Direitos de Crédito originados no âmbito das Operações de Mútuo;
- l) aprovar que o Fundo não inicie ação judicial contra o Cedente em caso de caracterização de um Evento de Liquidação Antecipada em virtude do descumprimento da obrigação de subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas que sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos do item 17.1 do Regulamento;
- m) alteração de qualquer dispositivo do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas; e
- n) alteração de qualquer dispositivo do Contrato de Promessa de Cessão.

Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima, enquanto existirem Quotas Sênior em circulação, sendo que os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nas alíneas (b), (e), (f), (g), (j) e (k) acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas nos subitens acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembléia Geral.

As deliberações sobre quaisquer matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral, que não estejam expressamente sujeitas a quorum específico nos termos do Regulamento, dependerão: (i) em primeira convocação, de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas Sênior em circulação e com direito a voto e, nas hipóteses em que as Quotas Subordinadas possuem direito de voto nos termos do Regulamento, de Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação e com direito a voto; e (ii) em segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas Sênior com direito a voto detidas pelos presentes na Assembléia Geral em questão, e, nas hipóteses em que as Quotas Subordinadas possuem direito de voto nos termos do Regulamento, de Quotistas que representem a maioria das Quotas com direito a voto detidas pelos presentes na Assembléia Geral em questão.

As deliberações sobre a matéria indicada no subitem (j) acima dependerão de aprovação de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas de cada classe em circulação e com direito a voto, conforme o caso.

As seguintes matérias dependerão de aprovação de Quotistas que representem 100% (cem por cento) das Quotas em circulação e com direito a voto: (i) alteração do objetivo de investimento do Fundo, nos termos do subitem (k) acima; e (ii) alteração do disposto no Capítulo Treze do Regulamento.

As seguintes matérias dependerão de aprovação de Quotistas Sênior que representem 100% (cem por cento) das Quotas Sênior em circulação e com direito a voto: (i) não liquidação antecipada do Fundo em caso de ocorrência de qualquer um dos Eventos de Liquidação Antecipada descritos nas alíneas (c) e (d) do item 19.2 do Regulamento; e (ii) não propositura de ação judicial contra o Cedente em caso de descumprimento da obrigação de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas para restabelecer a Razão de Garantia, na forma do item 17.1 do Regulamento.

A deliberação pela não liquidação antecipada do Fundo em caso de ocorrência do Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (k) do item 19.2 do Regulamento dependerá de aprovação de Quotistas que representem 76% (setenta e seis por cento) das Quotas em circulação e com direito a voto (exceto no caso do item (ii) do parágrafo anterior, quando o quorum será de 100% (cem por cento) das Quotas Sênior em circulação e com direito a voto).

Caso não seja aprovada pelos Quotistas Sênior a não propositura de ação judicial contra o Cedente na hipótese prevista no item 13.2.4(ii) do Regulamento, tal ação judicial poderá ser iniciada pelo Administrador, em nome do Fundo, dentro de até 90 (noventa) dias após a realização da Assembléia Geral em que tal matéria foi votada. Nesse caso, o Administrador deverá inicialmente buscar o cumprimento da obrigação do Cedente através de acordo extra-judicial dentro do referido prazo de 90 (noventa) dias, devendo, no entanto, dar início ao processo judicial para proteção dos direitos dos Quotistas Sênior imediatamente (i) após o término do referido prazo de 90 (noventa) dias (caso um acordo não tenha sido obtido e aprovado por 100% (cem por cento) dos titulares de Quotas Sênior em circulação), e/ou (ii) mesmo antes do término do referido prazo de 90 (noventa) dias, caso o Administrador entenda que as circunstâncias exigem a adoção de medida judicial imediata para proteção dos direitos dos Quotistas Sênior.

Nos termos do item 18.6 do Regulamento e da Cláusula 2.05 do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, a aprovação das matérias identificadas no item 18.6 do Regulamento sem a obtenção de anuência prévia e por escrito do IFC acarretará a automática extinção do Direito de Venda de Quotas Sênior.

A solicitação da aprovação do IFC poderá ocorrer (a) antes da realização da Assembléia Geral que for deliberar sobre a matéria, quando o procedimento previsto no item 13.3.1.1 do Regulamento deverá ser observado, ou (b) após a realização de tal Assembléia Geral, quando o procedimento previsto no item 13.3.1.4 do Regulamento deverá ser observado.

No caso do subitem (a) acima, o seguinte procedimento será observado: (i) o Administrador deverá enviar ao IFC uma solicitação de manifestação, na qual será descrita a alteração pretendida, bem como sua motivação, a nova redação proposta para o(s) dispositivo(s) a ser(em) alterado(s) e o prazo para que tal alteração seja implementada (se for o caso); (ii) caso se trate de alteração do Regulamento a ser realizada em cumprimento de exigência legal ou regulatória formulada por autoridade competente, a comunicação referida no subitem (i) acima deverá ser enviada pelo Administrador ao IFC o mais rápido possível mas em qualquer caso dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis após receber a solicitação para que a alteração seja efetuada ou da data em que a lei ou norma que exigir tal alteração for publicada, conforme o caso. Neste caso, o IFC deverá responder ao Administrador até 5 (cinco) dias úteis (na cidade de Washington, D.C., Estados Unidos da América) antes do término do prazo estabelecido para aprovação da matéria pelos quotistas do Fundo. Desde que o prazo para envio da solicitação de manifestação aqui estipulado seja observado pelo Administrador, e o IFC tenha no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis para se manifestar, a falta de manifestação do IFC no prazo previsto será interpretada como aprovação para que a alteração seja implementada; (iii) caso se trate de qualquer outra alteração do Regulamento não contemplada no subitem (ii) acima, a solicitação deverá ser enviada ao IFC pelo Administrador para que o mesmo se manifeste dentro de até 30 (trinta) dias após o seu recebimento.

Caso os Quotistas pretendam deliberar a respeito de qualquer matéria identificada nos subitens do item 18.6 do Regulamento antes de obter manifestação do IFC na forma do parágrafo acima, os mesmos poderão estabelecer que, caso aprovada pelos Quotistas em votação realizada em Assembleia Geral – observados os quoruns previstos no Regulamento, a deliberação somente será implementada caso seja obtida a anuência prévia e por escrito do IFC.

Neste caso, o Administrador deverá encaminhar cópia da ata da Assembleia Geral em questão ao IFC dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis após sua realização e o IFC terá o prazo de 30 (trinta) dias para informar ao Administrador se concede ou não sua anuência para a implementação da alteração. Caso o IFC conceda por escrito sua anuência dentro do prazo em questão, a alteração será implementada. Caso o IFC manifeste por escrito seu desacordo com tal deliberação ou não se manifeste no prazo assinalado, tal alteração não será implementada.

Caso os Quotistas deliberem por implementar a alteração independentemente da anuência prévia do IFC, na hipótese do IFC manifestar por escrito seu desacordo com tal deliberação ou não se manifestar dentro do prazo assinalado no parágrafo acima, o Direito de Venda de Quotas Sênior será automaticamente extinto, nos termos do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior e do item 18.6 do Regulamento.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas, pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, desde que o respectivo representante dos Quotistas (i) seja Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas; (ii) não exerça cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (iii) não exerça cargo no Cedente, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum. O(s) representante(s) dos Quotistas não farão jus, sob qualquer hipótese, ao recebimento de remuneração do Fundo, do Administrador do Custodiante ou do Cedente, no exercício de tal função.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral, por força de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento perante a CVM. Caso o Administrador pretenda alterar o Regulamento com base em tal direito, antes de promover a modificação, o Administrador deverá solicitar por escrito ao IFC que se manifeste acerca da alteração em questão. Nesta hipótese, aplicar-se-á o disposto no item 13.3.1.1(ii) do Regulamento.

A convocação de Assembleia Geral será feita pelo Administrador por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência à data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado que a convocação deverá indicar sempre o dia, hora e local de realização da Assembleia Geral, assim como os assuntos a serem tratados.

Não se realizando a Assembleia Geral na data estipulada na convocação acima referida, será novamente realizada Assembleia Geral, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante convocação na forma referida no parágrafo anterior. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas neste Prospecto e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede do Administrador, as convocações enviadas aos Quotistas ou publicadas, nos termos do item 13.6 do Regulamento, deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da cidade sede do Fundo.

Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito a comparecer a toda e qualquer Assembléia Geral, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se, a qualquer momento, por convocação realizada a único e exclusivo critério do Administrador, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto na deliberação em questão, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar, em até 10 (dez) dias, a Assembléia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

Somente poderão votar na Assembléia Geral, os Quotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não terão direito a voto na Assembléia Geral o Administrador e seus empregados.

Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua realização por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas ou publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.

4.14. Critérios de avaliação dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira

No cálculo do valor da Carteira serão observados os seguintes critérios pelo Custodiante: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor e de acordo com o Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive ganhos com o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

O Custodiante constituirá, a partir da data de aquisição dos Direitos de Crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os critérios mais rigorosos entre (i) o disposto na Resolução 2.682/99, e (ii) a tabela constante do item 9.3.1 do Regulamento, conforme descrita abaixo. Consiste o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual do Direito de Crédito conforme o nível de risco adotado, observado que referido nível de risco poderá variar de acordo com os critérios previstos na referida regulamentação.

Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios (ou outros critérios mais rigorosos, de acordo com o disposto na Resolução 2.682/99), sendo que os Direitos de Crédito serão provisionados na data de aquisição pelo Fundo em valor correspondente ao indicado na tabela abaixo:

Nível de risco	Dias de atraso	% de provisão
AA	0	0
A	Até 14	0,5
B	15 a 30	1,0
C	31 as 60	3,0
D	61 a 90	10,0
E	91 a 120	30,0
F	121 a 150	50,0
G	151 a 180	70,0
H	Acima de 180	100,0

Os Direitos de Crédito Inadimplidos classificados como de risco nível H serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

A classificação dos Direitos de Crédito originados pelo mesmo devedor deverá ser definida considerando aquela que apresentar o maior risco ("efeito vagão").

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos no Capítulo Nove do Regulamento.

4.15. Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação Antecipada e Eventos de Exercício

4.15.1. Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- descumprimento, pelo Custodiante ou pelo Administrador, de qualquer obrigação prevista no Regulamento, no Contrato de Promessa de Cessão, no Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas ou no Contrato de Custódia, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- resilição, rescisão ou término por qualquer motivo do Contrato de Custódia;
- caso o Cedente passe a estar sujeito a Regime de Administração Especial Temporária – "RAET", nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87 (conforme alterado ou substituído de tempos em tempos);
- caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por um período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;
- caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento por período superior a 30 (trinta) dias corridos;

- f) exceto no caso permitido na forma do item 6.1.3 do Regulamento, caso o Fundo não seja reenquadrado a qualquer dos Limites Máximos de Concentração ao término do Prazo para Reenquadramento da Carteira;
- g) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Prospecto e no Regulamento;
- h) na ocorrência de rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior para classificação inferior a "AA", de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- i) resilição, rescisão ou término por qualquer motivo do Contrato de Promessa de Cessão;
- j) caso ocorra uma variação da Taxa DI em percentual igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) em um único dia;
- k) sem prejuízo da obrigação prevista no item 6.2.7 do Regulamento, verificação, pelo Administrador, de aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão, ressalvados os casos de erro operacional sanado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis após a respectiva aquisição;
- l) caso seja constatado em qualquer Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating que foram atribuídos pelo Cedente a Operações de Mútuo *ratings* internos de crédito superiores aos que deveriam ter sido atribuídos em mais de 30% (trinta por cento) dos casos analisados pelo Avaliador Independente em tal revisão;
- m) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) igual ou superior a Baa2.br: (i) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 30 Dias seja superior a 15% (quinze por cento); (ii) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 60 Dias seja superior a 13% (treze por cento); (iii) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 90 Dias seja superior a 8% (oito por cento); ou (iv) caso o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 Dias seja superior a 6% (seis por cento);
- n) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) inferior a Baa2.br: (i) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 30 Dias seja superior a 10% (dez por cento); (ii) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 60 Dias seja superior a 8% (oito por cento); (iii) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 90 Dias seja superior a 5% (cinco por cento); (iv) caso o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 Dias seja superior a 4% (quatro por cento);
- o) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) igual ou superior a Baa2.br, caso seja constatado que (i) o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto é superior a 25% (vinte e cinco por cento), e (ii) qualquer um dos seguintes eventos: (A) descumprimento de normas de provisionamento para devedores duvidosos, (B) descumprimento da Razão de Garantia, ou (C) descumprimento de qualquer um dos índices previstos nos itens (m) e (n) acima;
- p) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) inferior a Baa2.br, caso seja constatado que (i) o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto é superior a 13% (treze por cento), e (ii) qualquer um dos seguintes eventos: (A) descumprimento de normas de provisionamento para devedores duvidosos, (B) descumprimento da Razão de Garantia, ou (C) descumprimento de qualquer um dos índices previstos nos itens (m) e (n) acima; ou
- q) ocorrência de qualquer uma das Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador e/ou a destituição e/ou substituição do Cedente da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito por qualquer motivo.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante, ao Cedente e ao IFC, sendo que o Administrador convocará, imediatamente, uma Assembléia Geral, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Treze do Regulamento, (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser ou não considerado um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, assim como se haverá liquidação do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser

tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

No caso de a Assembléia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, o Administrador observará os mesmos procedimentos previstos para os Eventos de Liquidação, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembléia Geral, podendo a Assembléia Geral que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo ou à destituição do Cedente no exercício das funções, conforme o caso, independentemente de qualquer notificação aos Quotistas ausentes à referida Assembléia Geral.

4.15.2. Eventos de Liquidação Antecipada

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo qualquer das seguintes ocorrências:

- a) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- b) cessação, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia pelo Custodiante, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição;
- c) rescisão, rescisão ou término por qualquer motivo do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- d) cessação, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios pelo Cedente, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição;
- e) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior, que não seja sanado dentro de 3 (três) Dias Úteis;
- f) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos no Regulamento, sem prejuízo da hipótese de liquidação automática prevista no item 23.3.1 do Regulamento;
- g) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) igual ou superior a Baa2.br: (i) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 30 Dias seja superior a 15% (quinze por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; (ii) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 60 Dias seja superior a 13% (treze por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; (iii) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 90 Dias seja superior a 8% (oito por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; (iv) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 Dias seja superior a 6% (seis por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
- h) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) inferior a Baa2.br: (i) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 30 Dias seja superior a 10% (dez por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; (ii) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 60 Dias seja superior a 8% (oito por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; (iii) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 90 Dias seja superior a 5% (cinco por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; (iv) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 Dias seja superior a 4% (quatro por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;

- i) sem prejuízo da obrigação prevista no item 6.2.7 do Regulamento, constatação, pelo Administrador, de que o Cedente, intencionalmente, cedeu ou tentou ceder ao Fundo, Direitos de Crédito sem lastro, onerados ou gravados;
- j) exercício do Direito de Aquisição pelo Cedente, conforme previsto no Contrato de Promessa de Cessão, observado o disposto nos itens 19.2.6 a 19.2.6.2 do Regulamento;
- k) descumprimento, pelo Cedente, de qualquer obrigação prevista no Regulamento, no Contrato de Promessa de Cessão, no Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior ou no Contrato de Custódia, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação (exceto em caso de descumprimento da obrigação de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas para restabelecer a Razão de Garantia, na forma do item 17.1 do Regulamento, ou em caso de constatação de falsidade de qualquer declaração ou garantia prestada pelo Cedente em tais contratos, casos em que tal prazo de cura não será aplicável e um Evento de Liquidação Antecipada será automaticamente caracterizado);
- l) caso ocorra um Evento de Exercício;
- m) caso o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto seja superior a 35% (trinta e cinco por cento) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) igual ou superior a Baa2.br;
- n) caso o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto seja superior a 20% (vinte por cento) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) inferior a Baa2.br; ou
- o) caso o Cedente seja objeto de intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74 (conforme alterado ou substituído de tempos em tempos).

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, exceto no que se refere ao Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) acima, quando serão observados os procedimentos descritos nos itens 19.2.6 a 19.2.6.2 do Regulamento, e no caso de ocorrência de um Evento de Exercício, quando será observado o disposto no item 19.2.1.1. do Regulamento, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante, ao Cedente e ao IFC, sendo que o Administrador convocará, imediatamente, Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a eventual liquidação antecipada do Fundo e (ii) sobre a propositura de ação judicial contra o Cedente, em caso de descumprimento da obrigação prevista no item 17.1 do Regulamento.

Caso, após a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação Antecipada, seja verificada a ocorrência de um Evento de Exercício, os procedimentos iniciados com relação ao Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação Antecipada que estiverem em curso serão interrompidos e observar-se-á o procedimento previsto no item 19.2.1.1. do Regulamento.

Na Assembléia Geral mencionada no item 19.2.1 do Regulamento, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Treze do Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral por falta de quorum; ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo, no caso do item 19.2.1 do Regulamento, e a propositura de ação judicial contra o Cedente será considerada aprovada, no caso do item 19.2.1.1 do Regulamento.

No caso do item 19.2.1 do Regulamento, na hipótese da Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, exceto no que se refere ao Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) do item 19.2 do Regulamento, será concedido aos Quotistas dissidentes o direito de dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Quotas Sênior, a ser pago em espécie, no Prazo para Pagamento aos Quotistas Dissidentes, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento.

Os Quotistas dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o direito de dissidência na Assembléia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu direito de dissidência em momento posterior.

Os pagamentos do resgate antecipado das Quotas Sênior de titularidade dos Quotistas dissidentes serão realizados pelo Administrador no Prazo para Pagamento aos Quotistas Dissidentes, em espécie, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos, sendo certo que o Fundo continuará impedido de realizar qualquer aquisição de Direitos Creditórios até que tais pagamentos tenham sido integralmente efetuados.

Se, ao final do Prazo para Pagamento aos Quotistas Dissidentes, os Quotistas dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Quotas Sênior em moeda corrente nacional, os pagamentos serão realizados tão logo o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos, permanecendo vigente o impedimento do Fundo de realizar qualquer aquisição de Direitos Creditórios até que tais pagamentos tenham sido integralmente efetuados.

Na hipótese da Assembléia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada bem como na hipótese de liquidação automática prevista no item 19.2.1.1 do Regulamento, exceto no que se refere ao Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) acima, quando serão observados os procedimentos descritos nos itens 19.2.6 a 19.2.6.2 do Regulamento, todas as Quotas serão resgatadas no Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- a) as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- b) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;
- c) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional, de forma proporcional ao número total de Quotas Sênior detidas por cada Quotista titular de Quotas Sênior e, após o resgate integral das Quotas Sênior, de forma proporcional ao número total de Quotas Subordinadas detidas por cada Quotista titular de Quotas Subordinadas;
- d) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados em observância ao disposto neste Prospecto e no Regulamento; e
- e) sem prejuízo do disposto neste Prospecto e no Regulamento, se no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas.

Em caso de exercício do Direito de Aquisição pelo Cedente e, portanto, ocorrência do Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) acima, o Administrador deverá ser comunicado pelo Cedente por escrito, nos termos do Contrato de

Promessa de Cessão, e imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo. Nessa hipótese, o Cedente deverá adquirir e pagar pela totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Administrador, da comunicação referida acima.

O Preço de Aquisição da totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive dos Direitos de Crédito Inadimplidos, a serem adquiridos pelo Cedente será calculado de acordo com a fórmula prevista no Contrato de Promessa de Cessão e deverá garantir o pagamento integral do valor de resgate das Quotas Sênior em circulação, calculado nos termos do parágrafo abaixo.

Na hipótese de ocorrência do Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) acima, as Quotas Sênior em circulação deverão ser resgatadas no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da Data de Pagamento da Aquisição, pelo valor calculado de acordo com a fórmula constante do respectivo Suplemento.

4.15.3. Eventos de Exercício

Um Evento de Exercício será caracterizado na primeira vez que os seguintes eventos forem verificados, de forma simultânea:

- (i) o Administrador constatar que o valor das Quotas Subordinadas corresponde a 5% (cinco por cento) ou menos do valor do Patrimônio Líquido do Fundo por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; e
- (ii) o Cedente deixar de cumprir a obrigação de realizar aporte adicional de recursos para restabelecimento da Razão de Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação do Administrador nesse sentido, nos termos do item 17.1. do Regulamento.

Em caso de ocorrência de um Evento de Exercício, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante, ao Cedente e ao IFC, e entrará automaticamente em procedimento de liquidação antecipada. Em tal caso: (i) a liquidação do Fundo será iniciada dentro de 15 (quinze) dias após o término do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior (caso nenhum Quotista Sênior tenha exercido validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior) ou após a Data de Liquidação (caso algum Quotista Sênior tenha exercido validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior); e (ii) o Administrador convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a propositura de ação judicial contra o Cedente por descumprimento da obrigação prevista no item 17.1 do Regulamento, a ser realizada dentro de até 10 (dez) dias após o término do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior (caso nenhum Quotista Sênior tenha exercido validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior) ou após a Data de Liquidação (caso algum Quotista Sênior tenha exercido validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior).

4.16. Direito de Venda de Quotas Sênior

Observado o disposto abaixo, o Quotista titular de Quotas Sênior emitidas pelo Fundo na Primeira Emissão terá a faculdade de vender as Quotas Sênior de sua titularidade em razão da ocorrência de um Evento de Exercício.

Uma vez implementadas as Condições Suspensivas do Direito de Venda, o Cedente poderá solicitar ao IFC que envie uma Comunicação de Eficácia mediante o envio, juntamente com o Cedente, de uma Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas ao IFC, e, desde que confirmado o cumprimento das Condições Suspensivas do Direito de Venda, o IFC enviará

uma Comunicação de Eficácia ao Administrador e ao Cedente, quando então terá início o Período de Vigência do Direito de Venda.

A obrigação do IFC de enviar a Comunicação de Eficácia está sujeita ao cumprimento, de forma satisfatória para o IFC, das seguintes condições (as "Condições Suspensivas do Direito de Venda"):

- (a) constituição válida do Fundo e obtenção de todas as Autorizações necessárias para sua existência e operação de acordo com a legislação aplicável e registro para negociação das Quotas Sênior no SF e registro do Fundo junto à área de custódia do ITAÚ UNIBANCO S.A.;
- (b) celebração de todos os Documentos da Operação por suas respectivas partes, em forma e substância satisfatórias ao IFC, os quais deverão ser incondicionais, estando em pleno vigor e eficácia, tendo o IFC recebido uma cópia dos documentos dos quais não é parte;
- (c) obtenção de todas as Autorizações necessárias à oferta pública de Quotas Sênior no Brasil, estando tais Autorizações em pleno vigor e eficácia ou, alternativamente, uma dispensa para a colocação das Quotas Sênior tenha sido obtida, conforme confirmado pelo Cedente e pelo Administrador ao IFC nos termos da Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas, tendo o IFC recebido cópia da documentação pertinente (caso aplicável);
- (d) recebimento pelo IFC de opinião legal de seus consultores brasileiros, prevendo os assuntos especificados no Anexo 4 ao Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior e quaisquer outros assuntos relacionados às operações contempladas no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, conforme razoavelmente solicitado pelo IFC;
- (e) recebimento pelo IFC de todas as comissões a serem pagas pelo Cedente antes da data da Comunicação de Eficácia e, caso requerido pelo IFC, reembolso de todas as faturas relativas a comissões e despesas emitidas por consultores do IFC ou confirmação por parte de tais consultores de que o Cedente pagou diretamente a eles tais faturas;
- (f) ausência de descumprimento pelo Cedente de qualquer obrigação prevista nos Documentos da Operação ou em qualquer outro contrato celebrado entre o Cedente e o IFC;
- (g) atribuição às Quotas Sênior de classificação de risco equivalente a, no mínimo, BrAAA (classificação doméstica AAA) ou seu equivalente pela Agência Classificadora de Risco;
- (h) ausência de qualquer fato que tenha causado ou se possa razoavelmente esperar que venha a causar um Efeito Material Adverso desde a data de constituição do Fundo; e
- (i) todas as declarações e garantias prestadas pelo Cedente na Cláusula 4.02 do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior são corretas e verdadeiras, em todos os seus aspectos relevantes, na data em que o Cedente enviar ao IFC a Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas como se tais declarações e garantias tivessem sido prestadas na referida data.

As Condições Suspensivas do Direito de Venda previstas acima são condições em benefício do IFC e podem ser renunciadas exclusivamente pelo IFC, a seu critério.

O IFC pode, através de comunicação por escrito ao Cedente, suspender ou cancelar o direito do Cedente de solicitar que o IFC celebre o Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior com o Administrador nas seguintes hipóteses:

- (i) caso uma Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas não tenha sido enviada ao IFC até o final do prazo de 1 (um) ano contado da data de constituição do Fundo; ou
- (ii) caso ocorra algum evento que tenha um Efeito Material Adverso.

Caso a comunicação mencionada acima seja entregue pelo IFC, o direito do Cedente de solicitar que o IFC envie a Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas será automaticamente suspenso ou cancelado, conforme o caso. O exercício pelo IFC do direito de tal suspensão não prejudica o exercício do direito de cancelamento, seja pelo mesmo motivo ou não.

Na hipótese de, durante o Período de Vigência do Direito de Venda, ocorrer um Evento de Exercício, os seguintes procedimentos serão observados:

- (i) será garantida aos Quotistas titulares de Quotas Sênior a faculdade de exercer, a seu critério, observados os termos e condições descritos neste item, o Direito de Venda de Quotas Sênior; e
- (ii) o IFC estará obrigado a adquirir as Quotas Sênior objeto de exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior pelos respectivos titulares, até o menor entre os seguintes limites:
 - (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Quotas Sênior detidas por cada Quotista que exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, conforme posição verificada pelo Administrador nos registros de titularidade mantidos pelo Escriturador, às 10:00h do Dia Útil em que ocorrer a publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo; ou
 - (b) o número de Quotas Sênior detidas pelos Quotistas que exercerem validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior cuja soma dos respectivos valores seja equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (conforme calculado com base no Preço de Venda Unitário), a ser dividido de forma pro rata entre todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior que exercerem o Direito de Venda de Quotas Sênior, com base no número total de Quotas Sênior validamente incluídas pelos mesmos como objeto de exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior na Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior apresentada ao Administrador.

O exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior pelos Quotistas Sênior observará os seguintes procedimentos:

- (i) o Administrador comunicará a ocorrência do Evento de Exercício a todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência do referido Evento de Exercício, através da Comunicação de Evento de Exercício;
- (ii) a partir da data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, os Quotistas titulares de Quotas Sênior poderão, durante o Período

para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior mediante o envio da Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior ao Administrador;

(iii) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de encerramento do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, o Administrador deverá:

(a) encaminhar ao IFC, com cópia para o Cedente, Relatório de Exercício de Direito de Venda, o qual deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações: (A) identificação dos Quotistas titulares de Quotas Sênior que optaram pelo exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior; (B) quantidade total de Quotas Sênior detidas por cada um dos Quotistas na data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício e quantidade de Quotas que cada Quotista deseja vender, observados os limites estabelecidos no item 18.2.1(ii) do Regulamento; (C) quantidade de Quotas Sênior que cada Quotista titular de Quotas Sênior poderá vender ao IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior após aplicação dos limites estabelecidos no item 18.2.1(ii) do Regulamento (as "Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda"); e (D) o valor a ser pago pelo IFC a cada Quotista pela venda das Quotas Sênior objeto de exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior; e

(b) encaminhar aos titulares de Quotas Sênior que houverem exercido o Direito de Venda a Confirmação de Exercício;

(iv) desde que observados todos os termos e condições previstos no Regulamento para o exercício do Direito de Venda das Quotas Sênior e para a vigência do Direito de Venda das Quotas Sênior (inclusive, mas não se limitando, (a) o cumprimento de todas as obrigações do Fundo previstas no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, (b) o recebimento pelo IFC do Relatório de Exercício de Direito de Venda e quaisquer outras informações necessárias para conclusão da aquisição das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda dos Quotistas que exerceram o Direito de Venda de Quotas Sênior, e (c) a confirmação pelo Administrador de que todos os procedimentos previstos neste subitem para o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior foram observados e que nenhum Evento de Extinção do Direito de Venda ocorreu), na Data de Liquidação:

(a) cada Quotista que exerceu o Direito de Venda de Quotas Sênior deverá realizar uma ordem de venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda para o IFC através do SF;

(b) o IFC deverá realizar ordens de compra das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda através do SF, com base nas informações recebidas no Relatório de Exercício de Direito de Venda;

(c) o IFC deverá realizar o pagamento do Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda informado no Relatório de Exercício de Direito de Venda, de acordo com as regras da CETIP; e

(d) os Quotistas que houverem exercido o Direito de Venda de Quotas Sênior deverão transferir ao IFC a propriedade das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda, livre e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos, através do SF.

Somente serão elegíveis para o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior os Quotistas titulares de Quotas Sênior que:

- (i) constarem como titulares de Quotas Sênior nos registros de titularidade mantidos pelo Escriturador, às 10:00h do Dia Útil em que ocorrer a publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo;
- (ii) sejam os titulares das Quotas Sênior que pretendem vender através do Direito de Venda de Quotas Sênior na Data de Liquidação; e
- (iii) estejam aptos a prestar as declarações requeridas na forma do item 5 da Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior na data em que tal comunicação deve ser apresentada nos termos do Capítulo Dezoito.

Caso:

- (i) qualquer titular de Quotas Sênior alienar ou de qualquer forma transferir qualquer Quota Sênior objeto do Direito de Venda de Quotas Sênior após a publicação da Comunicação de Evento de Exercício, o Quotista alienante e o adquirente não terão o direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior objeto de alienação ou transferência; ou
- (ii) qualquer titular de Quotas Sênior apresente Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior ao Administrador e, após tal comunicação, tal Quotista alienar ou de qualquer forma transferir qualquer de suas Quotas Sênior, o Quotista alienante e o adquirente perderão o direito (a) de vender quaisquer Quotas Sênior com base no Direito de Venda de Quotas Sênior, bem como (b) ao recebimento de qualquer pagamento do IFC.

Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas acima, o IFC será imediatamente comunicado pelo Administrador.

O Direito de Venda de Quotas Sênior será exercível somente uma única vez, de forma que os titulares de Quotas Sênior somente terão o direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior em função da ocorrência de um único Evento de Exercício durante todo o prazo de duração do Fundo. Dessa forma, caso, após a ocorrência de tal Evento de Exercício, as condições descritas no item 18.2 do Regulamento sejam novamente verificadas, os Quotistas então detentores de Quotas Sênior não terão qualquer direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior.

A Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior é emitida pelos Quotistas Sênior que exercerem o Direito de Venda de Quotas Sênior em caráter irrevogável e irretratável. Desta forma, uma vez apresentada a Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, tais Quotistas Sênior ficam obrigados a vender as Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda para o IFC na forma prevista nos parágrafos acima.

A ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos acarretará a automática extinção do Direito de Venda de Quotas Sênior (os "Eventos de Extinção do Direito de Venda"):

- (i) a expiração do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;

- (ii) alteração de qualquer dispositivo do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas sem a aprovação prévia e por escrito do IFC;
- (iii) alteração de qualquer dispositivo do Contrato de Promessa de Cessão sem a aprovação prévia e por escrito do IFC, exceto caso tal alteração seja implementada exclusivamente para atender exigência formulada pela CVM;
- (iv) aprovação pelos Quotistas de deliberação (A) de que qualquer um dos Eventos de Avaliação previstos nas alíneas (c), (f), (g), (h), (i), (k), (l) ou (q) do item 19.1 do Regulamento não deve ser considerado um Evento de Liquidação Antecipada, na forma do item 19.1.1(ii) do Regulamento, ou (B) de que o Fundo não deve ser liquidado antecipadamente em tais casos, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 do Regulamento e seus subitens;
- (v) aprovação pelos Quotistas de deliberação para que o Fundo não inicie ação judicial contra o Cedente em caso de descumprimento da obrigação de subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas que sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos do item 17.1, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 do Regulamento e seus subitens;
- (vi) aprovação pelos Quotistas de deliberação de que o Fundo não deve ser liquidado antecipadamente após a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 do Regulamento e seus subitens;
- (vii) a aprovação pelos Quotistas ou implementação pelo Administrador (com base no disposto no item 13.5 do Regulamento) de alteração de qualquer dispositivo do Regulamento sem que o IFC conceda sua anuência com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 do Regulamento e seus subitens ou item 13.5 do Regulamento, conforme o caso;
- (viii) resgate, amortização e/ou retirada da totalidade das Quotas Sênior de negociação junto ao SF;
- (ix) o IFC efetuar o pagamento do Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda após a ocorrência de um Evento de Exercício, conforme previsto no Regulamento;
- (x) o não pagamento de quaisquer valores devidos ao IFC nos termos do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, que não seja sanado dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis;
- (xi) a ocorrência de um Descumprimento de Obrigação de Conduta pelo Cedente;
- (xii) caso a Carteira do Fundo não esteja reenquadrada aos Limites Máximos de Concentração ao término do Prazo para Reenquadramento da Carteira;
- (xiii) caso o Fundo contrate qualquer prestador de serviços ou contraparte em suas operações (incluindo o Administrador, o Custodiante, a Agência Classificadora de Risco, o Auditor, o Cedente e qualquer outro prestador de serviços) em violação ao disposto no item 26.3 do Regulamento ou deixe de substituí-lo em até 90 (noventa) dias no caso do item 26.3.1 do Regulamento; ou

- (xiv) caso um novo agente cobrador dos Direitos de Crédito aceitável para o IFC não seja contratado em substituição ao Cedente em até 90 (noventa) dias após a ocorrência de qualquer Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador.

Caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior, a partir do Dia Útil seguinte à Data de Liquidação, o Benchmark aplicável às Quotas Sênior passará a ser composto pela Taxa DI acrescida de sobretaxa (*spread*) equivalente ao maior valor entre (i) 2% (dois por cento) ao ano, e (ii) a Sobretaxa Original das Quotas Sênior da Primeira Emissão dividida por 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) ao ano, conforme será informado aos Quotistas na Comunicação de Evento de Exercício. Em tal hipótese, de tal data em diante, o cálculo do valor das Quotas Sênior será realizado diariamente, na forma do item 12.16 do Regulamento, tendo por base o novo valor do *Benchmark* informado nos termos deste parágrafo.

4.17. Amortização Extraordinária para fins de reenquadramento da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento

Caso o patrimônio do Fundo permaneça desenquadrado da Alocação Mínima de Investimento durante 30 (trinta) dias consecutivos (tal evento, um "Evento de Desenquadramento da Alocação Mínima"), o Administrador realizará a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto no item 12.16 do Regulamento e no respectivo Suplemento, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Alocação Mínima de Investimento.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Sênior nos termos deste item 4.17, todos os Quotistas serão informados por escrito dentro de 2 (dois) Dias Úteis após a caracterização do Evento de Desenquadramento da Alocação Mínima, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária, por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Quotistas; (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas; e/ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.

Qualquer Amortização Extraordinária (i) será realizada 5 (cinco) Dias Úteis após a caracterização do Evento de Desenquadramento da Alocação Mínima e (ii) afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

4.18. Política de divulgação de informações relativas ao Fundo

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Quotas Sênior; (ii) a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços para o Fundo; (iii) a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da Carteira, bem como o comportamento dos Direitos de Crédito no que se refere a histórico de pagamentos; e/ou (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Quotistas.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo anterior será feita no jornal Diário do Comércio e Indústria, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo e mantida disponível para os Quotistas na sede do Administrador e

nas instituições que coloquem as Quotas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais, e
- b) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo serão colocadas à disposição na sede do Administrador ou na CVM.

O IFC terá direito a determinadas informações, nos termos do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior. As informações apresentadas ao IFC ficarão disponíveis aos Quotistas na sede do Administrador.

4.19. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar informações adicionais sobre o Fundo, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar

São Paulo – SP

CEP 01009-905

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Website: www.concordia.com.br

Telefone: (11) 3292-1400

Fax: (11) 3241-3831

Correio Eletrônico: joelrosa@concordia.com.br

4.20. Taxa de administração e demais encargos do Fundo

Pelos serviços de administração e gestão da carteira do Fundo, o Administrador receberá Taxa de Administração a ser calculada da seguinte forma:

- (i) até a ocorrência de uma Data de Liquidação ou Evento de Extinção do Direito de Venda, a Taxa de Administração será equivalente ao seguinte valor, calculado em base anual:
- (a) 0,12% (zero vírgula doze por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, ou um valor mensal fixo equivalente a R\$13.440,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta reais), prevalecendo o maior valor; *mais*
 - (b) 0,501907248% (quinhentos e um milhões, novecentos e sete mil, duzentos e quarenta e oito milésimos de milionésimos por cento) ao ano calculado sobre o valor das Quotas Sênior em circulação; e
- (ii) após a ocorrência de uma Data de Liquidação, ou Evento de Extinção do Direito de Venda, a Taxa de Administração será equivalente a 0,12% (zero vírgula doze por cento) ao ano, calculado em base anual sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, ou um valor mensal fixo equivalente a R\$13.440,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta reais), prevalecendo o maior valor.

A remuneração do Administrador é calculada e apropriada por Dia Útil e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O valor mensal fixo será corrigido anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE (IPC-FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Pelos serviços prestados, o Custodiante fará jus às remunerações especificadas na tabela abaixo. Tais remunerações incidirão sobre o Patrimônio do Fundo, sendo que a cobrança terá início a partir da primeira integralização das quotas e será provisionada diariamente e paga mensalmente ao Custodiante.

Patrimônio Líquido (PL) do FIDC (R\$ MM)	"Servicer" (debitado do FIDC) Percentagem Anual sobre o Patrimônio do Fundo	Custódia (debitado do FIDC) Percentagem Anual sobre o Patrimônio do Fundo	Controladoria "Administrador"
De 0 de 100	0,18	0,03	0,03
De 100 a 200	0,17	0,03	0,03
Acima de 200	0,16	0,03	0,03
Mínimo Mensal	R\$ 13.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

--	--	--	--

O Fundo não possui taxa de performance ou taxa de saída.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas com Auditores Independentes encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- j) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco, e
- k) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, aquelas decorrentes da contratação do Direito de Venda de Quotas Sênior em benefício dos titulares de Quotas Sênior, bem como quaisquer outras não previstas no Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo, correndo por conta do Administrador.

O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada do Fundo pelo Administrador e não excedam a Taxa de Administração.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso, taxa de performance ou taxa de saída dos Quotistas.

4.21. Ordem de Alocação dos Recursos do Fundo

Sujeito à disponibilidade de recursos na forma do presente Regulamento, em cada Data de Amortização o Fundo deverá destinar os recursos disponíveis conforme a seguinte ordem de prioridades:

- (i) o pagamento da Taxa de Administração e dos demais encargos do Fundo incorridos e não pagos;
- (ii) observado o item 14.9 do Regulamento, a constituição, manutenção e recomposição da Reserva de Liquidez;

- (iii) durante o Período de Carência, o saldo (se houver), para o pagamento da amortização do Benchmark acumulado sobre as Quotas Sênior no Período de Acumulação de Benchmark imediatamente anterior, devidos na Data de Amortização em questão, de forma pro rata para os titulares de Quotas Sênior conforme verificado em tal Data de Amortização;
- (iv) após o Período de Carência, o saldo (se houver), para o pagamento da amortização das Quotas Sênior nas Datas de Amortização e nos montantes previstos no Suplemento em questão, de forma pro rata para os titulares de Quotas Sênior conforme verificado em tal Data de Amortização;
- (v) o saldo (se houver), para o pagamento do Preço de Aquisição devido nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, observado que nenhum pagamento a este título poderá ser realizado se o Fundo estiver (ou for ficar após tal pagamento) desenquadrado da Razão de Garantia, se qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada houver ocorrido, ou se o saldo da Conta Autorizada do Fundo for inferior ao Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo;
- (vi) o saldo (se houver), para o pagamento de amortizações de Quotas Subordinadas na forma do item 14.8(i) do Regulamento, observado que nenhum pagamento a este título poderá ser realizado em tal Data de Amortização se o Fundo estiver (ou for ficar após tal pagamento) desenquadrado da Razão de Garantia, se qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada houver ocorrido, ou se o saldo da Conta Autorizada do Fundo for inferior ao Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo; e
- (vii) após a amortização integral das Quotas Sênior, o saldo (se houver), para o pagamento de amortizações de Quotas Subordinadas.

4.22. Regras de tributação do Fundo

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Quotistas. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.22.1. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

4.22.2. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Contudo, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (a) a residência dos Quotistas: (i) no Brasil; e (ii) no exterior; e (b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (i) a cessão ou alienação de Quotas; (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas Residentes no Brasil:

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 22,5% a depender da forma como for conduzida a operação. Adicionalmente, sobre operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias até 360 dias; (iii) 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias até 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a Carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas relativamente à hipótese de resgate das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689/00 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota inferior a 20% ("Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%.

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

Os Quotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação não se beneficiam do tratamento privilegiado descrito no item II.a., sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 22,5%, a depender da forma como for conduzida a operação, em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para Reais, bem como de Reais para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, as operações de câmbio para ingressos de recursos, conduzidas por Quotistas Qualificados e vinculadas às aplicações no Fundo se sujeitam à alíquota de 2%, aplicável aos contratos celebrados a partir de 20 de outubro de 2009. Já para os contratos de câmbio referentes à remessa de recursos realizada ao exterior por Quotistas Qualificados e relativa às aplicações no Fundo, aplica-se atualmente a alíquota de 0%. De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

4.23. Mecanismos de reforço de crédito

O Fundo conta com os seguintes mecanismos de reforço de crédito:

(i) Reserva de Liquidez;

(ii) Direito de Venda das Quotas Sênior; e

(iii) Obrigatoriedade de existência de Saldo Mínimo na Conta Autorizada do Fundo, sem o qual o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito.

4.24. Política de exercício de direito de voto

Em decorrência de sua política de investimento, conforme descrita no item “Política de investimento e composição da Carteira” acima e no Regulamento, o Fundo não adota política de exercício de direito de voto.

4.25. Sumário dos contratos relevantes celebrados pelo Fundo

O Fundo possui, na data deste Prospecto, os seguintes contratos firmados em seu nome:

4.25.1. Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Créditos sem Coobrigação e Outras Avenças (“Contrato de Promessa de Cessão”)

O Fundo firmou, em 19 de maio de 2010, o Contrato de Promessa de Cessão tendo o Cedente na qualidade de vendedor de direitos de crédito que passarão a integrar o patrimônio do Fundo, contando ainda com o Custodiante como interveniente.

Por meio do referido documento, Fundo e Cedente ajustam as condições de oferta de créditos pelo Cedente e sua consequente aquisição pelo Fundo. O Contrato de Promessa de Cessão possui as regras e diretrizes gerais para a operação e demanda a formalização de Termos de Cessão para cada lote de Direitos de Crédito que vierem a ser adquiridos pelo Fundo.

Adicionalmente, o Contrato de Promessa de Cessão prevê as condições pelas quais o Cedente permanecerá como responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito e por sua cobrança, em nome e em favor do Fundo.

4.25.2. Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Contrato de Custódia”)

O Fundo firmou, em 19 de maio de 2010, o Contrato de Custódia, na qualidade de contratante e o Custodiante na qualidade de contratado.

Por meio do referido documento, o Fundo e o Custodiante ajustam as condições dos serviços de custódia e controladoria prestados pelo Custodiante ao Fundo, relativos aos Direitos de Crédito pertencentes à Carteira.

4.25.3. Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas

O Administrador firmou, em nome do Fundo, em 18 de maio de 2010, o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas juntamente com o Cedente.

Neste documento, o Cedente compromete-se, de acordo com as cláusulas ali estabelecidas, a subscrever as Quotas Subordinadas emitidas pelo Fundo nos termos do Regulamento.

4.25.4. Contrato de Escrituração

Em 19 de maio de 2010, o Fundo, por meio do seu Administrador, firmou o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas com o Escriturador.

Por meio desse documento, o Fundo e o Escriturador estabeleceram as regras para registro das quotas e liquidação de direitos dos seus titulares.

4.25.5. Compromisso de Compra e Venda de Quotas Sênior

O Administrador firmou, em nome do Fundo, em 18 de maio de 2010, o Compromisso de Compra e Venda de Quotas Seniores (*Senior Quotas Purchase Commitment Agreement*) juntamente com o Cedente e o IFC, sendo este último na qualidade de outorgante do Direito de Venda de Quotas Sênior, nos termos lá previstos e de acordo com o Regulamento.

Por meio do referido documento, o Administrador, o Cedente e o IFC ajustam os termos e condições para concessão aos Quotistas Sênior do Direito de Venda ao IFC de Quotas Sênior.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

5. OS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS AO FUNDO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

OS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS AO FUNDO

5.1. Procedimentos de oferta de Direitos de Crédito e formalização da Cessão

5.1.1. Formalização da Cessão

A cessão dos Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo será considerada formalizada na data de assinatura de cada Termo de Cessão, na forma do Anexo I ao Contrato de Promessa de Cessão, que deverá ocorrer somente após a verificação, pelo Custodiante, do cumprimento dos Critérios de Elegibilidade.

A formalização da cessão observará as seguintes etapas:

- a) o Cedente, na data em que ofertar Direitos de Crédito ao Fundo, enviará, até às 12h00, ao Custodiante arquivo em formato eletrônico pré-estabelecido, contendo as informações relativas aos Direitos de Crédito que está disposto a ceder ao Fundo ("Potencial de Cessão");
- b) o Administrador informará até 12h30, mediante preenchimento de boleto eletrônico de aquisição de Direitos de Crédito disponível no website www.itaucustodia.com.br, o montante de recursos disponíveis para aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, observados os termos do Regulamento;
- c) atendidos os subitens (a) e (b) acima, o Custodiante fará a verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade, mediante informações que constarem nos arquivos eletrônicos enviados pelo Cedente;
- d) concluído o procedimento de verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante (i) colocará à disposição do Administrador e do Cedente, no website www.itaucustodia.com.br relatórios de Direitos de Crédito que atendem aos Critérios de Elegibilidade, individualmente identificados, e Direitos de Crédito que não atendem a algum dos Critérios de Elegibilidade; e (ii) enviará ao Cedente arquivo retorno, em formato eletrônico pré-estabelecido, contendo as informações relativas aos Direitos de Crédito que atendem e os que não atendem os Critérios de Elegibilidade, identificando os motivos da rejeição; e
- e) o somatório do Preço de Aquisição, a ser pago pelo Fundo em moeda corrente nacional, não poderá ser superior ao Potencial de Cessão apurado na Data de Oferta.

A cessão formalizada na forma deste item será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todas as Garantias, direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

5.1.2. Condições Precedentes, Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão dos Direitos de Crédito

Condições Precedentes

Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, a efetivação de toda e qualquer cessão de Direitos de Crédito ao Fundo nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições precedentes:

- a) atendimento, pelos Direitos de Crédito, às Condições de Cessão;
- b) atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos Critérios de Elegibilidade;

- c) formalização da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo nos termos da Cláusula III do Contrato de Promessa de Cessão, inclusive com o pagamento ao Cedente do seu Preço de Aquisição; e
- d) enquadramento dos Direitos de Crédito na política de investimento do Fundo, conforme constante de seu regulamento.

Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito

Sem prejuízo do disposto no item 6.2 do Regulamento, somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo os Direitos de Crédito que observem, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade indicados a seguir:

- a) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cujo Cliente possua dívida vencida e não paga perante o Fundo;
- b) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cuja data de vencimento seja posterior à Data de Resgate fixada no Suplemento relativo à Primeira Emissão de Quotas Sênior;
- c) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito que estejam em desacordo com os Limites Máximos de Concentração conforme Anexo III do Regulamento;
- d) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não devem ter apontamentos cadastrais no SERASA indicando: "Concordata Requerida", "Concordata Deferida", "Falência Decretada", "Concordata Suspensiva", "Não Operar", "Intervenção", "CGCs Inaptos", e "Auto Falência";
- e) o prazo de vencimento da Operação de Mútuo em questão não poderá fazer com que, após a aquisição pelo Fundo, a média ponderada dos prazos de vencimento dos Direitos de Crédito seja superior a 548 (quinhentos e quarenta e oito) dias;

$$PM = \frac{\sum_{i=1}^n \text{Valor (i)} \times \text{Prazo (i)}}{\sum_{i=1}^n \text{Valor (i)}}$$

onde:

PM = Prazo médio em dias corridos;

Valor = Valor da parcela na data de vencimento (no caso de Direito de Crédito pré-fixado) ou o valor de cada parcela do saldo devedor na data (no caso de Direito de Crédito pós -fixado);

Prazo = Prazo, em dias corridos, entre a data de cálculo e data de vencimento.

N = Quantidade de parcelas a serem pagas com relação aos Direitos de Crédito em questão.

- f) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito tenham sido classificados pelo Cedente (excluindo as respectivas Garantias) como AA, A, B ou C, de acordo com a Política de Crédito do Cedente; e
- g) Direitos de Crédito decorrentes de Operações de Mútuo que, incluindo as respectivas Garantias, sejam classificadas pelo Cedente como AA, A, B ou C, de acordo com a Política de Crédito do Cedente.

O Custodiante verificará os Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade acima indicados no momento imediatamente anterior à cada cessão de tais Direitos de Crédito ao Fundo.

O não atendimento aos Critérios de Elegibilidade ocorrido em momento posterior ao da cessão dos Direitos de Crédito não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente, o Administrador ou o Custodiante.

Fica esclarecido, ainda, que (i) durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do Fundo contados da Primeira Data de Emissão; e (ii) durante os 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o pagamento da última parcela de amortização das Quotas Sênior em circulação, os Limites Máximos de Concentração e Alocação Mínima de Investimento não precisarão ser observados pelo Fundo. No 91º (nonagésimo primeiro) dia após a Primeira Data de Emissão (ou no Dia Útil imediatamente seguinte), o Custodiante colocará à disposição do Administrador, no website www.itaucustodia.com.br, relatório contendo os Limites Máximos de Concentração. Caso o Fundo esteja desenquadrado dos Limites Máximos de Concentração, o Fundo terá o prazo de 30 (trinta) dias para ser reenquadrado aos Limites Máximos de Concentração. Para tanto, o Cedente estará obrigado, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, a ceder e/ou recomprar Direitos de Crédito para ou do Fundo, conforme o caso, e o Fundo estará obrigado a ceder e/ou comprar Direitos de Crédito para ou do Cedente, conforme o caso, de modo que ao fim de tal prazo os Limites Máximos de Concentração sejam observados.

O Administrador deverá comunicar ao IFC (através de comunicação por escrito) e aos Quotistas (através de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo) (i) informando a situação dos Limites Máximos de Concentração no 91º (nonagésimo primeiro) dia após a Primeira Data de Emissão, (ii) quando a Carteira for reenquadrada nos Limites Máximos de Concentração, e, se for o caso (iii) ao término do prazo previsto no parágrafo acima caso tal reenquadramento não tenha ocorrido.

O Administrador comunicará ao Custodiante, com 5 (cinco) dias de antecedência, em qual data o Fundo (i) observará plenamente todos os Limites Máximos de Concentração previstos no Regulamento; e (ii) deixará de observar os Limites Máximos de Concentração previstos no Regulamento, observados os prazos previstos no item 6.1.3 do Regulamento.

Na hipótese de alteração, pelo SERASA, de qualquer dos códigos indicados no subitem (d) acima, o Custodiante passará a realizar a verificação com base nos novos códigos que indiquem situações equivalentes àquelas indicadas pelos códigos alterados, observado que não poderão ser adquiridos pelo Fundo Direitos de Crédito cujos devedores estejam sujeitos a qualquer dos regimes de recuperação ou liquidação previstos pela Lei nº 11.101/2005 e/ou pela Lei nº 6.024/1974.

Condições de Cessão dos Direitos de Crédito

Sem prejuízo do disposto no item acima, o Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, por ofertar ao Fundo somente Direitos de Crédito que observem às seguintes Condições de Cessão:

- a) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, nos quais o valor total das Garantias seja superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito, devem ter fornecido ao Cedente cópia de suas demonstrações financeiras relativas aos 2 (dois) últimos exercícios sociais encerrados anteriormente à data da contratação da respectiva Operação de Mútuo;
- b) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, nos quais o valor total das Garantias seja igual ou inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito, devem ter fornecido ao Cedente cópia de suas demonstrações financeiras relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados anteriormente à data da contratação da respectiva Operação de Mútuo;

- c) no mínimo 100% (cem por cento) do valor das parcelas das Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverá estar amparado por Garantias, sendo utilizado para tal cálculo os percentuais do valor dos bens dados em garantia constantes da tabela que consta no segundo parágrafo abaixo;
- d) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não podem estar em atraso com o pagamento de qualquer obrigação perante o Cedente por período superior a 5 (cinco) Dias Úteis, exceto se o valor total dos pagamentos em atraso for inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais);
- e) os Clientes e as Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito estão classificados como risco Médio ou Baixo de acordo com o Procedimento de Sustentabilidade do Cedente (MPG 10.000.R01);
- f) o Cedente tenha analisado as informações sobre o Cliente obtidas junto ao SERASA e, caso tais informações incluam qualquer referência a atraso em pagamentos ou qualquer outra informação negativa sobre o respectivo Cliente, o Cedente tenha realizado investigação complementar com os credores de tais operações identificadas para verificar as razões de tal atraso ou de tal informação negativa e, após tal análise, o Cedente tenha concluído com base na boa prática bancária que não há motivos para restringir o crédito a tal Cliente;
- g) Direitos de Crédito cujas respectivas Operações de Mútuo: (i) prevejam pagamento em parcelas mensais, (ii) sejam classificadas como *mútuo parcelado* ou operações que venham a substituir, (iii) não sejam operações objeto de renegociação na forma da Resolução 2.682/99 ou regulamentação que venha a substituí-la ou, ainda, não sejam classificadas como “recomposição de dívida” de acordo com Política de Créditos do Cedente (caso tal classificação seja mais conservadora que a prevista na Resolução 2.682/99);
- h) Direitos de Crédito cujo respectivo período de carência não exceda 9 (nove) meses e já tenha se encerrado, e, ainda, tenha o histórico de pagamento de no mínimo 1 (uma) parcela da Operação de Mútuo pelo respectivo devedor;
- i) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não podem exercer ou de qualquer outra forma estar relacionados a qualquer Atividade Excluída, bem como não podem utilizar os recursos recebidos em virtude das Operações de Mútuo, direta ou indiretamente, em qualquer Atividade Excluída;
- j) o Cedente tenha realizado análise e verificação completa das Garantias vinculadas às Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito, nos termos usualmente praticados pelo Cedente;
- k) durante os primeiros 3 (três) meses contados da primeira data de integralização de Quotas Sênior, cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá, considerado de forma isolada do resto da Carteira do Fundo, observar os Limites Máximos de Concentração previstos no Regulamento;
- l) após o final do 3º (terceiro) mês imediatamente seguinte à primeira data de integralização de Quotas Sênior, cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá, considerando a Carteira do Fundo no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data de referida cessão, observar os Limites Máximos de Concentração previstos no Regulamento;
- m) as Cédulas de Crédito Bancário que formalizam as Operações de Mútuo devem conter cláusula através da qual cada um dos Clientes autoriza o Cedente a realizar o débito, em suas contas de depósito, dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas nas Operações de Mútuo;
- n) Direitos de Crédito cujo prazo original não exceda 4 (quatro) anos, observado o disposto no parágrafo abaixo;

- o) o Preço de Aquisição do Direito de Crédito é igual ao valor do principal desembolsado acrescido dos juros efetivamente incorridos até a data da aquisição, deduzido dos valores pagos pelos respectivos devedores até a data da aquisição;
- p) cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá apresentar sobretaxa mínima média igual ou superior à indicada na tabela abaixo:

Razão de Garantia do Fundo (definida na forma do item 17.1.1 do Regulamento)	Sobretaxa média mínima das Operações de Mútuo sobre a Taxa DI (em percentual ao ano)
23%	8
24%	7
25%	6
26%	4,75
27%	3,75
28%	3

- q) Direitos de Crédito originados, formalizados e cobrados de acordo com a Política de Crédito do Cedente;
- r) o saldo devedor por Clientes cuja exposição do Fundo seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) não deve exceder 15% (quinze por cento) da Carteira do Fundo; e
- s) com relação a Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo durante o primeiro ano contado a partir da data de liquidação financeira da oferta pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão, o valor total dos Direitos de Crédito cujas Garantias sejam constituídas sob a forma de cessão de direitos creditórios não-performados (relativos a bens ou serviços a serem fornecidos/prestados no futuro) (tais Direitos de Crédito, os "Direitos de Crédito com Garantia Futura"), não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo.

A Condição de Cessão prevista na alínea "n" acima somente deverá ser observada após o período de 1 (um) ano após a data da constituição do Fundo.

Para fins do disposto neste item, o valor a ser atribuído às Garantias vinculadas aos Direitos de Crédito deverá ser calculado observando-se os percentuais constantes da tabela abaixo:

Tipo de Garantia:	Percentual Atribuído
CDs (Cash)	100%
Cheques	100%
Direitos Creditórios Performados	100%
Direitos Creditórios Performados ("sem trava")	100%
Direitos Creditórios Futuros	100%
Cessão Fiduciária de Créditos	100%
Hipoteca	100%
Alienação Fiduciária de Imóveis	100%
Recebíveis	100%
Undertake (garantia com depósito de recursos em	100%

conta vinculada)	
Alienação Fiduciária de Veículos	100%
Alienação Fiduciária de Equipamentos	100%
Alienação Fiduciária de Estoques	100%
Penhor de Veículos	25%
Penhor de Estoques	25%
Cédula de Crédito Bancário	0%
Aval	0%
Penhor Pecuário	0%
Notas Promissórias	0%
Participações Societárias/Ações	0%

Para os Direitos de Crédito com taxa pré-fixada será calculada, para os fins do disposto na alínea "p" acima, a taxa equivalente à Taxa DI mais sobretaxa utilizando para tanto o prazo médio dos Direitos de Crédito do referido conjunto de Operações de Mútuo e a Taxa DI futura relativa ao prazo médio conforme divulgada por Taxa Referencial BM&F (DI x Pré).

Para fins do disposto na alínea "r", o número de Clientes deverá ser calculado considerando-se apenas o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

Para fins do disposto na alínea "s", observado o limite previsto no item (ii) abaixo, após tal período de 1 (um) ano, o percentual acima referido deverá ser aumentado em 5% (cinco por cento) e assim sucessivamente a cada aniversário da data da liquidação financeira da Oferta Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão, sendo certo que:

- (i) O resultado da divisão do (A) valor total das provisões feitas pelo Fundo para Direitos de Crédito com Garantia Futura; pelo (B) valor total dos Direitos de Crédito com Garantia Futura não exceda o resultado da divisão do (A) valor total das provisões feitas pelo Fundo para Direitos de Crédito cujas Garantias sejam constituídas sob a forma de cessão de direitos creditórios já performados (relativos a bens ou serviços já fornecidos/prestados) (tais Direitos de Crédito, os "Direitos de Crédito com Garantia Performada"); pelo (B) valor total dos Direitos de Crédito com Garantia Performada; e
- (ii) o valor total das parcelas dos Direitos de Crédito com Garantia Futura não poderá em nenhum momento exceder 70% (setenta por cento) da Carteira do Fundo.

A classificação de Direitos de Crédito com Garantia Performada ou Direitos de Crédito com Garantia Futura é realizada no momento da aquisição do respectivo Direito de Crédito pelo Fundo e não é alterada após tal aquisição.

A verificação quanto ao atendimento das Condições de Cessão será feita pelo Cedente, o qual confirmará tal atendimento ao Administrador, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão.

O IFC poderá rever informações sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar se as Condições de Cessão foram observadas. Caso o IFC constate a existência de qualquer discrepância entre os Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo e as Condições de Cessão, o IFC deverá comunicar tal fato ao Administrador para que o mesmo adote as providências necessárias de acordo com o Regulamento.

Caso seja constatado a qualquer momento que o Cedente cedeu ao Fundo Direitos de Crédito que não atendiam qualquer um dos Critérios de Elegibilidade ou das Condições de Cessão, sem prejuízo das demais consequências previstas no Regulamento e no Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente deverá recomprar do Fundo tais Direitos de Crédito dentro de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que receber comunicação do Administrador neste sentido. Neste caso, o valor a ser pago ao Fundo pelo Cedente pelos Direitos de Crédito recomprados será calculado mediante utilização dos mesmos parâmetros previstos no Contrato de Promessa de Cessão.

Tanto (i) a amortização de Quotas Subordinadas quanto (ii) a aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito antes da amortização integral das Quotas Sênior, somente poderão ocorrer se o saldo existente na Conta Autorizada do Fundo no momento de tal aquisição de Direitos de Crédito e/ou amortização de Quotas Subordinada for, e após realizada tal aquisição e/ou amortização, continuar sendo, igual ou superior à soma dos seguintes valores (o "Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo"):

- a) 20% (vinte por cento) multiplicado pelo valor de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e Benchmark) a serem efetuadas pelo Fundo em período inferior a 91 (noventa e um) dias (inclusive) e superior a 61 (sessenta e um) dias;
- b) 80% (oitenta por cento) multiplicado pelo valor de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e Benchmark) a serem efetuadas pelo Fundo em período inferior a 61 (sessenta e um) dias (inclusive) e superior a 31 (trinta e um) dias; e
- c) 100% (cem por cento) multiplicado pelo valor de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e Benchmark) a serem efetuadas pelo Fundo em período inferior a 31 (trinta e um) dias (inclusive).

5.1.3. Hipótese de Desenquadramento da Carteira

Exceto no caso previsto no item 6.1.3 do Regulamento (quando os procedimentos nele previstos deverão ser observados), caso o Fundo esteja desenquadrado de qualquer dos Limites Máximos de Concentração em qualquer Data de Verificação de Limites Máximos de Concentração, o Fundo poderá continuar suas atividades, adquirindo Direitos de Crédito durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira desde que observado o seguinte: (i) o desenquadramento ainda não constitua um Evento de Avaliação; (ii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira estejam enquadrados com relação a todos os demais Critérios de Elegibilidade, todas as Condições de Cessão e todos os demais Limites Máximos de Concentração; e (iii) as aquisições não devem resultar em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionar qualquer outro desenquadramento na Carteira.

5.1.4. Registro dos Termos de Cessão

As vias originais de cada Termo de Cessão serão registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e da sede do Cedente, de acordo com os procedimentos descritos a seguir: a) no Dia Útil imediatamente seguinte à conclusão dos procedimentos previstos na alínea "d" do item 3.2 do Contrato de Promessa de Cessão, o Administrador preencherá e encaminhará ao Cedente, 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão a serem assinadas pelo Cedente dentro de até 7 (sete) Dias Úteis contados de seu recebimento; b) após a assinatura das 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão pelo Cedente, este devolverá ambas as vias para o Administrador providenciar sua assinatura e registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e do Cedente dentro de até 7 (sete) Dias Úteis contados de seu recebimento

pelo Administrador; e c) após o registro, o Administrador enviará 1 (uma) via original do Termo de Cessão ao Cedente, restando a via restante, que permanecerá em sua posse.

Os custos e despesas de cartório incorridos pelo Administrador com os registros mencionados neste item são de exclusiva responsabilidade do Fundo e serão reembolsados imediatamente pelo Fundo, mediante a apresentação, pelo Administrador, dos respectivos comprovantes de custos e despesas.

5.1.5. Custódia dos Documentos Comprobatórios

O Cedente manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos e para os efeitos dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo.

Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, observando os critérios fixados no item 23.4.2 do Regulamento, comunicando o resultado desta verificação ao Administrador, aos Auditores Independentes, ao Cedente, à Agência Classificadora de Risco do Fundo e ao IFC. Independentemente do disposto acima, o IFC, o Administrador, o Custodiante, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento do Cedente, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a sua existência, manutenção e conformidade com as Condições de Cessão.

O Cedente se obriga a dar pronto e pleno atendimento ao Custodiante, desde que mediante solicitação com pelo menos 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, ou às empresas autorizadas contratualmente a ter acesso aos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito.

5.1.6. Preço de Aquisição

Pela aquisição de Direitos de Crédito o Fundo pagará ao Cedente, conforme orientação do Administrador, em moeda corrente nacional, o preço de aquisição correspondente ao valor do principal da Operação de Mútuo efetivamente desembolsado acrescido dos juros efetivamente incorridos até a data da aquisição pelo Fundo, deduzido dos valores pagos pelos respectivos devedores até a data da aquisição do respectivo Direito de Crédito pelo Fundo ("Preço de Aquisição").

5.2. Resolução da Cessão dos Direitos de Crédito

Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, será considerada resolvida a cessão de qualquer Direito de Crédito, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia ao Cedente e sem qualquer ônus e/ou custo para o Fundo, na hipótese de ocorrência dos seguintes Eventos de Resolução:

- a) caso qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo seja reclamado por terceiros que comprovadamente sejam titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do referido Direito de Crédito pelo Fundo;
- b) caso seja verificada, a qualquer tempo, pelo Cedente, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, que qualquer Direito de Crédito e/ou suas respectivas Garantias não possuem origem legal ou não sejam devidamente amparados por Documentos Comprobatórios;

- c) caso seja constatado que qualquer Direito de Crédito tenha sido adquirido pelo Fundo sem o devido atendimento às Condições de Cessão e/ou aos Critérios de Elegibilidade; ou
- d) caso qualquer Direito de Crédito não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento, pelo Cedente, de suas obrigações por comprovado dolo, culpa ou má-fé do Cedente.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar o Administrador, por meio de correio eletrônico com aviso de entrega, seguido de carta com aviso de recebimento, sobre a ocorrência de qualquer dos eventos acima, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da data em que o Cedente tomar conhecimento do Evento de Resolução.

Independentemente do envio da comunicação referida no parágrafo acima, o Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à comunicação de qualquer Evento de Resolução, o montante correspondente ao valor pelo qual o Direito de Crédito cuja cessão foi resolvida nos termos acima está registrado na contabilidade do Fundo na data do efetivo pagamento. Nesse caso o Cedente subrogar-se-á, automaticamente, em todos os direitos inerentes ao Direito de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida nos termos do Contrato de Promessa de Cessão.

5.3. Recompra dos Direitos de Crédito

Enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente poderá (sem estar a tanto obrigado) recomprar, mediante pagamento em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito (inclusive os Direitos de Créditos Inadimplidos) de titularidade do Fundo, por meio de simples notificação, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis, enviada ao Administrador.

A recompra de Direitos de Crédito ou Direitos de Crédito Inadimplidos pelo Cedente deverá ser formalizada por meio do Termo de Recompra, cujo modelo consta do Anexo II ao Contrato de Promessa de Cessão.

Nessa hipótese, o Cedente deverá adquirir e pagar pela totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Administrador, da comunicação referida acima.

Em tal caso, o preço de recompra será o valor pelo qual os Direitos de Crédito estão registrados na contabilidade do Fundo na data do efetivo pagamento. Em qualquer hipótese, o preço de recompra deverá garantir o pagamento integral do valor de resgate das Quotas Sênior em circulação, calculado nos termos do item 19.2.6.2 do Regulamento.

No ato de pagamento da cessão de Direitos de Crédito ou de Direitos de Crédito Inadimplidos, o Fundo deverá transferir ao Cedente eventuais Documentos Comprobatórios que estejam sob sua guarda.

Fica autorizada a compensação dos valores devidos pelo Cedente ao Fundo, a título de preço de recompra de Direitos de Crédito ou Direitos de Crédito Inadimplidos, com valores devidos pelo Fundo ao Cedente, em razão da aquisição de outros Direitos de Crédito ou de tributos eventualmente devidos, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil.

5.4. Cobrança dos Direitos de Crédito e Condições de Negociação Junto aos Clientes

O Cedente efetuará a cobrança dos Direitos de Crédito nas respectivas datas de pagamento, bem como efetuará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Observadas as disposições do presente Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente obriga-se a:

- a) realizar o débito dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas em cada uma das Operações de Mútuo das contas de depósito dos Clientes mantidas junto ao Cedente, conforme autorizado nos Documentos Comprobatórios;
- b) receber os recursos provenientes dos pagamentos das Operações de Mútuo na Conta Centralizadora do Cedente e transferi-los à Conta Autorizada do Fundo no Dia Útil imediatamente seguinte ao recebimento dos mesmos pelo Cedente;
- c) realizar a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, acrescido de juros de mora e, quando for o caso, multa contratual e correção monetária, conforme originalmente contratados à época da cessão dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo, observados ainda os limites legais aplicáveis;
- d) realizar acordos judiciais e extrajudiciais na melhor forma de direito, direta ou indiretamente, por meio de terceiros subcontratados, sempre em nome do Fundo e atuando como mandatário deste e observadas as práticas jurídicas adequadas e no melhor interesse do Fundo;
- e) apresentar para o Fundo e ao Administrador, relatórios sobre os Direitos de Crédito Inadimplidos cuja cobrança lhe tenha sido confiada, sempre que solicitado, indicando, pormenorizadamente, a situação de cada Direito de Crédito Inadimplido, segundo padrões de relatórios que deverão ser previamente estabelecidos pelas Partes;
- f) realizar as medidas judiciais cabíveis com objetivo de defender os interesses do Fundo, tais como mas não se limitando a: distribuir ações judiciais de cobrança, acompanhar os incidentes processuais decorrentes, cumprir as cartas precatórias, defender o Fundo em ações de desconstituição de títulos, embargos à execução e demais ações autônomas ou incidentais assemelhadas, bem como entregar ao Fundo e ao Administrador, sempre que solicitado, relatórios sobre o andamento dos processos de cobranças judiciais sob sua responsabilidade e informar, imediatamente após a solicitação, por escrito, do Fundo ou do Administrador, o andamento desses processos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, bem como enviar cópias das principais peças processuais, quando solicitado;
- g) prestar contas ao Administrador e ao Fundo dos valores pagos ao Fundo e dos Direitos de Crédito Inadimplidos entregues para cobrança, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e do Regulamento;
- h) observar integralmente o contido no Contrato de Promessa de Cessão e no Regulamento, especialmente quanto aos prazos e condições estipulados para a prestação dos serviços estabelecidos na política de cobrança;
- i) responder integralmente pelos danos causados por seus funcionários, prestadores de serviços,

subcontratados, ou ainda quaisquer terceiros à sua ordem ou sob sua responsabilidade, ao Administrador, ao Fundo e aos Clientes, desde que tenham comprovadamente atuado em desacordo com o Contrato de Promessa de Cessão;

- j) salvo determinação expressa e por escrito do Fundo, não receber bens como forma de pagamento;
- k) prestar todas as informações que lhe forem solicitadas, referentes aos Clientes cuja cobrança lhe foi solicitada, ainda que a mesma já tenha sido encerrada ou transferida; e
- l) caso venha a receber valores diretamente de quaisquer dos Clientes ou garantidores dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o fará na qualidade de fiel depositário de tais valores, para os fins dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, desde já se comprometendo a comunicar tal fato ao Fundo, bem como a transferir ao Fundo, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis da verificação do respectivo recebimento, sem qualquer dedução, retenção ou desconto.

O Cedente poderá, às suas expensas, contratar terceiros para a realização da cobrança judicial e extrajudicial dos Clientes, sem prejuízo de suas responsabilidades, e, neste caso, deverá dar prévia ciência ao Fundo e ao Administrador acerca de possíveis contratações.

O Fundo arcará com todas as despesas que porventura venham a ser incorridas com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este parágrafo, arcando o Cedente com o encargo de fiel depositário dos valores recebidos em virtude dessa cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos enquanto não repassados para a Conta Autorizada do Fundo.

Por exclusiva decisão do Administrador, o Fundo poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade do Cedente em efetivar os procedimentos de cobrança; (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (iii) do descumprimento dos termos do Contrato de Promessa de Cessão. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo, nos termos deste item 5.4.

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, os titulares das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, nos termos do item 13.2.1 do Regulamento, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Sênior, a serem subscritas e integralizadas por todos os titulares das Quotas Sênior, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos acima serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Sênior em circulação, não estando o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em

conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos acima.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Administrador antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este artigo e da assunção pelos titulares das Quotas Sênior do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

O Administrador, o Custodiante, o Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste artigo.

Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo referidos neste item 5.4 deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

5.5. Eventos de Avaliação Contratual e de Resilição Contratual Aplicáveis ao Contrato de Cessão

São considerados Eventos de Avaliação Contratual quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle acionário do Cedente, em relação à estrutura societária que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente;
- b) alteração do objeto social do Cedente, de forma que o Cedente não esteja mais habilitado a conceder empréstimos ou financiamentos a seus Clientes por meio da realização de Operações de Mútuo;
- c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, tutela antecipada, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- d) caso ocorra um Evento de Exercício;
- e) caso o Cedente deixe de cumprir as exigências referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado impostas pelas normas do Banco Central e do CMN; ou
- f) na ocorrência de rebaixamento da classificação de risco (rating) atribuída às Quotas Sênior para classificação

inferior a “BBB”, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação Contratual, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Regulamento, para deliberar sobre as providências a serem tomadas, inclusive, mas não se limitando, sobre a eventual rescisão do Contrato de Promessa de Cessão.

O Cedente deverá notificar, por escrito, o Administrador e o Custodiante da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação Contratual indicados acima de que tenha conhecimento, dentro do prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência de um Evento de Avaliação Contratual.

Na Assembléia Geral que deverá ser convocada pelo Administrador, de acordo com o disposto no Regulamento, quando da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação Contratual (i) deverão ser apresentados aos Quotistas os detalhes sobre o Evento de Avaliação Contratual, e (ii) deverão ser decididas quais as providências a serem adotadas, incluindo, mas não se limitando, se tal Evento de Avaliação Contratual constitui um Evento de Rescisão Contratual.

Caso o Evento de Avaliação Contratual seja aquele previsto na alínea (d) acima, a Assembléia Geral a ser realizada para deliberar se o Cedente será substituído da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito será realizada após o IFC figurar como Quotista Sênior do Fundo (caso algum Quotista Sênior tenha exercido o Direito de Venda de Quotas Sênior na forma do Regulamento).

São considerados Eventos de Rescisão Contratual quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Cedente;
- b) comprovação documental de que o Cedente tenha (i) emitido ou permitido, com culpa ou dolo, a emissão de Documentos Comprobatórios para origem de Direitos de Crédito sem lastro ou permitido a emissão de Cédulas de Crédito Bancário ou constituição de Garantias sem validade ou com vício de constituição ou (ii) oferecido, ao Fundo, Direitos de Crédito sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à sua oferta ao Fundo, ou que tenham sido objeto de outra cessão para terceiros;
- c) conclusão da liquidação do Fundo, após deliberação da Assembléia Geral;
- d) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam inviabilizar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior, conforme definido no Regulamento;
- e) descumprimento, pelo Cedente, de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Promessa de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, desde que, comunicado para sanar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação (exceto em caso de descumprimento da obrigação de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas para restabelecer a Razão de Garantia, na forma do item 17.1 do Regulamento, ou em caso de constatação de falsidade de qualquer declaração ou garantia

prestada pelo Cedente em tais contratos, casos em que tal prazo de cura não será aplicável e um Evento de Resilição Contratual será automaticamente caracterizado); ou

- (f) deliberação pela Assembléia Geral que um Evento de Avaliação Contratual deve ensejar a resilição do presente Contrato.

Na ocorrência de qualquer Evento de Resilição Contratual:

- (i) o Contrato de Promessa de Cessão será automaticamente resilido, observado que as seguintes cláusulas permanecerão em vigor até a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior em circulação pelo Fundo: Cláusula 2.2.1, Cláusula 2.6, Cláusula V, Cláusula VI, Cláusula VIII (enquanto o Cedente for o agente cobrador dos Direitos de Crédito), Cláusula XI, Cláusula XII, Cláusula XIII, Cláusula XIV, Cláusula XV, Cláusula XVI, Cláusula XVII e Cláusula XVIII; e
- (ii) caberá aos Quotistas o direito de destituir o Cedente da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito, por deliberação da Assembléia Geral.

Adicionalmente, as Partes permanecerão obrigadas ao integral e pontual cumprimento das obrigações que até então tiverem assumido em qualquer Termo de Cessão, observado que a resilição do Contrato de Promessa de Cessão não prejudicará o direito da outra Parte de exigir o cumprimento de tais obrigações e de outros remédios legais descritos neste documento. Na hipótese de resilição do Contrato de Promessa de Cessão, o Fundo deverá notificar o Cedente, o Custodiante e o Administrador, imediatamente e por escrito.

Na hipótese de resilição do Contrato de Promessa de Cessão, todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelas partes no âmbito do Contrato de Promessa de Cessão até o momento da referida resilição, inclusive a obrigação do Cedente de atuar na qualidade de agente cobrador dos Direitos de Crédito (ressalvado o direito dos Quotistas de destituí-lo de tal função nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e do Regulamento) permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até o resgate integral das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas.

Sem prejuízo do acima disposto, o Cedente poderá rescindir o Contrato de Promessa de Cessão mediante comunicação enviada ao Administrador e ao Custodiante com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data de rescisão, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para qualquer das partes, na criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Promessa de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso ou ilegal.

O exercício do direito de rescisão de que trata o parágrafo acima não eximirá o Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Promessa de Cessão com relação aos Direitos de Crédito que já façam parte da carteira do Fundo na data em que tal rescisão se tornar eficaz, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações.

5.6. Informações sobre os Direitos de Crédito

Caracterizam-se como Direitos de Crédito elegíveis para compor o patrimônio do Fundo (i) os valores devidos pelos Clientes ao Cedente decorrentes de Operações de Mútuo; (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências,

prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando, a eventuais Garantias; e (iii) todos os Documentos Comprobatórios.

A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras, condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Promessa de Cessão.

5.6.1. Informações Descritivas das Características Relevantes dos Direitos de Crédito

As Operações de Mútuo que geram os Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo são oriundos de empréstimos e financiamentos a seus Clientes por meio da realização de Operações de Mútuo representadas por Cédulas de Crédito Bancário, podendo também contar com determinadas Garantias, quando for o caso. As Garantias dos Direitos de Crédito consistem em garantias reais ou fidejussórias que tenham sido constituídas pelos Clientes ou por terceiros objetivando garantir o pagamento das Operações de Mútuos.

Para compor a carteira inicial do Fundo, serão cedidos ao Fundo aproximadamente 100 (cem) Direitos de Crédito, com valores individuais entre R\$ 100.000,00 e R\$ 6.500.000,00, existindo, contudo, casos com valores significativamente maiores ou menores. Na data deste Prospecto, o valor total dos Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo é de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais). Os Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo possuem as seguintes características:

- Taxas de Juros: taxas de juros compostos, pós-fixadas (DI + juros, que variam de 2 a 25%) e pré-fixadas (que variam de 8 a 40%);
- Prazos de vencimento: entre 3 meses e 3 anos;
- Amortização: por pagamentos mensais;
- Garantias: cheques pré-datados, hipotecas, alienação de imóveis, de máquinas, de estoques e de veículos, direitos creditórios, cessão fiduciária de créditos, CDs (Cash), recebíveis, undertake, penhor de veículos e de estoques, cédula de crédito bancário, aval, penhor pecuário, notas promissórias e participações societárias/ações;
- Finalidade: capital de giro de empresas de médio porte.

5.6.2. Nível de Concentração dos Direitos de Crédito por Devedor

Em razão da diversidade de Clientes, há grande pulverização dos devedores de Direitos de Crédito. Os limites máximos de concentração por cedente estão previstos abaixo e no Anexo III do Regulamento:

- (a) Nenhum Cliente, isoladamente, poderá ser devedor de Direitos de Crédito em valor igual ou superior a R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).
- (b) O saldo devedor por Clientes inscritos sob o mesmo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não deve exceder 15% (quinze por cento) da Carteira do Fundo.
- (c) O saldo devedor dos 10 (dez) maiores Clientes não poderá ser superior 25% (vinte e cinco por cento) da Carteira do Fundo.
- (d) O saldo devedor dos 20 (vinte) maiores Clientes não poderá ser superior a 45% (quarenta e cinco por cento) da Carteira do Fundo.

(e) O saldo devedor dos 50 (cinquenta) maiores Clientes não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento) da Carteira do Fundo.

(f) O saldo devedor dos 80 (oitenta) maiores Clientes não poderá ser superior a 99% (noventa e nove por cento) da Carteira do Fundo.

Para fins do disposto neste item, o número de Clientes mencionado nas respectivas alíneas deverá ser calculado considerando-se apenas o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

5.6.3. Informações sobre os Devedores dos Direitos de Crédito

Os Clientes são pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Brasil que celebram Operações de Mútuo com o Cedente, sendo os devedores dos Direitos de Crédito. Os Clientes serão, necessariamente, empresas de médio porte (*middle market*).

Tendo em vista a política de concentração do Fundo descrita no item 5.6.2 acima, não haverá devedores responsáveis pelo pagamento ou pela liquidação de mais de 15% (quinze por cento) dos ativos que compõem o patrimônio do Fundo, nem devedores ou coobrigados responsáveis por mais de 20% dos direitos creditórios.

5.6.4. Política de Concessão de Crédito

A política de concessão de crédito aplicável aos Clientes para a realização de Operações de Mútuo é desenvolvida e monitorada pelo Cedente nos termos da Política de Crédito do Cedente prevista no Anexo IX do Regulamento anexo a este Prospecto.

5.7. Informações sobre Inadimplimentos, Perdas e Pré-pagamentos

O Cedente é responsável pela cobrança e recebimento dos Direitos de Crédito, sendo sua atribuição realizar a verificação dos eventos de Perda, Pré-pagamento e Refinanciamento, sob o acompanhamento do Administrador.

A tabela a seguir tem por objetivo informar os impactos na rentabilidade do Fundo gerados por possíveis inadimplências. Em relação a Pré-pagamento e Refinanciamento, o Fundo não deve sofrer qualquer impacto, pois os contratos serão cedidos ao longo de toda vida da série à mesma taxa original, portanto não existirá taxa de deságio nas cessões.

Em todos os cinco cenários de estresse abaixo reproduzidos, fica evidenciado o excesso de caixa para o Fundo ao final do tempo estimado para o encerramento de suas atividades. A metodologia para obtenção deste estudo estatístico comparativo procurou utilizar critérios próximos aos utilizados pela Agência Classificadora de Risco para a Primeira Emissão:

	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3	CENÁRIO 4	CENÁRIO 5
Perdas de crédito	1%	2%	7%	20%	30%
Período das Perdas	Linear ao longo da vida da serie	Linear ao longo da vida da serie	Linear ao longo da vida da serie	Linear ao longo da vida da serie	Linear ao longo da vida da serie
Pré-Pagamento/Refinanciamento	Não	Não	Não	Não	Não
Excesso de Caixa	R\$ 109 milhões	R\$ 105 milhões	R\$ 86 milhões	R\$ 37 milhões	R\$ 1 milhão

A tabela abaixo apresenta dados estatísticos sobre Performance por Fluxo de Vencimentos, contemplando as informações sobre inadimplementos e Perdas (Operações de Mútuo vencidas e não pagas) referentes a direitos de crédito com as mesmas características daqueles integrantes da Carteira do Fundo, no período de fevereiro 2007 a fevereiro de 2010, incluindo as faixas de atraso no pagamento dos referidos direitos de crédito:

MÊS	FATURAMENTO COM VENCIMENTO ATÉ MARÇO DE 2010 [EM R\$]	PAGAMENTOS PONTUAIS	ATRASSO ENTRE 6 E 30 DIAS	ATRASSO ENTRE 31 E 90 DIAS	ATRASSO ENTRE 91 E 180 DIAS	ATRASSO DE MAIS DE 180 DIAS [A]	NÃO PAGOS ATÉ MARÇO DE 2010	NÃO PAGOS ATÉ MARÇO DE 2010 COM ATRASSO DE MAIS DE 180 DIAS [B]	[A] + [B]
Fev/07	233,327,392.69	89.96%	8.64%	1.01%	0.30%	0.09%	0.00%	0.00%	0.09%
Mar/07	283,675,571.99	77.31%	12.85%	9.01%	0.27%	0.53%	0.02%	0.02%	0.55%
Abr/07	433,460,763.42	88.69%	10.57%	0.57%	0.17%	0.01%	0.00%	0.00%	0.01%
Mai/07	341,263,266.48	88.62%	8.21%	2.58%	0.03%	0.20%	0.35%	0.00%	0.20%
Jun/07	469,043,591.73	92.54%	6.97%	0.41%	0.03%	0.05%	0.00%	0.00%	0.05%
Jul/07	405,917,035.94	82.99%	13.50%	3.06%	0.05%	0.38%	0.02%	0.00%	0.38%
Ago/07	468,468,280.41	89.64%	9.48%	0.56%	0.02%	0.16%	0.13%	0.02%	0.18%
Set/07	409,592,052.50	92.81%	6.01%	0.84%	0.08%	0.26%	0.00%	0.00%	0.26%
Out/07	503,195,791.17	89.81%	9.11%	0.60%	0.38%	0.02%	0.07%	0.04%	0.07%
Nov/07	469,667,862.63	89.05%	9.92%	1.02%	0.00%	0.00%	0.01%	0.01%	0.01%
Dez/07	889,559,037.92	90.33%	8.76%	0.56%	0.11%	0.03%	0.21%	0.01%	0.04%
Jan/08	684,444,282.47	92.41%	6.37%	0.57%	0.00%	0.00%	0.64%	0.25%	0.25%
Fev/08	268,401,332.09	80.47%	11.13%	7.35%	0.32%	0.73%	0.00%	0.00%	0.73%
Mar/08	353,791,394.69	79.06%	18.46%	2.26%	0.08%	0.08%	0.07%	0.00%	0.08%
Abr/08	485,603,697.18	77.84%	20.24%	1.59%	0.08%	0.22%	0.03%	0.03%	0.25%
Mai/08	562,730,467.11	87.69%	8.03%	2.31%	0.62%	1.33%	0.03%	0.02%	1.35%
Jun/08	611,815,678.15	87.39%	11.10%	0.96%	0.32%	0.22%	0.00%	0.00%	0.23%
Jul/08	358,212,649.56	86.82%	6.52%	2.41%	0.52%	1.57%	2.17%	0.45%	2.02%
Ago/08	538,185,756.74	90.61%	6.48%	1.90%	0.20%	0.41%	0.40%	0.23%	0.63%
Set/08	475,139,043.45	85.56%	7.69%	3.05%	0.18%	0.10%	3.42%	1.63%	1.73%
Out/08	166,084,002.12	76.82%	20.73%	2.36%	0.03%	0.06%	0.00%	0.00%	0.06%
Nov/08	413,989,059.38	83.43%	14.56%	1.68%	0.09%	0.00%	0.23%	0.00%	0.00%
Dez/08	1,293,543,978.15	86.60%	10.77%	2.12%	0.16%	0.32%	0.04%	0.01%	0.33%
Jan/09	213,416,936.30	93.09%	5.35%	1.17%	0.11%	0.16%	0.11%	0.06%	0.22%
Fev/09	298,782,837.83	72.30%	23.60%	2.97%	0.87%	0.16%	0.10%	0.02%	0.17%
Mar/09	286,510,669.11	80.32%	10.75%	5.51%	0.45%	0.02%	2.94%	0.88%	0.90%
Abr/09	234,348,923.84	93.44%	5.33%	0.59%	0.17%	0.03%	0.45%	0.01%	0.04%
Mai/09	322,166,893.43	92.14%	6.67%	0.90%	0.00%	0.00%	0.28%	0.02%	0.02%
Jun/09	212,722,257.35	85.06%	10.39%	1.21%	0.07%	0.00%	3.28%	0.13%	0.13%
Jul/09	288,572,468.89	87.84%	10.98%	0.81%	0.04%	0.00%	0.33%	0.06%	0.06%
Ago/09	166,619,472.78	74.46%	8.44%	16.36%	0.00%	0.00%	0.74%	0.00%	0.00%
Set/09	172,210,169.82	90.29%	7.23%	0.73%	0.00%	0.00%	1.75%	0.00%	0.00%
Out/09	153,166,199.59	88.67%	10.05%	0.22%	0.00%	0.00%	1.06%	0.00%	0.00%
Nov/09	168,858,253.46	92.93%	3.05%	3.71%	0.00%	0.00%	0.31%	0.00%	0.00%
Dez/09	173,738,968.87	92.89%	5.59%	0.24%	0.00%	0.00%	1.28%	0.00%	0.00%
Jan/10	42,686,119.35	96.49%	3.15%	0.00%	0.00%	0.00%	0.36%	0.00%	0.00%
Fev/10	18,773,156.59	82.23%	15.82%	0.00%	0.00%	0.00%	1.85%	0.00%	0.00%

A tabela abaixo mostra os índices de pré-pagamento, em relação à carteira de direitos creditórios do Cedente similar a que será cedida ao Fundo, divididos em 10 faixas (de 1 dia de antecedência até mais de 360 dias) relativos ao período de março de 2007 à março de 2010.

Direitos de Crédito

Pré- Pagamento (Prazo de antecedência em relação ao vencimento)	%
De 1 a 10 dias	5,32
De 11 a 30 dias	2,52
De 31 a 60 dias	0,83
De 61 a 90 dias	0,47
De 91 a 120 dias	0,21
De 121 a 150 dias	0,18
De 151 a 180 dias	0,07
De 181 a 360 dias	0,16
Acima de 360 dias	0,07
Total	9,83

Os direitos creditórios serão cedidos ao Fundo com as mesmas taxas aplicáveis originariamente nos contratos, sem que haja a incidência de taxa de deságio. Ou seja, o Cedente deverá efetuar as cessões ao Fundo pela mesma taxa contratada para a remuneração dos direitos creditórios que serão cedidos ao Fundo. Desta forma, o Fundo não sofrerá impacto de pré-pagamento por motivo de descasamento dessas taxas. No entanto, foi feito um exercício de simulação mostrando (em 6 cenários descritos a seguir) o impacto do pré-pagamento no Fundo, no caso de uma eventual queda na taxa de cessão, em relação à taxa estimada inicial acima descrita.

Dados:

Taxa média estimada inicial dos direitos de crédito a serem cedidos: CDI + 11%aa

Taxa média estimada da cessão inicial: CDI + 11% aa

Valor presente da carteira: R\$ 230 milhões

Prazo médio dos direitos de crédito: 7 meses

CDI médio estimado: 12,1% aa

1º Cenário	
Percentual de pré-pagamento sobre o volume da carteira	5,5%
Valor da Carteira de direitos creditórios em uma determinada data de cessão	R\$ 230 milhões
Taxa de cessão	CDI + 10% aa
Impacto (Perda de Receita) no Fundo	- R\$ 75,6 mil
Impacto (% Patrimônio do Fundo)	-0,03%

2º Cenário	
Percentual de pré-pagamento sobre o volume da carteira	10%
Valor da Carteira de direitos creditórios em uma determinada data de cessão	R\$ 230 milhões
Taxa de cessão	CDI + 10% aa
Impacto (Perda de Receita) no Fundo	-R\$ 137,5 mil
Impacto (% Patrimônio do Fundo)	-0,05%

3º Cenário	
Percentual de pré-pagamento sobre o volume da carteira	15 %
Valor da Carteira de direitos creditórios em uma determinada data de cessão	R\$ 230 milhões
Taxa de cessão	CDI + 10% aa
Impacto (Perda de Receita) no Fundo	-R\$ 206,3 mil
Impacto (% Patrimônio do Fundo)	-0,83 %

4º Cenário	
-------------------	--

Percentual de pré-pagamento sobre o volume da carteira	5,5%
Valor da Carteira de direitos creditórios em uma determinada data de cessão	R\$ 230 milhões
Taxa de cessão	CDI + 8% aa
Impacto (Perda de Receita) no Fundo	-R\$ 227,8 mil
Impacto (% Patrimônio do Fundo)	-0,09%

5º Cenário	
Percentual de pré-pagamento sobre o volume da carteira	10%
Valor da Carteira de direitos creditórios em uma determinada data de cessão	R\$ 230 milhões
Taxa de cessão	CDI + 8% aa
Impacto (Perda de Receita) no Fundo	-R\$ 414,2 mil
Impacto (% Patrimônio do Fundo)	-0,17%

6º Cenário	
Percentual de pré-pagamento sobre o volume da carteira	15%
Valor da Carteira de direitos creditórios em uma determinada data de cessão	R\$ 230 milhões
Taxa de cessão	CDI + 8% aa
Impacto (Perda de Receita) no Fundo	-R\$ 621,4 mil
Impacto (% Patrimônio do Fundo)	-0,25%

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

6. O CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

O CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

6.1. Breve Descritivo do Cedente

O Cedente iniciou suas atividades em 20 de fevereiro de 1938 com a transformação de uma cooperativa de crédito denominada "Banco do Joazeiro" em uma sociedade por ações, denominada Banco do Joazeiro S.A., na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. Após a fusão com o Banco do Cariri S.A., ocorrida em 23 de junho de 1972, teve sua razão social alterada para Banco Industrial do Cariri S.A. Dois anos depois, em 1974, incorporou o Banco dos Proprietários S.A., com sede em na cidade de Fortaleza, da qual surgiu o Banco Industrial do Ceará S.A. Em 27 de julho de 1981, em virtude da expansão de suas atividades para além das fronteiras do Estado do Ceará, o então Banco Industrial do Ceará S.A. alterou sua razão social para Banco Industrial e Comercial S.A. Em 27 de junho de 1989, o Banco Central aprovou a reorganização do Cedente para um banco múltiplo e em 1995, o Cedente transferiu sua sede para a Cidade de São Paulo. Em 15 de agosto de 2001, o Banco Central autorizou a abertura e o funcionamento da agência Cayman.

Atualmente, o Cedente é controlado pela Gemini Holding (diretamente), pela Primus Holding (indiretamente, por meio da BIC Corretora) e, diretamente, por alguns membros da família Bezerra de Menezes. A família Bezerra de Menezes atualmente detém 98,3% das ações com direito a voto e 69,5% do capital social do Cedente.

A BIC Corretora foi constituída em 15 de abril de 1985 e autorizada a funcionar pelo Banco Central em 9 de julho de 1985. Essa sociedade não exerce atividades operacionais, sendo sua atuação apenas relacionada à participação que possui no Cedente.

Em 15 de outubro de 2007 o Cedente deu início à negociação de suas ações no Nível 1 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA, através da oferta pública primária de ações preferenciais ("IPO") ingressaram R\$ 492 milhões no capital do Cedente. O volume do capital negociado na BM&FBOVESPA (*free-float*) equivale a 34,73% do total de ações.

Considerando os recursos do IPO e do aporte de capital de R\$ 400 milhões, ocorrido em maio de 2007, o Patrimônio Líquido triplicou atingindo o patamar de R\$ 1,6 bilhão, provendo um adequado espaço de alavancagem, refletido no índice de Basiléia que encerrou 2007 com 19,37%.

Em 3 de novembro de 2009, o Cedente adquiriu 100% da Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Sul Financeira"), um companhia sediada na Cidade de Porto Alegre, que concede empréstimos para pessoas físicas (incluindo crédito ao consumidor e financiamento de veículos) e para pequenas empresas. A Sul Financeira possui uma rede de bancos correspondentes e uma frente de vendas. Sul Financeira possui ainda duas subsidiárias, Sul Financeira Promotora de Vendas Ltda. e Sul Financeira Cobrança Ltda., e um total de 96 empregados. Importante ressaltar que o portfólio da Sul Financeira não foi adquirido pela Cedente.

Esta aquisição segue a estratégia do Cedente de criar uma plataforma separada para expandir suas atividades de empréstimos para distribuidores e empresas de pequeno porte, enquanto manteria o foco principal do Cedente no segmento de *Middle Market*. Contudo, o Cedente não espera que as atividades da Sul Financeira representem mais do que 10% do volume total de transações de crédito e resultados de operações.

Em 31 de dezembro de 2009, o Banco possuía um quadro composto por 747 funcionários permanentes. Considerando o tamanho das atividades do Banco dentro do setor bancário brasileiro, o Banco prioriza a contratação de alguns profissionais chave e executivos para condução de seus negócios.

6.2. Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas do Cedente

O quadro a seguir exibe as informações financeiras seleccionadas do Cedente. As informações financeiras seleccionadas originaram-se das Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2008 e 2009, elaboradas de acordo com a legislação societária. As Demonstrações Financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras seleccionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
ATIVO				
Circulante	8.185.605	9.454.418	8.486.294	9.663.309
Disponibilidades	245.264	200.106	245.330	200.183
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	992.958	1.639.617	946.687	1.369.617
Aplicações no mercado aberto	888.053	1.507.402	888.053	1.507.402
Aplicações em depósitos interfinanceiros	104.390	43.645	58.119	43.645
Aplicações em moedas estrangeiras	515	88.570	515	88.570
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	325.433	435.041	447.402	446.287
Derivativos				
Carteira própria	215.696	204.327	287.244	215.573
Vinculados a operações compromissadas	14.575	1.800	14.575	1.800
Vinculados ao Banco Central	-	-	50.421	-
Vinculados a prestação de garantias	95.039	126.530	95.039	126.530
Instrumentos financeiros derivativos	123	102.384	123	102.384
Relações Interfinanceiras	95.830	118.415	95.830	118.415
Pagamentos e recebimentos a liquidar	25	104	25	104
Créditos vinculados				
Depósitos no Banco Central	95.805	118.269	95.805	118.269
Correspondentes no país	-	42	-	42
Operações de Crédito	5.455.697	5.481.804	5.558.485	5.612.375
Operações de crédito	5.679.790	5.689.247	5.794.645	5.820.593
Setor privado	5.582.394	5.541.989	5.697.249	5.673.335
Setor público	97.396	147.258	97.396	147.258
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(224.093)	(207.443)	(236.160)	(208.218)
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	111.023	54.808
Arrendamentos a receber - setor privado	-	-	113.150	55.726
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	(2.127)	(918)
Outros Créditos	1.049.159	1.550.278	1.059.921	1.562.454
Carteira de câmbio	973.920	1.527.968	973.920	1.527.968
Rendas a receber	5.415	2.924	5.884	5.598

Negociação e intermediação de valores	84	5.633	5.314	13.680
Diversos	104.470	56.454	109.561	57.909
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(34.730)	(42.701)	(34.758)	(42.701)
Outros Valores e Bens	21.264	29.157	21.616	29.170
Despesas antecipadas	21.264	29.157	21.616	29.170
BICBANCO MÚLTIPLO				
BICBANCO CONSOLIDADO				
	2009	2008	2009	2008
ATIVO				
Realizável a Longo Prazo	2.714.576	2.111.227	2.833.346	2.251.066
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	112.922	42.295	112.922	42.295
Aplicações em depósitos interfinanceiros	112.922	42.295	112.922	42.295
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	108.876	300.641	8.968	219.189
Carteira própria	99.908	106.641	-	25.189
Instrumentos financeiros derivativos	8.968	194.000	8.968	194.000
Operações de Crédito	1.954.257	1.302.691	2.029.414	1.440.814
Operações de crédito	2.095.545	1.359.295	2.170.702	1.497.418
Setor privado	1.954.708	1.232.777	2.029.865	1.370.900
Setor público	140.837	126.518	140.837	126.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(141.288)	(56.604)	(141.288)	(56.604)
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	112.652	58.700
Arrendamentos a receber - setor privado	-	-	115.740	60.092
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	(3.088)	(1.392)
Outros Créditos	488.407	425.019	519.266	449.464
Avais e fianças honrados	2.000	-	2.000	-
Diversos	487.822	425.357	518.681	450.491
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.415)	(333)	(1.415)	(1.027)
Outros Valores e Bens	50.114	40.581	50.124	40.604
Outros valores e bens	43.074	26.631	43.074	26.631
Despesas antecipadas	19.833	26.977	19.843	27.000
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(12.793)	(13.027)	(12.793)	(13.027)
Permanente	225.539	176.531	80.020	92.972
Investimentos	146.139	84.173	620	614
Participações em controladas - no país	145.518	83.559	-	-
Outros investimentos	1.068	1.062	1.110	1.104
Provisão para perdas em investimentos	(447)	(448)	(490)	(490)

Imobilizado de Uso	47.633	46.110	47.633	46.110
Imóveis de uso	56.153	52.314	56.153	52.314
Outras imobilizações de uso	30.902	28.952	30.902	28.952
Depreciações acumuladas	(39.422)	(35.156)	(39.422)	(35.156)
Intangível	2.298	978	2.298	978
Ativos intangíveis	2.629	995	2.629	995
Amortização acumulada	(331)	(17)	(331)	(17)
Diferido	29.469	45.270	29.469	45.270
Gastos de organização e expansão	85.584	85.953	85.584	85.953
Amortização acumulada	(56.115)	(40.683)	(56.115)	(40.683)
Total do Ativo	11.125.720	11.742.176	11.399.660	12.007.347

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008
PASSIVO				
Circulante	7.076.125	6.982.596	7.180.933	6.963.033
Depósitos	4.683.219	3.391.592	4.677.438	3.347.443
Depósitos à vista	368.627	110.770	368.305	110.240
Depósitos de poupança	11.805	175.670	11.805	175.646
Depósitos interfinanceiros	495.190	326.473	495.190	326.473
Depósitos a prazo	3.807.421	2.774.815	3.801.962	2.731.220
Outros depósitos	176	3.864	176	3.864
Captação no Mercado Aberto	14.551	24.614	8.449	19.663
Carteira própria	14.551	1.798	8.449	1.798
Carteira de terceiros	-	22.816	-	17.865
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	386.572	472.362	475.289	479.880
Recursos de debêntures	-	-	88.717	7.515
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	386.572	472.365	386.572	472.365
Relações Interfinanceiras	93	107	93	107
Recebimentos e pagamentos a liquidar	75	104	75	104
Correspondentes no país	18	3	18	3
Relações Interdependências	30.453	26.723	30.453	26.723
Recursos em trânsito de terceiros	30.453	26.661	30.453	26.661
Transferências internas de recursos	-	62	-	62
Obrigações por Empréstimos	1.223.315	1.937.522	1.223.315	1.937.522
Empréstimos no exterior	1.223.315	1.937.522	1.223.315	1.937.522
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	29.992	8.707	29.992	8.707
BNDES	1.326	8.707	1.326	8.707
Ministério da Agricultura	28.666	-	28.666	-
Obrigações por Repasses do Exterior	146.200	58.281	146.200	58.281
Instrumentos Financeiros Derivativos	68.716	27.466	68.716	27.466

Instrumentos financeiros derivativos	68.716	27.466	68.716	27.466
Outras Obrigações	493.014	1.035.219	520.988	1.057.241
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.795	399	3.795	399
Carteira de câmbio	135.109	631.907	135.109	631.907
Sociais e estatutárias	40.240	20.271	40.240	20.271
Fiscais e previdenciárias	139.616	221.102	143.812	223.281
Negociação e intermediação de valores	5.781	6.697	5.781	6.697
Recursos para destinação específica – PSH	22.156	13.737	22.156	13.737
Divida subordinada	7.563	9.496	7.563	9.496
Diversas	138.754	131.610	162.531	151.453
Exigível a Longo Prazo	2.272.134	3.065.165	2.443.292	3.354.081
Depósitos	1.153.746	1.121.442	1.134.033	1.096.650
Depósitos a prazo	1.135.907	1.109.871	1.116.194	1.085.079
Depósitos Interfinanceiros	17.839	11.571	17.839	11.571
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	133.076	537.952	133.076	642.577
Recursos de debêntures	-	-	-	104.625
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	133.076	537.952	133.076	537.952
Obrigações por Empréstimos	247.090	345.995	247.090	345.995
Empréstimos no exterior	247.090	345.995	247.090	345.995
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	2.569	676	2.569	676
BNDES	1.069	676	1.069	676
Ministério da Agricultura	1.500	-	1.500	-
Obrigações por Repasses do Exterior	204.275	424.764	204.275	424.764
Instrumentos Financeiros Derivativos	109.763	24.797	109.763	24.797
Instrumentos Financeiros Derivativos	109.763	24.797	109.763	24.797
Outras Obrigações	421.615	609.539	612.486	818.622
Fiscais e previdenciárias	212.767	275.276	232.188	283.281
Negociação e intermediação de valores	-	58.034	-	58.034
Divida subordinada	208.848	276.229	208.848	276.229
Diversas – FIDC	-	-	171.450	201.078
Resultados de Exercícios Futuros	9.013	5.148	9.013	5.148
Patrimônio Líquido	1.768.448	1.689.267	1.766.422	1.685.085
Capital Social Realizado	1.434.206	1.434.206	1.434.206	1.434.206
De Domiciliados no País	1.280.929	1.240.857	1.280.929	1.240.857
De domiciliados no exterior	153.277	193.349	153.277	193.349
Reservas de lucros	181.934	261.512	379.908	257.330
(-) Ações em tesouraria	(47.692)	(6.451)	(47.692)	(6.451)
Total do Passivo	11.125.720	11.742.176	11.399.660	12.007.347

BICBANCO MÚLTIPLO

BICBANCO CONSOLIDADO

	Segundo			Segundo		
	semestre	2009	2008	semestre	2009	2008
Receitas da						
intermediação						
financeira	699.024	1.449.173	2.005.986	715.799	1.487.546	1.995.891
Operações de crédito	616.196	1.265.302	1.790.318	627.134	1.286.669	1.788.809
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	17.918	32.767	12.747
Resultado de títulos e valores mobiliários	82.828	183.586	188.851	70.747	167.825	167.518
Resultado de aplicações compulsórias	-	285	26.817	-	285	26.817
Despesas da						
intermediação	(319.883)	(699.112)	(1.236.778)	(328.096)	(721.450)	(1.239.606)
financeira						
Captação no mercado	(187.983)	(345.077)	(916.432)	(189.773)	(347.656)	(915.670)
Empréstimos, cessões e repasses	121.311	339.679	(574.134)	121.311	339.679	(574.134)
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos	(126.472)	(330.782)	122.242	(126.472)	(330.782)	122.242
Resultado de câmbio	(48.674)	(150.872)	405.221	(48.674)	(150.872)	405.221
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(78.065)	(212.060)	(273.675)	(84.488)	(231.819)	(277.265)
Resultado bruto da						
intermediação	379.141	750.061	769.208	387.703	766.096	756.285
financeira						
Outras receitas						
(despesas) operacionais	(156.944)	(277.571)	(367.873)	(162.484)	(290.040)	(359.422)
Receitas de prestação de serviços	5.857	11.202	9.931	6.275	12.131	10.267
Rendas de tarifas bancárias	19.840	35.945	42.550	19.840	35.945	43.538
Despesas de pessoal	(64.343)	(130.902)	(137.582)	(64.467)	(131.168)	(137.688)
Despesas tributárias	(30.179)	(63.272)	(58.267)	(31.891)	(64.805)	(58.728)
Resultado de participações em controladas	5.551	11.959	5.364	-	-	-
Outras despesas administrativas	(57.918)	(109.368)	(113.722)	(60.170)	(113.664)	(116.480)
Outras receitas operacionais	49.145	104.319	11.022	52.534	109.007	12.221
Outras despesas operacionais	(83.897)	(137.454)	(126.809)	(84.605)	(137.486)	(112.552)
Resultado operacional	222.197	472.490	401.335	225.219	476.056	396.863
Resultado não operacional	4.311	4.296	1.257	4.235	4.198	1.033
Resultado antes da tributação sobre o lucro	226.508	476.786	402.592	229.454	480.254	397.896

Imposto de renda	(4.768)	(82.595)	(139.002)	(9.440)	(91.528)	(141.871)
Contribuição social	(986)	(45.715)	(69.271)	(2.553)	(48.369)	(70.125)
Ativo fiscal diferido -						
Impostos e contribuições	(36.494)	8.070	159.830	(33.325)	14.116	164.067
Participações estatutárias						
no lucro	(22.295)	(36.269)	(29.436)	(22.295)	(36.269)	(29.436)
Lucro líquido do						
Semestre / Exercício	161.965	320.277	324.713	161.931	318.204	320.531
Número de ações						
integralizadas (mil)	260.466	260.466	260.457			
Lucro por ação do						
Capital Social - R\$	0,62	1,23	1,21			

BICBANCO MÚLTIPLO				BICBANCO CONSOLIDADO		
Segundo			Segundo			
	semestre	2009	2008	semestre	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro Líquido	161.965	320.277	324.713	161.931	318.204	320.531
Ajustes ao lucro líquido	25.407	161.163	364.141	41.934	197.871	374.795
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	78.065	212.060	273.675	84.488	231.819	277.265
Depreciação e amortização	10.259	20.480	18.150	10.259	20.480	18.150
(Reversão) / provisão outras	14.299	14.257	(162)	15.799	15.757	(182)
(Reversão) / provisão com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	(67.272)	(69.122)	79.109	(67.272)	(69.122)	80.339
Resultado de participação em controlada	(5.551)	(11.959)	(5.364)	-	-	-
Ganho na venda de outros investimentos	(3.183)	(3.183)	-	(3.183)	(3.183)	-
Ganho na venda de imobilizado	(9)	(32)	4	(9)	(32)	4
(Ganho) / perda na venda de bens não de uso próprio	(1.201)	(1.338)	(1.271)	(1.126)	(1.235)	(781)
Outros	-	-	-	2.978	3.387	-
Lucro líquido ajustado	187.372	481.440	688.854	203.865	516.075	695.326
(Aumento) / redução em aplicações interf. de liquidez	(80.096)	(147.995)	64.906	(33.825)	(101.724)	64.906
Redução em títulos e valores mobiliários e instr.	106.177	427.588	1.194.554	24.330	335.320	1.265.186

fin. Deriv.

(Aumento) / redução						
relações interfinanceiras e interdependências	(29.071)	26.300	200.982	(29.071)	26.300	200.982
Aumento em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(1.521.848)	(844.407)	(462.651)	(1.570.915)	(884.250)	(828.774)
(Aumento) / redução em resultado de exercícios futuros	2.213	3.866	(11.145)	2.213	3.866	(11.145)
(Aumento) / redução em outros créditos e outros valores e bens	(123.632)	441.188	(630.920)	(131.590)	434.345	(664.048)
(Aumento) / redução em outras obrigações	(86.143)	(591.692)	481.269	(104.454)	(603.109)	700.568
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(6.945)	-	-	(6.945)
Caixa Líquido	(1.545.028)	(203.712)	1.518.904	(1.639.447)	(273.177)	1.416.056
Proveniente / Utilizado nas Atividades Operacionais						
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos						
Alienação de bens não de uso próprio	5.704	7.673	2.991	6.155	8.411	18.201
Alienação de investimentos	3.186	3.186	11	3.186	3.196	11
Imobilizado de uso e de arrendamento	27	50	45	27	50	45
Alienação de bens não de uso próprio	(18.800)	(18.800)	(7.462)	(18.955)	(18.955)	(7.462)
Aquisição de investimentos	(50.000)	(50.010)	(173)	-	(20)	(173)
Aquisição de imobilizado de uso e de Arrendamento	(4.993)	(5.907)	(16.955)	(4.993)	(5.907)	(16.955)
Aplicação no intangível	(1.583)	(1.634)	(995)	(1.583)	(1.634)	(995)
Aplicação no diferido	-	-	(29.673)	-	-	(29.673)
Caixa Líquido						
Proveniente / Utilizado nas Atividades de Investimentos	(66.459)	(65.442)	(52.211)	(16.163)	(14.859)	(37.001)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento						
Aumento em depósitos	1.570.130	1.323.931	52.267	1.607.134	1.367.377	31.838

Redução em captações no mercado aberto	(44.822)	(10.064)	(1.329.468)	(48.625)	(11.214)	(1.334.420)
Aumento / (redução) em recursos de emissão de títulos	(267.843)	(490.668)	511.891	(258.131)	(514.091)	624.873
(Aumento) / redução em obrigações para empréstimos e repasses	223.193	(922.504)	969.607	223.193	(922.504)	969.607
(Aumento) / redução em dívidas subordinadas	(21.443)	(69.314)	70.211	(21.443)	(69.314)	70.211
Dividendos pagos	(23.000)	(63.000)	(31.000)	(23.000)	(63.000)	(31.000)
Juros sobre capital próprio pagos	(52.000)	(108.000)	(95.440)	(52.000)	(108.000)	(95.440)
Aquisições de ações próprias	(22.752)	(70.096)	(64.409)	(22.752)	(70.096)	(64.409)
Caixa Líquido	1.361.463	(409.715)	83.659	1.404.376	(390.842)	171.260
Proveniente / Utilizado nas Atividades de Financiamento						
Aumento / (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(250.024)	(678.869)	1.550.352	(251.234)	(678.878)	1.550.315
Saldo inicial de caixa e equivalentes	1.389.974	1.818.819	268.467	1.391.251	1.818.895	268.580
Saldo final de caixa e equivalentes	1.139.950	1.139.950	1.818.819	1.140.017	1.140.017	1.818.895
Aumento / (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(250.024)	(678.869)	1.550.352	(251.234)	(678.878)	1.550.31

6.3. Capital Social

O capital social do Cedente, na data deste Prospecto, é de R\$ 1.434,206 mil, estando totalmente integralizado e dividido em 160.207 ações ordinárias e 100.259 ações preferenciais, perfazendo um total de 260.466 ações em circulação, conforme descrito no quadro abaixo, que destaca a participação total dos principais acionistas do Cedente.

Acionistas	Número de Ações Ordinárias	Participação %	Número de Ações Preferenciais	Participação %	Número Total de Ações
Gemini Holding	74.472	46,49	2.323	2,32	76.795
Bic Corretora de Câmbio e Valores S.A.	27.327	17,06	1.228	1,22	28.556
José Bezerra de Menezes	27.767	17,33	9.494	9,47	37.261

José Adauto Bezerra Júnior	8.330	5,20	2.834	2,83	11.164
Sérgio da Silva Bezerra de Menezes	8.330	5,20	2.803	2,80	11.133
Franciso Humberto Bezerra	7.282	4,55	3.629	3,62	10.911
José Adauto Bezerra	3.887	2,43	1.308	1,3	5.195
Norma da Silva Bezerra	1	0,00	-	-	1
Outros	2.810	1,75	76.640	76,44	79.450
TOTAL	160.206	100,00	100.259	100,00	260.466

6.4. Atividades do Cedente

A principal linha de negócio do Cedente reside em operações bancárias com indústrias, empresas comerciais ou do setor de serviços que necessitem de financiamento de curto ou médio prazos e que se encontrem no segmento de *Middle Market*, sendo possível a flexibilização para empresas que possuam faturamento maior ou menor. Os produtos e serviços oferecidos a estes clientes incluem empréstimos de capital de giro garantidos por recebíveis diversos, financiamento do comércio exterior (*trade finance*), repasse de recursos do BNDES e a estruturação de outros produtos, depósitos a prazo e concessão de garantias.

Parcela subsidiária da carteira de crédito do Cedente é destinada aos clientes do segmento de varejo, mais especificamente em operações de empréstimo para servidores públicos na ativa, atividade realizada pelo Cedente desde 1996.

Em complementação aos produtos e serviços, o Cedente também oferece serviços de cobrança, além de realizar operações de *private banking* e de arrendamento mercantil, esta última por meio da BIC Arrendamento Mercantil S.A.

Em 30 de setembro de 2009, o Cedente contava com uma carteira diversificada e pulverizada em diversos ramos de negócios.

6.5 Administração

6.5.1 Conselho de Administração

O Cedente é administrado por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, todos acionistas do Cedente, eleitos pela Assembléia Geral e por ela dedutíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A Assembléia Geral designará também o Presidente do Conselho.

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração do Cedente era formado pelos seguintes membros efetivos:

Nome do Conselheiro	Data da Eleição	Função
---------------------	-----------------	--------

José Aauto Bezerra	19/10/2009	Presidente do Conselho de Administração
José Bezerra de Menezes	19/10/2009	Conselheiro (efetivo)
Francisco Humberto Bezerra	19/10/2009	Conselheiro (efetivo)

6.5.2 Diretoria

O Cedente é administrado por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, residentes no Brasil, acionistas ou não, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Na data deste Prospecto, a Diretoria do Cedente era formada pelos seguintes membros:

Nome do Diretor	Data da Eleição	Função
José Bezerra de Menezes	29/05/2008	Diretor Presidente
José Aauto Bezerra Júnior	29/05/2008	Diretor Vice
		Presidente/Superintendente
Mito Bardini	29/05/2008	Diretor Vice
		Presidente/Superintendente
		Diretor de Relações com Investidores
Paulo Celso Del Ciampo	25/08/2008	Diretor Vice
		Presidente/Superintendente
Sérgio da Silva Bezerra de Menezes	29/05/2008	Diretor da Divisão Internacional
Carlos José Roque	29/05/2008	Diretor Executivo
Francisco Edênio Barbosa Nobre	29/05/2008	Diretor Executivo

6.5.3. Conselho Fiscal

Conforme disposto em seu estatuto social, o Cedente terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, com atribuições e poderes conferidos pela Lei.

O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, conforme os casos previstos em Lei.

O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Na data deste Prospecto o Cedente não possui Conselho Fiscal instalado.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

7. O IFC

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

O IFC

7.1. Breve Descritivo do IFC

O IFC é uma organização internacional criada em 1956 através da assinatura de seu Convênio (*Articles of Agreement*) (*o "Convênio"*), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus países membros mediante o incentivo a empreendimentos privados produtivos nesses países, especialmente nos menos desenvolvidos. O IFC é um membro do Grupo do Banco Mundial, que também inclui o Banco Mundial, a IDA, a MIGA e a ICSID. Embora as atividades do IFC estejam intimamente vinculadas e sejam complementares aos objetivos gerais de desenvolvimento das demais instituições do Grupo do Banco Mundial, o IFC é uma pessoa jurídica desvinculada e distinta do Banco Mundial, da IDA, da MIGA e da ICSID e atua em conformidade com seu Convênio. Embora compartilhe alguns serviços com o Banco Mundial, inclusive o mesmo presidente, o IFC possui administração e funcionários próprios. Em 30 de junho de 2009, 182 países eram membros do IFC, incluindo a República Federativa do Brasil, que em 27 de janeiro de 1956, assinou o Convênio do IFC em Washington, D.C., posteriormente promulgado pelo Decreto nº 41.724. A sede do IFC está localizada na cidade de Washington, EUA, na Pennsylvania Avenue, 2121, N.W.

7.2. Capital Social

O capital social do IFC é provido pelos seus países membros. O IFC capta a maior parte dos recursos que utiliza em seus investimentos através da emissão de notas, obrigações e outros títulos de dívida nos mercados de capital internacionais. Geralmente, o IFC cobra taxas similares às taxas de mercado nas operações de crédito que concede e busca retornos similares aos retornos de mercado. Diferentemente da maioria das instituições multilaterais, o IFC não tem capital resgatável e não aceita garantias dos governos locais para suas operações de crédito.

7.3. Convênio

O Convênio estabelece as regras gerais do IFC. Descreve seu objeto social, a estrutura e organização de seu capital, relaciona as operações que o IFC pode realizar, estabelece limites para realização de tais operações e fixa as condições, os privilégios e imunidades do IFC em seus países membros. O Convênio também contém disposições sobre o ingresso de novos membros, aumento do capital autorizado, os termos e condições segundo os quais o IFC deverá investir seus recursos, distribuir seu lucro líquido a seus países membros, as formas de saída e suspensão de seus países membros e a forma de suspensão de suas operações.

7.4. Condição Legal, Imunidades e Privilégios

O Convênio contém disposições que conferem ao IFC condição legal e determinadas imunidades e privilégios nos territórios de cada um de seus países membros, incluindo aqueles resumidos a seguir.

O IFC possui personalidade jurídica plena com poderes para celebrar contratos, adquirir e dispor de seus bens, bem como legitimidade ativa e passiva. Qualquer ação contra o IFC só poderá ser instaurada em tribunal de jurisdição competente nos territórios dos países membros em que o IFC tenha um escritório, tenha nomeado um representante com poderes para receber citação ou notificação judicial ou tenha emitido ou garantido títulos. Porém, nenhuma ação poderá ser instaurada contra o IFC por um país membro ou por pessoas agindo em nome ou agindo em decorrência de reivindicações de países membros.

Os Governadores, Diretores e seus suplentes, os administradores e os funcionários do IFC gozam de imunidade com relação aos atos praticados no âmbito de suas atribuições oficiais.

Os arquivos do IFC são invioláveis e os bens e ativos do IFC gozam de imunidade contra qualquer forma de apreensão, gravame ou execução antes da entrega de decisão judicial final ao IFC. Os bens e ativos do IFC também são imunes a busca, apreensão, confisco e expropriação ou qualquer outra forma de embargo por ação do poder executivo ou legislativo.

O IFC, seus ativos, bens, receitas, operações e transações autorizadas por seu Convênio gozam de imunidade em relação a toda e qualquer tributação ou taxa alfandegária cobrada pelos países membros. O IFC também está isento de responsabilidade pela cobrança ou pagamento de qualquer imposto ou tributo.

O IFC, a seu exclusivo critério, poderá renunciar a qualquer dos privilégios e imunidades a ele conferidos pelo Convênio, quando assim julgar adequado.

AS QUOTAS NÃO SÃO OBRIGAÇÕES DO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO OU DE QUALQUER GOVERNO.

8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

8.1. Informações sobre as Partes

8.1.1. O Cedente dos Direitos de Crédito

O Cedente é instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável, sendo controlado pela Gemini Holding (diretamente), pela Primus Holding (indiretamente, por meio da BIC Corretora) e, diretamente, por alguns membros da família Bezerra de Menezes.

Para maiores informações sobre o Cedente, favor consultar a Seção 6 do Prospecto “O Cedente dos Direitos de Crédito”.

8.1.2. O IFC

O IFC é uma organização internacional criada em 1956 através da assinatura de seu Convênio (Articles of Agreement), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus países membros mediante o incentivo a empreendimentos privados produtivos nesses países, especialmente nos menos desenvolvidos.

Para maiores informações sobre o IFC, favor consultar a Seção 7 do Prospecto “O IFC”.

8.1.3. O Administrador

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários Câmbio e Commodities (“Concórdia”)

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, a Concórdia possui mais de 20 anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros e tem em seus quadros mais de 137 profissionais, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

Realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, *commodities* e títulos públicos e privados, com experiência em operações de *hedge* e *swaps*.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos ou exclusivos.

Com relação a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a Concórdia administra atualmente 13 fundos, com um patrimônio líquido total de, aproximadamente, R\$ 2,4 bilhões em ativos de terceiros.

8.1.4. O Custodiante ITAÚ UNIBANCO S.A. (“Banco Itaú”)

Introdução

O Banco Itaú, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos.

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Banco Itaú tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Banco Itaú atua a mais de 10 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Banco Itaú controla mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Na prestação de serviços relacionados a operações com direitos creditórios (*servicer*), o Banco Itaú tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 10 bilhões em ativos.

Tecnologia e sistemas

O Banco Itaú possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A diretoria de serviços para o mercado de capitais subcontrata a área de tecnologia do grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional ("CTO"), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú e/ou suas partes relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de *back-up*

O Banco Itaú utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação *on-line* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de *compliance* e controles internos

A área de mercado de capitais possui uma superintendência de *compliance* própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como as normas aplicáveis definidas pelo Banco Central do Brasil.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

8.1.5. Coordenador Líder da Oferta

O Cedente será a instituição coordenadora da Oferta.

Para maiores informações sobre o Cedente, favor consultar a Seção 6 do Prospecto "O Cedente dos Direitos de Crédito".

8.1.6. O Escriturador ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. ("Itaú Corretora")

Pioneira no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, a Itaú Corretora e o grupo Itaú Unibanco, em mais de 35 anos, conquistaram mais de 770 clientes de escrituração de ativos de renda fixa e variável que, juntos, representam um volume de cerca de 1,2 trilhões de reais em processamento. A Itaú Corretora investe constantemente na qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras.

A confiabilidade, qualidade e precisão de resultados oferecidos pelo grupo Itaú Unibanco atraíram para os serviços de Mercado de Capitais um número expressivo de clientes e garantiram posição de liderança nas soluções de escrituração, com mais de 60% do marketshare em relação à escrituração de ações das empresas de capital aberto listadas em bolsa de valores.

Na gestão dos serviços de escrituração de cotas de fundos de investimento, os processos da Itaú Corretora objetivam garantir segurança e confiabilidade de resultados, conforme as mais modernas técnicas de compliance, segregação de atividades, inovação constante em tecnologia e utilização de sistemas e estrutura contingencial.

Com uma prestação de serviços completa, a Itaú Corretora efetua o registro de todas as movimentações eletronicamente, presta atendimento aos cotistas, gera informações fiscais, disponibiliza informações estratégicas sobre a distribuição das cotas, calcula, de forma individualizada, o pagamento de rendimentos aos cotistas, além de prestar atendimento aos órgãos fiscalizadores.

8.2. Relacionamento entre as Partes

8.2.1. Relacionamento entre Cedente e o Administrador

A Concórdia atua como administrador e gestor do Fundo, o Cedente atua como Coordenador Líder e originador dos respectivos direitos de crédito do Fundo.

Além dos serviços de administração e gestão do Fundo, na data deste Prospecto, o Administrador presta serviços de administração e gestão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Crédito Consignado e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Saúde, que também possui o Cedente como originador dos respectivos direitos de crédito.

8.2.2. Relacionamento entre o Cedente e o IFC

Além do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior e dos demais direitos e obrigações do IFC em relação ao Fundo e às Quotas constantes dos demais Documentos da Operação, na data deste Prospecto, encontram-se em vigor (i) o *Subscription Agreement* celebrado entre o IFC e o Cedente em 23 de março de 2007, através do qual o IFC subscreveu *notes* emitidas pelo Cedente no valor total em Reais equivalente a US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de Dólares), de acordo com os termos e condições previstos no referido Contrato, (ii) o *Subscription and Loan Agreement* celebrado entre o IFC e o Cedente em 12 de novembro de 2009, através do qual o IFC subscreveu *notes* emitidas pelo Cedente no valor de R\$48.850.000,00 (quarenta e oito milhões e oitocentos e cinquenta mil reais), de acordo com os termos e condições previstos no referido Contrato, e (iii) o *Policy and Indemnity Agreement* celebrado entre o IFC e o Cedente em 18 de maio de 2010, através do qual, em linhas gerais, o Cedente e o IFC acordaram (a) a realização da presente operação, (b) os termos e condições para que o Cedente mantenha o IFC indene de qualquer dano eventualmente sofrido pelo IFC que seja decorrente da oferta das Quotas Sênior ou de informações e declarações prestadas pelo Cedente, bem como (c) o cumprimento, pelo Cedente, de determinadas obrigações de caráter ambiental, anti-corrupção, de combate à lavagem de dinheiro e outras obrigações acessórias à criação do Fundo.

8.2.3. Relacionamento entre o Cedente e o Custodiante

O relacionamento entre Cedente e Custodiante consiste na prestação do serviço de custódia das Quotas do Fundo.

Além dos serviços prestados na data deste Prospecto, o Custodiante também presta serviços de custódia e de escrituração das Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Crédito Consignado e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Saúde Garantida, que também possui o Cedente como originador dos respectivos créditos.

8.2.4. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

Na data do presente Prospecto o Administrador possui relacionamento comercial com o Custodiante, resultante de sua atuação como administrador e/ou gestor de outros fundos de investimento que também contam com os serviços do Custodiante.

Nos casos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Crédito Consignado e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Saúde Garantida, além de possuir o Cedente como originador dos respectivos direitos de crédito atuam, ainda, o mesmo Administrador e Custodiante descritos no Prospecto.

O Administrador e o Custodiante atuam como administrador e como custodiante, respectivamente e em conjunto, no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bicbanco Crédito Consignado e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bicbanco Saúde Garantida, bem como no Concórdia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Tribanco-Martins Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sabemi Financeiro.

O valor cobrado pelo serviço de custódia, pelo Custodiante, nos fundos nos quais atua em conjunto com o Administrador, observa os patamares mínimos e máximos de remuneração entre 0,11% ao ano e 0,28% ao ano do patrimônio líquido dos fundos.

O valor cobrado pelo serviço de administração, pelo Administrador, nos fundos nos quais atua em conjunto com o Custodiante, observa os patamares mínimos e máximos de remuneração entre 0,08% ao ano e 0,80% ao ano do patrimônio líquido dos fundos.

8.2.5. Relacionamento entre o Administrador e o IFC

Não existe qualquer relacionamento entre o Administrador e o IFC.

8.2.6. Relacionamento entre o Custodiante e o IFC

Atualmente, o IFC possui relacionamento com o Custodiante através dos seguintes contratos entre eles celebrados: (i) *Credit Line Agreement*, celebrado em 6 de fevereiro de 2002, no qual o IFC concedeu empréstimo ao Custodiante no valor de até US\$100 milhões; (ii) *Subscription and Loan Agreement*, celebrado em 27 de março de 2008, através do qual o IFC concedeu empréstimo ao Custodiante no valor de até US\$75 milhões; e (iii) *IFC Global Trade Finance Program*, celebrado em 27 de janeiro de 2009, através do qual o IFC concordou em abrir uma linha de garantias em favor do Custodiante no valor de até US\$50 milhões.

Adicionalmente, o IFC celebrou em 15 de março de 2002 um *Credit Line Agreement* com o Banco Itaú BBA, instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 4º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, pertencente ao mesmo grupo econômico do Custodiaten, através do qual o IFC concedeu empréstimo ao mesmo no valor de até US\$100 milhões.

8.2.7. Relacionamento entre o Escriturador e o Cedente

Não existe qualquer relacionamento entre o Escriturador e o Cedente.

8.2.8. Relacionamento entre o Escriturador e o IFC

Não existe qualquer relacionamento entre o Escriturador e o IFC.

8.2.9. Relacionamento entre o Escriturador e o Administrador

Não existe qualquer relacionamento entre o Escriturador e o Administrador.

8.2.10. Relacionamento entre o Escriturador e o Custodiante

A Itaú Corretora de Valores S.A. presta serviços de escrituração de cotas do Fundo, e o ITAÚ UNIBANCO S.A. presta serviços de custódia dos ativos que compõem a carteira do Fundo e ambas sociedades integram o mesmo Conglomerado econômico.

Além deste Fundo, a Itaú Corretora de Valores S.A. presta serviços de escrituração de cotas para outros Fundos que o ITAÚ UNIBANCO S.A. atua como Custodiante.

8.2.11. Conflitos

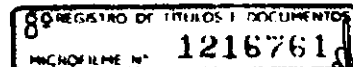
Entende-se inexistir conflito de interesse decorrente do fato de o Cedente figurar como responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios e pela cobrança dos Direitos de Crédito do Fundo, em razão de o Cedente ser patrimonialmente afetado em caso de falha no cumprimento de suas atividades, tendo em vista a titularidade das Quotas Subordinadas. Não obstante, o fator de risco "Riscos Operacionais Envolvendo o Fundo – Guarda Física de Documentos Comprobatórios" evidencia aos investidores, na Seção 3 do Prospecto, os riscos decorrentes de tal situação.

Não há conflito de interesse decorrente do fato de o Cedente desempenhar a também a função de Coordenador Líder da Oferta, uma vez que o Cedente será afetado diretamente quando do não desempenho adequado de suas funções. Existe interesse de que a Oferta atinja o desempenho esperado pelo Bicbanco em igual proporção, tanto para sua atuação na qualidade de Cedente como na qualidade de Coordenador Líder.

ANEXOS

ANEXO I

CÓPIA DO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO



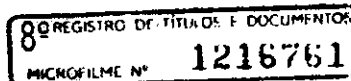
CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

CNPJ/MF n.º 52.904.364/0001-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Rua Libero Badaró, 425 - 23º andar, Centro, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes ("Administrador"), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme posteriormente alterada, um fundo de investimento em direitos creditórios, na forma de condomínio fechado, que será denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Bicbanco Crédito Corporativo ("Fundo");
2. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo o Senhor Antonio Joel Rosa, brasileiro, casado, economista, com endereço profissional na Avenida Rio Branco, 110 - 32º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, portador da Cédula de Identidade n.º 10.203.496, expedida pela SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º, 530.431.978-87, diretor do Administrador;
3. Aprovar o Regulamento do Fundo, o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição;
4. Assumir as funções de administração do Fundo;
5. Deliberar a contratação, nos termos da Instrução CVM n.º 356/2001, das seguintes pessoas jurídicas para prestar serviços ao Fundo:
 - (i) Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, para prestação dos serviços de escrituração de cotas; custódia e controladoria de ativos do Fundo ("Custodiante")



- (ii) Standard & Poor's - Macgraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda, agência classificadora de risco, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.295.585/0001-40, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das quotas do Fundo ("Agência Classificadora de Risco"); e
- (iii) KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CRC sob o n.º 2SP014428/o-6 e no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo ("Auditores Independentes").

6. Determinar que as publicações do Fundo previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor serão feitas no Jornal Diário do Comércio e da Indústria.

7. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo e à distribuição pública das quotas de sua emissão.

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, vai a presente assinada em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 07 de abril de 2010.

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Por: Ricardo Gattai

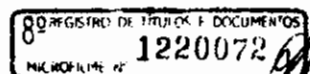
Cargo: Diretor

Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas		RTU	CARTÓRIO	Rua XV de novembro, 251 4º andar - Centro São Paulo - SP CEP 01013-001 Fone: (11) 3248-1080
Emolumentos RJ	R\$ 600,27	Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em MICROFILME sob nº 1.216.761		
Estado RJ	R\$ 101,63			
IPESP RJ	R\$ 118,64			
Registro Civil RJ	R\$ 28,91			
TJ - SP RJ	R\$ 28,91	São Paulo - SP, 07 de abril de 2010		
Total pago R\$ 908,28		Ofício: GERAL - TÍTULOS E DOCUMENTOS		
Selo e Tapa (R\$ 22,50) não cob.		1216761		



ANEXO II

CÓPIA DO ATO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E QUE APROVOU A PRIMEIRA EMISSÃO



CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO

CNPJ/MF: 11.793.914/0001-73

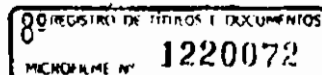
1. Pelo presente instrumento particular, CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, instituição devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, Centro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – BICBANCO Crédito Corporativo, fundo de investimento inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.793.914/0001-73 ("Fundo").

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente ao Administrador a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento") e de seus anexos,

RESOLVE:

- a) Alterar e aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do Anexo I ao presente instrumento;
- b) Aprovar a realização da primeira distribuição pública de até 192.500 (cento e noventa e duas mil) quotas sênior ("Quotas Sênior") do Fundo no montante de até R\$192.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356") e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- c) Aprovar o Suplemento da Primeira Emissão de Quotas do Fundo ("Suplemento"), nos termos do Anexo II ao presente instrumento;
- d) Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM 356 e Instrução CVM 400, com vistas a obter o registro automático de funcionamento do Fundo e o registro automático da oferta pública de Quotas Sênior de emissão do Fundo com as características aqui deliberadas e constantes do Suplemento.

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



Esta página faz parte do Instrumento de Primeira Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO-180510

2. Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de alteração do Regulamento assinado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 18 de Maio de 2010

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Por: Ricardo Gattai

Cargo: Diretor

Registro de Títulos
e Documentos
e Civil
de Pessoa Jurídica



Rua XV de novembro, 251
4º andar - Centro
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Fone: (11) 3248-1080
CNPJ 06.311.893/0001-20

Emol: R\$ 108,07
Súmula: R\$ 128,34
IPSP: R\$ 98,30
Reg. Civil: R\$ 24,40
TJ - SP: R\$ 24,40

Protocolado sob nº 1220072 em 18/05/2010 Registrado
em MICROFILME sob nº 1.220.072
Anotada a margem de lançamento nº 1.216.781
de Registro de Títulos e Documentos
São Paulo - SP, 18 de maio de 2010

Tot. pp. R\$ 729,33
Venc. e Taxas: R\$ 729,33

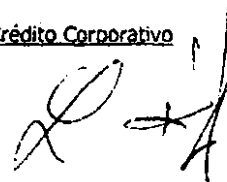
Ofício nº 1000 1010 1010 1010

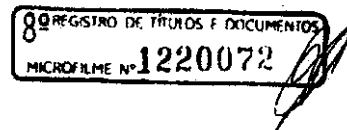


1220072

**ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO CRÉDITO
CORPORATIVO**

Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - BICBANCO Crédito Corporativo





**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO**

São Paulo, 18 de maio de 2010

[Handwritten signature] 1

ÍNDICE

CAPÍTULO UM – DAS DEFINIÇÕES.....	4
CAPÍTULO DOIS – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	19
CAPÍTULO TRÊS – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO	20
CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO.....	20
CAPÍTULO CINCO – DA ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO	21
CAPÍTULO SEIS – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	21
CAPÍTULO SETE – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO	30
CAPÍTULO OITO – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO	31
CAPÍTULO NOVE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E DIREITOS DE CRÉDITO INTEGRANTES DA CARTEIRA	33
CAPÍTULO DEZ – DA POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO	34
CAPÍTULO ONZE – DO PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	36
CAPÍTULO DOZE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	37
CAPÍTULO TREZE – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS	41
CAPÍTULO QUATORZE – DA AMORTIZAÇÃO, DO RESGATE DAS QUOTAS E DA RESERVA DE LIQUIDEZ	48
CAPÍTULO QUINZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO E DE ATIVOS FINANCEIROS EM PAGAMENTO	51
CAPÍTULO DEZESSEIS – DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	53
CAPÍTULO DEZESSETE – DA RAZÃO DE GARANTIA	53
CAPÍTULO DEZENOVE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO.....	62
CAPÍTULO VINTE – DOS ENCARGOS DO FUNDO	71
CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO.....	73
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DO ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE	81
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR	87
CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	88
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	89
ANEXO I AO REGULAMENTO DO	91
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO	91

ANEXO II AO REGULAMENTO DO.....	92
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	92
ANEXO III AO REGULAMENTO DO	96
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	96
ANEXO IV AO REGULAMENTO DO	99
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	99
ANEXO V AO REGULAMENTO DO.....	110
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	110
ANEXO VI AO REGULAMENTO DO	113
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	113
ANEXO VII AO REGULAMENTO DO.....	116
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	116
ANEXO VIII AO REGULAMENTO DO	118
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	118
ANEXO IX AO REGULAMENTO DO	121
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	121
ANEXO X AO REGULAMENTO DO.....	128
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO	
CRÉDITO CORPORATIVO	128

3

CAPÍTULO UM – DAS DEFINIÇÕES

1.1. As expressões indicadas em letra maiúscula neste Regulamento e em seus Anexos terão os significados a elas abaixo atribuídos, exceto se de outra forma estiverem definidas neste Regulamento e/ou em seus Anexos:

"Administrador": significa, na Primeira Data de Emissão, a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08;

"Agência Classificadora de Risco": significa, na Primeira Data de Emissão, a Standard&Poor's, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Quotas Sênior. O Fundo poderá contratar outras agências classificadoras de risco, se for o caso, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco;

"Alocação Mínima de Investimento": significa a alocação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em Direitos de Crédito;

"Amortização Extraordinária": significa a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Alocação Mínima de Investimento;

"Anexo I": significa o Anexo I deste Regulamento, que contempla o modelo de Suplemento;

"Anexo II": significa o Anexo II deste Regulamento, que contempla o Suplemento da Primeira Emissão;

"Anexo III": significa o Anexo III deste Regulamento, que dispõe sobre os Limites Máximos de Concentração;

"Anexo IV": significa o Anexo IV deste Regulamento, que contempla o modelo de Termo de Adesão;

"Anexo V": significa o Anexo V deste Regulamento, que contempla o modelo de Comunicação de Evento de Exercício;

"Anexo VI": significa o Anexo VI deste Regulamento, que contempla o modelo de Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;

"Anexo VII": significa o Anexo VII deste Regulamento, que contempla a Confirmação de Exercício;

"Anexo VIII": significa o Anexo VIII deste Regulamento, que contempla o modelo de Relatório de Exercício de Direito de Venda;

"Anexo IX": significa o Anexo IX deste Regulamento, que contempla a Política de Crédito do Cedente;

"Anexo X": significa o Anexo X deste Regulamento, que contempla lista de Atividades Excluídas;

"Anexos": significa os Anexos I a X deste Regulamento, quando referidos em conjunto;

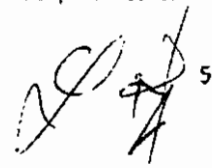
"Assembleia Geral": significa a Assembleia Geral de Quotistas do Fundo;

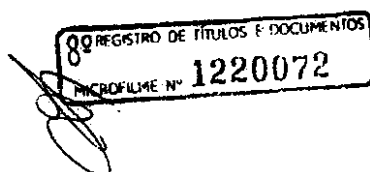
"Atividade Excluída": significa qualquer uma das atividades descritas no Anexo X deste Regulamento;

"Ativos Financeiros": significa os ativos financeiros listados abaixo, os quais poderão compor o Patrimônio Líquido do Fundo que não seja alocado em Direitos de Crédito, observada a Alocação Mínima de Investimento:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central;
- c) operações compromissadas lastreadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central; e
- d) certificados de depósito bancário pós fixados com liquidez diária de instituições financeiras, com classificação de risco (*rating*) fornecido pela Agência Classificadora de Risco igual ou superior à classificação de risco (*rating*) das séries de Quota Sênior em circulação no momento da alocação.

"Auditores Independentes": significa, na Primeira Data de Emissão, a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria contratada pelo Fundo para realizar a auditoria de suas demonstrações financeiras;





"Autoridade": qualquer governo nacional, supranacional, regional ou local, ou órgão, departamento, comissão, autoridade, tribunal ou agência administrativa, fiscal, judicial ou governamental, ou banco central (ou qualquer entidade que exerça as funções de banco central, seja tal entidade governamental ou não);

"Autorizações": qualquer consentimento, registro, arquivamento, acordo, notarização, certificado, licença, aprovação, permissão, autorização ou exceção de ou com qualquer Autoridade, quer seja concedida expressamente ou considerada como concedida por ausência de manifestação da referida Autoridade por determinado prazo, bem como todas as autorizações e aprovações societárias, de credores e acionistas;

"Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating": significa (i) qualquer avaliação dos Procedimentos Internos de Rating que seja realizada pelo Avaliador Independente nos termos do item 10.7 abaixo, a ser realizada por amostragem, com base em informações de Clientes e Direitos de Crédito, e/ou (ii) qualquer avaliação de observância das Condições de Cessão pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;

"Avaliador Independente": significa o terceiro independente indicado pelo IFC ou pelos Quotistas Sênior, conforme o caso, para realização de Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating;

"Banco Central": significa o Banco Central do Brasil;

"Benchmark": significa o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior, conforme estabelecido (i) no respectivo Suplemento, ou (ii) no caso de um Evento de Exercício, na respectiva Comunicação de Evento de Exercício;

"Carteira": significa a carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;

"Cedente" ou **"BICBANCO"**: significa o Banco Industrial e Comercial S.A., na qualidade de originador e cedente de Direitos de Crédito ao Fundo;

"Cédula de Crédito Bancário": significa o documento em que é formalizada a Operação de Mútuo entre Cedente e Cliente;

"CETIP": significa a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

"**Cientes**": significa as pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Brasil que celebram Operações de Mútuo com o Cedente, sendo os devedores dos Direitos de Crédito. Os Clientes serão, necessariamente, empresas de médio porte (*middle market*);

"**CMN**": significa o Conselho Monetário Nacional;

"**CNPJ/MF**": significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

"**Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas**": significa o Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente;

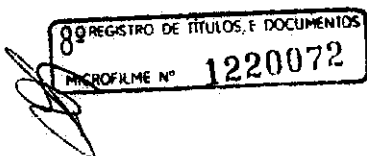
"**Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas**": significa a comunicação a ser enviada pelo Cedente e pelo Administrador ao IFC após o cumprimento da totalidade das Condições Suspensivas do Direito de Venda, na forma do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior;

"**Comunicação de Eficácia**": significa a comunicação a ser enviada pelo IFC ao Administrador e ao Cedente, confirmando o início da eficácia do Direito de Venda de Quotas Sênior;

"**Comunicação de Evento de Exercício**": significa a comunicação a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas Sênior e ao IFC através de (i) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, e (ii) correspondência a ser enviada aos Quotistas Sênior por meio de carta com aviso de recebimento, e ao IFC via fax (seguida imediatamente pelo envio de carta com aviso de recebimento), comunicando (a) a ocorrência do Evento de Exercício, para que os Quotistas titulares de Quotas Sênior possam, a seu exclusivo critério, exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, e (b) o novo *Benchmark* que entrará em vigor no primeiro Dia Útil após a Data de Liquidação (caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior);

"**Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior**": significa a comunicação, por escrito e em caráter irrevogável e irretratável, a ser enviada ao Administrador pelos titulares de Quotas Sênior que desejem exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior em caso de acontecimento de um Evento de Exercício, substancialmente nos termos do Anexo VI;

 7



"Condições de Cessão": significa as condições de cessão dos Direitos de Crédito, as quais deverão ser verificadas e atendidas pelo Cedente antes de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo. O Cedente será o único responsável pela verificação e atendimento das Condições de Cessão;

"Condições Suspensivas do Direito de Venda": significa as condições que devem ser implementadas para início da eficácia do Direito de Venda de Quotas Sênior, nos termos do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior e do item 18.1.1 do presente Regulamento;

"Confirmação de Exercício": significa a comunicação por escrito a ser enviada pelo Administrador aos Quotistas titulares de Quotas Sênior que houverem exercido o Direito de Venda de Quotas Sênior, substancialmente nos termos do Anexo VII, por meio de carta com aviso de recebimento, (i) confirmando o exercício regular do Direito de Venda de Quotas Sênior por tal Quotista, (ii) informando o número de Quotas Sênior que serão objeto de aquisição pelo IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior, e (iii) confirmando a Data de Liquidação;

"Conta Autorizada do Fundo": significa a conta corrente mantida pelo Fundo junto ao Custodiante, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito, inclusive os recursos provenientes da cobrança e execução das Garantias e da qual serão retirados os recursos necessários para a aquisição dos Direitos de Crédito;

"Conta Centralizadora do Cedente": significa a conta de titularidade do Cedente, mantida junto ao Cedente, na qual são inicialmente recebidos os valores devidos pelos Clientes em decorrência das Operações de Mútuo. A operacionalização da Conta Centralizadora é realizada única e exclusivamente pelo Cedente;

"Contrato de Custódia": significa o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Bicbanco Crédito Corporativo celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Cedente;

"Contrato de Escrituração": significa o Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento, celebrado entre o Fundo e o Escriturador;

"Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior": significa o Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, a ser celebrado entre o Fundo, o Cedente e o IFC, cuja eficácia encontra-se suspensa até o cumprimento integral das Condições

Suspensivas, no qual são estabelecidos os termos e condições para vigência e exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;

"Contrato de Promessa de Cessão": significa o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente, com interveniência do Custodiante, estabelecendo os termos e condições observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;

"Critérios de Elegibilidade": significa os critérios de elegibilidade verificados pelo Custodiante e observados pelo Cedente para a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo;

"Custodiante": significa, na Primeira Data de Emissão, o ITAÚ UNIBANCO S.A.;

"CVM": significa a Comissão de Valores Mobiliários;

"Data de Liquidação": significa a data em que o Quotista titular de Quotas Sênior deverá submeter ordem de venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda através do SF e o IFC deverá submeter ordem de compra das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda perante o SF, que ocorrerá 10 (dez) Dias Úteis após a data de envio do Relatório de Exercício do Direito de Venda e da Confirmação de Exercício pelo Administrador;

"Data de Pagamento da Aquisição": significa a data de pagamento, pelo Cedente, dos recursos relativos à aquisição da totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, na hipótese de exercício do Direito de Aquisição previsto no Contrato de Promessa de Cessão, conforme disposto no item 19.2.6 abaixo;

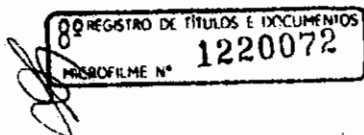
"Data de Resgate": significa a data em que houver o último pagamento de amortização das Quotas Sênior de cada série, conforme cronograma previsto no Suplemento referente a cada série de Quotas;

"Data de Verificação": significa cada data em que seja apurada a Razão de Garantia pelo Administrador, na forma do item 12.7 abaixo;

"Data de Verificação de Limites Máximos de Concentração": significa o último Dia Útil de cada mês;

"Data(s) de Amortização": significa cada data em que houver pagamento de amortização das Quotas, conforme cronograma previsto no Suplemento referente a cada

9



série de Quotas;

"Descumprimento de Obrigação de Conduta": será caracterizado pela entrega pelo IFC ao Cedente e ao Administrador de comunicação por escrito informando que o Cedente descumpriu qualquer uma das Obrigações de Conduta;

"Dia Útil": significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nacionalmente. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

"Direito de Aquisição": significa o direito do Cedente de adquirir a totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme previsto no Contrato de Promessa de Cessão. O Direito de Aquisição poderá ser exercido a exclusivo critério do Cedente, caso as condições do mercado tornem as operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo onerosas do ponto de vista do Cedente;

"Direito de Venda de Quotas Sênior": significa a faculdade do Quotista titular de Quotas Sênior emitidas pelo Fundo na Primeira Emissão de vender as Quotas Sênior de sua titularidade em razão da ocorrência de um Evento de Exercício, observado o disposto no Capítulo Dezoito deste Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior;

"Direitos de Crédito": significa os direitos de crédito consubstanciados em parcelas a vencer das Operações de Mútuo (em taxas pré fixadas ou vinculadas à Taxa DI) contratadas entre o Cedente e os Clientes que atendam aos Critérios de Elegibilidade, às Condições de Cessão e que sejam cedidos pelo Cedente ao Fundo nos termos do Contrato de Promessa de Cessão;

"Direitos de Crédito Inadimplidos": significa, em qualquer data de verificação, a totalidade dos Direitos de Crédito que possuírem uma ou mais parcelas vencidas e não pagas pelos respectivos Clientes nas respectivas datas de vencimento;

"Documentos Comprobatórios": significa os documentos que evidenciam e comprovam a existência, validade e exequibilidade das Operações de Mútuo, quais sejam, as Cédulas de Crédito Bancário e quaisquer instrumentos de constituição das Garantias;

"Documentos da Operação": significa:

- (i) este Regulamento;
- (ii) Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior;
- (iii) Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- (iv) Prospecto;
- (v) Contrato de Custódia;
- (vi) Contrato de Escrituração; e
- (vi) Contrato de Promessa de Cessão;

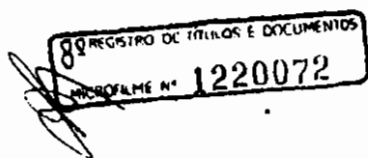
"Efeito Material Adverso": significa um efeito material adverso:

- (i) no Cedente e/ou no Fundo, ou seus respectivos ativos ou propriedades;
- (ii) nas perspectivas de negócios ou na condição financeira do Cedente e/ou do Fundo;
- (iii) na condução dos negócios ou operações do Cedente e/ou do Fundo;
- (iv) na habilidade do Cedente de cumprir as obrigações previstas no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior ou em qualquer outro contrato entre o Cedente e o IFC; ou
- (v) na habilidade do Cedente e/ou do Fundo de cumprirem suas respectivas obrigações previstas em qualquer Documento da Operação do qual sejam parte;

"Escriturador": significa, na Primeira Data de Emissão, o ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.;

"Evento de Exercício": significa a primeira vez em que os eventos descritos no item 18.2 abaixo ocorrerem de forma simultânea, durante o Período de Vigência do Direito de Venda, cuja ocorrência possibilitará aos Quotistas Sênior exercer o Direito de Venda de

11



Quotas Sênior, a seu exclusivo critério, observadas as condições previstas neste Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior;

"Eventos de Avaliação": significa qualquer dos eventos descritos no item 19.1 deste Regulamento que podem dar ensejo à adoção de medidas para minimizar potenciais riscos ao Fundo ou à liquidação antecipada do Fundo;

"Eventos de Extinção do Direito de Venda": tem o significado atribuído no item 18.6 deste Regulamento;

"Eventos de Liquidação Antecipada": significa qualquer dos eventos descritos no item 19.2 deste Regulamento que podem dar ensejo à liquidação antecipada do Fundo;

"Exposições em Aberto": significa a diferença positiva, se houver, entre (i) o valor das Exposições de Risco, e (ii) valor total das provisões constituídas pelo Fundo relacionadas aos Direitos de Crédito;

"Exposições de Risco": significa o somatório dos Direitos de Crédito com classificação "E", "F", "G" ou "H", de acordo com a Resolução 2.682/99;

"Fundo": significa o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Bricbank Crédito Corporativo;

"Garantia": significa qualquer garantia real ou fidejussória que tenha sido constituída pelos Clientes ou por terceiros objetivando garantir o pagamento das Operações de Mútuo;

"Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador": significa as hipóteses em que a substituição do Cedente da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito será obrigatória na forma do Contrato de Promessa de Cessão;

"IFC": a International Finance Corporation, uma organização internacional estabelecida de acordo com seus *Articles of Agreement* entre seus países-membro, inclusive a República Federativa do Brasil;

"Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto": significa o percentual a ser calculado pelo Administrador no último Dia Útil de cada mês, resultante da divisão entre (i) Exposições em Aberto, pelo (ii) valor total das Quotas Subordinadas;

12

"Índice de Prestações Inadimplidas de 30 dias": significa o percentual, a ser definido na forma deste Regulamento, de Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 15 (quinze) dias, inclusive, e inferior a 30 (trinta) dias, inclusive. Para a verificação do percentual aqui descrito, deverá ser observada a ocorrência de elevação da inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se o mês que antecede a verificação, calculada conforme expressão abaixo:

$$\frac{\text{vencidos do mês Y com atraso entre 15 e 30 dias (A)}}{\text{vencimentos do mês Y (B)}}$$

onde : (A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 15 e 30 dias; e
(B) valor total de vencimentos.

"Índice de Prestações Inadimplidas de 60 dias": significa o percentual, a ser definido na forma deste Regulamento, de Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 31 (trinta e um) dias, inclusive, e inferior a 60 (sessenta) dias, inclusive. Para a verificação do percentual aqui descrito, deverá ser observada a ocorrência de elevação da inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se o mês que antecede a verificação, calculada conforme expressão abaixo:

$$\frac{\text{vencidos do mês Y com atraso entre 31 e 60 dias (A)}}{\text{vencimentos do mês Y (B)}}$$

onde : (A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 31 e 60 dias; e
(B) valor total de vencimentos.

"Índice de Prestações Inadimplidas de 90 dias": significa o percentual, a ser definido na forma deste Regulamento, de Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 61 (sessenta e um) dias, inclusive, e inferior a 90 (noventa) dias, inclusive. Para a verificação do percentual aqui descrito, deverá ser observada a ocorrência de elevação da inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se o mês que antecede a verificação, calculada conforme expressão abaixo:

$$\frac{\text{vencidos do mês Y com atraso entre 61 e 90 dias (A)}}{\text{vencimentos do mês Y (B)}}$$

onde : (A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 61 e 90 dias; e
(B) valor total de vencimentos.

13

"Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 dias": significa o percentual, a ser definido na forma deste Regulamento, de Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 91 (noventa e um) dias, inclusive. Para a verificação do percentual aqui descrito, deverá ser observada a ocorrência de elevação da inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se o mês que antecede a verificação calculada conforme expressão abaixo:

$$\frac{\text{vencidos do mês Y com atraso superior 90 dias (A)}}{\text{vencimentos do mês Y (B)}}$$

onde : (A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso superior a 90 dias; e

(B) valor total de vencimentos.

"Índices": significa, em conjunto, o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto, Índice de Prestações Inadimplidas de 30 dias, Índice de Prestações Inadimplidas de 60 dias, Índice de Prestações Inadimplidas de 90 dias e o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 dias;

"Instrução CVM n.º 356/01": significa a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme posteriormente alterada;

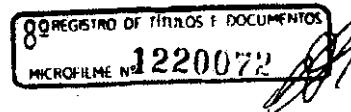
"Instrução CVM n.º 400/03": significa a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme posteriormente alterada;

"Instrução CVM n.º 409/04": significa a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada;

"Investidores Qualificados": significa as pessoas físicas, jurídicas e demais espécies de investidores definidos de acordo com o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04, além dos fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, ainda que não destinados exclusivamente a investidores qualificados e que sejam autorizados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios;

"Limites Máximos de Concentração": significa os limites a serem observados para as Operações de Mútuo que compõem o patrimônio do Fundo, conforme estabelecidos no Anexo III, sem prejuízo do atendimento dos demais parâmetros fixados pelo artigo 40-A da Instrução CVM n.º 356/01;

14



"MDA": significa o MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, mantido e operacionalizado pela CETIP;

"Novas Quotas": significa as Quotas objeto de novas séries de Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão, observado que, para fins deste Regulamento, as Novas Quotas, quando emitidas, serão referidas simplesmente como Quotas;

"Obrigações de Conduta": as obrigações assumidas pelo Cedente nos termos da Cláusula 5.01 (*Práticas Sancionáveis*) e 5.02 (*Normas Contra Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento a Terrorismo, Bancos de Fachada*) do Contrato de Compromisso de Subscrição de Quotas Sênior;

"Oferta Pública": significa a distribuição pública de Quotas Sênior;

"Operações de Mútuo": significa as operações de empréstimo e financiamento celebradas entre o Cedente e os Clientes pelas quais estes recebem capital de giro para suas atividades, sendo que tais operações são formalizadas por meio da assinatura de Cédulas de Crédito Bancário e podem contar com determinadas Garantias;

"Parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas": significa o valor das prestações de Direitos de Crédito vencidas e não pagas pelos respectivos Clientes nas respectivas datas de vencimento, durante cada mês calendário;

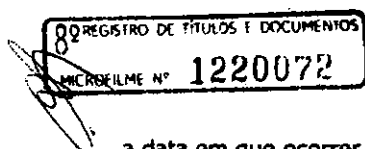
"Patrimônio Líquido do Fundo": significa a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo;

"Período de Acumulação de *Benchmark*": significa o período compreendido entre uma Data de Amortização, inclusive, e a Data de Amortização subsequente, exclusive, exceto com relação ao primeiro Período de Acumulação de *Benchmark*, o qual iniciará-se-á na Primeira Data de Emissão, inclusive, e o último Período de Acumulação de *Benchmark*, o qual encerrar-se-á na data do resgate integral da última série de Quotas Sênior do Fundo, exclusive;

"Período de Carência": significa o período de 1 (um) ano contado a partir da Primeira Data de Emissão;

"Período de Vigência do Direito de Venda": significa o período compreendido entre (i) a data em que o IFC entregar uma Comunicação de Eficácia ao Cedente e ao Administrador, confirmando que as Condições Suspensivas foram implementadas, e (ii) a

15



a data em que ocorrer qualquer um dos Eventos de Extinção do Direito de Venda;

"Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior": significa o prazo de 20 (vinte) dias contados da data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, durante o qual os Quotistas titulares de Quotas Sênior poderão exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, a seu exclusivo critério, nos termos do Capítulo Dezoito deste Regulamento e do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior;

"Política de Crédito do Cedente": significa o documento contendo a política de concessão e cobrança dos Direitos de Crédito observada pelo Cedente na origem, formalização e cobrança dos Direitos de Crédito, conforme descrita no Anexo IX deste Regulamento;

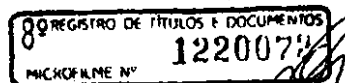
"Prazo para Pagamento aos Quotistas Dissidentes": significa o prazo de pagamento aos Quotistas dissidentes, a ser deliberado na Assembléia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, na forma do item 19.2.4 deste Regulamento, que não poderá, em hipótese alguma, ser superior a 60 (sessenta) dias;

"Prazo para Reenquadramento da Carteira": significa para a primeira ocorrência de desenquadramento o período de 30 (trinta) dias, e para qualquer ocorrência de desenquadramento subsequente o período de 15 (quinze) dias após qualquer Data de Verificação de Limites Máximos de Concentração, durante o qual a Carteira do Fundo poderá permanecer desenquadrada em relação a qualquer dos Limites Máximos de Concentração, sem que o referido desenquadramento represente a ocorrência de um Evento de Avaliação. Durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira, o Fundo poderá realizar aquisições de Direitos de Crédito de acordo com o disposto no item 6.1.5. deste Regulamento;

"Prazo para Resgate Antecipado": significa o prazo para que ocorra o resgate antecipado integral das Quotas, que será (i) deliberado em Assembléia Geral, observado o prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, em caso de liquidação antecipada automática do Fundo na forma do item 19.2.1.1 abaixo, ou (ii) deliberado em Assembléia Geral que decidir pela liquidação antecipada do Fundo em qualquer outro caso;

"Preço de Aquisição": significa o preço de aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, calculado a taxas de mercado, de acordo com o descrito no Contrato de Promessa de Cessão;

21/ 16



"Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda": significa o preço a ser pago pelo IFC para cada titular de Quotas Sênior que exercer validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior nos termos do presente Regulamento, que corresponderá ao resultado da multiplicação do (i) Preço de Venda Unitário, pelo (ii) número de Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda vendidos por tal Quotista ao IFC;

"Preço de Emissão": significa o preço de emissão inicial e unitário das Quotas no âmbito da Primeira Emissão;

"Preço de Venda Unitário": significa o valor a ser pago pelo IFC por cada Quota Sênior adquirida através do Direito de Venda de Quotas Sênior, que corresponderá ao valor de cada Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Liquidação calculado de acordo com o disposto no Suplemento da Primeira Emissão;

"Primeira Data de Emissão": significa a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas representativas da Primeira Emissão;

"Primeira Emissão": significa a emissão da primeira série de Quotas do Fundo, composta por Quotas Sênior, Quotas Subordinadas e valores, conforme descrito no Suplemento referente à Primeira Emissão;

"Procedimento de Sustentabilidade do Cedente": significa o documento contendo os procedimentos de sustentabilidade adotados pelo Cedente "(MPG 10.000.R01)", datado de 13 de agosto de 2009.

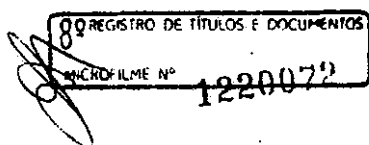
"Procedimentos Internos de Rating": significa os procedimentos internos do Cedente para classificação de risco das Operações de Mútuo, conforme disposto na Política de Crédito do Cedente;

"Prospecto": significa o prospecto do Fundo, elaborado nos termos da regulamentação aplicável;

"Quotas": significa as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;

"Quotas Sênior": significa as quotas sênior de emissão do Fundo;

"Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda": tem o significado atribuído no item 18.3(III) deste Regulamento;



"Quotas Subordinadas": significa as quotas subordinadas de emissão do Fundo;

"Quotista": o titular de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas;

"Quotista Sênior": o Quotista titular de Quotas Sênior;

"Razão de Garantia": o resultado, na forma percentual, da divisão do valor das Quotas Subordinadas pelo valor total do Patrimônio Líquido do Fundo, na forma deste Regulamento. A Razão de Garantia a ser observada pelo Fundo será determinada na forma do item 17.1.1 abaixo, em função da taxa média dos *spreads* sobre a Taxa DI das Operações de Mútuo que compõem a carteira de Direitos de Crédito do Fundo, conforme seguinte tabela.

Sobretaxa média acrescida à Taxa DI (em percentual ao ano)	Razão de Garantia Mínima do Fundo
8	23%
7	24%
6	25%
4,75	26%
3,75	27%
3	28%

"Relatório de Exercício de Direito de Venda": significa o relatório a ser elaborado na forma do Anexo VIII deste Regulamento pelo Administrador e encaminhado ao IFC, com cópia para o Cedente, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de encerramento do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;

"Regulamento": significa o presente regulamento do Fundo e seus Anexos;

Reserva de Liquidez: significa reserva de liquidez constituída e mantida para fazer frente à despesas referentes às atividades operacionais do Fundo e amortizações de Quotas Sênior, observada a ordem de prioridades estabelecida no item 14.2.1. O montante desta reserva deve corresponder, durante todo o prazo de vigência do Fundo, a 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

"Resolução 2.682/99": significa a Resolução CMN n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme alterada de tempos em tempos;

"Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo": tem o significado atribuído no item 6.3 abaixo;

18

"SERASA": Centralizadora dos Serviços dos Bancos S.A. (nova razão social de Serviços de Assessoria S.A.);

"SF": significa o SF – Módulo de Fundos, mantido e operacionalizado pela CETIP;

"Sobretaxa Original": significa a sobretaxa (*spread*) a ser somada à Taxa DI para cálculo do Benchmark das Quotas Sênior da Primeira Emissão, conforme definido no Suplemento relativo à Primeira Emissão de Quotas Sênior;

"Suplemento": significa o suplemento a este Regulamento que descreve as características de cada série de Quotas, a ser elaborado em observância ao modelo constante do Anexo I deste Regulamento;

"Taxa de Administração": significa a remuneração mensal devida ao Administrador;

"Taxa DI": significa a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, *Extra Grupo*, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e

"Termo de Adesão": significa o "Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo", elaborado na forma do Anexo IV deste Regulamento, a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas.

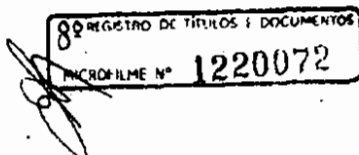
CAPÍTULO DOIS – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

2.1. O Fundo será denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo.

2.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e será regido por este Regulamento e pelas disposições legais e normativas que lhe forem aplicáveis.

2.3. O Fundo vigorará por tempo indeterminado, devendo ser observado que cada série de Quotas terá prazo determinado de vencimento, ou seja, prazo determinado para resgate definido no respectivo Suplemento.

 19



- 2.4. O patrimônio do Fundo será formado por duas classes de Quotas, sendo uma única classe de Quotas Sênior e uma única classe de Quotas Subordinadas.
- 2.5. As características e os direitos, assim como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas seguem descritos na forma deste Regulamento, bem como no Suplemento referente a cada série de Quotas.

CAPÍTULO TRÊS – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO

3.1. O Fundo é destinado a Investidores Qualificados e a fundos de investimento constituídos em conformidade com a Instrução CVM n.º 409/04 e que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

3.1.1. A primeira aplicação de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não havendo limite máximo de subscrição. Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO

4.1. O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito originados nas Operações de Mútuo realizadas entre os Clientes e o Cedente.

4.2. A oferta de Direitos de Crédito ao Fundo e a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo que comporão a Carteira deverão atender respectivamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade indicados neste Regulamento.

4.3. Não poderão compor a Carteira, Direitos de Crédito cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura do Cedente.

4.4. Sem prejuízo do disposto no item 4.1 deste Regulamento, o Fundo também aplicará parcela de seus recursos em Ativos Financeiros, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação previstos neste Regulamento.

4.5. O Fundo buscará atingir, para as Quotas Sênior, o *Benchmark* estabelecido no Suplemento referente a cada série de Quotas.

4.6. O *Benchmark* das Quotas Sênior não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte do Fundo,

20

do Administrador, do Custodiante e/ou do Cedente.

4.7. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior não farão jus a uma rentabilidade superior ao respectivo *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

4.8. As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

CAPÍTULO CINCO – DA ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO

5.1. O Cedente é instituição financeira que, no curso normal de seus negócios, dentre outras atividades, concede empréstimos e financiamentos a seus Clientes por meio da realização de Operações de Mútuo representadas por Cédulas de Crédito Bancário, podendo também contar com determinadas Garantias, quando for o caso.

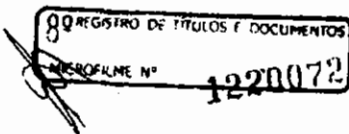
5.2. Caracterizam-se como Direitos de Crédito elegíveis para compor o patrimônio do Fundo (i) os valores devidos pelos Clientes ao Cedente decorrentes de Operações de Mútuo; (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando, a eventuais Garantias; e (iii) todos os Documentos Comprobatórios.

5.3. A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras, condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Promessa de Cessão.

CAPÍTULO SEIS – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

6.1. Sem prejuízo do disposto no item 6.2 deste Regulamento, somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo os Direitos de Crédito que observem, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade indicados a seguir:

- a) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cujo Cliente possua dívida vencida e não paga perante o Fundo;
- b) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cuja data de vencimento seja posterior à Data de Resgate fixada no Suplemento relativo à Primeira Emissão de Quotas Sênior; e



- c) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito que estejam em desacordo com os Limites Máximos de Concentração conforme Anexo III do presente Regulamento;
- d) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não devem ter apontamentos cadastrais no SERASA indicando: "Concordata Requerida", "Concordata Deferida", "Falência Decretada", "Concordata Suspensiva", "Não Operar", "Intervenção", "CGCs Inaptos", e "Auto Falência";
- e) o prazo de vencimento da Operação de Mútuo em questão não poderá fazer com que, após a aquisição pelo Fundo, a média ponderada dos prazos de vencimento dos Direitos de Crédito seja superior a 548 (quinhentos e quarenta e oito) dias;

$$PM = \frac{\sum_{i=1}^N \text{Valor (i)} \times \text{Prazo (i)}}{\sum_{i=1}^N \text{Valor (i)}}$$

onde:

PM = Prazo médio em dias corridos;

Valor = Valor da parcela na data de vencimento (no caso de Direito de Crédito pré-fixado) ou o valor de cada parcela do saldo devedor na data (no caso de Direito de Crédito pós-fixado);

Prazo = Prazo, em dias corridos, entre a data de cálculo e data de vencimento;

N = Quantidade de parcelas a serem pagas com relação aos Direitos de Crédito em questão.

- f) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito tenham sido classificados pelo Cedente (excluindo as respectivas Garantias) como AA, A, B ou C, de acordo com a Política de Crédito do Cedente; e
- g) Direitos de Crédito decorrentes de Operações de Mútuo que, incluindo as respectivas Garantias, sejam classificadas pelo Cedente como AA, A, B ou C, de acordo com a Política de Crédito do Cedente.

22

6.1.1. O Custodiante verificará os Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade acima indicados no momento imediatamente anterior à cada cessão de tais Direitos de Crédito ao Fundo.

6.1.2. O não atendimento aos Critérios de Elegibilidade ocorrido em momento posterior ao da cessão dos Direitos de Crédito não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente, o Administrador ou o Custodiante.

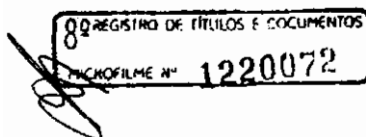
6.1.3. Fica esclarecido, ainda, que (i) durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do Fundo contados da Primeira Data de Emissão; e (ii) durante os 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o pagamento da última parcela de amortização das Quotas Sênior em circulação, os Limites Máximos de Concentração e Alocação Mínima de Investimento não precisarão ser observados pelo Fundo. No 91º (nonagésimo primeiro) dia após a Primeira Data de Emissão (ou no Dia Útil imediatamente seguinte), o Custodiante colocará à disposição do Administrador, no website www.itaucustodia.com.br, relatório contendo os Limites Máximos de Concentração. Caso o Fundo esteja desenquadrado dos Limites Máximos de Concentração, o Fundo terá o prazo de 30 (trinta) dias para ser reenquadrado aos Limites Máximos de Concentração. Para tanto, o Cedente estará obrigado, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, a ceder e/ou recomprar Direitos de Crédito para ou do Fundo, conforme o caso, e o Fundo estará obrigado a ceder e/ou comprar Direitos de Crédito para ou do Cedente, conforme o caso, de modo que ao fim de tal prazo os Limites Máximos de Concentração sejam observados.

6.1.3.1. O Administrador deverá comunicar ao IFC (através de comunicação por escrito) e aos Quotistas (através de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo) (i) informando a situação dos Limites Máximos de Concentração no 91º (nonagésimo primeiro) dia após a Primeira Data de Emissão, (ii) quando a Carteira for reenquadrada nos Limites Máximos de Concentração, e, se for o caso (iii) ao término do prazo previsto no item 6.1.3 caso tal reenquadramento não tenha ocorrido.

6.1.4. O Administrador comunicará ao Custodiante, com 5 (cinco) dias de antecedência, em qual data o Fundo (i) observará plenamente todos os Limites Máximos de Concentração previstos neste Regulamento; e (ii) deixará de observar os Limites Máximos de Concentração previstos neste Regulamento, observados os prazos previstos no item 6.1.3 acima.

6.1.5. Exceto no caso previsto no item 6.1.3 acima (quando os procedimentos nele previstos deverão ser observados), caso o Fundo esteja desenquadrado de qualquer dos

 23



Limites Máximos de Concentração em qualquer Data de Verificação de Limites Máximos de Concentração, o Fundo poderá continuar suas atividades, adquirindo Direitos de Crédito durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira desde que observado o seguinte: (i) o desenquadramento ainda não constitua um Evento de Avaliação; (ii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira estejam enquadrados com relação a todos os demais Critérios de Elegibilidade, todas as Condições de Cessão e todos os demais Limites Máximos de Concentração; e (iii) as aquisições não devem resultar em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionar qualquer outro desenquadramento na Carteira.

6.1.6. Na hipótese de alteração, pelo SERASA, de qualquer dos códigos indicados no item 6.1.(d) acima, o Custodiante passará a realizar a verificação com base nos novos códigos que indiquem situações equivalentes àquelas indicadas pelos códigos alterados, observado que não poderão ser adquiridos pelo Fundo Direitos de Crédito cujos devedores estejam sujeitos a qualquer dos regimes de recuperação ou liquidação previstos pela Lei nº 11.101/2005 e/ou pela Lei nº 6.024/1974.

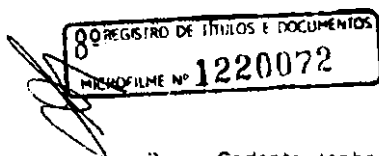
6.2. Sem prejuízo do disposto no item 6.1 deste Regulamento, o Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, por ofertar ao Fundo somente Direitos de Crédito que observem às seguintes Condições de Cessão:

- a) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, nos quais o valor total das Garantias seja superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito, devem ter fornecido ao Cedente cópia de suas demonstrações financeiras relativas aos 2 (dois) últimos exercícios sociais encerrados anteriormente à data da contratação da respectiva Operação de Mútuo;
- b) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, nos quais o valor total das Garantias seja igual ou inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito, devem ter fornecido ao Cedente cópia de suas demonstrações financeiras relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados anteriormente à data da contratação da respectiva Operação de Mútuo;
- c) no mínimo 100% (cem por cento) do valor das parcelas das Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverá estar amparado por Garantias, sendo utilizado para tal cálculo os percentuais do valor dos bens dados em garantia constantes da tabela que consta do item 6.2.2. abaixo;

24

- d) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não podem estar em atraso com o pagamento de qualquer obrigação perante o Cedente por período superior a 5 (cinco) Dias Úteis, exceto se o valor total dos pagamentos em atraso for inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais);
- e) os Clientes e as Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito estão classificados como risco Médio ou Baixo de acordo com o Procedimento de Sustentabilidade do Cedente (MPG 10.000.R01);
- f) o Cedente tenha analisado as informações sobre o Cliente obtidas junto ao SERASA e, caso tais informações incluam qualquer referência a atraso em pagamentos ou qualquer outra informação negativa sobre o respectivo Cliente, o Cedente tenha realizado investigação complementar com os credores de tais operações identificadas para verificar as razões de tal atraso ou de tal informação negativa e, após tal análise, o Cedente tenha concluído com base na boa prática bancária que não há motivos para restringir o crédito a tal Cliente;
- g) Direitos de Crédito cujas respectivas Operações de Mútuo: (i) prevejam pagamento em parcelas mensais, (ii) sejam classificadas como *mútuo parcelado* ou operações que venham a substituir, (iii) não sejam operações objeto de renegociação na forma da Resolução 2.682/99 ou regulamentação que venha a substituí-la ou, ainda, não sejam classificadas como "recomposição de dívida" de acordo com Política de Créditos do Cedente (caso tal classificação seja mais conservadora que a prevista na Resolução 2.682/99);
- h) Direitos de Crédito cujo respectivo período de carência não exceda 9 (nove) meses e já tenha se encerrado, e, ainda, tenha o histórico de pagamento de no mínimo 1 (uma) parcela da Operação de Mútuo pelo respectivo devedor;
- i) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não podem exercer ou de qualquer outra forma estar relacionados a qualquer Atividade Excluída, bem como não podem utilizar os recursos recebidos em virtude das Operações de Mútuo, direta ou indiretamente, em qualquer Atividade Excluída;

25



- j) o Cedente tenha realizado análise e verificação completa das Garantias vinculadas às Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito, nos termos usualmente praticados pelo Cedente;
- k) durante os primeiros 3 (três) meses contados da primeira data de integralização de Quotas Sênior, cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá, considerado de forma isolada do resto da Carteira do Fundo, observar os Limites Máximos de Concentração previstos neste Regulamento;
- l) após o final do 3º (terceiro) mês imediatamente seguinte à primeira data de integralização de Quotas Sênior, cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá, considerando a Carteira do Fundo no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data de referida cessão, observar os Limites Máximos de Concentração previstos neste Regulamento;
- m) as Cédulas de Crédito Bancário que formalizam as Operações de Mútuo devem conter cláusula através da qual cada um dos Clientes autoriza o Cedente a realizar o débito, em suas contas de depósito, dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas nas Operações de Mútuo;
- n) Direitos de Crédito cujo prazo original não exceda 4 (quatro) anos, observado o disposto na Cláusula 6.2.1 abaixo;
- o) o Preço de Aquisição do Direito de Crédito é igual ao valor do principal desembolsado acrescido dos juros efetivamente incorridos até a data da aquisição, deduzido dos valores pagos pelos respectivos devedores até a data da aquisição;
- p) cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá apresentar sobretaxa mínima média igual ou superior à indicada na tabela abaixo:

26

Razão de Garantia do Fundo (definida na forma do item 17.1.1 abaixo)	Sobretaxa média mínima das Operações de Mútuo sobre a Taxa DI (em percentual ao ano)
23%	8
24%	7
25%	6
26%	4,75
27%	3,75
28%	3

q) Direitos de Crédito originados, formalizados e cobrados de acordo com a Política de Crédito do Cedente;

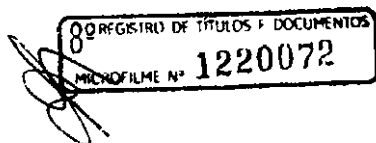
r) O saldo devedor por Clientes cuja exposição do Fundo seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) não deve exceder 15% (quinze por cento) da Carteira do Fundo; e

s) Com relação a Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo durante o primeiro ano contado a partir da data da liquidação financeira da Oferta Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão, o valor total dos Direitos de Crédito cujas Garantias sejam constituídas sob a forma de cessão de direitos creditórios não-performados (relativos a bens ou serviços a serem fornecidos/prestados no futuro) (tais Direitos de Crédito, os "Direitos de Crédito com Garantia Futura"), não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo.

6.2.1. A Condição de Cessão prevista na alínea "n" da Cláusula 6.2 somente deverá ser observada após o período de 1 (um) ano após a data da constituição do Fundo.

6.2.2. Para fins do disposto na Cláusula 6.2, o valor a ser atribuído às Garantias vinculadas aos Direitos de Crédito deverá ser calculado observando-se os percentuais constantes da tabela abaixo:

Tipo de Garantia:	Percentual Atribuído
CDs (Cash)	100%
Cheques	100%
Direitos Creditórios Performados	100%
Direitos Creditórios Performados ("sem trava")	100%
Direitos Creditórios Futuros	100%



Cessão Fiduciária de Créditos	100%
Hipoteca	100%
Alienação Fiduciária de Imóveis	100%
Recebíveis	100%
Undertake (garantia com depósito de recursos em conta vinculada)	100%
Alienação Fiduciária de Veículos	100%
Alienação Fiduciária de Equipamentos	100%
Alienação Fiduciária de Estoques	100%
Penhor de Veículos	25%
Penhor de Estoques	25%
Cédula de Crédito Bancário	0%
Aval	0%
Penhor Pecuário	0%
Notas Promissórias	0%
Participações Societárias/Ações	0%

6.2.3. Para os Direitos de Crédito com taxa pré-fixada será calculada, para os fins do disposto na alínea "p" acima, a taxa equivalente à Taxa DI mais sobretaxa utilizando para tanto o prazo médio dos Direitos de Crédito do referido conjunto de Operações de Mútuo e a Taxa DI futura relativa ao prazo médio conforme divulgada por Taxa Referencial BM&F (DI x Pré).

6.2.4. Para fins do disposto na alínea "r", o número de Clientes deverá ser calculado considerando-se apenas o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

6.2.5. Para fins do disposto na alínea "s", observado o limite previsto no item (ii) abaixo, após tal período de 1 (um) ano, o percentual acima referido deverá ser aumentado em 5% (cinco por cento) e assim sucessivamente a cada aniversário da data da liquidação financeira da Oferta Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão, sendo certo que:

- (i) O resultado da divisão do (A) valor total das provisões feitas pelo Fundo para Direitos de Crédito com Garantia Futura; pelo (B) valor total dos Direitos de Crédito com Garantia Futura não exceda o resultado da divisão do (A) valor total das provisões feitas pelo Fundo para Direitos de Crédito cujas Garantias sejam constituídas sob a forma de cessão de direitos creditórios já performados (relativos a bens ou serviços já fornecidos/prestados) (tais Direitos de Crédito, os "Direitos de Crédito com Garantia Performada"); pelo (B) valor total dos Direitos de Crédito com Garantia Performada; e

28

- (ii) o valor total das parcelas dos Direitos de Crédito com Garantia Futura não poderá em nenhum momento exceder 70% (setenta por cento) da Carteira do Fundo.

A classificação de Direitos de Crédito com Garantia Performada ou Direitos de Crédito com Garantia Futura é realizada no momento da aquisição do respectivo Direito de Crédito pelo Fundo e não é alterada após tal aquisição.

6.2.6. A verificação quanto ao atendimento das Condições de Cessão será feita pelo Cedente, o qual confirmará tal atendimento ao Administrador, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão.

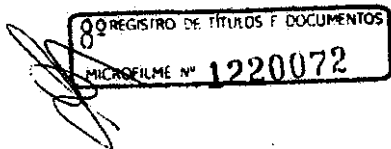
6.2.6.1. O IFC poderá rever informações sobre os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar se as Condições de Cessão foram observadas. Caso o IFC constata a existência de qualquer discrepância entre os Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo e as Condições de Cessão, o IFC deverá comunicar tal fato ao Administrador para que o mesmo adote as providências necessárias de acordo com o presente Regulamento.

6.2.7. Caso seja constatado a qualquer momento que o Cedente cedeu ao Fundo Direitos de Crédito que não atendiam qualquer um dos Critérios de Elegibilidade ou das Condições de Cessão, sem prejuízo das demais consequências previstas no presente Regulamento e no Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente deverá recomprar do Fundo tais Direitos de Crédito dentro de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que receber comunicação do Administrador neste sentido. Neste caso, o valor a ser pago ao Fundo pelo Cedente pelos Direitos de Crédito recomprados será calculado mediante utilização dos mesmos parâmetros previstos no Contrato de Promessa de Cessão.

6.3. Tanto (i) a amortização de Quotas Subordinadas quanto (ii) a aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito antes da amortização integral das Quotas Sênior, somente poderão ocorrer se o saldo existente na Conta Autorizada do Fundo no momento de tal aquisição de Direitos de Crédito e/ou amortização de Quotas Subordinada for, e após realizada tal aquisição e/ou amortização, continuar sendo, igual ou superior à soma dos seguintes valores (o "**Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo**"):

- a) 20% (vinte por cento) *multiplicado pelo* valor de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e *Benchmark*) a serem efetuadas pelo

 29



Fundo em período inferior a 91 (noventa e um) dias (inclusive) e superior a 61 (sessenta e um) dias;

- b) 80% (oitenta por cento) *multiplicado pelo* valor de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e *Benchmark*) a serem efetuadas pelo Fundo em período inferior a 61 (sessenta e um) dias (inclusive) e superior a 31 (trinta e um) dias; e
- c) 100% (cem por cento) *multiplicado pelo* valor de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e *Benchmark*) a serem efetuadas pelo Fundo em período inferior a 31 (trinta e um) dias (inclusive).

CAPÍTULO SETE – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

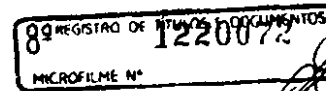
7.1. A transferência da titularidade dos Direitos de Crédito ao Fundo será realizada por meio da assinatura do Contrato de Promessa de Cessão, cujas vias originais serão registradas no Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e da sede do Cedente, de acordo com os procedimentos descritos no Contrato de Promessa de Cessão.

7.2. A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável e promoverá, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, a plena titularidade dos Direitos de Crédito ao Fundo, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionadas aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, inclusive reajustes monetários, juros e encargos.

7.3. O Cedente manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos e para os efeitos dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto no Contrato de Promessa de Cessão.

7.4. Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, observando os critérios fixados conforme item 23.4.2 deste Regulamento, comunicando o resultado desta verificação ao Administrador, aos Auditores Independentes, ao Cedente, à Agência Classificadora de Risco e ao IFC. Independentemente do disposto acima, o Administrador, o Custodiante,

2/2 30



ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento do Cedente, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a sua existência e manutenção.

CAPÍTULO OITO – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

8.1. Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo deverá ter alocado os seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito em montante que corresponda a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito suficientes para atingir tal percentual, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento de que trata este item por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral. Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Quotistas serão notificados do fato (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas; (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas; e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.

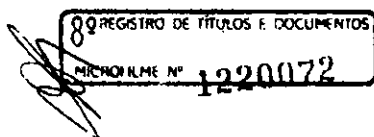
8.2. A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não seja alocada em Direitos de Crédito será necessariamente mantida em moeda corrente nacional e/ou alocada em Ativos Financeiros.

8.2.1. Serão envidados esforços pelo Administrador para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Quotistas. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação no seu prazo médio, passando a ser caracterizada de curto prazo para efeitos tributários. Ressalta-se que os Direitos de Crédito não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo. Não há garantia de que os Quotistas do Fundo obterão tratamento tributário de longo prazo.

8.3. O Administrador não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

8.4. O Fundo poderá contratar operações e serviços com o Administrador, com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias do Administrador ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelas pessoas a ele ligadas acima mencionadas.

31



8.5. O Fundo poderá alocar parcela de seu patrimônio em operações em mercados de derivativos exclusivamente para proteção da Carteira do Fundo, exclusivamente na modalidade "com garantia" e com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas, contra a variação de taxas de juros. As operações com derivativos somente podem ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

8.6. Os Limites Máximos de Concentração da Carteira serão calculados diariamente pelo Custodiante e verificados em cada Data de Verificação de Limites Máximos de Concentração pelo Administrador, com base na Carteira do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior a cada data de cada cálculo.

8.7. Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central; ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

8.8. O Fundo não contará com garantia do Administrador, do Custodiante, Escriturador, do Cedente, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC bem como de qualquer mecanismo de seguro.

8.9. O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais os discriminados no Capítulo Vinte e Dois deste Regulamento. O investidor, antes de adquirir Quotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco discriminados neste Regulamento, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento nas Quotas.

8.10. O Fundo, o Administrador e o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, e/ou subsidiárias, não são responsáveis pela solvência, origem, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo,

32

exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Clientes.

8.10.1. O Cedente será o único responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

CAPÍTULO NOVE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS E DIREITOS DE CRÉDITO INTEGRANTES DA CARTEIRA

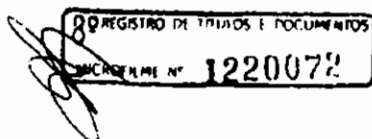
9.1. No cálculo do valor da Carteira serão observados os seguintes critérios pelo Custodiante: (i) os Ativos Financeiros serão predificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor e de acordo com o Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

9.2. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive ganhos com o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

9.3. O Custodiante constituirá, a partir da data de aquisição dos Direitos de Crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os critérios mais rigorosos entre (i) o disposto na Resolução 2.682/99, e (ii) a tabela constante do item 9.3.1 abaixo. Consiste o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual do Direito de Crédito conforme o nível de risco adotado, observado que referido nível de risco poderá variar de acordo com os critérios previstos na referida regulamentação.

9.3.1. Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios (ou outros critérios mais rigorosos, de acordo com o disposto na Resolução 2.682/99), sendo que os Direitos de Crédito serão provisionados na data de aquisição pelo Fundo em valor correspondente ao indicado na tabela abaixo:

Nível de risco	Dias de atraso	% de provisão
AA	0	0
A	Até 14	0,5
B	15 a 30	1,0
C	31 a 60	3,0
D	61 a 90	10,0



E	91 a 120	30,0
F	121 a 150	50,0
G	151 a 180	70,0
H	Acima de 180	100,0

9.3.2. Os Direitos de Crédito inadimplidos classificados como de risco nível H serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

9.3.3. A classificação dos Direitos de Crédito originados pelo mesmo devedor deverá ser definida considerando aquela que apresentar o maior risco ("efeito vagão").

9.4. As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Capítulo Nove.

CAPÍTULO DEZ – DA POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

10.1. A política de concessão de crédito aplicável aos Clientes para a realização de Operações de Mútuo é desenvolvida e monitorada pelo Cedente nos termos da Política de Crédito do Cedente prevista no Anexo IX deste Regulamento.

10.2. Conforme previsto nas respectivas Cédulas de Crédito Bancário, cada um dos Clientes autoriza o Cedente a realizar o débito, em suas contas de depósito, dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas em cada uma das Operações de Mútuo.

10.3. Mesmo após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, permanecerá o Cedente como responsável pelo regular recebimento dos valores devidos pelos Clientes em decorrência das Operações de Mútuo, atuando como agente cobrador dos Direitos de Crédito, observadas as Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador e a possibilidade de substituição do Cedente pela Assembleia Geral de Quotistas na forma do item 13.1(c) abaixo.

34

10.3.1. Fica ajustado que os recursos provenientes do recebimento das Operações de Mútuo serão transferidos da Conta Centralizadora do Cedente à Conta Autorizada do Fundo, sob a responsabilidade do Cedente, no Dia Útil imediatamente seguinte ao recebimento dos mesmos pelo Cedente.

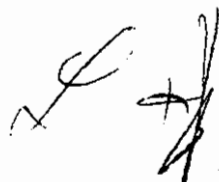
10.4. Caso os recursos necessários à liquidação ou amortização das parcelas dos Direitos de Crédito não sejam disponibilizadas pelos Clientes, por qualquer motivo, serão iniciados, pelo Cedente (atuando como agente cobrador dos Direitos de Crédito) ou por terceiros por este contratados, os procedimentos extrajudiciais e judiciais de cobrança dos Direitos de Crédito, tal como previstos no Contrato de Promessa de Cessão.

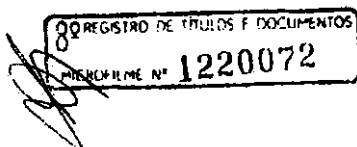
10.5. Caberá ao Custodiante exclusivamente a conciliação física e financeira das informações enviadas ao Fundo pelo Cedente, em decorrência deste atuar como único responsável pelo recebimento, conciliação e repasse de valores ao Fundo.

10.6. Sem prejuízo do direito dos Quotistas aprovarem em Assembleia Geral a substituição do Cedente na qualidade de agente cobrador dos Direitos de Crédito nas hipóteses previstas no Contrato de Promessa de Cessão, tal substituição será obrigatória nas Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador, e o Cedente deverá ser prontamente destituído de tal função. Em tal caso, o Cedente deverá ser prontamente destituído da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito, sendo aplicadas as condições previstas neste Regulamento, passando o Administrador requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição.

10.7. O IFC e/ou os Quotistas Sênior representando a maioria das Quotas Sênior em circulação poderão solicitar a realização de Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating pelo Avaliador Independente até 4 (quatro) vezes por ano, mediante envio de solicitação por escrito ao Administrador e ao Cedente (no caso do IFC) ou mediante aprovação em Assembleia Geral (no caso dos Quotistas Sênior).

10.7.1. Após o recebimento de solicitação do IFC e/ou da aprovação pelos Quotistas Sênior na forma do item 10.7 acima, o Cedente deverá contratar o Avaliador Independente para realização da Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating dentro do menor prazo possível mas em qualquer caso em não mais de 30 (trinta) dias, sendo certo que os custos com a contratação do Avaliador Independente serão custeados pelo Cedente.





10.7.2. O resultado da Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating será enviado ao Administrador e ao IFC e será disponibilizado a todos os Quotistas Sênior na sede do Administrador.

CAPÍTULO ONZE – DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

11.1. O patrimônio do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por Quotas Sênior e Quotas Subordinadas, sendo que não haverá quantidade mínima de Quotas Sênior a ser colocada no âmbito da Primeira Emissão. As características da Primeira Emissão que não estejam expressamente identificadas neste Regulamento serão descritas no Suplemento referente à Primeira Emissão.

11.2. As Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto neste Regulamento, bem como no Suplemento referente a cada série de Quotas.

11.3. A Oferta Pública das Quotas Sênior dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da legislação aplicável. As Quotas Subordinadas não serão objeto de Oferta Pública e serão integralmente subscritas e integralizadas pelo BICBANCO.

11.4. A emissão de Novas Quotas somente poderá ser realizada após a ocorrência de um Evento de Extinção do Direito de Venda ou, caso o IFC adquira alguma Quota Sênior em decorrência do exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior por qualquer Quotista Sênior, após o IFC deixar de ser titular de qualquer Quota Sênior. Em tal caso, a emissão de Novas Quotas será realizada através da colocação de novas séries de quotas do Fundo, a critério do Administrador, independentemente de aprovação dos Quotistas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM n.º 356/01 e os limites estipulados neste Regulamento.

11.4.1. Uma vez emitidas, eventuais Novas Quotas passarão a integrar o conceito de Quotas para fins do disposto neste Regulamento. Dessa forma, as Novas Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto neste Regulamento, bem como no Suplemento referente a cada série de Quotas.

11.4.2. Os Quotistas não terão o direito de preferência para subscrever e integralizar as Novas Quotas.

36

11.4.3. Na emissão de Novas Quotas, o Administrador deverá emitir tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a Razão de Garantia, nos termos do item 12.6 deste Regulamento.

CAPÍTULO DOZE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

12.1. As Quotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas classes, sendo uma única classe de Quotas Sênior e uma única classe de Quotas Subordinadas.

12.2. Todas as Quotas serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Quotistas mantida pelo Escriturador. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em nome do investidor.

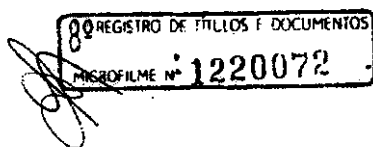
12.3. As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior. Sem prejuízo do disposto no item 14.8 abaixo, como regra geral, as Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior em circulação.

12.3.1. Observado o disposto no item 11.4 acima, as séries distintas de Quotas poderão ter prazos distintos de resgate, conforme previsto no Suplemento referente a cada série de Quotas, sendo certo que as novas séries não terão vencimento final anterior às séries vigentes.

12.3.2. Somente as Quotas Sênior objeto da Primeira Emissão contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior. Com isso, observado o disposto no item 11.4, as Quotas Sênior objeto de novas séries de Quotas Sênior que venham a ser emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão não contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior ou com qualquer outra modalidade de direito ou compromisso junto ao IFC.

12.4. Observado o disposto no item 12.4.1 abaixo, as Quotas Sênior terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

12.4.1. Sem prejuízo de quaisquer restrições aplicáveis à titularidade de Quotas Sênior pelo Cedente, para fins do cálculo de qualquer quorum de instalação ou de votação previsto no presente Regulamento, não terão direito a voto (i) quaisquer Quotas Sênior



detidas direta ou indiretamente pelo Cedente, e (ii) quaisquer Quotas Sênior cujo voto seja proferido pelo Cedente em nome de seu respectivo titular.

12.5. Enquanto houver Quotas Sênior em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Treze. Após o resgate integral de todas as Quotas Sênior, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembléias Gerais, observado que, se e quando os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais.

12.6. Até o resgate integral das Quotas Sênior, a Razão de Garantia mínima a ser observada pelo Fundo será de 23% (vinte e três por cento), ou seja, o valor das Quotas Subordinadas deverá corresponder a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, observado o disposto no item 17.1.1 abaixo.

12.7. A Razão de Garantia será apurada a cada Dia Útil pelo Administrador.

12.8. As Quotas Sênior serão objeto de Oferta Pública registrada na CVM, nos termos da regulamentação aplicável, as quais deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta Pública.

12.8.1. O Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo referido no item 12.8. acima, nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral.

12.8.2. As despesas relacionadas ao registro da Oferta Pública das Quotas Sênior serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do disposto neste Regulamento.

12.9. Exceto se de outra forma autorizado pela CVM, as Quotas Sênior que não sejam subscritas dentro do prazo de colocação de 6 (seis) meses acima referido serão canceladas pelo Administrador, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembléia Geral.

12.10. Os anúncios de início das Ofertas Públicas das Quotas Sênior e o Suplemento referente a cada série de Quotas apresentarão os termos e condições de cada Oferta Pública, bem como informarão as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior de cada série, observado o disposto neste Regulamento.

38

12.11. As Quotas Subordinadas não serão objeto de Oferta Pública e serão integralmente subscritas e integralizadas pelo Cedente, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, ficando desde já admitida a integralização total ou parcial de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito, nos termos da regulamentação aplicável. Em tal caso (integralização total ou parcial de Quotas Subordinadas com Direitos de Crédito), o valor a ser atribuído pelo Fundo aos Direitos de Crédito dados em pagamento será calculado da mesma forma do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, caso o valor da Quota Subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

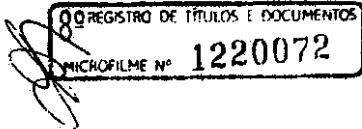
12.11.1. O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que o Cedente se compromete a subscrever e a integralizar todas as Quotas Subordinadas que forem emitidas até a liquidação do Fundo, de forma a garantir o atendimento da Razão de Garantia durante toda a sua vigência.

12.12. No ato da primeira subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador; (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão: (a) estar ciente (1) das disposições contidas neste Regulamento e no Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira e à Taxa de Administração; (2) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e no Prospecto; e (3) dos termos e condições para exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior; e (b) estar integralmente de acordo com os termos e condições para exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, inclusive com aquelas que dizem respeito aos requisitos para que o Quotista seja elegível ao Direito de Venda de Quotas Sênior previstas neste Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior; e (iii) assinará declaração de Investidor Qualificado, quando for o caso.

12.12.1. Os investidores que adquirirem Quotas Sênior no mercado secundário aderirão automática e incondicionalmente aos termos do presente Regulamento.

12.13. As Quotas Sênior serão subscritas e integralizadas à vista, em recursos imediatamente disponíveis. As Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas à vista pelo Cedente, em recursos imediatamente disponíveis ou por meio de Direitos de Crédito, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas e deste Regulamento.





12.14. Independentemente do disposto acima, a integralização de Quotas Sênior ou Subordinadas será feita pelo valor da Quota no dia da integralização, correspondente ao Preço de Emissão atualizado desde a Primeira Data de Emissão até a data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens abaixo.

12.15. A integralização das Quotas será efetuada (i) por meio do MDA, mantido e operacionalizado pela CETIP; (ii) por meio de qualquer transferência de recursos permitida pelo Banco Central, em moeda corrente nacional; ou (iii) por meio de Direitos de Crédito, apenas no caso das Quotas Subordinadas.

12.16. A partir do primeiro Dia Útil, inclusive, seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita no Suplemento referente a cada série de Quotas Sênior.

12.17. A partir do primeiro Dia Útil, inclusive, seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, observado que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para o respectivo dia, deduzido o valor atualizado de todas as Quotas Sênior em circulação na ocasião pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração do seu valor.

12.18. A Oferta Pública das Quotas Sênior será efetuada através da CETIP. Para negociação no mercado secundário, as Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

12.18.1. Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações conduzidas no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado, ou como fundo de investimento constituído em conformidade com a Instrução CVM n. 409 e autorizado, nos termos da sua política de investimento, a aplicar em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

12.18.2. As Quotas Subordinadas subscritas e integralizadas pelo Cedente na forma deste Regulamento não poderão ser objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração.

12.18.3. As despesas relacionadas ao registro das Quotas Sênior no sistema de negociação no SF serão consideradas encargos do Fundo, nos termos deste Regulamento.

12.19. As Quotas Sênior serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, devendo o Administrador providenciar atualização trimestral do *rating* das Quotas Sênior.

12.20. A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

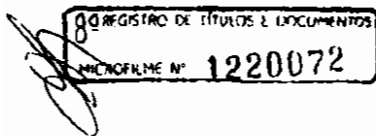
12.21. A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior que não seja considerado um Evento de Avaliação, conforme previsto neste Regulamento, não implicará na adoção de quaisquer medidas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, exceto pela comunicação aos Quotistas por meio de fato relevante, na forma deste Regulamento.

CAPÍTULO TREZE – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

13.1. É da competência da Assembléia Geral:

- a) examinar anualmente as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- b) alterar este Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quoruns de deliberação específicos;
- c) deliberar sobre a substituição do Administrador, dos Auditores Independentes, do Custodiante, da Agência de Classificadora de Risco, do Cedente (na qualidade de agente cobrador dos Direitos de Crédito exclusivamente nas hipóteses previstas no Contrato de Promessa de Cessão) e dos demais prestadores de serviços do Fundo;
- d) eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o item 13.4 deste Regulamento;





- e) deliberar sobre a redução ou elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de alteração prévia;
- f) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- g) deliberar sobre a liquidação do Fundo, em outras circunstâncias que não aquelas descritas nos incisos (h) e (i) abaixo;
- h) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- j) aprovar a amortização antecipada das Quotas Sênior, salvo se disposto de outra forma neste Regulamento e/ou no Suplemento referente a cada série de Quotas Sênior;
- k) alterar o objetivo de investimento do Fundo, de modo a prever a possibilidade de aquisição, pelo Fundo, de direitos de crédito outros que não os Direitos de Crédito originados no âmbito das Operações de Mútuo;
- l) aprovar que o Fundo não inicie ação judicial contra o Cedente em caso de caracterização de um Evento de Liquidação Antecipada em virtude do descumprimento da obrigação de subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas que sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos do item 17.1 abaixo;
- m) alteração de qualquer dispositivo do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas; e
- n) alteração de qualquer dispositivo do Contrato de Promessa de Cessão.

13.2. Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 13.1 acima, enquanto existirem Quotas Sênior em circulação, sendo que os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens (b), (e), (f), (g), (j) e (k) acima.

42

Quando não mais existirem Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas nos subitens acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.

13.2.1. As deliberações sobre quaisquer matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembleia Geral, que não estejam expressamente sujeitas a quorum específico nos termos deste Regulamento, dependerão:

- (i) em primeira convocação, de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas Sênior em circulação e com direito a voto e, nas hipóteses em que as Quotas Subordinadas possuem direito de voto nos termos do item 13.2 deste Regulamento, de Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação e com direito a voto; e
- (ii) em segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas Sênior com direito a voto detidas pelos presentes na Assembleia Geral em questão, e, nas hipóteses em que as Quotas Subordinadas possuem direito de voto nos termos do item 13.2 deste Regulamento, de Quotistas que representem a maioria das Quotas com direito a voto detidas pelos presentes na Assembleia Geral em questão.

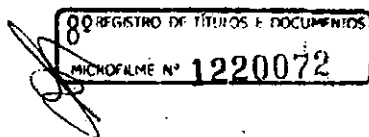
13.2.2. As deliberações sobre a matéria indicada no subitem (j) do item 13.1, deste Regulamento dependerão de aprovação de Quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas de cada classe em circulação e com direito a voto, conforme o caso.

13.2.3. As seguintes matérias dependerão de aprovação de Quotistas que representem 100% (cem por cento) das Quotas em circulação e com direito a voto:

- (i) alteração do objetivo de investimento do Fundo, nos termos do subitem (k) do item 13.1 deste Regulamento; e
- (ii) alteração do disposto neste Capítulo Treze deste Regulamento.

13.2.4. As seguintes matérias dependerão de aprovação de Quotistas Sênior que representem 100% (cem por cento) das Quotas Sênior em circulação e com direito a voto:

- (i) não liquidação antecipada do Fundo em caso de ocorrência de qualquer um



um dos Eventos de Liquidação Antecipada descritos nas alíneas (c) e (d) do item 19.2 deste Regulamento; e

- (ii) não propositura de ação judicial contra o Cedente em caso de descumprimento da obrigação de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas para restabelecer a Razão de Garantia, na forma do item 17.1 abaixo.

13.2.5. A deliberação pela não liquidação antecipada do Fundo em caso de ocorrência do Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (k) do item 19.2 deste Regulamento dependerá de aprovação de Quotistas que representem 76% (setenta e seis por cento) das Quotas em circulação e com direito a voto (exceto no caso do item 13.2.4(ii) acima, quando o quorum será de 100% (cem por cento) das Quotas Sênior em circulação e com direito a voto).

13.2.6. Caso não seja aprovada pelos Quotistas Sênior a não propositura de ação judicial contra o Cedente na hipótese prevista no item 13.2.4(ii) acima, tal ação judicial poderá ser iniciada pelo Administrador, em nome do Fundo, dentro de até 90 (noventa) dias após a realização da Assembléia Geral em que tal matéria foi votada.

13.2.6.1. No caso do item 13.2.6 acima, o Administrador deverá inicialmente buscar o cumprimento da obrigação do Cedente através de acordo extra-judicial dentro do referido prazo de 90 (noventa) dias, devendo, no entanto, dar início ao processo judicial para proteção dos direitos dos Quotistas Sênior imediatamente (i) após o término do referido prazo de 90 (noventa) dias (caso um acordo não tenha sido obtido e aprovado por 100% (cem por cento) dos titulares de Quotas Sênior em circulação), e/ou (ii) mesmo antes do término do referido prazo de 90 (noventa) dias, caso o Administrador entenda que as circunstâncias exigem a adoção de medida judicial imediata para proteção dos direitos dos Quotistas Sênior.

13.3. Nos termos do item 18.6 deste Regulamento e da Cláusula 2.05 do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, a aprovação das matérias identificadas no item 18.6 abaixo sem a obtenção de anuência prévia e por escrito do IFC acarretará a automática extinção do Direito de Venda de Quotas Sênior.

13.3.1. A solicitação da aprovação do IFC poderá ocorrer (i) antes da realização da Assembléia Geral que for deliberar sobre a matéria, quando o procedimento previsto no item 13.3.1.1 deverá ser observado, ou (ii) após a realização de tal Assembléia Geral, quando o procedimento previsto no item 13.3.1.2 deverá ser observado.

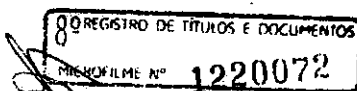
44

13.3.1.1. No caso do item 13.3.1(i) acima, o seguinte procedimento será observado:

- (i) o Administrador deverá enviar ao IFC uma solicitação de manifestação, na qual será descrita a alteração pretendida, bem como sua motivação, a nova redação proposta para o(s) dispositivo(s) a ser(em) alterado e o prazo para que tal alteração seja implementada (se for o caso);
- (ii) caso se trate de alteração do Regulamento a ser realizada em cumprimento de exigência legal ou regulatória formulada por autoridade competente, a comunicação referida no item (i) acima deverá ser enviada pelo Administrador ao IFC o mais rápido possível mas em qualquer caso dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis após receber a solicitação para que a alteração seja efetuada ou da data em que a lei ou norma que exigir tal alteração for publicada, conforme o caso. Neste caso, o IFC deverá responder ao Administrador até 5 (cinco) dias úteis (na cidade de Washington, D.C., Estados Unidos da América) antes do término do prazo estabelecido para aprovação da matéria pelos quotistas do Fundo. Desde que (a) o prazo para envio da solicitação de manifestação aqui estipulado seja observado pelo Administrador, e (b) o IFC tenha no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis para se manifestar, a falta de manifestação do IFC no prazo previsto será interpretada como aprovação para que a alteração seja implementada;
- (iii) caso se trate de qualquer outra alteração do Regulamento não contemplada no item (ii) acima, a solicitação deverá ser enviada ao IFC pelo Administrador para que o mesmo se manifeste dentro de até 30 (trinta) dias após o seu recebimento.

13.3.1.2. Caso os Quotistas pretendam deliberar a respeito de qualquer matéria identificada nos sub-itens do item 18.6 abaixo antes de obter manifestação do IFC na forma do item 13.3.1.1 acima, os mesmos poderão estabelecer que, caso aprovada pelos Quotistas em votação realizada em Assembleia Geral – observados os quoruns previstos neste Regulamento, a deliberação somente será implementada caso seja obtida a anuência prévia e por escrito do IFC.

13.3.1.3. Neste caso, o Administrador deverá encaminhar cópia da ata da Assembleia Geral em questão ao IFC dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis após sua realização e o IFC terá o prazo de 30 (trinta) dias para informar ao Administrador se concede ou não sua anuência para a implementação da alteração. Caso o IFC conceda por escrito sua anuência dentro do prazo em questão, a alteração será implementada. Caso o IFC



manifeste por escrito seu desacordo com tal deliberação ou não se manifeste no prazo assinalado, tal alteração não será implementada.

13.3.1.4. Caso os Quotistas deliberem por implementar a alteração independentemente da anuência prévia do IFC, na hipótese do IFC manifestar por escrito seu desacordo com tal deliberação ou não se manifestar dentro do prazo assinalado no item 13.3.1.3 acima, o Direito de Venda de Quotas Sênior será automaticamente extinto, nos termos do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior e do Item 18.6 deste Regulamento.

13.4. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas, pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, desde que o respectivo representante dos Quotistas (i) seja Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas; (ii) não exerça cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (iii) não exerça cargo no Cedente, em seu controlador, em sociedades por ele, direta ou indiretamente, controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum. O(s) representante(s) dos Quotistas não farão jus, sob qualquer hipótese, ao recebimento de remuneração do Fundo, do Administrador do Custodiante ou do Cedente, no exercício de tal função.

13.5. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral, por força de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Quotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento perante a CVM. Caso o Administrador pretenda alterar o Regulamento com base em tal direito, antes de promover a modificação, o Administrador deverá solicitar por escrito ao IFC que se manifeste acerca da alteração em questão. Nesta hipótese, aplicar-se-á o disposto no item 13.3.1.1(ii) acima.

13.6. A convocação de Assembléia Geral será feita pelo Administrador por meio de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência à data estabelecida para a realização da Assembléia Geral, observado que a convocação deverá indicar sempre o dia, hora e local de realização da Assembléia Geral, assim como os assuntos a serem tratados.

46

13.6.1. Não se realizando a Assembléia Geral na data estipulada na convocação acima referida, será novamente realizada Assembléia Geral, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante convocação na forma referida no item anterior. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembléia Geral poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

13.6.2. Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

13.7. Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede do Administrador, as convocações enviadas aos Quotistas ou publicadas, nos termos do item 13.6, acima, deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da cidade sede do Fundo.

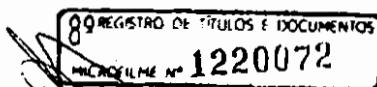
13.8. Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito a comparecer a toda e qualquer Assembléia Geral, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

13.9. Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se, a qualquer momento, por convocação realizada a único e exclusivo critério do Administrador, ou mediante solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto na deliberação em questão, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar, em até 10 (dez) dias, a Assembléia Geral solicitada pelos Quotistas do Fundo.

13.10. Somente poderão votar na Assembléia Geral, os Quotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

13.11. Não terão direito a voto na Assembléia Geral o Administrador e seus empregados.

13.12. Quaisquer decisões tomadas em Assembléia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua realização por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada um dos Quotistas ou publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.



CAPÍTULO QUATORZE – DA AMORTIZAÇÃO, DO RESGATE DAS QUOTAS E DA RESERVA DE LIQUIDEZ

14.1. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, nas Datas de Amortização e/ou na Data de Resgate, de acordo com o disposto neste Regulamento e no Suplemento referente a cada série de Quotas, sendo que as Quotas Sênior terão preferência sobre as Quotas Subordinadas para fins de pagamento de amortização e resgate.

14.2. A distribuição de quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização e/ou o resgate de Quotas, observado o disposto neste Regulamento.

14.2.1. Sujeito à disponibilidade de recursos na forma do presente Regulamento, em cada Data de Amortização o Fundo deverá destinar os recursos disponíveis conforme a seguinte ordem de prioridades:

- (i) o pagamento da Taxa de Administração e dos demais encargos do Fundo incorridas e não pagas;
- (ii) observado o disposto no item 14.9 abaixo, a constituição, manutenção e recomposição da Reserva de Liquidez;
- (iii) durante o Período de Carência, o saldo (se houver), para o pagamento da amortização do *Benchmark* acumulado sobre as Quotas Sênior no Período de Acumulação de *Benchmark* imediatamente anterior, devidos na Data de Amortização em questão, de forma *pro rata* para os titulares de Quotas Sênior conforme verificado em tal Data de Amortização;
- (iv) após o Período de Carência, o saldo (se houver), para o pagamento da amortização das Quotas Sênior nas Datas de Amortização e nos montantes previstos no Suplemento em questão, de forma *pro rata* para os titulares de Quotas Sênior conforme verificado em tal Data de Amortização;
- (v) o saldo (se houver), para o pagamento do Preço de Aquisição devido nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, observado que nenhum pagamento a este título poderá ser realizado se o Fundo estiver (ou for ficar após tal pagamento) desenquadrado da Razão de Garantia, se qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada houver ocorrido, ou se o saldo da Conta Autorizada do Fundo for inferior ao Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo;

- (vi) o saldo (se houver), para o pagamento de amortizações de Quotas Subordinadas na forma do item 14.8(i) abaixo, observado que nenhum pagamento a este título poderá ser realizado em tal Data de Amortização se o Fundo estiver (ou for ficar após tal pagamento) desenquadrado da Razão de Garantia, se qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada houver ocorrido, ou se o saldo da Conta Autorizada do Fundo for inferior ao Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo; e
- (vii) após a amortização integral das Quotas Sênior, o saldo (se houver), para o pagamento de amortizações de Quotas Subordinadas.

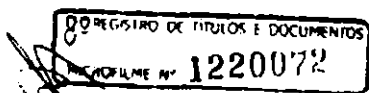
14.3. As Quotas Sênior referentes a cada série de Quotas somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação referentes à respectiva série; ou (ii) na respectiva Data de Resgate ou na data de liquidação da série, o que ocorrer primeiro. Após o resgate de Quotas Sênior referente a uma emissão de Quotas, o Administrador, mediante solicitação do Cedente, providenciará a correspondente amortização das Quotas Subordinadas em proporção que preserve a Razão Garantia fixada no item 12.6. As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas (i) após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas emitidas e em circulação; ou (ii) na Data de Resgate ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

14.4. Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Sênior deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate integral de Quotas, as Quotas objeto do resgate serão canceladas.

14.5. Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas serão efetuados, como regra geral, em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota no dia do pagamento, calculado na forma descrita no Suplemento, por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED ou qualquer outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

14.5.1. Os pagamentos das parcelas de amortização e/ou de resgate das Quotas Subordinadas poderão ser efetuados mediante a entrega de Direitos de Crédito, por meio de solicitação do Cedente ao Administrador.

49



14.6. No âmbito de processo de liquidação antecipada do Fundo, os titulares de qualquer classe de Quotas poderão receber Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Quotas, conforme o disposto neste Regulamento.

14.7. Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Quotas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte pelo valor da Quota do dia do pagamento.

14.8. Em cada Data de Amortização, conforme previsto no Suplemento referente a cada série de Quotas (exceto no caso do item (i) abaixo, que poderá ocorrer a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, desde que (i) não haja (a) qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada em curso, ou (b) qualquer descumprimento de obrigação do Cedente nos termos do presente Regulamento ou do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas), e (ii) desde que o Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo esteja sendo respeitado, deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto neste Capítulo Quatorze:

- (i) observado o disposto no item 14.2.1, o Cedente poderá ter a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas a qualquer tempo, no penúltimo Dia Útil de cada mês civil, em moeda corrente nacional e/ou mediante a entrega de Direitos de Crédito, inclusive Direitos de Crédito Inadimplidos, mediante solicitação por escrito ao Administrador, com antecedência de 2 (dois) Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Quotas Subordinadas acima referido, a Razão de Garantia seja mantida conforme estabelecido neste Regulamento. Nessa hipótese, o valor atribuído aos Direitos de Crédito e os Direitos de Crédito Inadimplidos será correspondente ao seu respectivo saldo devedor calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data da entrega dos referidos Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos ao Fundo. Desde que solicitado pelo Cedente, competirá ao Administrador aceitar ou não a entrega de Direitos de Crédito ao Cedente como moeda de pagamento da amortização extraordinária referida acima, sendo que o Cedente deverá ser informado imediatamente de tal decisão. Em tal caso, o valor atribuído aos Direitos de Crédito a serem entregues ao Cedente será calculado de acordo com os mesmos parâmetros previstos no Contrato de Promessa de Cessão; e
- (ii) na hipótese do Patrimônio Líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência do não pagamento dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de

Crédito e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Observado o disposto no item 17.1 deste Regulamento, somente no caso do valor total das Quotas Subordinadas não ser suficiente para arcar com eventuais perdas decorrentes de não pagamento de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o valor das Quotas Sênior será afetado negativamente, nos valores de tais perdas não absorvidas pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época.

14.9. No prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da primeira integralização de Quotas Sênior, o Administrador deverá instituir e manter durante toda a vigência do Fundo, junto ao Custodiante Reserva de Liquidez no valor correspondente a 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, para fins de pagamento de despesas que venham a ser incorridas pelo Fundo e amortizações de Quotas Sênior, observada a ordem de prioridades estabelecida no item 14.2.1.

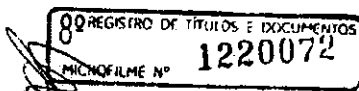
CAPÍTULO QUINZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO E DE ATIVOS FINANCEIROS EM PAGAMENTO

15.1. Observado o disposto no item abaixo, caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Quotistas.

15.1.1. Qualquer entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas devido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

15.1.2. De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Sênior referentes a cada série de Quotas terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas.

15.2. A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Treze acima e o disposto na regulamentação aplicável.



15.2.1. Na hipótese da Assembléia Geral referida no item acima não chegar a consenso referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

15.2.2. O Administrador deverá notificar os Quotistas, por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Quotistas; (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas; e/ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, para que estes elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.

15.2.3. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação acima referida, observado o disposto no item 15.2.3.1 abaixo, essa função será exercida pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação.

15.2.3.1. Na hipótese do item 15.2.3 acima, caso o IFC seja o titular da maioria das Quotas Sênior em circulação, este poderá (i) indicar um terceiro para figurar como administrador do condomínio ou (ii) recusar-se a desempenhar tal função. No caso do item (ii) deste dispositivo, a função de administrador do condomínio será desempenhada pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação, excluídas as Quotas Sênior detidas pelo IFC.

15.2.4. O Cedente e/ou empresa contratada para prestação de serviços de custódia dos Documentos Comprobatórios (na hipótese de o Cedente não estar mais prestando os serviços de custódia e guarda dos Documentos Comprobatórios) fará(ão) a guarda dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Comprobatórios e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da notificação referida no subitem 15.2.2. acima, dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou

52

ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do item 15.2.3. acima, indicará ao Cedente e/ou à empresa contratada para prestação de serviços de custódia dos Documentos Comprobatórios (conforme o caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito, Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE INVESTIMENTO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

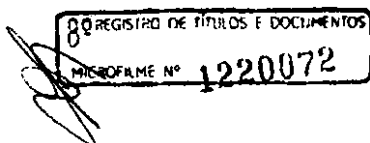
16.1. Caso o patrimônio do Fundo permaneça desenquadrado da Alocação Mínima de Investimento durante 30 (trinta) dias consecutivos (tal evento, um "Evento de Desenquadramento da Alocação Mínima"), o Administrador realizará a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto no item 12.16 deste Regulamento e no respectivo Suplemento, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Alocação Mínima de Investimento.

16.2. Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária das Quotas Sênior nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados por escrito dentro de 2 (dois) Dias Úteis após a caracterização do Evento de Desenquadramento da Alocação Mínima, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Extraordinária, por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Quotistas; (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas; e/ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.

16.3. Qualquer Amortização Extraordinária (i) será realizada 5 (cinco) Dias Úteis após a caracterização do Evento de Desenquadramento da Alocação Mínima e (ii) afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

CAPÍTULO DEZESSETE – DA RAZÃO DE GARANTIA

17.1. Sem prejuízo do disposto no item 14.8 acima, o Administrador confirmará, nas Datas de Verificação, se a Razão de Garantia está sendo mantida, conforme estabelecida no item 12.6 deste Regulamento, sendo que, caso o Administrador constate qualquer desenquadramento da Razão de Garantia em qualquer Data de Verificação, o



Administrador comunicará no Dia Útil imediatamente seguinte à ocorrência de tal fato ao Cedente, via fax, solicitando ao Cedente a realização de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de tantas novas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos e condições do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas. A integralização das novas Quotas Subordinadas pelo Cedente nos termos deste item deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento do fax mencionado neste item.

17.1.1. O Administrador calculará a taxa média dos *spreads* sobre a Taxa DI das Operações de Mútuo que compõem a carteira de Direitos de Crédito do Fundo semestralmente, com base nos dados da Carteira do Fundo nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. A Razão de Garantia a ser observada pelo Fundo durante o semestre iniciado no dia imediatamente seguinte será calculada com base na tabela prevista na definição do termo "Razão de Garantia" do presente Regulamento, observada, em qualquer caso, a Razão de Garantia mínima prevista no item 12.6 acima. O Administrador comunicará por escrito a Razão de Garantia vigente para o semestre em questão ao Cedente, ao Custodiante e ao IFC, bem como publicará aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo para ciência dos Quotistas.

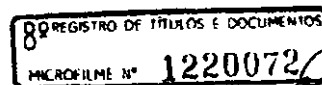
17.1.2. Na Primeira Data de Emissão a Razão de Garantia inicial a ser observada pelo Fundo será de 23% (vinte e três por cento) e será recalculada com base na tabela prevista na definição do termo "Razão de Garantia" do presente Regulamento no dia 30 de junho de 2010, conforme disposto no item 17.1.1.

17.1.3. Na hipótese do item 17.1 acima, na mesma data do envio do referido fax ao Cedente, o Administrador enviará carta com aviso de recebimento ao Cedente comunicando tal fato. Para todos os fins do presente Regulamento, a comunicação será considerada recebida pelo Cedente na data de recebimento do fax a ser enviado pelo Administrador.

17.2. Para fins de cumprimento do disposto neste Capítulo Dezessete, o Administrador poderá deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas por meio de ato único, sem necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral.

CAPÍTULO DEZOITO – DO DIREITO DE VENDA DE QUOTAS SÊNIOR

18.1. Uma vez implementadas as Condições Suspensivas do Direito de Venda, o Cedente poderá solicitar ao IFC que envie uma Comunicação de Eficácia mediante o envio, juntamente com o Cedente, de uma Comunicação de Cumprimento de Condições



Suspensivas ao IFC, e, desde que confirmado o cumprimento das Condições Suspensivas do Direito de Venda, o IFC enviará uma Comunicação de Eficácia ao Administrador e ao Cedente, quando então terá início o Período de Vigência do Direito de Venda.

18.1.1. A obrigação do IFC de enviar a Comunicação de Eficácia está sujeita ao cumprimento, de forma satisfatória para o IFC, das seguintes condições (as "**Condições Suspensivas do Direito de Venda**"):

(a) constituição válida do Fundo e obtenção de todas as Autorizações necessárias para sua existência e operação de acordo com a legislação aplicável e registro para negociação das Quotas Sênior no SF e registro do Fundo junto à área de custódia do ITAÚ UNIBANCO S.A.;

(b) celebração de todos os Documentos da Operação por suas respectivas partes, em forma e substância satisfatórias ao IFC, os quais deverão ser incondicionais, estando em pleno vigor e eficácia, tendo o IFC recebido uma cópia dos documentos dos quais não é parte;

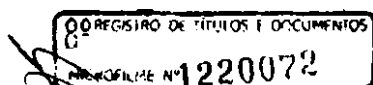
(c) obtenção de todas as Autorizações necessárias à oferta pública de Quotas Sênior no Brasil, estando tais Autorizações em pleno vigor e eficácia ou, alternativamente, uma dispensa para a colocação das Quotas Sênior tenha sido obtida, conforme confirmado pelo Cedente e pelo Administrador ao IFC nos termos da Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas, tendo o IFC recebido cópia da documentação pertinente (caso aplicável);

(d) recebimento pelo IFC de opinião legal de seus consultores brasileiros, prevendo os assuntos especificados no Anexo 4 ao Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior e quaisquer outros assuntos relacionados às operações contempladas no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, conforme razoavelmente solicitado pelo IFC;

(e) recebimento pelo IFC de todas as comissões a serem pagas pelo Cedente antes da data da Comunicação de Eficácia e, caso requerido pelo IFC, reembolso de todas as faturas relativas a comissões e despesas emitidas por consultores do IFC ou confirmação por parte de tais consultores de que o Cedente pagou diretamente a eles tais faturas;

(f) ausência de descumprimento pelo Cedente de qualquer obrigação prevista nos Documentos da Operação ou em qualquer outro contrato celebrado entre o Cedente e o IFC;

55



(g) atribuição às Quotas Sênior de classificação de risco equivalente a, no mínimo, BrAAA (classificação doméstica AAA) ou seu equivalente pela Agência Classificadora de Risco;

(h) ausência de qualquer fato que tenha causado ou se possa razoavelmente esperar que venha a causar um Efeito Material Adverso desde a data de constituição do Fundo; e

(i) todas as declarações e garantias prestadas pelo Cedente na Cláusula 4.02 do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior são corretas e verdadeiras, em todos os seus aspectos relevantes, na data em que o Cedente enviar ao IFC a Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas como se tais declarações e garantias tivessem sido prestadas na referida data.

18.1.2. As Condições Suspensivas previstas no item 18.1.1 acima são condições em benefício do IFC e podem ser renunciadas exclusivamente pelo IFC, a seu critério.

18.1.3. O IFC pode, através de comunicação por escrito ao Cedente, suspender ou cancelar o direito do Cedente de solicitar que o IFC celebre o Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior com o Administrador nas seguintes hipóteses:

(i) caso uma Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas não tenha sido enviada ao IFC até o final do prazo de 1 (um) ano contado da data de constituição do Fundo; ou

(ii) caso ocorra algum evento que tenha um Efeito Material Adverso.

18.1.3.1. Caso a comunicação mencionada no item 18.1.3 acima seja entregue pelo IFC, o direito do Cedente de solicitar que o IFC envie a Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas será automaticamente suspenso ou cancelado, conforme o caso. O exercício pelo IFC do direito de tal suspensão não prejudica o exercício do direito de cancelamento, seja pelo mesmo motivo ou não.

18.1.4. Caberá ao Administrador promover o registro do Fundo e/ou fornecer a documentação e as informações necessárias para o registro do Fundo, conforme o caso, junto à área de custódia do ITAÚ UNIBANCO S.A. dentro de até 60 (sessenta) após o seu registro junto à CVM.

18.2. Um Evento de Exercício será caracterizado na primeira vez que os seguintes eventos forem verificados, de forma simultânea:

56

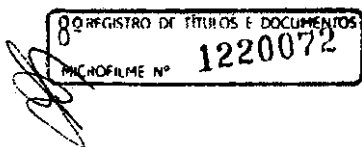
- (i) o Administrador constatar que o valor das Quotas Subordinadas corresponde a 5% (cinco por cento) ou menos do valor do Patrimônio Líquido do Fundo por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; e
- (ii) a Cedente deixar de cumprir a obrigação de realizar aporte adicional de recursos para restabelecimento da Razão de Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação do Administrador nesse sentido, nos termos do item 17.1. acima.

18.2.1. Na hipótese de, durante o Período de Vigência do Direito de Venda, ocorrer um Evento de Exercício, os seguintes procedimentos serão observados:

- (i) será garantida aos Quotistas titulares de Quotas Sênior a faculdade de exercer, a seu critério, observados os termos e condições descritos neste Capítulo Dezoito, o Direito de Venda de Quotas Sênior; e
- (ii) o IFC estará obrigado a adquirir as Quotas Sênior objeto de exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior pelos respectivos titulares, até o menor entre os seguintes limites:
 - (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Quotas Sênior detidas por cada Quotista que exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, conforme posição verificada pelo Administrador nos registros de titularidade mantidos pelo Escriturador, às 10:00h do Dia Útil em que ocorrer a publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo; ou
 - (b) o número de Quotas Sênior detidas pelos Quotistas que exercerem validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior cuja soma dos respectivos valores seja equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (conforme calculado com base no Preço de Venda Unitário), a ser dividido de forma *pro rata* entre todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior que exercerem o Direito de Venda de Quotas Sênior, com base no número total de Quotas Sênior validamente incluídas pelos mesmos como objeto de exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior na Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior apresentada ao Administrador.

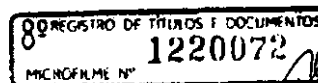
18.3. O exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior pelos Quotistas Sênior observará os seguintes procedimentos:





- (i) o Administrador comunicará a ocorrência do Evento de Exercício a todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência do referido Evento de Exercício, através da Comunicação de Evento de Exercício;
- (ii) a partir da data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, os Quotistas titulares de Quotas Sênior poderão, durante o Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior mediante o envio da Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior ao Administrador;
- (iii) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de encerramento do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, o Administrador deverá:
 - (a) encaminhar ao IFC, com cópia para o Cedente, Relatório de Exercício de Direito de Venda, o qual deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações: (A) identificação dos Quotistas titulares de Quotas Sênior que optaram pelo exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior; (B) quantidade total de Quotas Sênior detidas por cada um dos Quotistas na data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício e quantidade de Quotas que cada Quotista deseja vender, observados os limites estabelecidos no item 18.2.1(ii) acima; (C) quantidade de Quotas Sênior que cada Quotista titular de Quotas Sênior poderá vender ao IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior após aplicação dos limites estabelecidos no item 18.2.1(ii) acima (as "**Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda**"); e (D) o valor a ser pago pelo IFC a cada Quotista pela venda das Quotas Sênior objeto de exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior; e
 - (b) encaminhar aos titulares de Quotas Sênior que houverem exercido o Direito de Venda a Confirmação de Exercício;
- (iv) desde que observados todos os termos e condições previstos neste Regulamento para o exercício do Direito de Venda das Quotas Sênior e para a vigência do Direito de Venda das Quotas Sênior (inclusive, mas não se limitando, (a) o cumprimento de todas as obrigações do Fundo previstas no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, (b) o recebimento pelo IFC do Relatório de Exercício de Direito de Venda e quaisquer outras

58

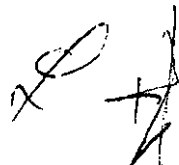


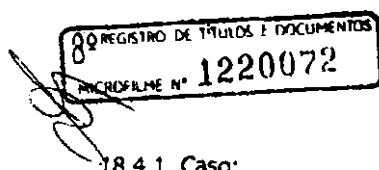
informações necessárias para conclusão da aquisição das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda dos Quotistas que exercerem o Direito de Venda de Quotas Sênior, e (c) a confirmação pelo Administrador de que todos os procedimentos previstos neste item 18.3 para o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior foram observados e que nenhum Evento de Extinção do Direito de Venda ocorreu), na Data de Liquidação:

- (a) cada Quotista que exerceu o Direito de Venda de Quotas Sênior deverá realizar uma ordem de venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda para o IFC através do SF;
- (b) o IFC deverá realizar ordens de compra das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda através do SF, com base nas informações recebidas no Relatório de Exercício de Direito de Venda;
- (c) o IFC deverá realizar o pagamento do Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda informado no Relatório de Exercício de Direito de Venda, de acordo com as regras da CETIP; e
- (d) os Quotistas que houverem exercido o Direito de Venda de Quotas Sênior deverão transferir ao IFC a propriedade das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda, livre e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos, através do SF.

18.4. Somente serão elegíveis para o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior os Quotistas titulares de Quotas Sênior que:

- (i) constarem como titulares de Quotas Sênior nos registros de titularidade mantidos pelo Escriturador, às 10:00h do Dia Útil em que ocorrer a publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo;
- (ii) sejam os titulares das Quotas Sênior que pretendem vender através do Direito de Venda de Quotas Sênior na Data de Liquidação; e
- (iv) estejam aptos a prestar as declarações requeridas na forma do item 5 da Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior na data em que tal comunicação deve ser apresentada nos termos deste Capítulo Dezoito do presente Regulamento.

 59



18.4.1. Caso:

- (i) qualquer titular de Quotas Sênior alienar ou de qualquer forma transferir qualquer Quota Sênior objeto do Direito de Venda de Quotas Sênior após a publicação da Comunicação de Evento de Exercício, o Quotista alienante e o adquirente não terão o direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior objeto de alienação ou transferência; ou
- (ii) qualquer titular de Quotas Sênior apresente Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior ao Administrador e, após tal comunicação, tal Quotista alienar ou de qualquer forma transferir qualquer de suas Quotas Sênior, o Quotista alienante e o adquirente perderão o direito (a) de vender quaisquer Quotas Sênior com base no Direito de Venda de Quotas Sênior, bem como (b) ao recebimento de qualquer pagamento do IFC.

18.4.2. Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 18.4.1 acima, o IFC será imediatamente comunicado pelo Administrador.

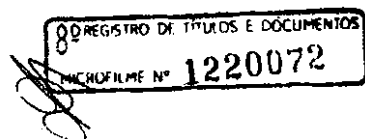
18.5. O Direito de Venda de Quotas Sênior será exercível somente uma única vez, de forma que os titulares de Quotas Sênior somente terão o direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior em função da ocorrência de um único Evento de Exercício durante todo o prazo de duração do Fundo. Dessa forma, caso, após a ocorrência de tal Evento de Exercício, as condições descritas no item 18.2 sejam novamente verificadas, os Quotistas então detentores de Quotas Sênior não terão qualquer direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior.

18.5.1. A Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior é emitida pelos Quotistas Sênior que exercerem o Direito de Venda de Quotas Sênior em caráter irrevogável e irretratável. Desta forma, uma vez apresentada a Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, tais Quotistas Sênior ficam obrigados a vender as Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda para o IFC na forma prevista nos itens acima.

18.6. A ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos acarretará a automática extinção do Direito de Venda de Quotas Sênior (os "**Eventos de Extinção do Direito de Venda**"):

- (i) a expiração do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;

- (ii) alteração de qualquer dispositivo do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas sem a aprovação prévia e por escrito do IFC;
- (iii) alteração de qualquer dispositivo do Contrato de Promessa de Cessão sem a aprovação prévia e por escrito do IFC, exceto caso tal alteração seja implementada exclusivamente para atender exigência formulada pela CVM;
- (iv) aprovação pelos Quotistas de deliberação (A) de que qualquer um dos Eventos de Avaliação previstos nas alíneas (c), (f), (g), (h), (i), (k), (l) ou (q) do item 19.1 abaixo não deve ser considerado um Evento de Liquidação Antecipada, na forma do item 19.1.1(ii) abaixo, ou (B) de que o Fundo não deve ser liquidado antecipadamente em tais casos, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 e seus sub-itens acima;
- (v) aprovação pelos Quotistas de deliberação para que o Fundo não inicie ação judicial contra o Cedente em caso de descumprimento da obrigação de subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas que sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos do item 17.1 acima, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 e seus sub-itens acima;
- (vi) aprovação pelos Quotistas de deliberação de que o Fundo não deve ser liquidado antecipadamente após a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 e seus sub-itens acima;
- (vii) a aprovação pelos Quotistas ou implementação pelo Administrador (com base no disposto no item 13.5) de alteração de qualquer dispositivo deste Regulamento sem que o IFC conceda sua anuência com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 e seus sub-itens acima ou 13.5, conforme o caso;
- (viii) resgate, amortização e/ou retirada da totalidade das Quotas Sênior de negociação junto ao SF;
- (ix) o IFC efetuar o pagamento do Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda após a ocorrência de um Evento de Exercício, conforme previsto neste Regulamento;



- (x) o não pagamento de quaisquer valores devidos ao IFC nos termos do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, que não seja sanado dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis;
- (xi) a ocorrência de um Descumprimento de Obrigação de Conduta pelo Cedente;
- (xii) caso a Carteira do Fundo não esteja reenquadrada aos Limites Máximos de Concentração ao término do prazo de 30 (trinta) dias previsto no item 6.1.3 acima;
- (xiii) caso o Fundo contrate qualquer prestador de serviços ou contraparte em suas operações (incluindo o Administrador, o Custodiante, a Agência Classificadora de Risco, o Auditor, o Cedente e qualquer outro prestador de serviços) em violação ao disposto no item 26.3 abaixo ou deixe de substituí-lo em até 90 (noventa) dias no caso do item 26.3.1 abaixo; ou
- (xiv) caso um novo agente cobrador dos Direitos de Crédito aceitável para o IFC não seja contratado em substituição ao Cedente em até 90 (noventa) dias após a ocorrência de qualquer Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador.

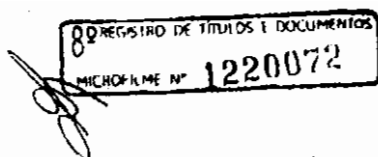
18.7. Caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior, a partir do Dia Útil seguinte à Data de Liquidação, o *Benchmark* aplicável às Quotas Sênior passará a ser composto pela Taxa DI acrescida de sobretaxa (*spread*) equivalente ao maior valor entre (i) 2% (dois por cento) ao ano, e (ii) o *spread* original das Quotas Sênior da Primeira Emissão *dividido* por 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) ao ano, conforme será informado aos Quotistas na Comunicação de Evento de Exercício. Em tal hipótese, de tal data em diante, o cálculo do valor das Quotas Sênior será realizado diariamente, na forma do item 12.16 acima, tendo por base o novo valor do *Benchmark* informado nos termos deste item.

CAPÍTULO DEZENOVE – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

Eventos de Avaliação

19.1. São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) descumprimento, pelo Custodiante ou pelo Administrador, de qualquer obrigação prevista neste Regulamento, no Contrato de Promessa de Cessão, no Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas ou no Contrato de Custódia, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- b) rescisão, rescisão ou término por qualquer motivo do Contrato de Custódia;
- c) caso o Cedente passe a estar sujeito a Regime de Administração Especial Temporária – "RAET", nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87 (conforme alterado ou substituído de tempos em tempos);
- d) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por um período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;
- e) caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento por período superior a 30 (trinta) dias corridos;
- f) exceto no caso permitido na forma do item 6.1.3 acima, caso o Fundo não seja reenquadrado a qualquer dos Limites Máximos de Concentração ao término do Prazo para Reenquadramento da Carteira;
- g) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- h) na ocorrência de rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior para classificação inferior a "AA", de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco;
- i) rescisão, rescisão ou término por qualquer motivo do Contrato de Promessa de Cessão;
- j) caso ocorra uma variação da Taxa DI em percentual igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) em um único dia;
- k) sem prejuízo da obrigação prevista no item 6.2.7 acima, verificação, pelo Administrador, de aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão,



ressalvados os casos de erro operacional sanado no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis após a respectiva aquisição;

- l) caso seja constatado em qualquer Avaliação Independente dos Procedimentos Internos de Rating que foram atribuídos pelo Cedente a Operações de Mútuo ratings internos de crédito superiores aos que deveriam ter sido atribuídos em mais de 30% (trinta por cento) dos casos analisados pelo Avaliador Independente em tal revisão;
- m) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) igual ou superior a Baa2.br:
 - (i) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 30 Dias seja superior a 15% (quinze por cento);
 - (ii) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 60 Dias seja superior a 13% (treze por cento);
 - (iii) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 90 Dias seja superior a 8% (oito por cento); ou
 - (iv) caso o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 Dias seja superior a 6% (seis por cento);
- n) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) inferior a Baa2.br:
 - (i) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 30 Dias seja superior a 10% (dez por cento);
 - (ii) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 60 Dias seja superior a 8% (oito por cento)
 - (iii) caso o Índice de Prestações Inadimplidas de 90 Dias seja superior a 5% (cinco por cento);
 - (iv) caso o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 Dias seja superior a 4% (quatro por cento);

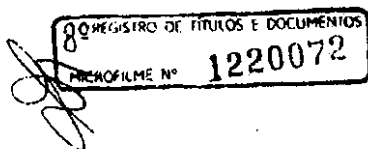
64

- o) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) igual ou superior a Baa2.br, caso seja constatado que (i) o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto é superior a 25% (vinte e cinco por cento), e (ii) qualquer um dos seguintes eventos: (A) descumprimento de normas de provisionamento para devedores duvidosos, (B) descumprimento da Razão de Garantia, ou (C) descumprimento de qualquer um dos índices previstos nos itens (m) e (n) acima;
- p) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) inferior a Baa2.br, caso seja constatado que (i) o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto é superior a 13% (treze por cento), e (ii) qualquer um dos seguintes eventos: (A) descumprimento de normas de provisionamento para devedores duvidosos, (B) descumprimento da Razão de Garantia, ou (C) descumprimento de qualquer um dos índices previstos nos itens (m) e (n) acima; ou
- q) ocorrência de qualquer uma das Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador e/ou a destituição e/ou substituição do Cedente da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito por qualquer motivo.

19.1.1. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante, ao Cedente e ao IFC, sendo que o Administrador convocará, imediatamente, uma Assembleia Geral, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Treze acima, (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser ou não considerado um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, assim como se haverá liquidação do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

19.1.2. No caso de a Assembleia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, o Administrador observará os procedimentos de que tratam os itens abaixo, conforme o caso, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral, podendo a Assembleia Geral que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo ou à destituição do Cedente no exercício das funções, conforme o caso, independentemente de qualquer notificação aos Quotistas ausentes à referida Assembleia Geral.

  65



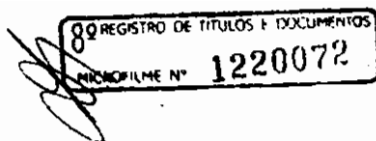
Eventos de Liquidação Antecipada

19.2. Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo qualquer das seguintes ocorrências:

- a) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- b) cessação, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia pelo Custodiante, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição;
- c) resilição, rescisão ou término por qualquer motivo do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- d) cessação, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios pelo Cedente, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição;
- e) não pagamento, em qualquer Data de Amortização e/ou Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior, que não seja sanado dentro de 3 (três) Dias Úteis;
- f) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos neste Regulamento, sem prejuízo da hipótese de liquidação automática prevista no item 23.3.1 abaixo;
- g) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) igual ou superior a Baa2.br:
 - (i) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 30 Dias seja superior a 15% (quinze por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
 - (ii) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 60 Dias seja superior a 13% (treze por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;

66

- (iii) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 90 Dias seja superior a 8% (oito por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
 - (iv) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 Dias seja superior a 6% (seis por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
- h) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) inferior a Baa2.br:
- (i) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 30 Dias seja superior a 10% (dez por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
 - (ii) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 60 Dias seja superior a 8% (oito por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
 - (iii) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas de 90 Dias seja superior a 5% (cinco por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
 - (iv) caso de o Índice de Prestações Inadimplidas Superior a 90 Dias seja superior a 4% (quatro por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
- i) sem prejuízo da obrigação prevista no item 6.2.7 acima, constatação, pelo Administrador, de que o Cedente, intencionalmente, cedeu ou tentou ceder ao Fundo, Direitos de Crédito sem lastro, onerados ou gravados;
- j) exercício do Direito de Aquisição pelo Cedente, conforme previsto no Contrato de Promessa de Cessão, observado o disposto nos itens 19.2.6 a 19.2.6.2. abaixo;
- k) descumprimento, pelo Cedente, de qualquer obrigação prevista neste Regulamento, no Contrato de Promessa de Cessão, no Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior ou no Contrato de Custódia, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação (exceto em caso de descumprimento da obrigação de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas para restabelecer a Razão de Garantia, na forma do item 17.1 acima, ou em caso de constatação de falsidade de qualquer declaração ou garantia prestada pelo Cedente em tais contratos, casos em que tal prazo de cura não será aplicável e um Evento



e um Evento de Liquidação Antecipada será automaticamente caracterizado);

- l) caso ocorra um Evento de Exercício;
- m) caso o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto seja superior a 35% (trinta e cinco por cento) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) igual ou superior a Baa2.br;
- n) caso o Índice de Exposição a Empréstimos em Aberto seja superior a 20% (vinte por cento) enquanto o Cedente tiver classificação de risco pela Moody's (escala nacional - depósitos, longo prazo) inferior a Baa2.br; ou
- o) caso o Cedente seja objeto de intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74 (conforme alterado ou substituído de tempos em tempos).

19.2.1. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, exceto no que se refere ao Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) do item 19.2 acima, quando serão observados os procedimentos descritos nos itens 19.2.6 a 19.2.6.2 abaixo, e no caso de ocorrência de um Evento de Exercício, quando será observado o disposto no item 19.2.1.1 abaixo, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante, ao Cedente e ao IFC, sendo que o Administrador convocará, imediatamente, Assembleia Geral para deliberar sobre (i) a eventual liquidação antecipada do Fundo e (ii) sobre a propositura de ação judicial contra o Cedente, em caso de descumprimento da obrigação prevista no item 17.1 acima.

19.2.1.1. Em caso de ocorrência de um Evento de Exercício, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante, ao Cedente e ao IFC, e entrará automaticamente em procedimento de liquidação antecipada. Em tal caso:

- (i) a liquidação do Fundo será iniciada dentro de 15 (quinze) dias após o término do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior (caso nenhum Quotista Sênior tenha exercido validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior) ou após a Data de Liquidação (caso algum Quotista Sênior tenha exercido validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior); e

68

- (ii) o Administrador convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a propositura de ação judicial contra o Cedente por descumprimento da obrigação prevista no item 17.1 acima, a ser realizada dentro de até 10 (dez) dias após o término do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior (caso nenhum Quotista Sênior tenha exercido validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior) ou após a Data de Liquidação (caso algum Quotista Sênior tenha exercido validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior).

19.2.1.2. Caso, após a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação Antecipada, seja verificada a ocorrência de um Evento de Exercício, os procedimentos iniciados com relação ao Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação Antecipada que estiverem em curso serão interrompidos e observar-se-á o procedimento previsto no item 19.2.1.1 acima.

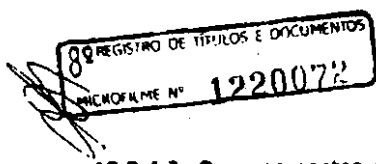
19.2.2. Na Assembleia Geral mencionada no item 19.2.1 acima os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Treze deste Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

19.2.3. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de quorum; ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo, no caso do item 19.2.1, e a propositura de ação judicial contra o Cedente será considerada aprovada, no caso do item 19.2.1.1 acima.

19.2.4. No caso do item 19.2.1, na hipótese da Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, exceto no que se refere ao Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) do item 19.2 acima, será concedido aos Quotistas dissidentes o direito de dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Quotas Sênior, a ser pago em espécie, no Prazo para Pagamento aos Quotistas Dissidentes, pelo valor da Quota Sênior do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento.

19.2.4.1. Os Quotistas dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o direito de dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu direito de dissidência em momento posterior.

69



19.2.4.2. Os pagamentos do resgate antecipado das Quotas Sênior de titularidade dos Quotistas dissidentes serão realizados pelo Administrador no Prazo para Pagamento aos Quotistas Dissidentes, em espécie, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos, sendo certo que o Fundo continuará impedido de realizar qualquer aquisição de Direitos Creditórios até que tais pagamentos tenham sido integralmente efetuados.

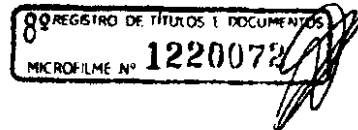
19.2.4.3. Se, ao final do Prazo para Pagamento aos Quotistas Dissidentes, os Quotistas dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Quotas Sênior em moeda corrente nacional, os pagamentos serão realizados tão logo o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos, permanecendo vigente o impedimento do Fundo de realizar qualquer aquisição de Direitos Creditórios até que tais pagamentos tenham sido integralmente efetuados.

Prazo para Resgate Antecipado

19.2.5. Na hipótese da Assembléia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada bem como na hipótese de liquidação automática prevista no item 19.2.1.1 acima, exceto no que se refere ao Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) do item 19.2 acima, quando serão observados os procedimentos descritos nos itens 19.2.6 a 19.2.6.2 abaixo, todas as Quotas serão resgatadas no Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- a) as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- b) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;
- c) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional, de forma proporcional ao número total de Quotas Sênior detidas por cada Quotista titular de Quotas Sênior e, após o resgate integral das Quotas Sênior, de forma proporcional ao número total de Quotas Subordinadas detidas por cada Quotista titular de Quotas Subordinadas;
- d) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados em observância ao disposto neste Regulamento; e

70



- e) sem prejuízo do disposto neste Regulamento, se no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento pelo resgate de suas Quotas.

19.2.6. Em caso de exercício do Direito de Aquisição pelo Cedente e, portanto, ocorrência do Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) do item 19.2 acima, o Administrador deverá ser comunicado pelo Cedente por escrito, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, e imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo. Nessa hipótese, o Cedente deverá adquirir e pagar pela totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Administrador, da comunicação referida acima.

19.2.6.1. O Preço de Aquisição da totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive dos Direitos de Crédito Inadimplidos, será calculado de acordo com a fórmula prevista no Contrato de Promessa de Cessão e deverá garantir o pagamento integral do valor de resgate das Quotas Sênior em circulação, calculado nos termos do item 19.2.6.2 abaixo.

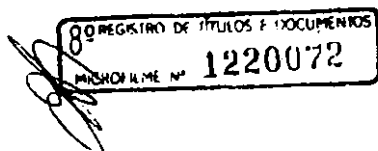
19.2.6.2. Na hipótese de ocorrência do Evento de Liquidação Antecipada descrito na alínea (j) do item 19.2 acima, as Quotas Sênior em circulação deverão ser resgatadas no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da Data de Pagamento da Aquisição, pelo valor calculado de acordo com a fórmula constante do respectivo Suplemento.

CAPÍTULO VINTE – DOS ENCARGOS DO FUNDO

20.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

 71



- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas com Auditores Independentes encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação;
- j) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e
- k) despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas.

20.2. As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, aquelas decorrentes da contratação do Direito de Venda de Quotas Sênior em benefício dos titulares de Quotas Sênior, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo, correndo por conta do Administrador.

20.3. O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada do Fundo pelo Administrador e não excedam a Taxa de Administração.

20.4. O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 21.1. O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.
- 21.2. O exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de março de cada ano.
- 21.3. O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.
- 21.4. As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelos Auditores Independentes.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DOS FATORES DE RISCO

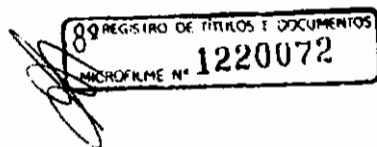
- 22.1. Todo investidor interessado em adquirir Quotas deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos a seguir:

Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

1 – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

2 – O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas Sênior. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.

73



3 - A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros

4 - O Cedente somente tem responsabilidade pela devida origem e formalização, nos termos da política de cadastro e concessão de crédito do Cedente, conforme descrita no Capítulo Dez deste Regulamento, dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada série de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

5 - Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

6 - O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

74

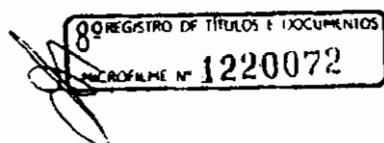
7 - Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão: (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito, previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo; (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios; (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem atendimento das Condições de Cessão; e/ou (iv) de todo e qualquer Direito de Crédito que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento pelo Cedente de suas obrigações, por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente. Em ocorrendo um dos eventos de resolução de cessão, conforme indicado no Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente será obrigado a (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito objeto de resolução de cessão. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com as suas obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

8 - Os Clientes não serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, no entanto, caso o Fundo altere sua estratégia inicial e o Cedente deixe de ser responsável pelo recebimento e transferência, para a Conta Autorizada do Fundo, dos recursos provenientes do pagamento das Operações de Mútuo, os Clientes serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, de modo que os pagamentos passem a ser realizados diretamente na Conta Autorizada do Fundo. Não há garantia de que estes Clientes devedores efetuarão os pagamentos diretamente ao Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício do Cedente, esse será obrigado a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Risco Relacionado à Origem e Regularidade dos Direitos de Crédito

9 - O Custodiante realizará auditoria periódica por amostragem nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar o lastro

75



dos Direitos de Crédito e regularidade dos respectivos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, trimestralmente, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

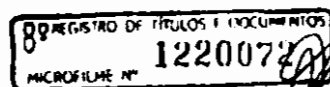
Riscos de Liquidez

10 – Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação de liquidação antecipada do Fundo; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

11 – O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

Riscos Operacionais envolvendo o Fundo

12 – O Cedente será responsável pelas funções de guarda física dos Documentos Comprobatórios, recebimento dos valores relativos ao pagamento de Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos, repasse à Conta Autorizada do Fundo, verificação das Condições de Cessão e formalização das Operações de Mútuo e eventuais Garantias. O descumprimento, pelo Cedente, de determinadas de suas funções pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:



Guarda Física de Documentos Comprobatórios: Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente será responsável pela guarda das vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes a Direitos de Crédito cedidos ao Fundo na qualidade de fiel depositário. A guarda dos Documentos Comprobatórios pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Cobrança de Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos: O Cedente será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do Fundo. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com o disposto neste Regulamento, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

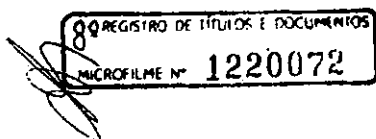
Formalização das Operações de Mútuo e Eventuais Garantias: O Cedente é responsável pela formalização das Operações de Mútuo e de eventuais Garantias, envolvendo a observância a preceitos legais formais para sua correta execução pelo respectivo credor. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com os requisitos legais, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

13 – Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

Riscos de Descontinuidade

14 – Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização e/ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada, ou em caso de determinação da Assembléia Geral. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

 77



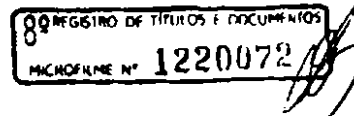
15 - Conforme previsto neste Regulamento e no Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente poderá exercer o Direito de Aquisição a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, que consiste no direito do Cedente de adquirir a totalidade dos Direitos de Crédito integrante da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, a seu exclusivo critério, caso as condições do mercado tornem as operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo onerosas do ponto de vista do Cedente. O exercício do Direito de Aquisição pelo Cedente ensejará a liquidação antecipada automática do Fundo, independentemente de deliberação pela Assembleia Geral, sendo que as Quotas serão antecipadamente resgatadas nos termos deste Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

16 - Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, inclusive, mas não se limitando, nas hipóteses de o Cedente ser submetido à intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74, bem como a Regime de Administração Especial Temporária - "RAET", nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87, e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo; ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito.

17 - O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso o Cedente (i) deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo; ou (ii) decida terminar o Contrato de Promessa de Cessão e a Assembleia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

18 - Poderão existir outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do

78



Cedente. Em caso de redução da originação de direitos de crédito pelo Cedente, não há garantias de que este será originador de direitos de crédito em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento, inclusive o Fundo, ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de direitos de crédito. Por conta do exposto acima, não há garantia de que existirão, durante o período de funcionamento do Fundo, Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

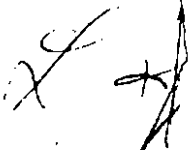
Outros Riscos

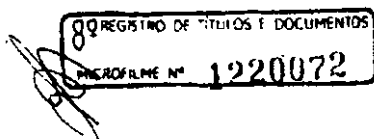
19 - O Regulamento prevê que o Cedente será responsável por somente indicar para aquisição pelo Fundo Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão, porém referidas Condições de Cessão poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a higidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

20 - A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

21 - As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

22 - O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo; (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo; (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo seu Cedente; e (iv) na revogação da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Cedente. Nessas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

 79



23 - A atuação do BICBANCO como originador dos Direitos de Crédito e o acúmulo de atribuições operacionais de guarda de Documentos Comprobatórios, recebimento dos Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos, repasse à Conta Autorizada do Fundo, verificação das Condições de Cessão e formalização das Operações de Mútuo e de eventuais Garantias, pode ter comprometido o cumprimento dos deveres de cautela e elevados padrões de diligência cabíveis ao BICBANCO enquanto coordenador líder, previsto no parágrafo 1º do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/D3, prejudicando o fornecimento suficiente de informações aos investidores.

24 - O Direito de Venda de Quotas Sênior somente está disponível aos titulares de Quotas Sênior que cumpram integralmente as condições previstas no item 18.4 e demais itens aplicáveis deste Regulamento na data em que for comunicado o acontecimento de um Evento de Exercício. Portanto, é possível que nem todos os Quotistas que adquirirem Quotas Sênior possam se beneficiar do Direito de Venda de Quotas Sênior.

25 - A vigência do Direito de Venda de Quotas Sênior depende do cumprimento pontual de determinadas obrigações pelo Administrador e pelo Cedente, conforme previsto neste Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior. Caso tais obrigações não sejam devidamente cumpridas, o Direito de Venda de Quotas Sênior poderá ser terminado, caso em que não mais estará disponível para os titulares de Quotas Sênior.

26 - A alteração do Regulamento sem a aprovação do IFC pode causar a extinção do Direito de Venda de Quotas Sênior, conforme previsto no item 18.6 acima. Caso tal fato ocorra, o Direito de Venda de Quotas Sênior será automaticamente extinta, nos termos do item 18.6 acima, caso em que o Direito de Venda de Quotas Sênior não mais estará disponível para os titulares de Quotas Sênior.

27 - Somente as Quotas Sênior objeto da Primeira Emissão contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior. Desta forma, as Quotas Sênior objeto de qualquer série que não seja a série objeto da Primeira Emissão não contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior. Por consequência, os titulares de tais Quotas Sênior não terão qualquer direito de vendê-las ao IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior na forma prevista neste Regulamento na hipótese de ocorrência de um Evento de Exercício.

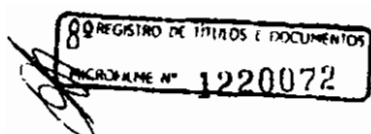
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DO ADMINISTRADOR E CUSTODIANTE

23.1. O Fundo será administrado e gerido pelo Administrador, Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade devidamente autorizada pela CVM para administrar fundos de investimento.

23.2. Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas neste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e quaisquer atos de gestão da Carteira, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

23.2.1. Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas das Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução CVM n.º 356/01;
 - (vi) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (vii) os relatórios dos Auditores Independentes;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01;
- (c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo e à Taxa de Administração;



- (d) divulgar, anualmente, no periódico referido na alínea (c) acima, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- (e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (f) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM n.º 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo, caso tais negociações venham a ser autorizadas neste Regulamento;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior;
- (i) praticar todos os atos previstos no Capítulo Dezoito acima, necessários ao exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;
- (j) calcular os Índices com data-base no último dia de cada mês e enviar ao IFC e disponibilizar aos Quotistas Sênior os números obtidos até o 3º (terceiro) Dia Útil do mês imediatamente subsequente; e
- (k) em cada Data de Verificação dos Limites Máximos de Concentração, verificar o cumprimento dos referidos limites, com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante, devendo enviar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de cada Data de Verificação, comunicação por escrito ao IFC e disponibilizar aos Quotistas Sênior a situação da Carteira do Fundo com relação aos Limites Máximos de Concentração na referida data.

23.2.2. É vedado ao Administrador:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;

82

- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas, nos termos da regulamentação aplicável.

23.2.3. As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do item anterior abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

23.2.4. Excetuam-se do disposto no 23.2.3 deste Regulamento os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

23.2.5. É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento e/ou na regulamentação em vigor;
- c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- d) adquirir Quotas;
- e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor;
- f) vender Quotas a prestação;
- g) vender Quotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate, ou seja, Quotas Subordinadas;

 83

- h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- j) delegar poderes de gestão da Carteira, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM n.º 356/01;
- k) obter ou conceder empréstimos; e
- l) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

23.3. O Administrador, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração ou gestão do Fundo, conforme o caso, desde que convoque ou solicite a convocação (conforme o caso), no mesmo ato, de Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Treze acima.

23.3.1. Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembléia Geral não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Treze, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral, observado, se for o caso, o disposto neste Regulamento.

23.3.2. Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição em Assembléia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

23.3.3. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 23.3.2 deste Regulamento não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador poderá proceder à liquidação automática do Fundo a partir do 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da

Assembleia Geral que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto neste Regulamento.

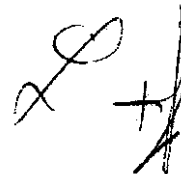
23.4. Para a prestação dos serviços de custódia e controle dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, o Administrador, em nome do Fundo, contratou o ITAÚ UNIBANCO S.A.

23.4.1. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia, e tendo em vista a quantidade e natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos de Crédito (ou seja, dos Documentos Comprobatórios), trimestralmente, por amostragem. Independentemente do aqui disposto, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto ao Cedente, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e organização desses documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

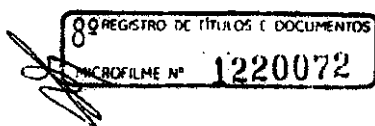
23.4.2. A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:
 - (i) Grau de Confiança: 95% (noventa e cinco por cento); e
 - (ii) Limite de Erro Tolerável: 5% (cinco por cento).

Onde:



85




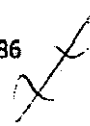
Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável; e

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

- c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

23.4.3. A análise dos Documentos Comprobatórios será feita nos seguintes itens:

1. Número da Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
2. Número do CNPJ/MF do Cliente e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
3. Nome do Cliente e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
4. Data da Operação de Mútuo e dos respectivos vencimentos e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
5. Número de parcelas da Operação de Mútuo cedidas ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
6. O valor total cedido ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato de Promessa de Cessão;
7. Assinatura da Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo;
8. Assinatura do representante do Cedente na Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo;

 86 

9. Assinatura de 2 (duas) testemunhas identificadas com Nome e CPF na Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo; e

10. Local e data estão preenchidos na Cédula de Crédito Bancário da Operação de Mútuo.

23.4.4. Em decorrência do disposto nos itens acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Comprobatórios.

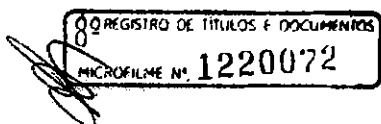
23.5. Além dos serviços de custódia qualificada acima mencionados, o ITAÚ UNIBANCO S.A. também prestará ao Fundo os serviços de escrituração de Quotas e controle dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, nos termos do Contrato de Escrituração e Contrato de Custódia.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

24.1. Pelos serviços de administração e gestão da carteira do Fundo, o Administrador receberá Taxa de Administração a ser calculada da seguinte forma:

- (i) até a ocorrência de uma Data de Liquidação ou Evento de Extinção do Direito de Venda, a Taxa de Administração será equivalente ao seguinte valor, calculado em base anual:
 - (a) 0,12% (zero vírgula doze por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, ou um valor mensal fixo equivalente a R\$13.440,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta reais), prevalecendo o maior valor; *mais*
 - (b) 0,501907248% (quinhentos e um milhões, novecentos e sete mil, duzentos e quarenta e oito milésimos de milionésimos por cento) ao ano calculado sobre o valor das Quotas Sênior em circulação; e
- (ii) após a ocorrência de uma Data de Liquidação, ou Evento de Extinção do Direito de Venda, a Taxa de Administração será equivalente a 0,12% (zero vírgula doze por cento) ao ano, calculado em base anual sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, ou um valor mensal fixo equivalente a R\$13.440,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta reais), prevalecendo o maior valor.

 87



24.2. A remuneração do Administrador é calculada e apropriada por Dia Útil e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

24.3. O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

24.4. O valor mensal fixo será corrigido anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE (IPC-FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

24.5. O Fundo não possui taxa de performance ou taxa de saída.

CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

25.1. O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas.

25.2. Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Quotas Sênior; (ii) a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços para o Fundo; (iii) a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da Carteira, bem como o comportamento dos Direitos de Crédito no que se refere a histórico de pagamentos; e/ou (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Quotistas.

25.3. A divulgação de informações de que trata o item anterior será feita no jornal Diário do Comércio e Indústria, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo e mantida disponível para os Quotistas na sede do Administrador e nas instituições que coloquem as Quotas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

25.4. O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o

88

encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

25.5. O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

25.6. O IFC terá direito a determinadas informações, nos termos do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior. As informações apresentadas ao IFC ficarão disponíveis aos Quotistas na sede do Administrador.

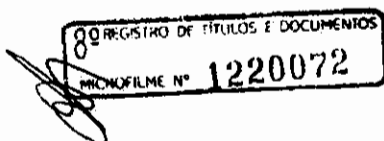
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, o Cedente e os Quotistas, observado que somente os seguintes tipos de comunicação serão considerados válidos se enviadas para o IFC:

- (i) comunicações entregues pessoalmente ao IFC, mediante protocolo;
- (ii) carta com aviso de recebimento; ou
- (iii) transmissão via fax, desde que acompanhada de comprovante de postagem do original por carta com aviso de recebimento.

26.2. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

 89



26.3. O Fundo não poderá em nenhum momento ter como prestador de serviços por ele contratado ou contraparte em suas operações (incluindo o Administrador, o Custodiante, a Agência Classificadora de Risco, o Auditor, o Cedente e qualquer outro prestador de serviços) qualquer pessoa física ou jurídica:

- (i) que se encontre (ou esteja associado a qualquer entidade que se encontre) nas listas publicadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (*United Nations Security Council*) ou seus respectivos comitês de acordo com qualquer resolução promulgada de acordo com o capítulo VII dos atos constitutivos do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (*United Nations Security Council*); ou
- (ii) que conste de qualquer lista de Entidades Inelegíveis (*Ineligible Firms*) do Banco Mundial, disponível para consulta no site www.worldbank.org/debar.

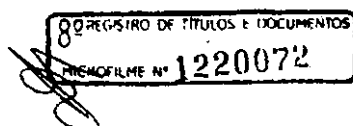
26.3.1. Caso, a qualquer momento durante a vigência do Fundo, qualquer prestador de serviço do Fundo ou contraparte em suas operações seja incluído em qualquer uma das listas mencionadas no item acima, tal prestador de serviço e/ou contraparte deverá ser substituída dentro de até 30 (trinta) dias por outra que não conste de nenhuma de tais listas, de acordo com os procedimentos para substituição de prestadores de serviços do Fundo previsto neste Regulamento.

90

**ANEXO I AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

MODELO DE SUPLEMENTO

Características da [•] Série de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo	
Número da Série	[•]
Montante Total da Emissão	R\$ [•],00 ([•] reais)
Quantidade de Classes	[•]
Quantidade Total de Quotas Emitidas	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Sênior	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Subordinadas	[•] ([•])
Benchmark das Quotas Sênior	[•]
Benchmark das Quotas Subordinadas	[•]
Patrimônio Líquido do Fundo antes desta Emissão	[•]
Crêrrios de Cálculo do Valor da Quota Sênior	[•]
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integralizadas 100% das Quotas desta Emissão	R\$ [•],00 ([•] reais)
Preço de Emissão de cada Quota	R\$ [•],00 ([•] reais)
Amortização e Resgate das Quotas Sênior	[•]
Amortização e Resgate das Quotas Subordinadas	[•]



**ANEXO II AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

SUPLEMENTO DA PRIMEIRA EMISSÃO

Características da Primeira Série de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo	
Número da Série	1ª (Primeira Série)
Montante Total da Emissão	R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)
Quantidade de Classes	2 (duas)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	250.000 (duzentos e cinquenta mil)
Quantidade de Quotas Sênior	192.500 (cento e noventa e dois mil e quinhentos)
Quantidade de Quotas Subordinadas	57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentos)
Benchmark das Quotas Sênior	Acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), acrescida de <i>spread</i> de 1.5% (um ponto e meio percentual) ao ano.
Benchmark das Quotas Subordinadas	As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.
Patrimônio Líquido do Fundo antes desta Emissão	Zero
Crêterios de Cálculo do Valor da Quota Sênior	O cálculo do <i>Benchmark</i> incidente sobre as Quotas Sênior será realizado da seguinte forma: $R = VNe \times (FatorJuros \times FatorSpread),$ onde:

R = Valor dos rendimentos devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Preço de Emissão por Quota Sênior, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento. O Preço de Emissão de cada Quota Sênior será ajustado para refletir a redução do valor das amortizações de Quotas Sênior realizadas pelo Fundo desde a Primeira Data de Emissão até a data de apuração dos rendimentos.

Fator Juros = produto das Taxas DI a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = é o número de dias úteis em cada Período de Capitalização.

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 1.5% (um ponto e meio percentual) ao ano, sendo que, caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior, a partir do Dia Útil seguinte à Data de Liquidação, o *spread* ao ano passará a ser equivalente ao maior valor entre (i) 2% (dois por cento), e (ii) o *spread* original dividido por 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) ao ano;

$N = 252$

n = é o número de dias úteis em cada período de capitalização.

Aplicam-se às fórmulas acima as seguintes observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDik)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez acumulados os fatores, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorJuros} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível. Não serão devidos ajustes quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

Patrimônio Líquido
Total do Fundo se

R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)

subscritas e integralizadas 100% das Quotas desta Emissão																																					
Preço de Emissão de cada Quota	R\$ 1.000,00 (mil reais)																																				
Amortização e Resgate das Quotas Sênior	<p>A amortização do Preço de Emissão das Quotas Sênior da Primeira Emissão terá prazo de carência de 12 (doze) meses contados da data da 1ª (primeira) integralização. Durante o prazo de carência supra referido, as Quotas Sênior da Primeira Emissão receberão pagamentos de rendimentos equivalentes ao <i>Benchmark</i> trimestralmente, a partir da data da primeira integralização de Quotas Sênior.</p> <p>A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Sênior, as Quotas Sênior da Primeira Emissão terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção e cronograma abaixo definidos:</p> <table><tr><td>13º mês: 1/36</td><td>14º mês: 1/35</td><td>15º mês: 1/34</td><td>16º mês: 1/33</td><td>17º mês: 1/32</td><td>18º mês: 1/31</td></tr><tr><td>19º mês: 1/30</td><td>20º mês: 1/29</td><td>21º mês: 1/28</td><td>22º mês: 1/27</td><td>23º mês: 1/26</td><td>24º mês: 1/25</td></tr><tr><td>25º mês: 1/24</td><td>26º mês: 1/23</td><td>27º mês: 1/22</td><td>28º mês: 1/21</td><td>29º mês: 1/20</td><td>30º mês: 1/19</td></tr><tr><td>31º mês: 1/18</td><td>32º mês: 1/17</td><td>33º mês: 1/16</td><td>34º mês: 1/15</td><td>35º mês: 1/14</td><td>36º mês: 1/13</td></tr><tr><td>37º mês: 1/12</td><td>38º mês: 1/11</td><td>39º mês: 1/10</td><td>40º mês: 1/9</td><td>41º mês: 1/8</td><td>42º mês: 1/7</td></tr><tr><td>43º mês: 1/6</td><td>44º mês: 1/5</td><td>45º mês: 1/4</td><td>46º mês: 1/3</td><td>47º mês: 1/2</td><td>48º mês: 1/1</td></tr></table> <p>O pagamento das amortizações será feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.</p> <p>O resgate das Quotas Sênior ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês contados de sua primeira integralização.</p>	13º mês: 1/36	14º mês: 1/35	15º mês: 1/34	16º mês: 1/33	17º mês: 1/32	18º mês: 1/31	19º mês: 1/30	20º mês: 1/29	21º mês: 1/28	22º mês: 1/27	23º mês: 1/26	24º mês: 1/25	25º mês: 1/24	26º mês: 1/23	27º mês: 1/22	28º mês: 1/21	29º mês: 1/20	30º mês: 1/19	31º mês: 1/18	32º mês: 1/17	33º mês: 1/16	34º mês: 1/15	35º mês: 1/14	36º mês: 1/13	37º mês: 1/12	38º mês: 1/11	39º mês: 1/10	40º mês: 1/9	41º mês: 1/8	42º mês: 1/7	43º mês: 1/6	44º mês: 1/5	45º mês: 1/4	46º mês: 1/3	47º mês: 1/2	48º mês: 1/1
13º mês: 1/36	14º mês: 1/35	15º mês: 1/34	16º mês: 1/33	17º mês: 1/32	18º mês: 1/31																																
19º mês: 1/30	20º mês: 1/29	21º mês: 1/28	22º mês: 1/27	23º mês: 1/26	24º mês: 1/25																																
25º mês: 1/24	26º mês: 1/23	27º mês: 1/22	28º mês: 1/21	29º mês: 1/20	30º mês: 1/19																																
31º mês: 1/18	32º mês: 1/17	33º mês: 1/16	34º mês: 1/15	35º mês: 1/14	36º mês: 1/13																																
37º mês: 1/12	38º mês: 1/11	39º mês: 1/10	40º mês: 1/9	41º mês: 1/8	42º mês: 1/7																																
43º mês: 1/6	44º mês: 1/5	45º mês: 1/4	46º mês: 1/3	47º mês: 1/2	48º mês: 1/1																																
Amortização e Resgate das Quotas Subordinadas	As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas em cada Data de Amortização, desde que observado o disposto no item 14.8. do Regulamento.																																				

**ANEXO III AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

LIMITES MÁXIMOS DE CONCENTRAÇÃO


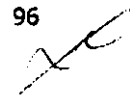
(I) Por Cliente

- (a) Nenhum Cliente, isoladamente, poderá ser devedor de Direitos de Crédito em valor igual ou superior a R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).
- (b) O saldo devedor por Clientes inscritos sob o mesmo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não deve exceder 15% (quinze por cento) da Carteira do Fundo.
- (c) O saldo devedor dos 10 (dez) maiores Clientes não poderá ser superior 25% (vinte e cinco por cento) da Carteira do Fundo.
- (d) O saldo devedor dos 20 (vinte) maiores Clientes não poderá ser superior a 45% (quarenta e cinco por cento) da Carteira do Fundo.
- (e) O saldo devedor dos 50 (cinquenta) maiores Clientes não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento) da Carteira do Fundo.
- (f) O saldo devedor dos 80 (oitenta) maiores Clientes não poderá ser superior a 99% (noventa e nove por cento) da Carteira do Fundo.

Para fins do disposto neste item (I), o número de Clientes mencionado nas respectivas alíneas deverá ser calculado considerando-se apenas o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

(II) Por Ramo de Atividade

- (a) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes que atuem em um mesmo ramo de atividade não poderá ser superior a 10% (dez por cento) da Carteira do Fundo, exceto com relação aos 2 (dois) maiores setores, devendo em tal caso ser observado o disposto nos itens (b) e (c) abaixo.
- (b) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes cujas atividades preponderantes sejam no principal setor de concentração de Direitos de Crédito do Fundo não poderá ser superior a 19% (dezenove por cento) da Carteira do Fundo.

 96 

(c) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes cujas atividades preponderantes sejam no 2º (segundo) principal setor de concentração de Direitos de Crédito do Fundo não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da Carteira do Fundo.

(d) O saldo devedor dos 5 (cinco) maiores setores não poderá ser superior a 62% (sessenta e dois por cento) da Carteira do Fundo.

(e) O saldo devedor dos 10 (dez) maiores setores não poderá ser superior a 75% (setenta e cinco por cento) da Carteira do Fundo.

(f) O saldo devedor dos 15 (quinze) maiores setores não poderá ser superior a 99% (noventa e nove por cento) da Carteira do Fundo.

(III) Por Estado da Federação

Percentual máximo da Carteira	
Estado	
São Paulo	25% (vinte e cinco por cento)
Outros Estados	15% (quinze por cento) por Estado

(IV) Por Classificação de Crédito da Operação

O valor dos Direitos de Crédito em Operações de Mútuo com classificação C, D, E, F, G ou H (incluindo as Garantias), atribuída de acordo com a Política de Crédito do Cedente, não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) da Carteira do Fundo.

(V) Por Taxa de Juros

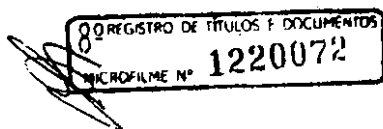
O valor dos Direitos de Crédito com taxa de juros fixa não poderá ser superior a 25% (vinte e cinco por cento) da Carteira do Fundo.

(VI) Por Classificação do Cliente

O valor dos Direitos de Crédito cujos respectivos Clientes possuam classificação C, D, E, F, G ou H (excluindo as Garantias), atribuída de acordo com a Política de Crédito do Cedente, não poderá ser superior a 65% (sessenta e cinco por cento) da Carteira do Fundo.

O somatório do valor dos Ativos Financeiros, do caixa em moeda corrente nacional e dos Direitos de Crédito cujos respectivos Clientes possuam classificação igual a AA, A ou B

97



(excluindo as Garantias), atribuída de acordo com a Política de Crédito do Cedente, não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da Carteira do Fundo.

Todos os Limites Máximos de Concentração acima indicados serão observados sem prejuízo do atendimento dos seguintes parâmetros fixados pelo artigo 40-A da Instrução CVM n.º 356/01:

Art. 40-A. O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios e outros ativos de um mesmo Devedor, ou de uma coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido.

§1º O percentual referido no *caput* poderá ser elevado quando o Devedor ou coobrigado:

I – tenha registro de companhia aberta;

II – seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; ou

III – seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM.

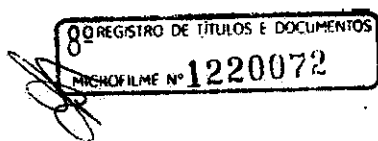
98

**ANEXO IV AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESÃO AO REGULAMENTO

Na qualidade de subscritor de Quotas de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Bicbanco Crédito Corporativo, administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, declaro que:

- (i) Recebi, no ato da minha primeira subscrição de Quotas do Fundo, exemplar do Prospecto e do Regulamento, bem como todos os seus respectivos anexos, tendo lido e entendido o inteiro teor dos referidos documentos, sendo que concordo e manifesto, expressamente, minha adesão, irrevogável e irretratável, sem quaisquer restrições, a todos os seus termos, cláusulas e condições;
- (ii) Estou ciente e de acordo com o fato de que a carteira de investimentos do Fundo será administrado e gerido pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities;
- (iii) Sou Investidor Qualificado/Fundo de Investimento constituído em conformidade com a Instrução CVM n.º 409/04, sendo, portanto, elegível para investir no Fundo;
- (iv) Tenho ciência e bom entendimento dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira de investimento do Fundo, da Taxa de Administração devida ao Administrador, dos riscos aos quais o Fundo é, conseqüentemente, os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de ocorrência de variações no Patrimônio Líquido do Fundo e da perda total do capital por mim investido;
- (v) Tenho pleno conhecimento, compreendo e estou de acordo com todos os termos e condições para o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, conforme previsto no Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior, e estou de acordo com tais termos e condições, inclusive, mas não se limitando, com aqueles que dizem respeito aos requisitos para que o Quotista seja elegível ao exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, com as Condições Suspensivas e com os Eventos de Extinção do Direito de Venda;
- (vi) Estou ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;



- (vii) A política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a minha situação financeira, o meu perfil de risco e a minha estratégia de investimento;
- (viii) Tenho ciência que o Fundo está sujeito aos seguintes fatores de risco, conforme disposto no Regulamento:

Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

1 – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

2 – O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas Sênior. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem.

3 – A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros

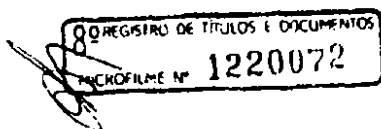
100

4 - O Cedente somente tem responsabilidade pela devida origem e formalização, nos termos da política de cadastro e concessão de crédito do Cedente, conforme descrita no Capítulo Dez deste Regulamento, dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada série de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

5 - Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

6 - O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

7 - Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão: (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito, previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo; (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios; (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem atendimento das Condições de Cessão; e/ou (iv) de todo e qualquer Direito de Crédito que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento pelo



Cedente de suas obrigações, por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente. Em ocorrendo um dos eventos de resolução de cessão, conforme indicado no Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente será obrigado a (i) notificar imediatamente o Administrador e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Preço de Aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito objeto de resolução de cessão. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com as suas obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

8 - Os Clientes não serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, no entanto, caso o Fundo altere sua estratégia inicial e o Cedente deixe de ser responsável pelo recebimento e transferência, para a Conta Autorizada do Fundo, dos recursos provenientes do pagamento das Operações de Mútuo, os Clientes serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, de modo que os pagamentos passem a ser realizados diretamente na Conta Autorizada do Fundo. Não há garantia de que estes Clientes devedores efetuarão os pagamentos diretamente ao Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício do Cedente, esse será obrigado a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Risco Relacionado à Origem e Regularidade dos Direitos de Crédito

9 - O Custodiante realizará auditoria periódica por amostragem nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo para verificar o lastro dos Direitos de Crédito e regularidade dos respectivos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, trimestralmente, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Riscos de Liquidez

102

10 - Os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) deliberação de liquidação antecipada do Fundo; e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

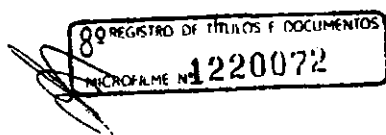
11 - O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

Riscos Operacionais envolvendo o Fundo

12 - O Cedente será responsável pelas funções de guarda física dos Documentos Comprobatórios, recebimento dos valores relativos ao pagamento de Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos, repasse à Conta Autorizada do Fundo, verificação das Condições de Cessão e formalização das Operações de Mútuo e eventuais Garantias. O descumprimento, pelo Cedente, de determinadas de suas funções pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:

Guarda Física de Documentos Comprobatórios: Nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente será responsável pela guarda das vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes a Direitos de Crédito cedidos ao Fundo na qualidade de fiel depositário. A guarda dos Documentos Comprobatórios pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Cobrança de Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos: O Cedente será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do Fundo. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com o disposto neste



Regulamento, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

Formalização das Operações de Mútuo e Eventuais Garantias: O Cedente é responsável pela formalização das Operações de Mútuo e de eventuais Garantias, envolvendo a observância a preceitos legais formais para sua correta execução pelo respectivo credor. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com os requisitos legais, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

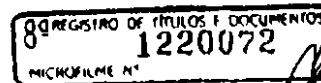
13 – Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

Riscos de Descontinuidade

14 – Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização e/ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada, ou em caso de determinação da Assembléia Geral. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

15 – Conforme previsto neste Regulamento e no Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente poderá exercer o Direito de Aquisição a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, que consiste no direito do Cedente de adquirir a totalidade dos Direitos de Crédito integrante da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, a seu exclusivo critério, caso as condições do mercado tornem as operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo onerosas do ponto de vista do Cedente. O exercício do Direito de Aquisição pelo Cedente ensejará a liquidação antecipada automática do Fundo, independentemente de deliberação pela Assembléia Geral, sendo que as Quotas serão antecipadamente resgatadas nos termos deste Regulamento. Nessa

104



hipótese, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

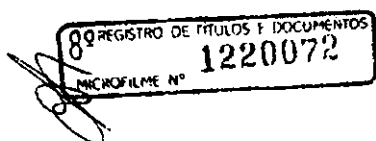
16 – Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, inclusive, mas não se limitando, nas hipóteses de o Cedente ser submetido à intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74, bem como a Regime de Administração Especial Temporária – “RAET”, nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87, e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo; ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito.

17 – O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso o Cedente (i) deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo; ou (ii) decida terminar o Contrato de Promessa de Cessão e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

18 – Poderão existir outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente. Em caso de redução da originação de direitos de crédito pelo Cedente, não há garantias de que este será originador de direitos de crédito em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento, inclusive o Fundo, ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de direitos de crédito. Por conta do exposto acima, não há garantia de que existirão, durante o período de funcionamento do Fundo, Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

Outros Riscos

105



19 – O Regulamento prevê que o Cedente será responsável por somente indicar para aquisição pelo Fundo Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão, porém referidas Condições de Cessão poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a higidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

20 – A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

21 – As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, do Administrador do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

22 – O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo; (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo; (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo seu Cedente; e (iv) na revogação da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Cedente. Nessas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

23 – A atuação do BICBANCO como originador dos Direitos de Crédito e o acúmulo de atribuições operacionais de guarda de Documentos Comprobatórios, recebimento dos Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos, repasse à Conta Autorizada do Fundo, verificação das Condições de Cessão e formalização das Operações de Mútuo e de eventuais Garantias, pode ter comprometido o cumprimento dos deveres de cautela e elevados padrões de diligência cabíveis ao BICBANCO enquanto coordenador líder, previsto no parágrafo 1º do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, prejudicando o fornecimento suficiente de informações aos investidores.

106

24 – O Direito de Venda de Quotas Sênior somente está disponível aos titulares de Quotas Sênior que cumpram integralmente as condições previstas no item 18.4 e demais itens aplicáveis deste Regulamento na data em que for comunicado o acontecimento de um Evento de Exercício. Portanto, é possível que nem todos os Quotistas que adquirirem Quotas Sênior possam se beneficiar do Direito de Venda de Quotas Sênior.

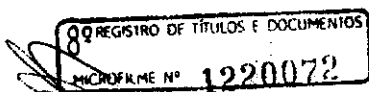
25 – A vigência do Direito de Venda de Quotas Sênior depende do cumprimento pontual de determinadas obrigações pelo Administrador e pelo Cedente, conforme previsto neste Regulamento e no Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior. Caso tais obrigações não sejam devidamente cumpridas, o Direito de Venda de Quotas Sênior poderá ser terminado, caso em que não mais estará disponível para os titulares de Quotas Sênior.

26 – A alteração do Regulamento sem a aprovação do IFC pode causar a extinção do Direito de Venda de Quotas Sênior, conforme previsto no item 18.6 do Regulamento. Caso tal fato ocorra, o Direito de Venda de Quotas Sênior será automaticamente extinta, nos termos do item 18.6 do Regulamento, caso em que o Direito de Venda de Quotas Sênior não mais estará disponível para os titulares de Quotas Sênior.

27 – Somente as Quotas Sênior objeto da Primeira Emissão contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior. Desta forma, as Quotas Sênior objeto de qualquer série que não seja a série objeto da Primeira Emissão não contarão com o Direito de Venda de Quotas Sênior. Por consequência, os titulares de tais Quotas Sênior não terão qualquer direito de vendê-las ao IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior na forma prevista no Regulamento na hipótese de ocorrência de um Evento de Exercício.

- (ix) Tenho ciência de que o Administrador e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo e/ou resgate de Quotas;
- (x) Tenho ciência de que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Custodiante, dos demais prestadores de serviço ao Fundo, do Cedente, de qualquer mecanismo de seguro e/ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;





- (xi) Tenho ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- (xii) Reconheço a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail e/ou telefone (ordens verbais), constituindo os registros contábeis realizados pelo Administrador prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- (xiii) Reconheço minha inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais, via fac-símile e/ou via e-mail, isentando desde já o Administrador de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (xiv) Obrigo-me a manter minha documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que o Administrador não poderá realizar o pagamento de amortizações e/ou resgates das Quotas de minha titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- (xv) Tenho pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do Banco Central e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- (xvi) Obrigo-me a prestar ao Administrador quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por mim solicitadas;
- (xvii) Estou ciente de que o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o Jornal Diário do Comércio e da Indústria, sendo facultado ao Administrador alterar, a qualquer momento, o periódico destinado à divulgação das informações do Fundo, mediante comunicação prévia, por escrito;
- (xviii) Autorizo expressamente o Administrador a disponibilizar e enviar, por conta e ordem, diretamente para a instituição contratada pelo Fundo para prestação dos serviços de distribuição o envio eventual e periódico de toda e qualquer informação relativa ao saldo e movimentação de meus Investimentos inclusive, mas não limitado aos extratos mensais. A presente autorização tem prazo

108

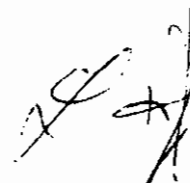
determinado de duração, encerrando-se automaticamente por ocasião do resgate total dos meus recursos do Fundo;

- (xix) Os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- (xx) Responsabilizo-me pela veracidade das declarações por mim prestadas neste ato, bem como por ressarcir o Administrador de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexactidão ou imprecisão em relação às referidas declarações.

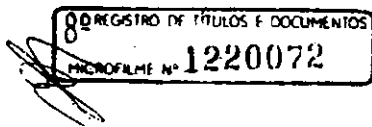
As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Termo de Adesão terão o mesmo significado a elas atribuído no Regulamento.

[•], [•] de [•] de 2010

INVESTIDOR:



109



**ANEXO V AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

COMUNICAÇÃO DE EVENTO DE EXERCÍCIO

[Papel Timbrado do Administrador]

[Data]

[Nome do Quotista Sênior]

[Endereço]

At.: [•]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo

Comunicação de Evento de Exercício

Prezado Quotista:

1. Na qualidade de Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo (o "Fundo"), o [•] vem pela presente, nos termos do item 18.3(i) do Regulamento do Fundo, informar a V.Sas. que, conforme anúncio de fato relevante publicado na edição do dia [•] do jornal [•], foi verificada a ocorrência de um Evento de Exercício em [•].
2. Os termos definidos na presente correspondência terão o significado a eles atribuído no Regulamento do Fundo, exceto se outra forma aqui previsto.
3. Diante do exposto acima, caso V.Sa. tenha a intenção de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, V.Sa. deverá enviar ao Administrador, no endereço especificado abaixo, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data da publicação do anúncio de fato relevante mencionado do item 1 acima, a Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, substancialmente nos termos do Anexo VI do Regulamento.
4. Lembramos que, de acordo com o item 18.4 e 18.4.1 do Regulamento:
 - (a) somente serão elegíveis para o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior os Quotistas titulares de Quotas Sênior que:

110

- (i) constarem como titulares de Quotas Sênior nos registros de titularidade mantidos pelo Escriturador, às 10:00h do Dia Útil em que ocorrer a publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo (indicada no item 1 acima);
 - (ii) sejam os titulares das Quotas Sênior que pretendem vender através do Direito de Venda de Quotas Sênior na Data de Liquidação; e
 - (iii) estejam aptos a prestar as declarações requeridas na forma do item 5 da Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior na data em que tal comunicação deve ser apresentada nos termos deste Capítulo Dezoito do Regulamento; e
- (b) na hipótese de alienação ou qualquer forma de transferência de qualquer Quota Sênior detida por Quotistas mencionados no item 18.4(i) do Regulamento:
- (i) após a publicação da Comunicação de Evento de Exercício, o Quotista alienante e adquirente não terão o direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior objeto de alienação ou transferência; ou
 - (ii) após o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior pelo Quotista em questão, o Quotista alienante e o adquirente perderão o direito (a) de vender quaisquer Quotas Sênior com base no Direito de Venda de Quotas Sênior, bem como (b) ao recebimento de qualquer pagamento do IFC.

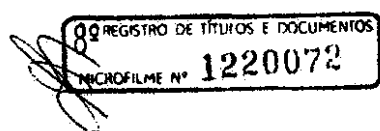
5. De acordo com o item 18.7 do Regulamento, a partir do Dia Útil seguinte à Data de Liquidação, o *Benchmark* aplicável às Quotas Sênior será equivalente a [•]. O cálculo do valor das Quotas Sênior continuará sendo realizado diariamente, na forma do item 12.16 do Regulamento, tendo por base, a partir de tal data, o novo valor do *Benchmark* informado acima.

Atenciosamente,

[•]

Endereço do Administrador para envio da Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior:

111

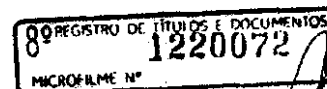


CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, 425 – 23º andar, Centro, São Paulo-SP
CEP 01009-905
A/C Sr. Antonio Joel Rosa

112

A handwritten signature is written over the number "112".



**ANEXO VI AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

COMUNICAÇÃO DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VENDA DE QUOTAS SÊNIOR

[Data]

[Nome do Administrador]

[Endereço]

At.: [•]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo
Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior

Prezado Administrador:

1. Fazemos referência ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo (o "Fundo").

2. Nos termos (i) do anúncio de fato relevante publicado na edição do dia [•] do jornal [•], e (ii) da correspondência enviada por V.Sa. em [•], informando sobre a ocorrência de um Evento de Exercício em [•], [*Nome do Quotista Sênior*], [*qualificação*] (o "Quotista Sênior"), vem pela presente exercer, de forma irrevogável e irretroatável, o Direito de Venda de Quotas Sênior.

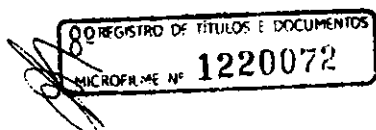
3. Os termos definidos na presente correspondência terão o significado a eles atribuído no Regulamento do Fundo, exceto se outra forma aqui previsto.

4. O Quotista Sênior informa que em [•]¹ era titular de [•] ([•]) Quotas Sênior e que deseja exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior sobre [•] ([•]) Quotas Sênior, representando [•]% ([•])² das Quotas Sênior de sua titularidade na referida data, sendo certo que o número final de Quotas Sênior que serão objeto do Direito de Venda de

¹ Inserir a data de publicação do anúncio de fato relevante mencionado do item 1 da correspondência.

² Percentual deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do item 18.1.1(ii) do Regulamento.

113



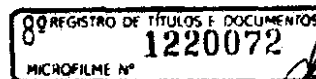
Quotas Sênior será determinado em observância dos limites estabelecidos no item 18.2.1(ii).

5. Para os fins do item 18.4(iv) do Regulamento, o Quotista Sênior declara e garante que:

- (a) é o legítimo proprietário das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda, estando as mesmas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos de qualquer natureza, podendo ser livre e plenamente transferidas ao IFC sem qualquer restrição;
- (b) possui a autoridade e a capacidade, bem como obteve todas as autorizações necessárias para transferir a propriedade das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, para celebrar e cumprir as obrigações e realizar as operações decorrentes do exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior previstas no Regulamento;
- (c) o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior e a consequente alienação das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda para o IFC nos termos do Regulamento, não resultam em descumprimento, inadimplemento ou violação (exceto quando uma renúncia/autorização tenha sido obtida): (i) de quaisquer dos termos ou disposições de qualquer acordo ou instrumento de que o Quotista Sênior seja parte, (ii) de qualquer lei, norma ou regulamentação aplicável ao Quotista Sênior, ou ainda a quaisquer de seus respectivos bens, ou (iii) de qualquer sentença, decisão ou ordem de qualquer juízo, corte arbitral ou outro órgão público que tenha jurisdição sobre o Quotista Sênior ou que seja aplicável a quaisquer de seus bens;
- (d) o Quotista Sênior não se encontra (nem está associado a qualquer entidade que se encontre) nas listas publicadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (*United Nations Security Council*) ou seus respectivos comitês de acordo com qualquer resolução promulgada de acordo com o capítulo VII dos atos constitutivos do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (*United Nations Security Council*); and
- (e) o Quotista Sênior não consta de nenhuma lista de Entidades Inelegíveis (*Ineligible Firms*) do Banco Mundial, disponível para consulta no www.worldbank.org/debarr.

6. As declarações e garantias constantes do item 5 acima são precisas e verdadeiras na presente data e continuarão válidas até a Data de Liquidação. Caso qualquer uma

114



das declarações e garantias acima deixe de ser verdadeira anteriormente à Data de Liquidação, o Quotista Sênior deverá informar imediatamente o Administrador sobre tal fato.

7. Seguem abaixo as informações necessárias à efetivação da aquisição das Quotas Sênior pelo IFC em decorrência do presente exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior através da CETIP:

- (a) nome completo;
- (b) número de inscrição no CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso;
- (c) endereço;
- (d) telefone de contato;
- (e) instituição através da qual o Quotista opera junto ao SF;
- (f) quantidade total de Quotas Sênior detidas pelo Quotistas na data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício; e
- (g) quantidade de Quotas que o Quotista deseja vender (observados os limites estabelecidos no item 18.2.1(ii) do Regulamento).

8. Adicionalmente, comprometo-me a fornecer quaisquer informações adicionais necessárias para a conclusão da aquisição das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda pelo IFC, conforme eventualmente solicitado.

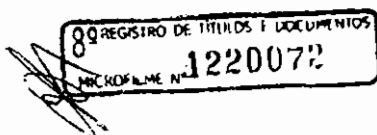
Atenciosamente,

[Nome do Quotista Sênior]

Nome: [•]

Cargo: [•]

115



**ANEXO VII AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

CONFIRMAÇÃO DE EXERCÍCIO

[Papel Timbrado do Administrador]

[Data]

[Nome do Quotista Sênior]

[Endereço]

At.: *[•]*

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo

Confirmação de Exercício

Prezado Quotista:

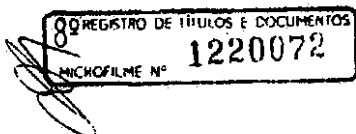
1. Fazemos referência ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo (o "Fundo") e à correspondência enviada por V.Sa. em *[•]*, através da qual V.Sa. manifestou, de forma irrevogável e irretratável, o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, nos termos do Regulamento e do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior.
2. Os termos definidos na presente correspondência terão o significado a eles atribuído no Regulamento do Fundo, exceto se outra forma aqui previsto.
3. Nos termos do item 18.3(iii)(b) do Regulamento, servimo-nos da presente para:
 - (a) confirmar o exercício regular por V.Sa. do Direito de Venda de Quotas Sênior;
 - (b) informar que, em observância dos limites previstos no item 18.2.1(ii) do Regulamento, serão objeto de aquisição pelo IFC *[•]* (*[•]*) Quotas Sênior de sua propriedade, pelo valor total de R\$*[•]* (*[•]*); e
 - (c) informar que a Data de Liquidação será *[•]*.
4. Nos termos do item 18.3(iv) do Regulamento, na Data de Liquidação:

116

- (a) V.Sa. deverá enviar uma ordem de venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda para o IFC através do SF;
- (b) o IFC deverá enviar ordens de compra das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda através do SF, com base nas informações recebidas no Relatório de Exercício de Direito de Venda;
- (c) o IFC deverá realizar o pagamento do preço de compra das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda informado no Relatório de Exercício de Direito de Venda, de acordo com as regras da CETIP; e
- (d) V.Sa. deverá transferir ao IFC a propriedade das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda, livre e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos, através do SF.

Atenciosamente,

[.]



**ANEXO VIII AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

RELATÓRIO DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VENDA

[Papel Timbrado do Administrador]

[Data]

International Finance Corporation
[Endereço]

At.: [•]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo

Relatório de Exercício de Direito de Venda

Prezados Senhores:

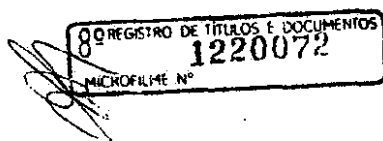
1. Fazemos referência: (i) ao regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo (o "Fundo"), e ao (ii) Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior celebrado entre [•], na qualidade de administrador do Fundo e International Finance Corporation ("IFC") em [•].
2. Os termos definidos na presente correspondência terão o significado a eles atribuído no Regulamento do Fundo, exceto se outra forma aqui previsto.
3. Considerando que (a) em [•] encerrou-se o Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, e (b) o Administrador recebeu diversas Comunicações de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, para fins do disposto no item 18.3(iii)(a) do Regulamento, o Administrador informa ao IFC que constam do Anexo A à presente correspondência, as seguintes informações:
 - (a) nome e a qualificação completa de todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior que exerceram regularmente o Direito de Venda de Quotas Sênior;
 - (b) quantidade total de Quotas Sênior detidas por cada um dos Quotistas na data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício e quantidade de Quotas que cada Quotista deseja vender;

- (c) quantidade de Quotas Sênior que cada Quotista titular de Quotas Sênior poderá vender ao IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior após aplicação dos limites estabelecidos no item 18.2.1(ii) do Regulamento (as "**Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda**");
- (d) o valor a ser pago pelo IFC a cada Quotista pela Venda de Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda; e
- (e) informações cadastrais do Fundo e seu registro junto à área de custódia do ITAÚ UNIBANCO S.A.

4. Adicionalmente, comprometo-me a fornecer quaisquer informações adicionais necessárias para a conclusão da aquisição das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda pelo IFC, conforme eventualmente solicitado.

Atenciosamente,

[•]



Anexo A ao Relatório de Exercício de Direito de Venda

Lista de Informações Relativas ao Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior

Dados do Fundo:

Nome:

CNPJ/MF:

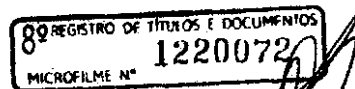
Código ANBID:

Mnemônico CETIP:

Código ISIN das Quotas Sênior:

Quota / Qualificação	Quantidade Total de Quotas Sênior na Data de Publicação da Comunicação de Evento de Exercício	Quantidade de Quotas Sênior que deseja vender	Quantidade de Quotas Sênior Objeto de Direito de Venda	Valor a ser pago pelo IFC (R\$)

120



**ANEXO IX AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

POLÍTICA DE CRÉDITO DO CEDENTE

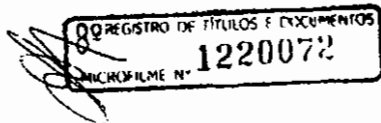
1. Em relação à sua política de concessão de crédito e cobrança, o Cedente adota os procedimentos descritos abaixo.

- I. As Operações de Mútuo devem ser realizadas com Clientes somente se as parcelas de pagamento pretendidas forem compatíveis com seu patrimônio e faturamento.
- II. Conforme previsto nas respectivas Cédulas de Crédito Bancário, cada um dos Clientes autoriza o Cedente a realizar o débito, em suas contas de depósito, dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas em cada uma das Operações de Mútuo.

2. A avaliação dos dados cadastrais dos Clientes será realizada da seguinte forma:

- I. Conforme a Resolução 2.682/99, bem como a Lei n.º 4.595, para a concessão de crédito são consideradas informações que caracterizem a situação econômico-financeira da empresa, avaliando seu grau de endividamento, capacidade de gerar resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, prazo de pagamentos, contingências e setor de atuação.
- II. Para analisar os itens acima, são determinadas como áreas de risco na classificação dos clientes: a análise do mercado, avaliação do controle acionário, situação financeira, análise e avaliação da possibilidade de acesso a crédito e a performance futura.
- III. Como parte integrante do processo de avaliação dos dados, as informações cadastrais dos Clientes são atualizadas a cada 180 (cento e oitenta) dias, assim como informações de balanço, faturamento, abertura de endividamento e outros dados gerenciais que permitem avaliar as condições financeiras.
- IV. De acordo com os tópicos destacados, observa-se que o BICBANCO é seletivo no momento da avaliação do crédito, sendo sua carteira composta por empresas de perfis diferenciados, que são cuidadosamente avaliados visando a redução de riscos.

121

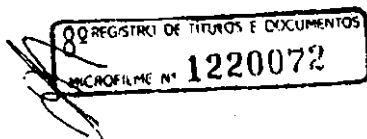


3. A análise de crédito será realizada da seguinte forma:

- I. As características descritas no item I acima são consideradas de forma conjunta não prevalecendo um único fator para análise e sim as condições deste fator diante dos demais elementos que caracterizam o Cliente, estabelecendo a razão entre condições externas e internas destes.
- II. Principais pontos considerados na análise de crédito:
 - Situação econômico-financeira;
 - Controle societário/Administração;
 - Setor;
 - Porte;
 - Participação no mercado;
 - Produtos;
 - Fornecedores;
 - Vendas; e
 - Concorrência.
- III. Dos pontos listados acima é considerada a realização da análise dos setores nos quais os Clientes atuam, em virtude do impacto que as operações podem sofrer tanto pelo cenário econômico geral, como pela condição financeira da empresa.
- IV. Assim como a análise setorial, a previsão de *performance* futura é considerada na decisão de crédito tendo em vista a conjuntura de mercado, produto, instalações, tecnologia da empresa, situação financeira e demais dados que possam demonstrar qual o comportamento da empresa nos períodos seguintes.
- V. Dentre as áreas de risco mencionadas, a capacidade financeira não apenas da empresa, mas também de seus acionistas e executivos, são fatores considerados no momento de concessão de crédito, onde são observados principalmente se a administração da empresa é familiar ou profissionalizada, quais os recursos dos acionistas, qual a capacidade de investimento, qual a predisposição para investir os lucros, quem são os principais administradores, como são feitos os controles administrativos e principalmente financeiros.
- VI. As classificações de risco (*rating*) dos Clientes são realizadas de acordo com

critérios consistentes e que possam ser analisados inclusive com base no histórico de relacionamento do cliente com o BICBANCO, assim como as informações externas que complementem a verificação. Destaca-se que:

- VII. O BICBANCO utiliza a classificação do risco (*rating*) como fator que determinará o spread adequado para a diminuição do impacto dos riscos potencial, considerando variáveis utilizadas.
 - VIII. A classificação de risco do Cliente (*rating*) é avaliada considerando a situação de Mercado, controle acionário da empresa, principais membros da administração, análise financeira da organização, qualidade do relacionamento em instituições financeiras, assim como perspectivas de desempenho nos períodos seguintes.
 - IX. O risco potencial dos Clientes é qualificado pela classificação de *rating*, que torna mais seletivo o processo de análise da capacidade de recebimento do principal, juros, comissões, assim como o cumprimento das demais condições estabelecidas
 - X. A classificação de *rating* é extensiva a todos os Clientes e todos os Contratos de Empréstimo, de acordo com a tabela constante do parágrafo 10º do Artigo 38 do Regulamento, sendo realizada da seguinte maneira: em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis: nível AA; nível A; nível B; nível C; nível D; nível E; nível F; nível G e nível H, nos termos do Artigo 1º da Resolução 2.682/99, de acordo com os períodos de atraso no pagamento, correspondendo o nível H a atrasos superiores a 180 (cento e oitenta) dias.
 - XI. Os níveis de risco mencionados acima são diferenciados com base na classificação de *rating* que permite a administração correta dos riscos, bem como a tomada de decisão em relação a estes.
 - XII. A qualidade da tomada de decisão do crédito segue a classificação de risco descrita de acordo com os parâmetros adotados pelo BICBANCO, considerando os elementos necessários à análise de forma conjunta e com o devido rigor.
4. A aprovação de crédito pelo BICBANCO é realizada conforme o descrito abaixo:
- I. Após o processo de análise a concessão de crédito será feita nas condições definidas pelo Comitê de Crédito do BICBANCO, visando garantir que os compromissos financeiros assumidos junto ao BICBANCO sejam honrados.
 - II. Portanto, a concessão de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve considerar o grau de risco, admitindo em casos específicos a



classificação diversa para determinada operação conforme o artigo 3º da Resolução 2.682/99.

III. A decisão de concessão de crédito será realizada com base nas condições econômico-financeiras do Cliente, no histórico da atuação do Cliente em relação ao mercado e ao BICBANCO, no total dos riscos diretos (operações contratadas) e indiretos (avais, fianças e coobrigações) junto ao mercado e ao BICBANCO. As condições mencionadas à concessão consideram como:

(i) A situação financeira da empresa demonstra a produtividade e controle, considerando o setor de atuação. Sendo utilizado como fator determinante na concessão de crédito.

(ii) A facilidade de obtenção de crédito junto ao mercado, é outro indicativo que o BICBANCO considera fortemente detalhando em quais bancos o Cliente tem crédito, qual o seu relacionamento com estes bancos, em que condições e volume opera, se há restrições com esse Cliente no mercado.

IV. Seguindo o processo de aprovação, conforme previsto nos documentos representativos do crédito, os Clientes autorizam o Cedente a direcionar os valores recebidos e creditados nas Contas Vinculadas dos Clientes, para liquidação e amortização das parcelas devidas em decorrência dos Contratos de Empréstimo.

V. Quadro resumo:

SITUAÇÃO FINANCEIRA
Liquidez, lucros, caixa, política investimento e histórico de pagamentos.

PERFORMANCE FUTURA
Transparência, desempenho, confiança, não previsão de mudanças significativas no futuro.

CONTROLE ACIONÁRIO

MERCADO/ PRODUTO

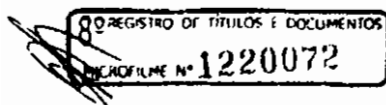
124

Administradores, sócios,
experiência, capacidade
financeira, controles e
descentralização da
gestão.

Liderança no mercado,
importância do produto,
concorrência, qualidade
dos produtos,
sazonalidade e barganha.

5. O acompanhamento dos créditos concedidos pelo BICBANCO é realizado da seguinte forma:

- I. A carteira de crédito é constantemente monitorada e avaliada, com o intuito de acompanhar as condições dos clientes qualificando o comportamento destes e interferindo quando necessário.
- II. Cabe ao BICBANCO revisão os riscos significativos de crédito que faz parte do processo de acompanhamento da carteira, revisando as operações realizadas por grupos ou segmentos econômicos afetados por tendências adversas.
- III. Conforme o parágrafo acima, o BICBANCO revisa as operações de créditos inadimplentes ou de liquidação duvidosa, acompanhando a situação econômico-financeira dos Clientes, assim como demais elementos que apresentem potencial para atuar como variáveis da carteira de crédito do banco.
- IV. Outro ponto considerado no acompanhamento de crédito são as variações das classificações de risco que ocorrem diante de fatores que possam afetar a qualidade de crédito como finalidade da operação, valor, prazo, garantia, endividamento, liquidez, fluxo de caixa, pontualidade e ramo de atividade econômica.
- V. As classificações de risco dos Clientes são reavaliadas em qualquer período, caso sejam identificados novos fatores que modifiquem a percepção da qualidade do crédito diante de alterações no risco, em situações setoriais específicas ou gerais, como crises de mercado, políticas monetária e de taxa de juros, cambial, fiscal e tributária, recessão, etc.
- VI. Diante da ocorrência de fatores que levem a reavaliação periódica como no parágrafo acima e que sejam considerados um risco para o crédito, o BICBANCO adota uma posição mais conservadora em relação ao Cliente aumentando o rigor na concessão do crédito.



- VII. O acompanhamento de crédito concedido permite verificar se há necessidade de liberação do excedente ao cliente, caso estes tenham disponibilizado valores suficientes em suas contas de depósito para pagamento das parcelas dos Contratos de Empréstimo ou caso os recebíveis creditados em favor dos Clientes excedam o valor da respectiva parcela mensal do Contrato de Empréstimo.
- VIII. Conforme o item acima, o excedente será liberado sem prejuízo de que os futuros recebíveis eventualmente creditados na Conta Vinculada do Cliente sejam utilizados para a liquidação ou amortização das parcelas mensais subsequentes.
- IX. Mesmo após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, permanecerá o Cedente como responsável pelo regular recebimento dos valores devidos pelos Clientes em decorrência dos Contratos de Empréstimo e dos valores recebidos pelos Clientes entregues em Cessão Fiduciária.
- X. Fica ajustado que os recursos provenientes do recebimento dos Contratos de Empréstimo serão transferidos da Conta Vinculada do Cliente à Conta Autorizada do Fundo, sob a responsabilidade do Cedente.
- XI. Fica ajustado que os recursos provenientes da Cessão Fiduciária serão transferidos das Contas Vinculadas dos Clientes também para a Conta Autorizada do Fundo em até 2 (dois) dias úteis contados de seu recebimento, sob a responsabilidade do Cedente.
6. A recuperação de crédito é realizada observando-se o descrito a seguir:
- I. A recuperação de crédito inicia-se caso necessário, pelo Cedente ou por terceiros por este contratados, os procedimentos extrajudiciais e judiciais de cobrança dos Direitos de Crédito, tal como previstos no Contrato de Promessa de Cessão.
- II. Caso os recursos necessários à liquidação ou amortização das parcelas dos Direitos de Crédito não sejam disponibilizadas pelos Clientes, quer em razão da inexistência de valores a serem creditados ou em decorrência do simples não pagamento dos valores.
- III. Cabe ao Custodiante exclusivamente a conciliação física e financeira das informações enviadas ao Fundo pelo Cedente, em decorrência deste atuar como único responsável pelo recebimento, conciliação e repasse de valores ao

Fundo.

IV. A parte integrante e essencial do processo de recuperação de crédito, as provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas periodicamente em montantes suficientes para fazer face a perdas possíveis.

V. As etapas da recuperação de crédito consistirão nas descritas abaixo:

1ª Etapa

São consideradas operações em curso anormal aquelas vencidas há mais de 15 dias, para estes casos o BICBANCO adota uma postura mais conservadora estabelecendo programas de ação acompanhados diretamente pelas alçadas superiores do BICBANCO.

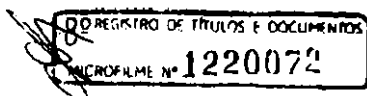
2ª Etapa

As operações vencidas a mais de 15 dias terão sua classificação alterada conforme os critérios estabelecidos no item 3, se a operação ultrapassar 30 dias em atraso os casos são repassados ao departamento jurídico.

3ª Etapa

Mesmo após o encaminhamento para Execução Judicial, os departamentos responsáveis do BICBANCO dão continuidade ao processo de negociação.

Em caso de descumprimento das funções acima indicadas pelo Cedente, este será destituído de suas funções, sendo aplicadas as condições previstas no Regulamento, o Administrador requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição.



**ANEXO X AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

LISTA DE ATIVIDADES EXCLUÍDAS

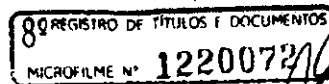
Todos os Clientes que receberam recursos do Cendente devem observar a vedação da prática das seguintes atividades:

- Produção ou comercialização de qualquer produto ou atividade considerado ilegal nas leis ou regulamentos do país sede, ou convenções e acordos internacionais, bem como aqueles sujeitos às proibições internacionais, tais quais produtos farmacêuticos, pesticidas/herbicidas, substâncias que destroem a camada de ozônio, PCBs, vida silvestre ou produtos regulamentados por CITES.
- Produção ou comercialização de armas e munições.¹
- Produção ou comercialização de bebidas alcoólicas (exceto cerveja e vinho)¹.
- Produção ou comercialização de tabaco¹.
- Apostas, cassinos ou outros negócios equivalentes¹.
- Produção ou comercialização de materiais radioativos. Isto não se aplica à compra de produtos médicos, equipamentos de controle de qualidade (mensuração) e qualquer equipamento que o IFC considere que a fonte radioativa é insignificante e/ou adequadamente protegida.
- Produção ou comercialização de fibra de amianto. Isto não se aplica à compra e uso da cobertura de fibrocimento, tendo em vista que a quantidade de amianto utilizada é menor do que 20%.
- Pesca com rede de deriva no meio ambiente marinho usando redes com comprimento superior à 2.5 km.
- Produção ou atividades envolvendo formas exploradoras e nocivas de trabalho forçado²/trabalho prejudicial ao menor³.
- Operações de madeireiras em florestas tropicais preservadas.
- Produção ou comercialização de madeiras ou outros produtos de florestas, exceto aqueles cultivados pelo manejo sustentável.

¹ Isto não se aplica aos patrocinadores de projetos que não estejam substancialmente envolvidos nestas atividades. Por "não substancialmente envolvidos" entende-se que a atividade refere-se e antecede às operações do patrocinador do projeto.

² Por trabalho forçado entende-se todo o trabalho ou serviço, executado de forma não voluntária, que é imputado a um indivíduo mediante o uso de ameaça de força ou punições.

³ Por trabalho prejudicial a criança entende-se aquele que é economicamente explorador, ou potencialmente perigoso ou que interfere na educação da criança, ou ser prejudicial à saúde da criança, ou ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.



**ANEXO II AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO CRÉDITO
CORPORATIVO**

Suplemento da Primeira Emissão de Quotas do Fundo

A handwritten signature, possibly "J.C.", written in ink.

**ANEXO II AO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – BICBANCO
CRÉDITO CORPORATIVO**

SUPLEMENTO DA PRIMEIRA EMISSÃO

Características da Primeira Série de Quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bicbanco Crédito Corporativo	
Número da Série	1ª (Primeira Série)
Montante Total da Emissão	R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)
Quantidade de Classes	2 (duas)
Quantidade Total de Quotas Emitidas	250.000 (duzentos e cinquenta mil)
Quantidade de Quotas Sênior	192.500 (cento e noventa e dois mil e quinhentos)
Quantidade de Quotas Subordinadas	57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentos)
Benchmark das Quotas Sênior	Acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), acrescida de spread de 1.5% (um ponto e meio percentual) ao ano.
Benchmark das Quotas Subordinadas	As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.
Patrimônio Líquido do Fundo antes desta Emissão	Zero
Critérios de Cálculo do Valor da Quota Sênior	<p>O cálculo do <i>Benchmark</i> incidente sobre as Quotas Sênior será realizado da seguinte forma:</p> $R = VNe \times (FatorJuros \times FatorSpread),$ <p>onde:</p> <p>R = Valor dos rendimentos devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.</p>

VNe = Preço de Emissão por Quota Sênior, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento. O Preço de Emissão de cada Quota Sênior será ajustado para refletir a redução do valor das amortizações de Quotas Sênior realizadas pelo Fundo desde a Primeira Data de Emissão até a data de apuração dos rendimentos.

Fator Juros = produtório das Taxas DI a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = é o número de dias úteis em cada Período de Capitalização.

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 1.5% (um ponto e meio percentual) ao ano, sendo que, caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior, a partir do Dia Útil seguinte à Data de Liquidação, o *spread* ao ano passará a ser equivalente

	<p>ao maior valor entre (i) 2% (dois por cento), e (ii) o <i>spread</i> original dividido por 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) ao ano;</p> <p>$N = 252$</p> <p>n = é o número de dias úteis em cada período de capitalização.</p> <p>Aplicam-se às fórmulas acima as seguintes observações:</p> <p>O fator resultante da expressão $(1 + TD1k)$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.</p> <p>Efetua-se o produto dos fatores diários $(1 + TD1k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.</p> <p>Uma vez acumulados os fatores, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.</p> <p>O fator resultante da expressão $(\text{FatorJuros} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.</p> <p>Se, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível. Não serão devidos ajustes quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.</p>
Patrimônio Líquido Total do Fundo se subscritas e integral zadas 100% das Quotas desta Emissão	R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)
Preço de Emissão de cada Quota	R\$ 1.000,00 (mil reais)
Amortização e Resgate das Quotas Sênior	A amortização do Preço de Emissão das Quotas Sênior da Primeira Emissão terá prazo de carência de 12 (doze) meses contados da data da 1ª (primeira) integralização. Durante o prazo de carência

supra referido, as Quotas Sênior da Primeira Emissão receberão pagamentos de rendimentos equivalentes ao *Benchmark* trimestralmente, a partir da data da primeira integralização de Quotas Sênior.

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Sênior, as Quotas Sênior da Primeira Emissão terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção e cronograma abaixo definidos:

13º mês: 1/36	14º mês: 1/35	15º mês: 1/34	16º mês: 1/33	17º mês: 1/32	18º mês: 1/31
19º mês: 1/30	20º mês: 1/29	21º mês: 1/28	22º mês: 1/27	23º mês: 1/26	24º mês: 1/25
25º mês: 1/24	26º mês: 1/23	27º mês: 1/22	28º mês: 1/21	29º mês: 1/20	30º mês: 1/19
31º mês: 1/18	32º mês: 1/17	33º mês: 1/16	34º mês: 1/15	35º mês: 1/14	36º mês: 1/13
37º mês: 1/12	38º mês: 1/11	39º mês: 1/10	40º mês: 1/9	41º mês: 1/8	42º mês: 1/7
43º mês: 1/6	44º mês: 1/5	45º mês: 1/4	46º mês: 1/3	47º mês: 1/2	48º mês: 1/1

O pagamento das amortizações será feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

O resgate das Quotas Sênior ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês contados de sua primeira integralização.

Amortização e Resgate
das Quotas
Subordinadas

As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas em cada Data de Amortização, desde que observado o disposto no item 14.8. do Regulamento.

ANEXO III

RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SÊNIOR



Data de Publicação: 19 de maio de 2010
Relatório de Monitoramento

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Crédito Corporativo

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 19 de maio de 2010 e não constitui uma recomendação para compra, retenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos e anexos, ainda não está disponível, e a taxa de rendimento-alvo ainda não foi definida. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 19 de maio de 2010				
Instrumento	Rating Preliminar	Subordinação Inicial	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Legal Final
Cotas seniores - 1ª Série	BBB+	23%	122,5	48 meses após a subscrição inicial.
Cotas subordinadas	Não Classificadas	Não Aplicável	57,5	48 meses após a subscrição inicial.

Pontos	
FIDC: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Crédito Corporativo (FIDC BicBanco).	
Data prevista para o encerramento da distribuição: Junho de 2010.	
Colateral: Direitos creditórios decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco Industrial e Comercial S.A. (BicBanco), rating na Escala Global Standard & Poor's rating na Escala Nacional Brasil (BBB-Entrevista), 1ª e 2ª empresas beneficiárias por meio de cédulas de crédito bancário (CCBs), e que atendam os critérios de elegibilidade e as condições de cessão definidas no regulamento do FIDC.	
Administradora: Condoris S.A. Consórcio de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities (Condoris).	
Custodiante: Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco).	
Proteção de crédito: Subordinação de cotas e spread excedente.	

Fundamentos

O rating preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC BicBanco reflete:

- A análise do desempenho histórico dos empréstimos a pequenas e médias empresas originados pelo BicBanco, com foco no período entre 2007 e 2009, e de suas políticas de crédito e cobrança;
- A avaliação da metodologia de análise e escala de classificação de risco interna do BicBanco, e o mapeamento entre a escala de ratings da Standard & Poor's e a escala interna do banco;
- Os critérios de elegibilidade e as condições de cessão do FIDC, que utilizamos como base

- para estimar cenários de formação de carteiras de maneira conservadora;
- O reforço de crédito proporcionado por subordinação mínima de cotas e pelo spread excedente proporcionado por uma taxa mínima de desconto aplicável na aquisição dos direitos creditórios;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas (constituição do veículo de emissão e venda perfeita e acabada dos ativos).

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAA', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, à primeira série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Crédito Corporativo (FIDC BicBanco), no montante de até R\$ 192,5 milhões. A carteira de direitos creditórios do FIDC BicBanco deverá ser composta por empréstimos concedidos pelo BicBanco a empresas brasileiras por meio de cédulas de crédito bancário (CCBs) que atendam aos critérios de elegibilidade e as condições de cessão definidas no regulamento do FIDC.

O rating preliminar 'brAAA' expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas e indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, e a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC deverão fornecer proteção **EXTREMAMENTE FORTE** contra perdas advindas da inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Além do reforço de crédito proporcionado pela subordinação de cotas, e pelo spread excedente, os cotistas seniores do FIDC BicBanco terão uma proteção adicional fornecida por um contrato de compromisso de compra de cotas seniores, tendo como contraparte a *International Finance Corporation* (IFC; rating na escala global da Standard & Poor's 'AAA/Estável/A-1+'). Este contrato estabelece o compromisso do IFC de adquirir até 25% das cotas seniores deidas por cada cotista, limitado a um valor combinado de R\$ 50 milhões, sujeito às condições de validade e de exercício deste direito de venda previstas nos documentos do FIDC.

As cotas seniores do FIDC BicBanco terão uma meta de rentabilidade equivalente à taxa DI Over acrescida de um spread estimado atualmente em 1,5% ao ano. As cotas seniores deverão ser amortizadas em 36 pagamentos mensais, após um período de carência inicial de 12 meses. Durante o período de carência, serão distribuídos pagamentos de juros trimestrais aos cotistas seniores.

As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios. As cotas subordinadas serão resgatadas somente após o resgate final das cotas seniores do FIDC. Caso o nível de subordinação disponível às cotas seniores alcance um patamar superior à razão de garantia definida pelo regulamento do FIDC (variável de acordo com o rendimento médio ponderado dos direitos creditórios), as cotas subordinadas poderão ser parcialmente amortizadas, mensalmente, respeitando-se a manutenção da razão de garantia.

Colateral

A carteira de direitos creditórios do FIDC deverá ser composta por empréstimos concedidos pelo BicBanco a empresas de pequeno e médio porte, e deverá atender aos critérios de elegibilidade, as condições de cessão e os limites de concentração definidos pelo regulamento do FIDC.

Critérios de Elegibilidade, Condições de Cessão e Limites Máximos de Concentração

Os critérios de elegibilidade e os limites de concentração deverão ser validados pelo custodiante do FIDC, enquanto as condições de cessão serão verificadas pelo cedente. Destacamos abaixo as principais características que os direitos de crédito deverão apresentar, e que foram utilizadas pela Standard & Poor's para a definição de cenários conservadores de composição da carteira do FIDC, bem como de cenários de análise de fluxo de caixa:

- Deverão ser oriundos de CCBs com parcelas mensais, cujo prazo de carência seja de até

nove meses e já tenha se encerrado, que apresentem a primeira parcela paga, e que não tenham sido objeto de renegociação;

- A taxa de desconto utilizada para aquisição do direito creditório deve ser equivalente à taxa de juros prevista no contrato que representa tal crédito. Ou seja, o preço de aquisição deve ser igual ao valor do principal em aberto;
- Não poderão conter parcelas cujo vencimento seja posterior ao término do prazo de duração do FIDC (48 meses a partir da subscrição inicial de cotas);
- Não poderão apresentar créditos vencidos e não pagos com o FIDC, qualquer obrigação vencida e não paga com o cedente por período superior a cinco dias;
- A carteira de direitos creditórios do FIDC não poderá apresentar um prazo médio de vencimento ponderado superior a 18 meses;
- Até 25% do patrimônio líquido (PL) do FIDC poderá ser representado por direitos de crédito com taxas de juros pré-fixadas. Os demais créditos deverão ter taxas de juros atreladas ao CDI;
- Deverão contar garantias equivalentes a, no mínimo, 100% do valor das parcelas da CCB, de acordo com os pesos atribuídos a cada modalidade de garantia definidos pelo regulamento do FIDC;
- Os devedores deverão ter uma classificação 'C' ou superior atribuída pelo cedente, sem o benefício das garantias;

Os limites máximos de concentração determinados pelo regulamento do FIDC deverão ser considerados pro forma, uma vez computada cada cessão pretendida. As tabelas 1, 2 e 3 apresentam os principais limites de concentração considerados em nossa análise.

Tabela 1 - Limites de Concentração por Grupo de Devedor	
Grupo de Concentração	% Total em Relação ao PL do FIDC
10 maiores	25%
20 maiores	45%
50 maiores	85%
80 maiores	99%

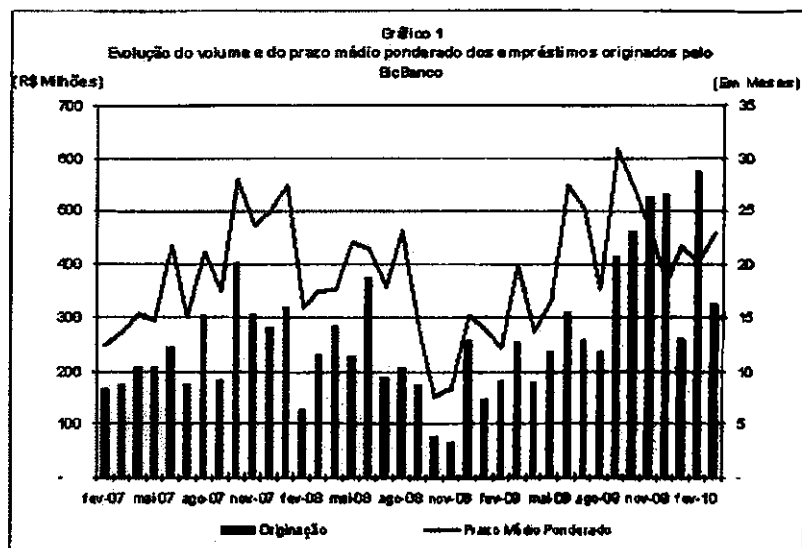
Tabela 2 - Limites de Concentração por Setor	
Setor	% Total em Relação ao PL do FIDC
Maior	10%
2º maior	10%
Demais	10%
Cinco maiores	62%
10 maiores	75%
15 maiores	89%

Tabela 3 - Limites de Concentração por Classificação		
Classificação	% Máximo em Relação ao PL do FIDC	% Máximo em Relação ao PL do FIDC
AA + A + B	35%	100%
C	Não aplicável	65%

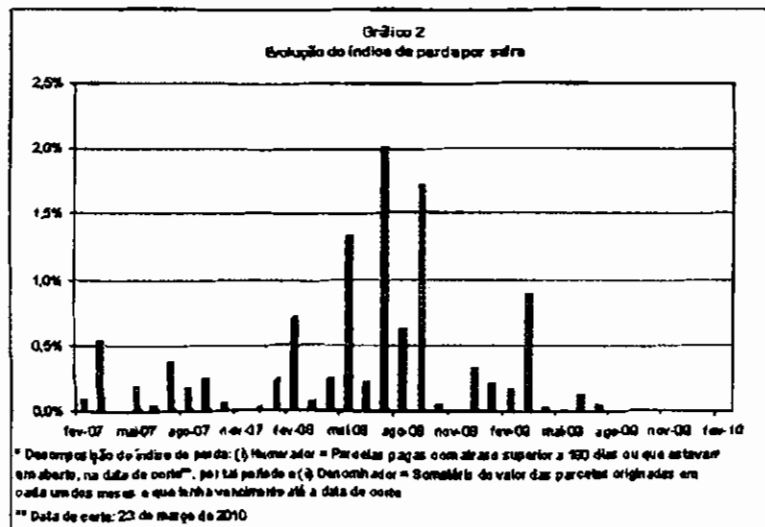
Desempenho Histórico

O BCBanco apresentou um forte ritmo de originação de créditos a partir do segundo semestre de 2008, refletindo a melhoria no ambiente de negócios, após a deterioração observada entre o segundo semestre de 2008 e o início de 2009 (ver gráfico 1). Também observamos que o BCBanco casualmente reduziu os prazos dos financiamentos durante os meses mais críticos da

crise global, passando a oferecer prazos mais longos, e mais em linha com sua prática histórica, a partir de meados de 2009. Os gráficos e tabelas abaixo apresentam informações históricas sobre algumas características da carteira de empréstimos a pequenas e médias empresas originados pelo BicBanco desde 2007.



O desempenho histórico dos empréstimos a pequenas e médias empresas originados pelo BicBanco se demonstrou bastante sólido desde 2007, particularmente durante o período mais turbulento da crise econômica global. O índice de perdas médio ponderado (atrasos acima de 180 dias), no período entre julho de 2008 e março de 2009, foi de 0,7%, enquanto o mesmo índice calculado para todo o período analisado (2007-2009) foi de 0,4% (ver gráfico 2 abaixo).



Por fim, notamos que a originação tem sido fortemente baseada em contratos atrelados ao CDI, que deverão compor pelo menos 75% do lastro do FIDC, de acordo com seu regulamento. A tabela 4 demonstra algumas características da carteira de crédito corporativo do BCBanco na data de corte da base de dados fornecida à Standard & Poor's.

Tabela 4 - Características da carteira de crédito corporativo do BCBanco	
Saldo	R\$ 4,1 bilhões
Número de contratos	1.811
Prazo médio ponderado de vencimento	13,2 meses
Vinculados ao CDI	87%
Pré-fixados	13%
Concentração 20 maiores	23%

* Data de corte: 23 de março de 2010

Análise de Crédito

Analisamos o fluxo de recursos estimado e os mecanismos de reforço de crédito presentes na estrutura para avaliar a capacidade do FIDC de cumprir com o resgate integral das cotas seniores nas condições determinadas por seu regulamento, sob vários cenários de estresse. As seguintes premissas foram consideradas em nossa análise:

1. Resgate integral das cotas seniores, considerando-se a meta de rentabilidade dessas cotas, durante o prazo de duração do FIDC (48 meses após a subscção inicial de cotas).
2. Consideramos a aquisição de uma carteira de créditos elegíveis logo no início do FIDC, com prazo médio ponderado de 18 meses (conforme critério de elegibilidade), e a amortização das cotas conforme o cronograma de amortização estabelecido pelo regulamento do FIDC.
3. Consideramos que a amortização de cotas torna-se sequencial logo no início da vida do FIDC, com prioridade ao resgate integral das cotas seniores, uma vez que nesses cenários de perda provocariam eventos de avaliação e/ou de liquidação (gatilhos de razão de garantia e de índices de inadimplência).

4. Avaliamos o desempenho histórico dos empréstimos originados pelo BicBanco, e realizamos um mapeamento entre a escala de classificação interna de risco do BicBanco e a escala de ratings da Standard & Poor's, que considerou o nível de aderência entre as classificações atribuídas pelo banco e as métricas de análise de empresas utilizadas pela Standard & Poor's. O resultado desta análise indica que as classificações internas do BicBanco entre AA e C estão, atualmente, em linha com avaliações de crédito (*credit assessments*) na Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's nas categorias 'brbb' e 'brb'.
5. Analisamos as políticas de investimentos, os critérios de elegibilidade, as condições de cessão e os limites máximos de concentração do FIDC, com o objetivo de criar diversos cenários de formação de carteira, considerando-se o cenário mais conservador.
6. Utilizamos os dados sobre as carteiras hipotéticas como valores de entrada para o modelo CDO Evaluator 5.0* (CDOE), o qual forneceu a função de distribuição de probabilidade de inadimplência e de perdas líquidas esperadas para cada categoria de rating.

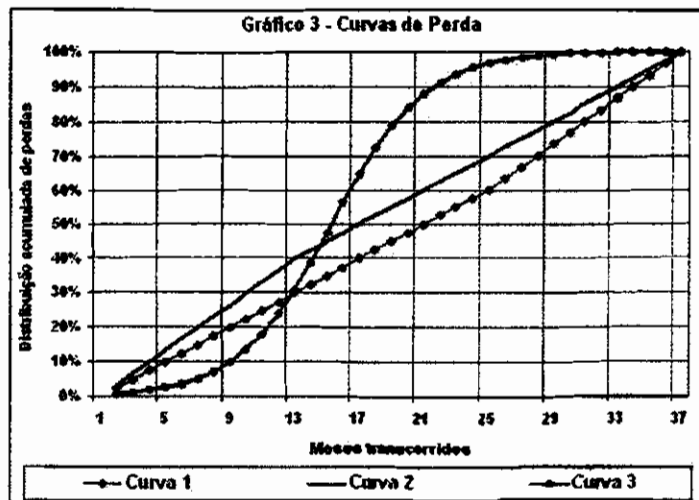
Consideramos outros elementos estruturais definidos pelo regulamento do FIDC, como a reserva de liquidez inicial (equivalente a 6,0% do PL), a taxa mínima de rendimento dos créditos (conforme tabela dinâmica entre razão de garantia e taxa dos créditos definida pelo regulamento do FIDC, descrita na tabela 5), entre outros.

Tabela 5 – Tabela dinâmica entre razão de garantia e taxa mínima de rendimento dos créditos

Razão de garantia	Sobretaxa mínima em relação à Taxa DI (ao ano)
23%	8,00%
24%	7,00%
25%	6,00%
26%	4,75%
27%	3,75%
28%	3,00%

1. A Standard & Poor's determinou cenários de análise de fluxo de caixa baseado em diversos cenários de estresse, que consideraram variações nas taxas de juros e curvas de perdas distintas (ver gráfico 3). As curvas adotadas refletem conservadoramente um horizonte de tempo de somente 36 meses, (portanto com perdas concentradas num período de três anos), apesar de a primeira série de cotas seniores apresentar um prazo de vencimento final de 48 meses. Tal premissa foi adotada com base na exigência de que o prazo médio ponderado da carteira de créditos não exceda 18 meses. Considerando que todos os créditos devem apresentar parcelas mensais e não estar mais sujeito a carência, assumimos que grande parte dos créditos terá prazo final igual ou inferior a 36 meses.
2. Esta análise forneceu o nível máximo de inadimplência e de perdas que o FIDC suportaria no cenário de rating considerado, sem que o resgate integral das cotas seniores no prazo de duração do FIDC fosse comprometido;
3. Finalmente, comparamos os níveis de inadimplência e de severidade da perda estimados pelo CDOE e o nível de perda suportável de acordo com nossa análise de fluxo de caixa, para determinar o rating atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC BicBanco.

* Modelo de análise proprietário da Standard & Poor's, que utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos. O modelo considera a avaliação de risco dos devedores, o setor de atividade, o tamanho e o prazo de cada empréstimo, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos. O modelo também realiza testes suplementares de concentração de carteira.



De acordo com a análise descrita anteriormente, o resultado das simulações utilizando o GDOE indicou uma estimativa de taxa de inadimplência consolidada de 34,1% para o cenário de rating 'brAAA', considerando-se a carteira de maior risco potencial permitida pelos critérios e condições determinados pelo regulamento do FIDC. Nossas simulações de fluxo de caixa demonstraram que a estrutura do FIDC seria capaz de suportar tal nível de inadimplência, considerando-se o reforço de crédito disponível, bem como a recuperação de parte dos créditos em default. A tabela 6 demonstra os cenários de fluxo de caixa considerados para a curva de perda 2 (gráfico 3), que mostrou ser a mais conservadora em termos de impacto sobre o fluxo de caixa. A taxa de inadimplência suportável nos três cenários indica que o FIDC seria capaz de absorver o nível de inadimplência estimado para a carteira hipotética assumida.

Tabela 6 - Fluxo de Caixa - Cenário de Maior Risco Potencial

Cenário	Curva de Perdas	Razão de Garantia	Taxa Média de Rendimento dos Ativos (ao ano)*	Taxa de Inadimplência	
				Estimada	Suportável
1	Curva 2	23%	18,75%	34,1%	34,3%
2	Curva 2	24%	15,75%	34,1%	34,3%
3	Curva 2	25%	14,75%	34,1%	34,4%
4	Curva 2	26%	13,50%	34,1%	34,2%
5	Curva 2	27%	12,80%	34,1%	34,2%
6	Curva 2	28%	11,50%	34,1%	34,6%

* Assumindo a taxa DI atual (5,75% ao ano) acrescida das taxas descritas na tabela 5

Premissas de recuperação de crédito pós-default

A recuperação de créditos problemáticos pode variar consideravelmente de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição financeira originadora, com as modalidades de empréstimo ofertadas, os tipos de garantias incluídas nos contratos e a jurisdição local. O regulamento do FIDC apresenta exigências, níveis de cobertura e limites por modalidade com relação aos tipos de garantias acessórias que os empréstimos elegíveis deverão apresentar. No entanto, certas modalidades de garantia permitidas pelo FIDC não são consideradas

suficientemente robustas pela Standard & Poor's em termos de estimativas de recuperação pós-default assumidas em nossos modelos de análise. Tais modalidades incluem a hipoteca, os direitos creditórios a performar e o penhor de estoque. Desta forma, e com base nas combinações permitidas pelo regulamento, assumimos conservadoramente que a carteira teórica do FIDC poderia ser composta por 100% de créditos com garantias menos robustas, na opinião da Standard & Poor's. Como resultado, utilizamos uma premissa de índice de recuperação de 21%, que está em linha com nossas premissas para créditos seniores sem garantias (*senior unsecured*).

Uma vez que o FIDC permitirá a aquisição de créditos que apresentem prazo de vencimento tão longo quanto o prazo de duração da transação, e considerando um prazo para recuperação de créditos de seis meses após o evento de default, assumimos que parte da recuperação de crédito pós-default estimada não beneficiará o resgate pontual das cotas seniores.

Contrato de compromisso de compra de cotas seniores pelo IFC e compromisso de subscrição de cotas subordinadas pelo BicBanco

O FIDC, o cedente e o IFC deverão celebrar um contrato com termos e condições para a vigência e o exercício do direito de venda parcial de cotas seniores pelos detentores destas cotas. Em nossa opinião, o "Contrato de Compromisso de Compra de Cotas Seniores" pelo IFC proporciona maior liquidez aos cotistas seniores, porém não é possível determinar o nível de proteção contra perdas a ser proporcionado por este mecanismo, que estaria sujeito ao grau e à velocidade de deterioração do desempenho dos direitos creditórios em um cenário de estresse, e ao exercício da opção de venda pelos cotistas. Desta forma, é importante destacar que o rating atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC BicBanco não depende da existência e/ou da eficácia do compromisso de compra de cotas seniores pelo IFC.

O exercício do direito de venda está condicionado a certas condições precedentes e aos eventos de exercício especificados no regulamento do FIDC. Os eventos de exercício incluem o não cumprimento, pelo BicBanco, da obrigação de realizar aporte adicional de recursos para restabelecimento da razão de garantia do FIDC.

Os cotistas deverão se beneficiar do Compromisso de Subscrição de Cotas Subordinadas por parte do BicBanco, pelo qual o cedente se comprometerá a subcrever cotas subordinadas sempre que a razão de garantia não for atendida em qualquer data de verificação, em até cinco dias úteis contados da data do recebimento de comunicação da administradora. Tal benefício não é atualmente considerado em nossa análise pelo fato do BicBanco apresentar um rating inferior ao rating atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC.

Análise de Sensibilidade

Um reforço de crédito será fornecido pela subordinação de cotas (inicialmente de 23% para as cotas seniores, mantida de maneira dinâmica de acordo com o rendimento da carteira de direitos creditórios), e de *spread* excedente (proporcionado pelo rendimento da carteira de direitos creditórios). Embora tal reforço de crédito tenha sido dimensionado da forma a fornecer uma proteção de crédito consistente com o rating atribuído, sob diversos cenários de estresse, o rating poderá sofrer pressão de abaixamento caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do FIDC, ou caso a Standard & Poor's altere as premissas utilizadas na análise inicial da transação.

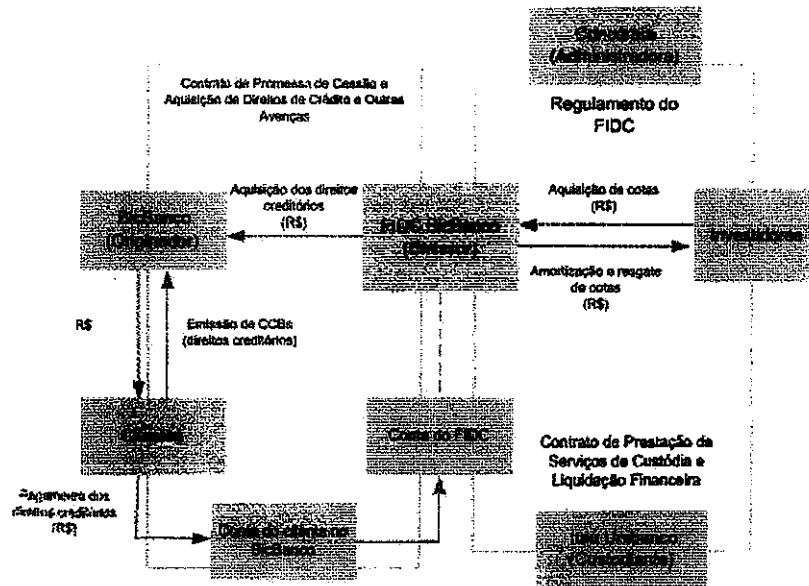
A Standard & Poor's monitora continuamente seus ratings, bem como o nível estimado de inadimplência e de perda de crédito associado à carteira de créditos do FIDC, com o intuito de avaliar se a estrutura de fluxo de caixa do FIDC permanece adequada aos ratings atribuídos. Uma eventual deterioração da qualidade de crédito dos ativos poderia aumentar nossa estimativa de perdas da carteira, e eventualmente afetar os ratings atribuídos.

Descrição da Estrutura – Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O FIDC BicBanco será um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A primeira série de cotas seniores do FIDC terá um prazo final de 48 meses. O FIDC poderá adquirir créditos

elegíveis após a subscrição de suas cotas, e poderá reinvestir os recebimentos em relação aos direitos creditórios em novos direitos creditórios elegíveis durante seu período vigência. O FIDC também poderá manter aplicações em outros instrumentos de renda fixa, desde que possuam riscos de crédito e de liquidez adequados ao perfil de risco do FIDC, além de caixa.

Gráfico 4
Diagrama da estrutura



Fluxo dos Recursos

1. O FIDC capta recursos de investidores e em contrapartida emite cotas de classes distintas.
2. De acordo com os termos do regulamento do FIDC, e do contrato de cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças (contrato de cessão), o BICBanco oferece créditos elegíveis ao FIDC que atendam as condições de cessão.
3. O custodiante verifica os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios e envia ao BICBanco a lista dos direitos creditórios que pretende adquirir.
4. Após ajustes e formalizações necessários, o custodiante efetua o pagamento do preço de aquisição dos direitos creditórios ao BICBanco, utilizando recursos disponíveis.
5. Os devedores realizam os pagamentos em relação aos direitos creditórios cedidos (CCBs) em conta corrente no BICBanco.
6. O BICBanco consolida os recebimentos em uma conta centralizadora, e transfere os recursos ao FIDC em até 48 horas.
7. As cotas são amortizadas ou resgatadas de acordo com os termos do regulamento do FIDC.

Ordem de Alocação de Recursos

Diariamente, a administradora do FIDC deverá utilizar os recursos disponíveis de acordo com a seguinte ordem de preferência:

1. Pagamento de encargos do FIDC.
2. Constituição, manutenção e recomposição da reserva de liquidez.
3. Durante o período de carência, pagamento da amortização trimestral dos juros acumulados devidos aos cotistas seniores.
4. Após o período de carência, pagamento da amortização de cotas seniores conforme cronograma definido no suplemento da emissão.
5. Aquisição de direitos creditórios elegíveis, respeitando-se condições determinadas pelo regulamento do FIDC, que incluem a manutenção de um saldo mínimo de caixa equivalente a um período de juros trimestral, durante o período de carência, e a dois períodos de amortização de cotas seniores (principal e juros), após o período de carência.
6. Amortização de cotas subordinadas, respeitando-se condições determinadas pelo regulamento do FIDC (enquadramento da razão de garantia, inexistência de qualquer evento de avaliação ou liquidação, e saldo mínimo conforme item 4 acima).
7. Após a amortização integral das cotas seniores, para o pagamento de amortização de cotas subordinadas

Reserva de Liquidez e Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo

O FIDC deverá constituir uma reserva de liquidez correspondente a 6,0% do PL do FIDC, que deverá ser mantida neste patamar durante toda a vida do FIDC. A reserva servirá para cobrir despesas operacionais e amortizações de cotas seniores do FIDC. O FIDC deverá manter uma reserva de caixa adicional (Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo) equivalente à soma de:

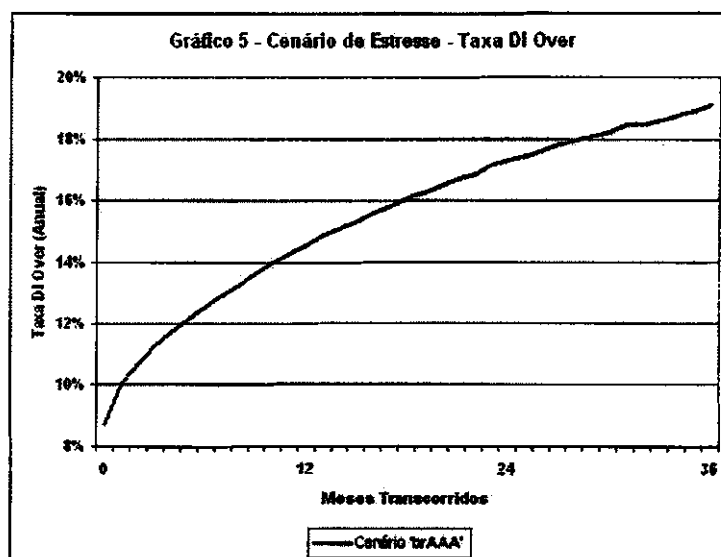
- 20% do valor das amortizações programadas de cotas seniores (principal e juros) no período entre 61 e 90 dias após a data de cálculo;
- 80% do valor das amortizações programadas de cotas seniores (principal e juros) no período entre 31 e 60 dias após a data de cálculo;
- 100% do valor das amortizações programadas de cotas seniores (principal e juros) no período de até 30 dias após a data de cálculo;

Na prática, esta reserva adicional será equivalente ao pagamento programado de um período trimestral de juros devido às cotas seniores, durante o período de carência, e ao pagamento programado de dois períodos mensais de principal e juros devidos às cotas seniores, após o período de carência.

A amortização de cotas subordinadas e a aquisição de direitos creditórios somente poderão ocorrer se o saldo existente na conta autorizada do FIDC, após realizada a aquisição e/ou amortização, permanecer igual ou superior ao Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo.

Risco de Descasamento de Taxa de Juros

O regulamento do FIDC determina que até 25% de seu PL poderá ser representado por direitos creditórios com taxas de juros pré-fixadas. Uma vez que a meta de rentabilidade das cotas seniores será flutuante e indexada à Taxa DI Over, o FIDC estará parcialmente exposto ao risco de descasamento de taxas de juros. Este risco será primeiramente mitigado pelo spread excedente, e também pela subordinação de cotas. Assumimos um cenário conservador, e consistente com a categoria de rating 'brAAA', para a variação da Taxa DI Over ao longo da vida do FIDC. A curva de estresse da taxa DI Over utilizada é demonstrada no gráfico 5.



O spread excedente é definido pela diferença entre a taxa de juros dos direitos creditórios e a meta de rentabilidade das cotas. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, além de criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, e de servir como proteção contra perdas, antes que a subordinação seja consumida.

O FIDC deverá adquirir direitos creditórios a uma taxa de cessão equivalente à taxa de juros dos contratos, portanto o preço de aquisição deverá ser igual ao valor do principal em aberto do direito creditório. Com base na estrutura de capital inicial do FIDC (subordinação mínima de 23%), e na sobretaxa mínima em relação à Taxa DI no cenário inicial (8,0% ao ano), estimamos o spread excedente em aproximadamente 8,4% ao ano no início do FIDC (diferença entre o rendimento dos ativos e a meta de rentabilidade das cotas seniores), com base na Taxa DI atual de 8,75% ao ano.

Riscos Operacionais

O rating atribuído reflete nossa opinião de que o BicBanco, na posição de originador e cedente dos direitos creditórios ao FIDC, atualmente apresenta condições e capacidade adequadas para originar créditos elegíveis ao FIDC. O BicBanco é uma instituição financeira de médio porte, fundada em 1938, e historicamente focada no financiamento a empresas de pequeno e médio porte. O banco também mantém operações de crédito pessoal, sobretudo empréstimos consignados, porém tais operações não excedem 10% de sua carteira de crédito.

Nas operações de crédito a empresas de pequeno e médio porte, o BicBanco oferece financiamentos de capital de giro, bem como linhas com prazos um pouco mais longos (geralmente

de até três anos), usualmente atreladas a garantias. O banco mantém 39 agências localizadas em grandes cidades brasileiras, que lhe permitem atender seus clientes nas principais regiões econômicas do País. Ao final de 2009, o BicBanco apresentava um total de R\$ 8,1 bilhões em operações de crédito, o que o coloca na 14ª posição no ranking nacional de instituições financeiras por operações de crédito.

O rating atribuído também reflete nossa opinião de que a administradora (Concórdia) e o custodiante (Itaú Unibanco) atualmente apresentam capacidade adequada de gerir os riscos operacionais relacionados ao FIDC, bem como de cumprir suas responsabilidades de acordo com os documentos que regem a transação.

Risco de Fungibilidade

A liquidação dos direitos de crédito ocorrerá no âmbito das operações do BicBanco, que atuará como agente de recebimento e depositário fiel dos recursos provenientes dessa liquidação. Ainda, os devedores das CCBs não serão notificados sobre a cessão dos direitos creditórios ao FIDC. Caso o BicBanco deixe de ser responsável pelo recebimento e transferência dos recursos provenientes do pagamento dos direitos creditórios ao FIDC, os devedores serão notificados sobre a cessão, de modo que os pagamentos passem a ser realizados diretamente na conta autorizada do FIDC. Ainda que certos pagamentos continuassem sendo realizados em benefício do cedente, este permaneceria obrigado a restituir o FIDC os valores referentes a tais pagamentos. De acordo com o BicBanco, todas as CCBs a serem cedidas ao FIDC deverão conter cláusulas sobre o consentimento prévio dos devedores em relação à possibilidade de cessão do direito de crédito a terceiros, inclusive ao FIDC BicBanco.

As circunstâncias acima trazem riscos de fungibilidade à estrutura do FIDC. Como forma de atenuar os riscos de fungibilidade, a documentação do FIDC determina que, após a liquidação dos direitos creditórios no BicBanco, este deverá transferir os recursos devidos ao FIDC para a conta autorizada do FIDC em até 48 horas, permanecendo como fiel depositário de tais valores até sua efetiva transferência ao FIDC. Além disso, entendemos que a reserva de liquidez (equivalente a 6,0% do PL do FIDC), bem como a exigência de manutenção de um saldo mínimo na conta autorizada do FIDC, servem como fatores importantes de mitigação dos riscos de eventuais atrasos e/ou perdas decorrentes dos riscos de fungibilidade. Entendemos que os mecanismos descritos acima são adequados para cobrir os riscos de fungibilidade presentes na estrutura de forma consistente com o rating atribuído.

Análise Legal

O FIDC BicBanco deverá ter a titularidade, os direitos e os interesses sobre os direitos creditórios adquiridos. Além disso, o FIDC BicBanco é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre o cedente e os ativos cedidos.

Artigos Relacionados:

- "Metodologia baseada em princípios fundamentais para análise de ratings de operações estruturadas globais," publicado em 7 de agosto de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com.br);
- "Update to Global Methodologies and Assumptions For Corporate Cash Flow and Synthetic CDOs," publicado em 17 de setembro de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com, somente em inglês)

Analista Principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743,
jp_gil@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Maria Renata Lotfi, 55 (11) 3039-9724,
renata_lotfi@standardandpoors.com

Copyright © 2010 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P). Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm

direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

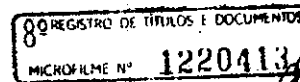
Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nada se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que recebe. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.br (gratuitos), www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usaratings fees.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO IV

CÓPIA DO CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE CRÉDITOS



**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, a saber:

(a) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO**, constituído nos termos da Resolução do CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução CVM n.º 356/01, conforme alterada, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.793.914/0001-73 ("Fundo"), neste ato devidamente representado por seu Administrador **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Administrador");

(b) **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.048, 11º andar, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 07.450.604/0001-89, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social ("Cedente" ou "Coordenador Líder"), sendo o Fundo e o Cedente doravante denominados em conjunto "Partes" e, individual e indistintamente, "Parte";

e, ainda, como interveniente anuente,

(c) **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Custodiante" ou "Interveniente").

CONSIDERANDO:

I. Que para os fins do disposto neste documento, as expressões indicadas em letra maiúscula terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo ("Regulamento"), exceto se estiverem definidas de outra forma;

II. Que o Cedente é instituição financeira que, no curso normal de seus negócios, dentre outras atividades, concede empréstimos e financiamentos a seus Clientes, por



meio da realização de operações de empréstimo e financiamento com seus Clientes pelas quais estes recebem capital de giro para suas atividades, sendo que tais operações são formalizadas por meio da assinatura de Cédulas de Crédito Bancário e podem contar com determinadas garantias ("Operações de Mútuo");

III. Que o Fundo destina-se, exclusivamente, à aquisição de Direitos de Crédito que o Cedente origina e detém em decorrência da realização de Operações de Mútuo, que atendam cumulativamente a todas as Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade especificados neste Contrato de Promessa de Cessão e no Regulamento, de forma a cumprir com a política de investimento do Fundo definida no Regulamento;

IV. Que o Cedente é o originador e o legítimo e único titular dos Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo e tem interesse em ceder ao Fundo, de tempos em tempos, durante o prazo de duração do Fundo, os Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares dos Direitos de Crédito;

V. Que o Fundo, por sua vez, tem interesse em adquirir Direitos de Crédito do Cedente de forma a cumprir com a política de investimento definida no seu Regulamento;

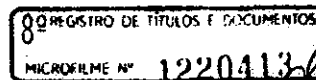
VI. Que o Fundo emitirá Quotas Sênior a serem colocadas no mercado brasileiro de capitais, mediante distribuição pública condicionada à obtenção de registro prévio junto à CVM, a fim de captar recursos necessários à aquisição de Direitos de Crédito, observadas as disposições deste Contrato de Promessa de Cessão e do Regulamento;

VIII. Que o Fundo também emitirá Quotas Subordinadas, as quais serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Cedente, em moeda corrente nacional ou mediante a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, observadas as disposições deste Contrato de Promessa de Cessão e do Regulamento; e

IX. Que o Custodiante foi contratado pelo Administrador, em nome Fundo, para prestar os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/D1, na forma do "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - BCBanco Crédito Corporativo" celebrado entre o Fundo, o Custodiante e o Cedente em 19 de maio de 2010.

Resolvem as Partes, de comum acordo e sem quaisquer restrições, celebrar este "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato de Promessa de Cessão" ou "Contrato"), com a intervenção do





Custodiante, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA I - PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

1.1. O Cedente, neste ato e em regular forma de direito, promete, de forma irrevogável e irretroatável, ofertar e ceder ao Fundo, de tempos em tempos, durante o prazo de duração do Fundo, Direitos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, de qualquer natureza, estando tal compromisso condicionado à originação, pelo Cedente, de Direitos de Crédito. O Cedente usará de seus melhores esforços para originar Direitos de Crédito suficientes para que, decorridos 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo mantenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito.

1.1.1. As Partes estabelecem que, enquanto este Contrato de Promessa de Cessão estiver em vigor, e sem prejuízo do disposto na cláusula 1.1. acima, não há quantidade máxima de Direitos de Crédito a serem ofertados e cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão.

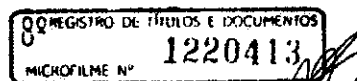
1.2. Não será considerado inadimplemento do Cedente a não originação de Direitos de Crédito durante o prazo de duração do Fundo, desde que o Cedente não concorra com culpa, dolo ou má-fé para a não originação dos Direitos de Crédito.

1.3. A partir da data de assinatura deste Contrato de Promessa de Cessão e enquanto não for amortizada a totalidade das Quotas Sênior, o Cedente compromete-se a, durante os processos de negociação e celebração de Operações de Mútuo, observar a Política de Crédito do Cedente que consta do Regulamento.

1.4. Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil Brasileiro e deste Contrato de Promessa de Cessão, caracterizam-se como Direitos de Crédito passíveis de cessão ao Fundo para composição do patrimônio do Fundo: (i) os direitos de crédito detidos pelo Cedente em face de seus Clientes em decorrência da realização de Operações de Mútuo realizadas entre o Cedente e o respectivo Cliente, (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando a eventuais Garantias, e (iii) todos os Documentos Comprobatórios.

1.5. O Fundo, por sua vez, terá a faculdade, conforme orientação do Administrador, de adquirir Direitos de Crédito do Cedente, durante o prazo de vigência deste Contrato de Promessa de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos neste





Contrato de Promessa de Cessão e no Regulamento; (ii) o objetivo e a política de investimento do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito ofertados; e (iii) a disponibilidade de recursos pelo Fundo para a aquisição dos Direitos de Crédito, observado o disposto no item 1.5.1. abaixo.

1.5.1. A aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito somente poderá ocorrer se o saldo existente na Conta Autorizada do Fundo no momento de tal aquisição de Direitos de Crédito for, e após realizada tal aquisição, continuar sendo, igual ou superior à soma dos seguintes valores (o "Saldo Mínimo da Conta Autorizada do Fundo"):

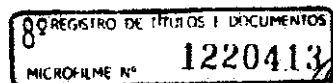
- a) 20% (vinte por cento) *multiplicado pelo valor* de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e *Benchmark*) a serem efetuadas pelo Fundo em período inferior a 91 (noventa e um) dias (inclusive) e superior a 61 (sessenta e um) dias;
- b) 80% (oitenta por cento) *multiplicado pelo valor* de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e *Benchmark*) a serem efetuadas pelo Fundo em período inferior a 61 (sessenta e um) dias (inclusive) e superior a 31 (trinta e um) dias; e
- c) 100% (cem por cento) *multiplicado pelo valor* de todas as amortizações de Quotas Sênior (incluindo principal e *Benchmark*) a serem efetuadas pelo Fundo em período inferior a 31 (trinta e um) dias (inclusive).

1.6. O Cedente não se responsabiliza pela solvência dos Clientes e/ou pela solvência dos devedores, dos garantidores e/ou pela suficiência das Garantias dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, responsabilizando-se, contudo, (i) pela existência, validade, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito ao tempo da respectiva cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro e (ii) pela correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo.

1.7. O Fundo tornar-se-á titular dos Direitos de Crédito adquiridos nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão e pagará ao Cedente, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, o Preço de Aquisição (conforme definido abaixo), em razão do que o Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, servindo como comprovante o extrato da Conta Centralizadora do Cedente.

1.8. A efetivação de toda e qualquer cessão de Direitos de Crédito ao Fundo nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão é condicionada à satisfação cumulativa das





seguintes condições precedentes:

- a) atendimento, pelos Direitos de Crédito, às Condições de Cessão;
- b) atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos Critérios de Elegibilidade;
- c) formalização da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo nos termos da Cláusula III deste Contrato de Promessa de Cessão, inclusive com o pagamento ao Cedente do seu Preço de Aquisição; e
- d) enquadramento dos Direitos de Crédito na política de investimento do Fundo, conforme constante de seu Regulamento.

CLÁUSULA II – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

2.1. Somente poderão ser ofertados ao Fundo, os Direitos de Crédito que observem, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade indicados a seguir:

- a) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cujo Cliente possua dívida vencida e não paga perante o Fundo;
- b) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cuja data de vencimento seja posterior à Data de Resgate fixada no Suplemento ao Regulamento relativo à Primeira Emissão de Quotas Sênior; e
- c) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito que estejam em desacordo com os Limites Máximos de Concentração conforme Anexo III do Regulamento;
- d) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não devem ter apontamentos cadastrais no SERASA indicando: "Concordata Requerida", "Concordata Deferida", "Falência Decretada", "Concordata Suspensiva", "Não Operar", "Intervenção", "CGCs Inaptos", e "Auto Falência";
- e) o prazo de vencimento da Operação de Mútuo em questão não poderá fazer com que, após a aquisição pelo Fundo, a média ponderada dos prazos de vencimento dos Direitos de Crédito seja superior a 548 (quinhentos e quarenta e oito) dias;



$$PM = \frac{\sum_{i=1}^n \text{Valor (i)} \times \text{Prazo (i)}}{\sum_{i=1}^n \text{Valor (i)}}$$

onde:

PM = Prazo médio em dias corridos;

Valor = Valor da parcela na data de vencimento (no caso de Direito de Crédito pré-fixado) ou o valor de cada parcela do saldo devedor na data (no caso de Direito de Crédito pós -fixado);

Prazo = Prazo, em dias corridos, entre a data de cálculo e data de vencimento;

N = Quantidade de parcelas a serem pagas com relação aos Direitos de Crédito em questão.

f) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito tenham sido classificados pelo Cedente (excluindo as respectivas Garantias) como AA, A, B ou C, de acordo com a Política de Crédito do Cedente; e

g) Direitos de Crédito decorrentes de Operações de Mútuo que, incluindo as respectivas Garantias, sejam classificadas pelo Cedente como AA, A, B ou C, de acordo com a Política de Crédito do Cedente.

2.1.1. O Custodiante verificará os Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade acima indicados no momento imediatamente anterior a cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo.

2.1.2. O não atendimento aos Critérios de Elegibilidade em momento posterior à data de cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Cedente, o Administrador e/ou o Custodiante.

2.2. Fica esclarecido, ainda, que (i) durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do Fundo contados da Primeira Data de Emissão e (ii) durante os 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o pagamento da última parcela de amortização das Quotas Sênior em circulação, os Limites Máximos de Concentração e



Alocação Mínima de Investimento não precisarão ser observados pelo Fundo. No 91º (nonagésimo primeiro) dia após a Primeira Data de Emissão (ou no Dia Útil imediatamente seguinte), o Custodiante colocará à disposição do Administrador, no website www.itaucustodia.com.br, relatório contendo os Limites Máximos de Concentração.

2.2.1. Caso o Fundo esteja desenquadrado dos Limites Máximos de Concentração, o Fundo terá o prazo de 30 (trinta) dias para ser reenquadrado aos Limites Máximos de Concentração. Para tanto, o Cedente se obriga, a ceder e/ou recomprar Direitos de Crédito para ou do Fundo, conforme o caso, e o Fundo se obriga a ceder e/ou comprar Direitos de Crédito para ou do Cedente, conforme o caso, de modo que ao fim de tal prazo os Limites Máximos de Concentração sejam observados.

2.3. O Administrador comunicará ao Custodiante, com 5 (cinco) dias de antecedência, em qual data o Fundo (i) observará plenamente todos os Limites Máximos de Concentração previstos no Regulamento; e (ii) deixará de observar os Limites Máximos de Concentração previstos no Regulamento.

2.4. Exceto no caso previsto na cláusula 2.2 acima (quando os procedimentos nele previstos deverão ser observados), na hipótese de desenquadramento da Carteira com relação a qualquer dos Limites Máximos de Concentração, o Fundo poderá continuar suas atividades, adquirindo Direitos de Crédito durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira desde que observado o seguinte: (i) o desenquadramento ainda não constitua um Evento de Avaliação; (ii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira estejam enquadrados com relação a todos os demais Critérios de Elegibilidade, todas as Condições de Cessão e todos os demais Limites Máximos de Concentração; e (iii) as aquisições não devem resultar em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionar qualquer outro desenquadramento na Carteira.

2.5. Sem prejuízo do disposto na cláusula 2.1 deste Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente somente poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que observem às seguintes Condições de Cessão:

- a) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, nos quais o valor total das Garantias seja superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito, devem ter fornecido ao Cedente cópia de suas demonstrações financeiras relativas aos 2 (dois) últimos exercícios sociais encerrados anteriormente à data da contratação



da respectiva Operação de Mútuo;

b) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, nos quais o valor total das Garantias seja igual ou inferior a 150% (cento e cinquenta por cento) do valor de face dos respectivos Direitos de Crédito, devem ter fornecido ao Cedente cópia de suas demonstrações financeiras relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados anteriormente à data da contratação da respectiva Operação de Mútuo;

c) no mínimo 100% (cem por cento) do valor das parcelas das Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverá estar amparado por Garantias, sendo utilizado para tal cálculo os percentuais do valor dos bens dados em garantia constantes da tabela que consta da Cláusula 2.5.1. abaixo;

d) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não podem estar em atraso com o pagamento de qualquer obrigação perante o Cedente por período superior a 5 (cinco) Dias Úteis, exceto se o valor total dos pagamentos em atraso for inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais);

e) os Clientes e as Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito estão classificados como risco Médio ou Baixo de acordo com o Procedimento de Sustentabilidade do Cedente (MPG 10.000.R01);

f) o Cedente tenha analisado as informações sobre o Cliente obtidas junto ao SERASA e, caso tais informações incluam qualquer referência a atraso em pagamentos ou qualquer outra informação negativa sobre o respectivo Cliente, o Cedente tenha realizado investigação complementar com os credores de tais operações identificadas para verificar as razões de tal atraso ou de tal informação negativa e, após tal análise, o Cedente tenha concluído com base na boa prática bancária que não há motivos para restringir o crédito a tal Cliente;

g) Direitos de Crédito cujas respectivas Operações de Mútuo: (i) prevejam pagamento em parcelas mensais, (ii) sejam classificadas como mútuo parcelado ou operações que venham a substituir, (iii) não sejam operações objeto de renegociação na forma da Resolução 2.682/99 ou regulamentação que venha a substituí-la ou, ainda, não sejam classificadas como "recomposição de dívida" de acordo com Política de Créditos do Cedente (caso tal classificação seja mais conservadora que a prevista na Resolução 2.682/99);



h) Direitos de Crédito cujo respectivo período de carência não exceda 9 (nove) meses e já tenha se encerrado, e, ainda, tenha o histórico de pagamento de no mínimo 1 (uma) parcela da Operação de Mútuo pelo respectivo devedor;

i) os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não podem exercer ou de qualquer outra forma estar relacionados a qualquer Atividade Excluída, bem como não podem utilizar os recursos recebidos em virtude das Operações de Mútuo, direta ou indiretamente, em qualquer Atividade Excluída;

j) o Cedente tenha realizado análise e verificação completa das Garantias vinculadas às Operações de Mútuo relativas aos Direitos de Crédito, nos termos usualmente praticados pelo Cedente;

k) durante os primeiros 3 (três) meses contados da primeira data de integralização de Quotas Sênior, cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá, considerado de forma isolada do resto da Carteira do Fundo, observar os Limites Máximos de Concentração previstos no Regulamento;

l) após o final do 3º (terceiro) mês imediatamente seguinte à primeira data de integralização de Quotas Sênior, cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá, considerando a Carteira do Fundo no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data de referida cessão, observar os Limites Máximos de Concentração previstos no Regulamento;

m) as Cédulas de Crédito Bancário que formalizam as Operações de Mútuo devem conter cláusula através da qual cada um dos Clientes autoriza o Cedente a realizar o débito, em suas contas de depósito, dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas nas Operações de Mútuo;

n) Direitos de Crédito cujo prazo original não exceda 4 (quatro) anos, observado o disposto na Cláusula 2.5.2. abaixo;

o) o Preço de Aquisição do Direito de Crédito é igual ao valor do principal desembolsado acrescido dos juros efetivamente incorridos até a data da



aquisição, deduzido dos valores pagos pelos respectivos devedores até a data da aquisição;

p) cada conjunto de Operações de Mútuo a ser cedido para o Fundo pelo Cedente (assim compreendidas todas as Operações de Mútuo objeto de um mesmo Termo de Cessão a serem cedidas ao Fundo na forma do Contrato de Promessa de Cessão) deverá apresentar sobretaxa mínima média igual ou superior à indicada na tabela abaixo:

Razão de Garantia do Fundo (definida na forma do item 17.1.1 do Regulamento)	Sobretaxa média mínima das Operações de Mútuo sobre a Taxa DI (em percentual ao ano)
23%	8
24%	7
25%	6
26%	4,75
27%	3,75
28%	3

q) Direitos de Crédito originados, formalizados e cobrados de acordo com a Política de Crédito do Cedente;

r) O saldo devedor por Clientes cuja exposição do Fundo seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) não deve exceder 15% (quinze por cento) da Carteira do Fundo; e

s) Com relação a Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo durante o primeiro ano contado a partir da data da liquidação financeira da Oferta Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão, o valor total dos Direitos de Crédito cujas Garantias sejam constituídas sob a forma de cessão de direitos creditórios não-performados (relativos a bens ou serviços a serem fornecidos/prestados no futuro) (tais Direitos de Crédito, os "Direitos de Crédito com Garantia Futura"), não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo.

2.5.1. Para fins do disposto na Cláusula 2.5., o valor a ser atribuído às Garantias vinculadas aos Direitos de Crédito deverá ser calculado observando-se os percentuais constantes da tabela abaixo:

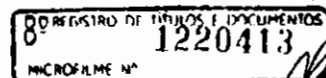


Tipo de Garantia:	Percentual Atribuído
CDs (Cash)	100%
Cheques	100%
Direitos Creditórios Performados	100%
Direitos Creditórios Performados ("sem trava")	100%
Direitos Creditórios Futuros	100%
Cessão Fiduciária de Créditos	100%
Hipoteca	100%
Alienação Fiduciária de Imóveis	100%
Recebíveis	100%
Undertake (garantia com depósito de recursos em conta vinculada)	100%
Alienação Fiduciária de Veículos	100%
Alienação Fiduciária de Equipamentos	100%
Alienação Fiduciária de Estoques	100%
Penhor de Veículos	25%
Penhor de Estoques	25%
Cédula de Crédito Bancário	0%
Aval	0%
Penhor Pecuário	0%
Notas Promissórias	0%
Participações Societárias/Ações	0%

2.5.2. A Condição de Cessão prevista na alínea "n" da Cláusula 2.5. acima somente deverá ser observada após o período de 1 (um) ano após a data da constituição do Fundo.

2.5.3. Para os Direitos de Crédito com taxa pré-fixada será calculada, para os fins do disposto na alínea "p" acima, a taxa equivalente à Taxa DI mais sobretaxa





utilizando para tanto o prazo médio dos Direitos de Crédito do referido conjunto de Operações de Mútuo e a Taxa DI futura relativa ao prazo médio conforme divulgada por Taxa Referencial BM&F (DI x Pré).

2.5.4. Para fins do disposto na alínea "r", o número de Clientes deverá ser calculado considerando-se apenas o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

2.5.5. Para fins do disposto na alínea "s", observado o limite previsto no item (ii) abaixo, após tal período de 1 (um) ano, o percentual acima referido deverá ser aumentado em 5% (cinco por cento) e assim sucessivamente a cada aniversário da data da liquidação financeira da Oferta Pública de Quotas Sênior da Primeira Emissão, sendo certo que:

(i) O resultado da divisão do (A) valor total das provisões feitas pelo Fundo para Direitos de Crédito com Garantia Futura; pelo (B) valor total dos Direitos de Crédito com Garantia Futura não exceda o resultado da divisão do (A) valor total das provisões feitas pelo Fundo para Direitos de Crédito cujas Garantias sejam constituídas sob a forma de cessão de direitos creditórios já performados (relativos a bens ou serviços já fornecidos/prestados) (tais Direitos de Crédito, os "Direitos de Crédito com Garantia Performada"); pelo (B) valor total dos Direitos de Crédito com Garantia Performada; e

(ii) o valor total das parcelas dos Direitos de Crédito com Garantia Futura não poderá em nenhum momento exceder 70% (setenta por cento) da Carteira do Fundo.

A classificação de Direitos de Crédito com Garantia Performada ou Direitos de Crédito com Garantia Futura é realizada no momento da aquisição do respectivo Direito de Crédito pelo Fundo e não é alterada após tal aquisição.

2.5.6. A verificação quanto ao atendimento das Condições de Cessão será feita pelo Cedente, o qual confirmará tal atendimento ao Administrador, nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão.

2.6. Na hipótese de aquisição de Direitos de Crédito em inobservância e/ou em desacordo com o disposto nesta Cláusula II, aplicar-se-á o disposto na Cláusula VI abaixo.

CLÁUSULA III - PROCEDIMENTOS DE OFERTA DE DIREITOS DE CRÉDITO



E DE FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

3.1. A cessão dos Direitos de Crédito do Cedente ao Fundo será considerada formalizada na data de assinatura de cada Termo de Cessão, na forma do Anexo I a este Contrato de Promessa de Cessão, que deverá ocorrer somente após a verificação, pelo Custodiante, do cumprimento dos Critérios de Elegibilidade.

3.2. A formalização da cessão observará as seguintes etapas:

- a) o Cedente, na data em que ofertar Direitos de Crédito ao Fundo, enviará, até às 12h00, ao Custodiante arquivo em formato eletrônico pré-estabelecido, contendo as informações relativas aos Direitos Creditórios que está disposto a ceder ao Fundo ("Potencial de Cessão").
- b) o Administrador informará até 12h30, mediante preenchimento de boleto eletrônico de aquisição de Direitos de Crédito disponível no website www.itaucustodia.com.br, o montante de recursos disponíveis para aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, observados os termos do Regulamento.
- c) atendidos os subitens (a) e (b) acima, o Custodiante fará a verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade, mediante informações que constarem nos arquivos eletrônicos enviados pelo Cedente.
- d) concluído o procedimento de verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante (i) colocará à disposição do Administrador e do Cedente, no website www.itaucustodia.com.br relatórios de Direitos de Crédito que atendem aos Critérios de Elegibilidade, individualmente identificados, e Direitos de Crédito que não atendem a algum dos Critérios de Elegibilidade; e (ii) enviará ao Cedente arquivo retorno, em formato eletrônico pré-estabelecido, contendo as informações relativas aos Direitos de Crédito que atendem e os que não atendem os Critérios de Elegibilidade, identificando os motivos da rejeição.
- e) o somatório do Preço de Aquisição, a ser pago pelo Fundo em moeda corrente nacional, não poderá ser superior ao Potencial de Cessão apurado na Data de Oferta.

3.3. A cessão formalizada na forma desta Cláusula será irrevogável e irretratável, com a



transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todas as Garantias, direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

3.4. As vias originais de cada Termo de Cessão serão registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e da sede do Cedente, de acordo com os procedimentos descritos a seguir:

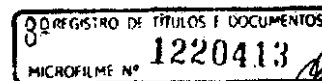
- a) no Dia Útil imediatamente seguinte à conclusão dos procedimentos previstos na cláusula 3.2, "d" acima, o Administrador preencherá e encaminhará ao Cedente, 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão a serem assinadas pelo Cedente dentro de até 7 (sete) Dias Úteis contados de seu recebimento;
- b) após a assinatura das 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão pelo Cedente, este devolverá ambas as vias para o Administrador providenciar sua assinatura e registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador e do Cedente dentro de até 7 (sete) Dias Úteis contados de seu recebimento pelo Administrador; e
- c) Após o registro, o Administrador enviará 1 (uma) via original do Termo de Cessão ao Cedente, retendo a via restante, que permanecerá em sua posse.

3.4.1. Os custos e despesas de cartório incorridos pelo Administrador com os registros mencionados nesta Cláusula são de exclusiva responsabilidade do Fundo e serão reembolsados imediatamente pelo Fundo, mediante a apresentação, pelo Administrador, dos respectivos comprovantes de custos e despesas.

3.5. O Cedente manterá sob sua custódia, diretamente ou por meio da contratação de terceiros qualificados, às suas expensas, as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos e para os efeitos dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Custodiante e do Fundo durante o prazo de duração do Fundo.

3.5.1. Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e significativo volume de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, observando os critérios fixados no item 23.4.2 do Regulamento, comunicando o resultado desta verificação ao Administrador, aos Auditores Independentes, ao Cedente, à Agência Classificadora de Risco do Fundo e ao IFC. Independentemente do





disposto acima, o IFC, o Administrador, o Custodiante, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento do Cedente, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, de forma a verificar a sua existência, manutenção e conformidade com as Condições de Cessão.

3.5.2. O Cedente se obriga a dar pronto e pleno atendimento ao Custodiante, desde que mediante solicitação com pelo menos 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, ou às empresas autorizadas contratualmente a ter acesso aos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito.

CLÁUSULA IV - PREÇO DE AQUISIÇÃO

4.1. Pela aquisição de Direitos de Crédito o Fundo pagará ao Cedente, conforme orientação do Administrador, em moeda corrente nacional, o preço de aquisição correspondente ao valor do principal da Operação de Mútuo efetivamente desembolsado acrescido dos juros efetivamente incorridos até a data da aquisição pelo Fundo, deduzido dos valores pagos pelos respectivos devedores até a data da aquisição do respectivo Direito de Crédito pelo Fundo ("Preço de Aquisição").

CLÁUSULA V - FORMA DE PAGAMENTO E DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES

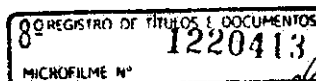
5.1. Todos os pagamentos devidos nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão deverão ser feitos em moeda corrente nacional, por meio de recursos imediatamente disponíveis, da seguinte forma:

- a) se devidos ao Fundo, mediante crédito na Conta Autorizada do Fundo, mantida no Itaú Unibanco S.A., de titularidade do Fundo, a ser informada pelo Custodiante ao Administrador, por escrito; e
- b) se devidos ao Cedente, mediante crédito em conta corrente, mantida no Banco Industrial e Comercial S.A., de titularidade do Cedente, ou em outra conta, a ser informada pelo Cedente ao Administrador, por escrito;

5.1.1. Os pagamentos efetuados em contas correntes outras que não aquelas indicadas na cláusula 5.1 acima, serão considerados ineficazes em relação ao respectivo beneficiário, estando o devedor sujeito a refazer o pagamento na conta corrente competente.

5.2. Os pagamentos serão sempre realizados mediante disponibilidade de recursos à





vista, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outro meio de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, valendo o extrato de conta corrente como prova de pagamento ou recibo de quitação.

5.3. Os valores eventualmente recebidos pelo Cedente, decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo pelos Clientes, serão acolhidos pelo Cedente e deverão ser transferidos para a Conta Autorizada do Fundo no Dia Útil seguinte ao respectivo recebimento, em fundos imediatamente disponíveis, acompanhados das informações constantes de layout pré-estabelecido pelo Custodiante, a serem enviadas por meio eletrônico.

5.4. Os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os pagamentos que as Partes devam efetuar uma à outra nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão serão suportados por quem seja o sujeito passivo da obrigação tributária.

CLÁUSULA VI - RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

6.1. Considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer Direito de Crédito, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia ao Cedente e sem qualquer ônus e/ou custo para o Fundo, na hipótese de ocorrência dos seguintes Eventos de Resolução:

- a) caso qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo seja reclamado por terceiros que comprovadamente sejam titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do referido Direito de Crédito pelo Fundo;
- b) caso seja verificada, a qualquer tempo, pelo Cedente, pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, que qualquer Direito de Crédito e/ou suas respectivas Garantias não possuem origem legal ou não sejam devidamente amparados por Documentos Comprobatórios;
- c) caso seja constatado que qualquer Direito de Crédito tenha sido adquirido pelo Fundo sem o devido atendimento às Condições de Cessão e/ou aos Critérios de Elegibilidade; ou
- d) caso qualquer Direito de Crédito não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento, pelo Cedente, de suas obrigações por comprovado dolo, culpa ou má-fé do Cedente.



6.2. Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente deverá notificar o Administrador, por meio de correio eletrônico com aviso de entrega, seguido de carta com aviso de recebimento, sobre a ocorrência de qualquer dos eventos acima, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da data em que o Cedente tomar conhecimento do Evento de Resolução.

6.3. Independentemente do envio da comunicação referida na cláusula 6.2 acima, o Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à comunicação de qualquer Evento de Resolução, o montante correspondente ao valor do principal da Operação de Mútuo efetivamente desembolsado para o respectivo devedor, acrescido dos juros efetivamente incorridos até a data do efetivo pagamento ao Fundo, deduzido dos valores pagos pelos respectivos devedores até então. Nesse caso o Cedente subrogar-se-á, automaticamente, em todos os direitos inerentes ao Direito de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão.

CLÁUSULA VII – DA RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

7.1. Enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente poderá (sem estar a tanto obrigado) recomprar, mediante pagamento em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos de Crédito (inclusive os Direitos de Créditos Inadimplidos) de titularidade do Fundo, por meio de simples notificação, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis, enviada ao Administrador.

7.1.1. A recompra de Direitos de Crédito ou Direitos de Crédito Inadimplidos pelo Cedente deverá ser formalizada por meio do Termo de Recompra, cujo modelo consta do Anexo II ao presente Contrato de Promessa de Cessão.

7.1.2. Nessa hipótese, o Cedente deverá adquirir e pagar pela totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Administrador, da comunicação referida no item 7.1 acima.

7.1.3. Em tal caso, o preço de recompra será o valor pelo qual os Direitos de Crédito estão registrados na contabilidade do Fundo na data do efetivo pagamento. Em qualquer hipótese, o preço de recompra deverá garantir o pagamento integral do valor de resgate das Quotas Sênior em circulação, calculado nos termos do item 19.2.6.1 do Regulamento.

7.2. No ato de pagamento da cessão de Direitos de Crédito ou de Direitos de Crédito

Inadimplidos, o Fundo deverá transferir ao Cedente eventuais Documentos Comprobatórios que estejam sob sua guarda.

7.3. Fica autorizada a compensação dos valores devidos pelo Cedente ao Fundo, a título de preço de recompra de Direitos de Crédito ou Direitos de Crédito Inadimplidos, com valores devidos pelo Fundo ao Cedente, em razão da aquisição de outros Direitos de Crédito ou de tributos eventualmente devidos, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil.

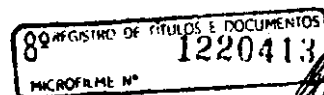
CLÁUSULA VIII - DA COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO E AS CONDIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO JUNTO AOS CLIENTES

8.1. O Cedente efetuará a cobrança dos Direitos de Crédito nas respectivas data de pagamento, bem como efetuará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

8.1.1. Observadas as disposições do presente Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente obriga-se a:

- a) realizar o débito dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas em cada uma das Operações de Mútuo das contas de depósito dos Clientes mantidas junto ao Cedente, conforme autorizado nos Documentos Comprobatórios;
- b) receber os recursos provenientes dos pagamentos das Operações de Mútuo na Conta Centralizadora do Cedente e transferi-los à Conta Autorizada do Fundo no Dia Útil imediatamente seguinte ao recebimento dos mesmos pelo Cedente;
- c) realizar a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, acrescido de juros de mora e, quando for o caso, multa contratual e correção monetária, conforme originalmente contratados à época da cessão dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo, observados ainda os limites legais aplicáveis;
- d) realizar acordos judiciais e extrajudiciais na melhor forma de direito, direta ou indiretamente, por meio de terceiros subcontratados, sempre em nome do Fundo e atuando como mandatário deste e observadas as práticas jurídicas adequadas e no melhor interesse do Fundo;
- e) apresentar para o Fundo e ao Administrador, relatórios sobre os Direitos de

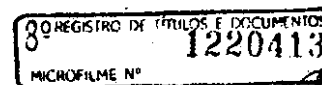




Crédito Inadimplidos cuja cobrança lhe tenha sido confiada, sempre que solicitado, indicando, pormenorizadamente, a situação de cada Direito de Crédito Inadimplido, segundo padrões de relatórios que deverão ser previamente estabelecidos pelas Partes;

- f) realizar as medidas judiciais cabíveis com objetivo de defender os interesses do Fundo, tais como mas não se limitando a: distribuir ações judiciais de cobrança, acompanhar os incidentes processuais decorrentes, cumprir as cartas precatórias, defender o Fundo em ações de desconstituição de títulos, embargos à execução e demais ações autônomas ou incidentais assemelhadas, bem como entregar ao Fundo e ao Administrador, sempre que solicitado, relatórios sobre o andamento dos processos de cobranças judiciais sob sua responsabilidade e informar, imediatamente após a solicitação, por escrito, do Fundo ou do Administrador, o andamento desses processos nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão, bem como enviar cópias das principais peças processuais, quando solicitado;
- g) prestar contas ao Administrador e ao Fundo dos valores pagos ao Fundo e dos Direitos de Crédito Inadimplidos entregues para cobrança, nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão e do Regulamento;
- h) observar integralmente o contido neste Contrato de Promessa de Cessão e no Regulamento, especialmente quanto aos prazos e condições estipulados para a prestação dos serviços estabelecidos na política de cobrança;
- i) responder integralmente pelos danos causados por seus funcionários, prestadores de serviços, subcontratados, ou ainda quaisquer terceiros à sua ordem ou sob sua responsabilidade, ao Administrador, ao Fundo e aos Clientes, desde que tenham comprovadamente atuado em desacordo com o presente Contrato de Promessa de Cessão;
- j) salvo determinação expressa e por escrito do Fundo, não receber bens como forma de pagamento;
- k) prestar todas as informações que lhe forem solicitadas, referentes aos Clientes cuja cobrança lhe foi solicitada, ainda que a mesma já tenha sido encerrada ou transferida; e
- l) caso venha a receber valores diretamente de quaisquer dos Clientes ou garantidores dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o fará na





qualidade de fiel depositário de tais valores, para os fins dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, desde já se comprometendo a comunicar tal fato ao Fundo, bem como a transferir ao Fundo, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis da verificação do respectivo recebimento, sem qualquer dedução, retenção ou desconto.

8.2. O Cedente poderá, às suas expensas, contratar terceiros para a realização da cobrança judicial e extrajudicial dos Clientes, sem prejuízo de suas responsabilidades, e, neste caso, deverá dar prévia ciência ao Fundo e ao Administrador acerca de possíveis contratações.

8.3. O Fundo arcará com todas as despesas que porventura venham a ser incorridas com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso, arcando o Cedente com o encargo de fiel depositário dos valores recebidos em virtude dessa cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos enquanto não repassados para a Conta Autorizada do Fundo.

8.4. Por exclusiva decisão do Administrador, o Fundo poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade do Cedente em efetivar os procedimentos de cobrança; (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (iii) do descumprimento dos termos deste Contrato de Promessa de Cessão. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo, nos termos deste Capítulo.

8.5. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, os titulares das Quotas Sênior, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do item 13.2.1 do Regulamento, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Sênior, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Quotas Sênior, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.



8.6. Todos os custos e despesas referidos neste artigo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Sênior em circulação, não estando o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste artigo.

8.6. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Administrador antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este artigo e da assunção pelos titulares das Quotas Sênior do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

8.7. O Administrador, o Custodiante, o Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste artigo.

8.8. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos desta cláusula VIII, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

8.9. Caso o Cedente seja destituído da função de agente de cobrança dos Direitos de Crédito, nos termos deste Contrato e do Regulamento, o Cedente deverá (i) observar as instruções do Administrador para transferência das atividades de agente cobrador para o substituto em questão, bem como as instruções para desempenho de tal função pelo novo agente cobrador indicado; e (ii) fornecer quaisquer documentos e/ou informações, inclusive os Documentos Comprobatórios, conforme solicitado pelo Administrador para conclusão da transferência.



8.10. São hipóteses de substituição obrigatória do Cedente da função de agente cobrador ("**Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador**"):

- (i) descumprimento pelo Cedente das exigências referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado impostas pelas normas do Banco Central e do CMN; e
- (ii) comprovação (que, a título de esclarecimento, não precisará ser através de decisão judicial) de falsidade, em qualquer aspecto relevante, de qualquer declaração ou garantia prestada pelo Cedente neste Contrato de Promessa de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual o Cedente seja parte.

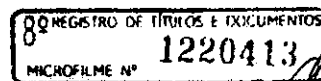
8.11. Na ocorrência de qualquer Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, nos termos do Regulamento, para deliberar sobre a substituição do Cedente como Agente Cobrador.

8.11.1. O Cedente deverá notificar, por escrito, o Administrador e o Custodiante da ocorrência de qualquer das Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador indicadas acima de que tenha conhecimento, dentro do prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência de uma das referidas hipóteses.

8.11.2. Na Assembleia Geral que deverá ser convocada pelo Administrador, de acordo com o disposto no Regulamento, quando da ocorrência de qualquer Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador (i) deverão ser apresentados aos Quotistas os detalhes sobre a Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador, e (ii) deverão os quotistas determinar a substituição do Cedente como Agente Cobrador dos Direitos de Crédito do Fundo.

8.11.3. Sem prejuízo do disposto acima, caso, até a data de realização da Assembleia Geral de Quotistas, o Cedente tenha curado o evento a que referem os subitens (i) e/ou (ii) da Cláusula 8.10. acima, o referido evento não será considerado uma Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador para os fins deste Contrato e do Regulamento. Não obstante o acima disposto, fica preservado o direito dos Quotistas de aprovarem na referida Assembleia Geral a substituição do Cedente na qualidade de Agente Cobrador dos Direitos de Crédito.





CLÁUSULA IX – EVENTOS DE AVALIAÇÃO CONTRATUAL E DE RESILIÇÃO CONTRATUAL

9.1 São considerados Eventos de Avaliação Contratual quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle acionário do Cedente, em relação à estrutura societária que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente;
- b) alteração do objeto social do Cedente, de forma que o Cedente não esteja mais habilitado a conceder empréstimos ou financiamentos a seus Clientes por meio da realização de Operações de Mútuo;
- c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, tutela antecipada, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- d) caso ocorra um Evento de Exercício;
- e) caso o Cedente deixe de cumprir as exigências referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado impostas pelas normas do Banco Central e do CMN; ou
- f) na ocorrência de rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuída às Quotas Sênior para classificação inferior a "BBB", de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco.

9.2. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação Contratual, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral, nos termos do Regulamento, para deliberar sobre as providências a serem tomadas, inclusive, mas não se limitando, sobre a eventual resilição deste Contrato de Promessa de Cessão.

9.2.1. O Cedente deverá notificar, por escrito, o Administrador e o Custodiante da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação Contratual indicados acima de que tenha conhecimento, dentro do prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência de um Evento de Avaliação Contratual.



9.2.2. Na Assembléia Geral que deverá ser convocada pelo Administrador, de acordo com o disposto no Regulamento, quando da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação Contratual (i) deverão ser apresentados aos Quotistas os detalhes sobre o Evento de Avaliação Contratual, e (ii) deverão ser decididas quais as providências a serem adotadas, incluindo, mas não se limitando, se tal Evento de Avaliação Contratual constitui um Evento de Resilição Contratual.

9.2.3. Caso o Evento de Avaliação Contratual seja aquele previsto no item 9.1(d) acima, a Assembléia Geral a ser realizada para deliberar se o Cedente será substituído da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito será realizada após o IFC figurar como Quotista Sênior do Fundo (caso algum Quotista Sênior tenha exercido o Direito de Venda de Quotas Sênior na forma do Regulamento).

9.3. São considerados Eventos de Resilição Contratual quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Cedente;
- b) comprovação documental de que o Cedente tenha (i) emitido ou permitido, com culpa ou dolo, a emissão de Documentos Comprobatórios para origem de Direitos de Crédito sem lastro ou permitido a emissão de Cédulas de Crédito Bancário ou constituição de Garantias sem validade ou com vício de constituição ou (ii) oferecido, ao Fundo, Direitos de Crédito sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à sua oferta ao Fundo, ou que tenham sido objeto de outra cessão para terceiros;
- c) conclusão da liquidação do Fundo, após deliberação da Assembléia Geral;
- d) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam inviabilizar a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior, conforme definido no Regulamento;
- e) descumprimento, pelo Cedente, de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Contrato de Promessa de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, desde que,



comunicado para sanar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação (exceto em caso de descumprimento da obrigação de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas para restabelecer a Razão de Garantia, na forma do item 17.1 do Regulamento, ou em caso de constatação de falsidade de qualquer declaração ou garantia prestada pelo Cedente em tais contratos, casos em que tal prazo de cura não será aplicável e um Evento de Resilição Contratual será automaticamente caracterizado); ou

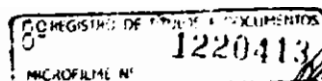
- (f) deliberação pela Assembleia Geral que um Evento de Avaliação Contratual deve ensejar a resilição do presente Contrato.

9.4. Na ocorrência de qualquer Evento de Resilição Contratual:

- (i) este Contrato de Promessa de Cessão será automaticamente resilido, observado que as seguintes cláusulas permanecerão em vigor até a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior em circulação pelo Fundo: Cláusula 2.2.1, Cláusula 2.6, Cláusula V, Cláusula VI, Cláusula VIII (enquanto o Cedente for o agente cobrador dos Direitos de Crédito), Cláusula XI, Cláusula XII, Cláusula XIII, Cláusula XIV, Cláusula XV, Cláusula XVI, Cláusula XVII e Cláusula XVIII; e
- (ii) caberá aos Quotistas o direito de destituir o Cedente da função de agente cobrador dos Direitos de Crédito, por deliberação da Assembleia Geral.

9.5. Adicionalmente, as Partes permanecerão obrigadas ao integral e pontual cumprimento das obrigações que até então tiverem assumido em qualquer Termo de Cessão, observado que a resilição deste Contrato de Promessa de Cessão não prejudicará o direito da outra Parte de exigir o cumprimento de tais obrigações e de outros remédios legais descritos neste documento. Na hipótese de resilição deste Contrato de Promessa de Cessão, o Fundo deverá notificar o Cedente, o Custodiante e o Administrador, imediatamente e por escrito.

9.6. Na hipótese de resilição deste Contrato de Promessa de Cessão, todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelas Partes no âmbito deste Contrato de Promessa de Cessão até o momento da referida resilição, inclusive a obrigação do Cedente de atuar na qualidade de agente cobrador dos Direitos de Crédito (ressalvado o direito dos Quotistas de destituí-lo de tal função nos termos do presente Contrato e do Regulamento) permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos,



até o resgate integral das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas.

9.7. Sem prejuízo do acima disposto, o Cedente poderá rescindir este Contrato de Promessa de Cessão mediante comunicação enviada ao Administrador e ao Custodiante com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data de rescisão, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para qualquer das Partes, na criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Promessa de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso ou ilegal.

9.8. O exercício do direito de rescisão de que trata o item 9.7 acima não eximirá o Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão com relação aos Direitos de Crédito que já façam parte da carteira do Fundo na data em que tal rescisão se tornar eficaz, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações.

CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES DAS PARTES

10.1. O Cedente, devidamente representado na forma de seu estatuto social, declara e assegura ao Administrador e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato de Promessa de Cessão, que:

- a) é instituição financeira validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração deste Contrato, à assunção e ao cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais e estatutários necessários para tanto;
- c) é legítimo e único titular dos direitos e títulos representativos dos Direitos de Crédito, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento;
- d) que os Direitos de Crédito e os títulos representativos estão livres e



desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames;

- e) os representantes legais que assinam este Contrato de Promessa de Cessão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- f) os Direitos de Crédito prometidos à cessão, assim como os que sejam efetivamente adquiridos pelo Fundo, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos de crédito por este adquiridos;
- g) suas demonstrações financeiras serão sempre auditadas por auditor independente devidamente registrado perante a CVM;
- h) sua situação econômica, financeira e patrimonial refletida nas demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária até a data em que esta declaração é feita não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa o cumprimento de suas obrigações aqui previstas;
- i) não há nenhum Evento de Avaliação Contratual ou Evento de Resilição Contratual em curso;
- j) não há qualquer ação ou procedimento administrativo, judicial ou arbitral em curso, pendente perante qualquer tribunal, árbitro ou autoridade governamental, contra o Cedente ou qualquer de seus ativos que possa afetar adversamente sua condição financeira ou sua legitimidade para executar suas obrigações decorrentes deste Contrato;
- k) até a presente data, o Cedente não foi intimado, citado, notificado ou recebeu qualquer informação de que os Direitos de Crédito sejam objeto de qualquer processo, execução ou protesto ou de que haja qualquer ação contra o Cedente ou movida pelo Cedente relativamente aos Direitos de Crédito;
- l) o valor de principal de cada Direito de Crédito foi efetivamente

2017
RICHARDO
CULIARI-SP

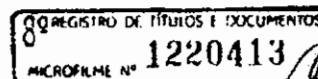
desembolsado ou disponibilizado pelo Cedente, não havendo qualquer obrigação de desembolso pendente, e todas as despesas relacionadas à originação dos Direitos de Crédito foram pagas e não são reembolsáveis aos Clientes quando do pagamento antecipado de qualquer Direito de Crédito ou em outro momento;

- m) os Documentos Comprobatórios ou relativos aos Direitos de Crédito não contêm qualquer restrição à promessa de cessão pactuada neste Contrato de Promessa de Cessão; e
- n) a celebração deste Contrato de Promessa de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de:
 - (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Promessa de Cessão, dos quais o Cedente e/ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam partes ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os direitos de crédito;
 - (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente e/ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; ou
 - (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete o Cedente ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade.

10.2. O Administrador, devidamente representado na forma de seus atos constitutivos, declara e garante na data de assinatura deste Contrato de Promessa de Cessão que:

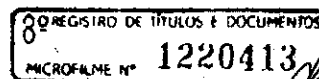
- a) o Fundo é um condomínio de recursos validamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a regulamentação e legislação aplicáveis;





- b) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento, de acordo com a legislação aplicável;
- c) a celebração deste Contrato de Promessa de Cessão e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- d) os representantes legais do Administrador que assinam este Contrato de Promessa de Cessão têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, todas e quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato de Promessa de Cessão e em qualquer Termo de Cessão ou Termo de Recompra;
- e) a celebração deste Contrato de Promessa de Cessão, dos Termos de Cessão e dos Termos de Recompra, bem como o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial: (i) de nenhum contrato ou instrumentos firmados anteriormente dos quais o Administrador, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de nenhuma das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que o Administrador, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; (iii) de nenhuma ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete o Administrador, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- f) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos da operação e da legislação aplicável; e
- g) a cessão dos Direitos de Crédito nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre o Cedente e o Fundo, assim como entre o Fundo e os Clientes.





CLÁUSULA XI - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão, o Cedente expressamente obriga-se a:

- a) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato de Promessa de Cessão cópias (i) do seu Estatuto Social; (ii) das deliberações societárias necessárias à contratação das obrigações ora assumidas; e (iii) dos mandatos outorgados a seus representantes, se houver;
- b) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance para que os Clientes devedores dos Direitos de Crédito honrem as suas obrigações;
- c) cumprir pontualmente com todas as obrigações previstas neste Contrato de Promessa de Cessão e no Regulamento, bem como em quaisquer outros contratos referentes à operacionalização e funcionamento do Fundo de que seja parte;
- d) adotar as providências para manter, no que lhe é pertinente, válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula X acima, mantendo o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou a incorreção da declaração;
- e) cumprir e fazer com que seus administradores, empregados, prepostos e prestadores de serviços cumpram os procedimentos estabelecidos pelo Cedente para a celebração de Operações de Mútuo que possam implicar na originção de Direitos de Crédito, devendo observar especialmente a Política de Crédito do Cedente que se encontra anexa ao Regulamento;
- f) praticar os atos que lhe sejam exigíveis, a fim de evitar que quaisquer Clientes, que possam originar Direitos de Crédito, pratiquem atos que possam, de qualquer forma, acarretar o não pagamento de quaisquer Direitos de Crédito ou o pagamento de Direitos de Crédito em contas diversas das especificadas, inclusive, mas não se limitando, no Regulamento ou neste Contrato de Promessa de Cessão;
- g) encaminhar, quando solicitado pelo Fundo, cópias devidamente auditadas por auditor independente de suas informações financeiras e contábeis

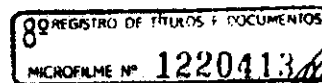
semestrais e/ou anuais, conforme o caso, no prazo legal;

- h) efetuar, de acordo com as regras contábeis aplicáveis nos termos da lei e regulamentação brasileiras, os respectivos lançamentos contábeis, necessários ao registro da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- i) aceitar a imediata devolução dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que não atendam aos Critérios de Elegibilidade ou às Condições de Cessão, ou que sejam objeto de um Evento de Resolução, restituindo ao Fundo o Preço de Aquisição recebido com relação a tais Direitos de Crédito, observados os termos e condições estabelecidos no Regulamento e neste Contrato de Promessa de Cessão;
- j) indenizar o Fundo em razão de incorreção e/ou falsidade comprovada de qualquer uma das declarações prestadas neste Contrato de Promessa de Cessão ou em qualquer Termo de Cessão, e/ou, ainda, em razão do descumprimento de obrigações estabelecidas neste Contrato de Promessa de Cessão;
- l) efetuar os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão definitiva, irrevogável e irretroatável, dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade do Brasil e com os normativos das demais autoridades competentes, bem como incluir nota explicativa em suas demonstrações financeiras descrevendo a operação realizada e os procedimentos contábeis adotados; e
- m) somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, em cada data de aquisição, às Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade.

11.2. Adicionalmente, nos termos do item 6.1.3 do Regulamento, o Cedente se obriga a ceder e/ou recomprar Direitos de Crédito do Fundo, para que o Fundo seja reenquadrado aos Limites Máximos de Concentração até o fim do prazo de 30 (trinta) dias previsto em tal item.

11.3. Em caso de conflito entre os dispositivos deste Contrato e o Regulamento, este último prevalecerá. Adicionalmente, as Partes se comprometem a sempre manter este Contrato de Promessa de Cessão em consonância com o Regulamento, devendo, caso ocorra qualquer alteração no Regulamento que conflite com as disposições deste





Contrato de Promessa de Cessão, nos termos acordados pela respectiva Assembléia Geral, modificá-lo para que reflita as alterações feitas no Regulamento, de forma a não prejudicar o funcionamento do Fundo.

CLÁUSULA XII – PENALIDADES

12.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato de Promessa de Cessão caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos:

- a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor; e
- b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor devido e não pago; e

12.2. As Partes comprometem-se, neste ato, individualmente, a indenizar e a ressarcir a Parte prejudicada por todas as perdas e danos incorridos, bem como por quaisquer custos ou despesas que a Parte prejudicada venha a comprovadamente sofrer e/ou incorrer em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, da Parte infratora e/ou de terceiros por ela contratados.

CLÁUSULA XIII – TUTELA ESPECÍFICA

13.1. O Cedente e o Fundo reconhecem, desde já, que este Contrato de Promessa de constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13.2. As obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato de Promessa de Cessão, serão exigíveis, se não houver estipulação de prazo específico, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte prejudicada. Será facultada à Parte prejudicada, ainda, a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.

13.3. Caso as Partes descumpram qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato de Promessa de Cessão e, notificada para sanar tal



inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo estabelecido, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato de Promessa de Cessão, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13.3.1. As obrigações de não fazer do Cedente decorrentes deste Contrato de Promessa de Cessão deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do artigo 642 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Promessa de Cessão.

13.4. As Partes, desde já, expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

CLÁUSULA XIV - CONFIDENCIALIDADE

14.1. As Partes obrigam-se a manter em sigilo e a respeitar a confidencialidade das Informações Confidenciais, ficando, desde já, estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas aos seus representantes e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes.

14.2. As Partes comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros, responsabilizando-se nos termos da legislação aplicável, por si e por quaisquer dos representantes, pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula.

14.3. Caso qualquer das Partes ou qualquer de seus representantes seja obrigado, em virtude de lei, decisão judicial, ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte deverá, após a divulgação (ou, se possível, previamente à divulgação), comunicar imediatamente as outras Partes a respeito dessa obrigação.

14.4. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações:



(i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação indevida das mesmas por qualquer das Partes ou por qualquer de seus representantes e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes ou de qualquer de seus Representantes antes de ter sido divulgada em função deste Contrato de Promessa de Cessão.

14.5. O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula não se aplicará à utilização, pelo Fundo, de Informações Confidenciais para (i) a elaboração dos documentos necessários à constituição do Fundo e concretização da emissão e distribuição pública das quotas de emissão do Fundo, (ii) quaisquer documentos relacionados ao funcionamento do Fundo e (iii) a execução deste Contrato de Promessa de Cessão.

14.6. O dever de confidencialidade previsto nesta cláusula sobreviverá ao término deste Contrato de Promessa de Cessão pelo prazo de 5 (cinco) anos e o seu descumprimento, durante a vigência do dever ora referido, sujeitará o infrator ao pagamento de indenização das perdas e danos que forem apuradas, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA XV – DAS COMUNICAÇÕES

15.1. Todas as comunicações entre as Partes e/ou as Partes Intervenientes deverão ser feitas sempre por escrito, inclusive quando destinadas ao encaminhamento de meios físicos que contenham documentos, comunicações, informações em formato magnético ou digital, e deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

a) para o Cedente:

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.048, 11º andar

São Paulo – SP

CEP 01310-100

At.: Sr. Marcos Kairuz

Tel.: (11) 2173-9461

Fax: (11) 2173-9049

Correio Eletrônico: marcos.kairuz@bicbanco.com.br

b) para o Fundo/Administrador:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar

São Paulo - SP
CEP 01009-905
At.: Sr. Antonio Joel Rosa
Tel.: (11) 3292-1400
Fax: (11) 3241-3831
Correio Eletrônico: joelrosa@concordia.com.br; concordia.sp@concordia.com.br

c) para o Custodiante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar – Torre Eudoro Vilela
São Paulo - SP
CEP 04344-902
At.: Sr. Simey Brandão
Tel.: (11) 5029-4846
Fax: (11) 5029-1880
Correio Eletrônico: simey.brandao@itau-unibanco.com.br

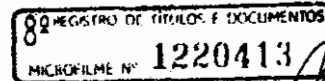
15.2. Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão devem ser emitidas com cópia para o Administrador e o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.

15.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via *fac-símile* ("call back"), via correio eletrônico ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via *fac-símile* ou via *e-mail*, ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CLÁUSULA XVI – DISPOSIÇÕES DIVERSAS

16.1. O presente Contrato de Promessa de Cessão começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o encerramento do Fundo ou até o momento em que seja resiliado nos termos da Cláusula IX acima, e seus efeitos permanecerão até o integral cumprimento das obrigações ora estabelecidas.





16.2. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato de Promessa de Cessão somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado pelas Partes e pelas Partes Intervenientes.

16.3. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato de Promessa de Cessão não cria nem estabelece qualquer relação comercial ou societária entre o Cedente e o Fundo.

16.4. As Partes celebram este Contrato de Promessa de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores a qualquer título.

16.5. Os Anexos a este Contrato de Promessa de Cessão são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvida ou discrepância entre o Contrato de Promessa de Cessão e quaisquer de seus Anexos, prevalecerá o disposto neste Contrato de Promessa de Cessão.

16.6. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a qualquer das Partes nos termos deste Contrato de Promessa de Cessão, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Promessa de Cessão.

16.7. Salvo disposição em sentido contrário prevista neste Contrato de Promessa de Cessão, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos e obrigações aqui previstos.

16.8. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato de Promessa de Cessão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA XVII – REGISTRO E NOTIFICAÇÃO DOS CLIENTES

17.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 3.4 acima, este Contrato de Promessa de Cessão e seus aditamentos serão levados a registro, pelo Fundo, nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede do Cedente e da sede do Administrador.



17.2. Fica desde já o Administrador autorizado, agindo em nome do Fundo e na qualidade de cessionário dos Direitos de Crédito cedidos na forma do presente Contrato, a notificar, em nome do Cedente e do Fundo, os devedores dos Direitos de Crédito, informando-os acerca da cessão ora pactuada, e instruindo-os a realizar os pagamentos dos respectivos Direitos de Crédito por eles devidos exclusivamente ao Fundo ou a quem este indicar. Para tanto, o Cedente autoriza o Administrador, agindo em nome do Fundo, a notificar os devedores dos Direitos de Crédito a respeito da cessão efetuada em virtude do presente Contrato, outorgando ao Administrador todos os poderes necessários para tanto.

17.3. Todos os custos e despesas de cartório incorridos com os registros e com o envio das notificações mencionados nesta Cláusula serão suportados exclusivamente pelo Fundo, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de custos e despesas.

CLÁUSULA XVIII – JURISDIÇÃO E LEI APLICÁVEL

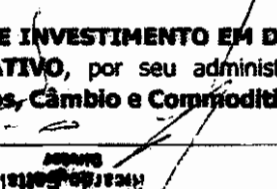
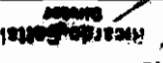
18.1. Este Contrato de Promessa de Cessão será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

18.2. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam este Contrato de Promessa de Cessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, subscritas por duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 19 de maio de 2010.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRÉDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO, por seu administrador **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**

Nome: 
Cargo: 
Ricardo Gattai
Diretor

Nome: 
Cargo: 
Antônio Joel Rosa
Diretor




REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MICROFILME Nº 1220413

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

Nome: 
Cargo: **Edêlso Barbosa Nóbrega, 5ª
Diretor Executivo**

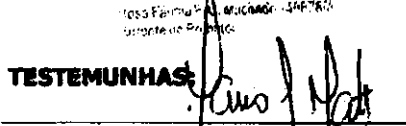
Nome: 
Cargo: **Carlos José Roque
Diretor Executivo**

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Nome: 
Cargo: **José Fernando de Azevedo, 4ª
Diretor Executivo**

Nome: 
Cargo:

TESTEMUNHAS:

Nome: 
RG: **Mauro Sérgio Mattos**
CPF: **178.009.188-03**
CPF/MF: **RG 22.588.008-7**

Nome: **Camille Fernandes de Araújo**
RG: **RG. 28.843.022-00 SSP/SP**
CPF/MF: **CPF: 330.882.278-38**

*Parte integrante do contrato de Promessa de
cessão e Aquisição de Direitos de Crédito
relativos a fiança outorgada de 17/05/60*

Registro de Títulos
e Documentos
e Civil
de Pessoas Jurídicas

RTD

Rua XV de novembro, 251
4º andar - Centro
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Fone (11) 3248-1080
CNPJ 88.311.893/0001-20

Emol. R\$ 34,31
Estado R\$ 8,78
SPESP R\$ 7,23
Reg. Civil R\$ 1,81
TJ - SP R\$ 1,81

Protocolado sob nº 1220413 em 21/08/2010 Registrado
em MICROFILME sob nº 1.220.413
do Registro de Títulos e Documentos

Tot. pg. R\$ 54,92
Selos e Taxas: 20% - 12%

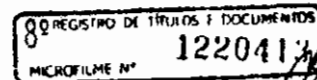
São Paulo - SP, 21 de maio de 2010
O Notário Público

O Notário Público



1220413





**ANEXO I AO CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

TERMO DE CESSÃO N.º [•]

Cedente: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

**Endereço: Avenida Paulista, n.º 1.048, 11º andar
São Paulo - SP**

CNPJ/MF: 07.450.604/0001-89

**Cessionário: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO**

CNPJ/MF: 11.793.914/0001-73

**Administrador: CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,
CÂMBIO E COMMODITIES**

**Endereço: Rua Líbero Badaró, n.º 435, 23º andar
São Paulo - SP**

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

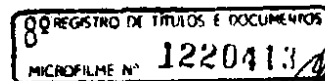
Preço de Aquisição: R\$ [•] ([•])

Taxa de Desconto: Equivalente à taxa de juros prevista no contrato representa cada um dos Direitos de Crédito cedidos.

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, o Cedente e o Cessionário, ambos devidamente representados pelos respectivos representantes legais, resolvem, de forma irrevogável e irretratável, celebrar este Termo de Cessão, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

1. As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Termo de Cessão terão o mesmo significado a elas atribuído no Contrato de Promessa Cessão. Todas as condições relativas à cessão dos Direitos de Crédito indicados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis anexo a este Termo de Cessão que não estejam expressamente estabelecidas neste Termo de Cessão encontram-se descritas no Contrato de Promessa de Cessão e aplicam-se à presente cessão.





2. Por este Termo de Cessão, o Cedente cede e transfere ao Cessionário, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação do Cedente, os Direitos de Crédito descritos no anexo a este documento, mediante crédito do respectivo Prego de Aquisição na Conta Centralizadora do Cedente, pelo que o Cedente dará ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.

3. O Cedente declara estar ciente do disposto na Lei n.º 9.613/98, sobre crimes de "lavagem de dinheiro", e normas complementares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e, ainda, que o representante do Fundo, por força da lei, está obrigado a comunicar ao Banco Central do Brasil a ocorrência de fatos previstos nas referidas normas.

4. O Cedente declara que os créditos ora cedidos atendem às Condições de Cessão definidas no Contrato de Cessão e no Regulamento.

5. O Cedente repete na presente data as declarações e garantias constantes da cláusula 10.1 do Contrato de Cessão.

6. A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretroatável, excluída expressamente a cláusula de arrependimento, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

7. Este Termo de Cessão será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

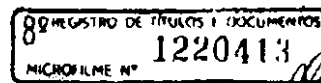
8. As Partes, por este Termo de Cessão, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Cessão, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As Partes assinam este Termo de Cessão em duas vias, de mesmo teor e forma, subscritas por duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.





1. _____ 2. _____
Por: _____ Por: _____
Cargo: _____ Cargo: _____

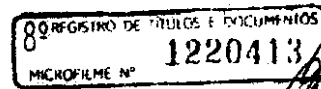
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO
CORPORATIVO**, por seu Administrador Concórdia S.A. Corretora de Valores
Mobiliários, Câmbio e Commodities

1. _____ 2. _____
Por: _____ Por: _____
Cargo: _____ Cargo: _____

TESTEMUNHAS

1. _____ 2. _____
Nome: _____ Nome: _____
RG: _____ RG: _____
CPF/MF: _____ CPF/MF: _____





MODELO DE ANEXO AO TERMO DE CESSÃO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO

CNPJ/MF: 11.793.914/0001-73

Nº do Contrato	NF	DT. Vencimento	Taxa	Valor do Título	RAP	Valor Líquido

A

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE RECOMPRA DE DIREITOS DE CRÉDITO

TERMO DE RECOMPRA N.º [•]

Cessionário: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

Endereço: Avenida Paulista, n.º 1.048, 11º andar
São Paulo - SP

CNPJ/MF: 07.450.604/0001-89

**Cedente: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO**

CNPJ/MF: 11.793.914/0001-73

**Administrador: CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,
CÂMBIO E COMMODITIES**

Endereço: Rua Líbero Badaró, n.º 435, 23º andar
São Paulo - SP

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

Preço de Aquisição: R\$ [•] ([•])

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito, o Cedente e o Fundo, ambos devidamente representados pelos respectivos representantes legais, resolvem, de forma irrevogável e irretroatável, celebrar este Termo de Recompria, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

1. As expressões em letra maiúscula utilizadas neste Termo de Recompria terão o mesmo significado a elas atribuído no Contrato de Promessa de Cessão. Todas as condições relativas à cessão dos Direitos de Crédito indicados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis anexo a este Termo de Recompria que não estejam expressamente estabelecidas neste documento encontram-se descritas no Contrato de Promessa de Cessão.

2. Por este Termo de Recompria, o Cedente cede e transfere ao Cessionário, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação do Cedente, os Direitos de Crédito ou Direitos de Crédito Inadimplidos descritos no anexo a este Termo de Recompria, mediante crédito do respectivo preço de recompra na Conta Autorizada do Fundo, pelo



que o Cedente dará ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.

3. O Cedente declara estar ciente do disposto na Lei n.º 9.613/98, sobre crimes de "lavagem de dinheiro", e normas complementares editadas pelo CMN e pelo Banco Central e, ainda, que o representante do Cessionário, por força da lei, está obrigado a comunicar ao Banco Central a ocorrência de fatos previstos nas referidas normas.

4. A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretroatável, excluída expressamente a cláusula de arrependimento, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

5. Este Termo de Recompra será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

6. As Partes, por este Termo de Recompra, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Recompra, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As Partes assinam este Termo de Recompra em duas vias, de mesmo teor e forma, subscritas por duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

1. _____	2. _____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO, por seu Administrador Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities



1. _____ 2. _____
Por: _____ Por: _____
Cargo: _____ Cargo: _____

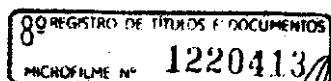
TESTEMUNHAS

1. _____ 2. _____
Nome: _____ Nome: _____
RG: _____ RG: _____
CPF/MF: _____ CPF/MF: _____



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



MODELO DE ANEXO AO TERMO DE RECOMPRA

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
BICBANCO CRÉDITO CORPORATIVO
CNPJ/MF: 11.793.914/0001-73**

Carteira	N.º Número	Contrato	Parcela	Dt. Venc.	Dt. Baixa	Valor Título	Valor Pres. Baixa	Pag. Parcelas	Valor Pres. Contab.	Sid Recebiáveis



ANEXO V

CÓPIA DA TRADUÇÃO JURAMENTADA DO *SENIOR QUOTAS PURCHASE COMMITMENT AGREEMENT*

Tradução nº I-25010
Livro nº 294
Folhas 135-160
Página 1 de 26

 Sandra Regina Mattos Rudzīt
TRADUTORA PÚBLICA

Eu, Sandra Mattos Rudzīt, tradutora pública, certifico e dou fé que me foi apresentado um documento, em idioma inglês, que passo a traduzir para o vernáculo no seguinte teor:

VIA DE ASSINATURA

NÚMERO DE INVESTIMENTO 28449

Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior

entre

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E
COMMODITIES**

na qualidade de administrador do

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BICBANCO CRÉDITO
CORPORATIVO,**

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

e

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION

Datado de 18 de maio de 2010

ÍNDICE

Artigo/

Cláusula

Item

Página nº

ARTIGO I

Definições e Interpretação

Cláusula 1.01. Definições

Cláusula 1.02. Interpretação

Cláusula 1.03. Ajuste de Dia Útil

ARTIGO II

O Direito de Venda

Cláusula 2.01. O Direito de Venda

Cláusula 2.02. Critérios para Elegibilidade do Direito de Venda

Cláusula 2.03. Cancelamento do Direito de Venda

Cláusula 2.04. Modificação do Padrão de Referência

Cláusula 2.05. Eventos de Rescisão

ARTIGO III

Disposições Adicionais do Direito de Venda

Cláusula 3.01. Prêmio de Risco do IFC

Cláusula 3.02. Pagamentos

Cláusula 3.03. Impostos

ARTIGO IV

Declarações e Garantias

Cláusula 4.01. Declarações e Garantias do Fide

Cláusula 4.02. Declarações e Garantias do Banco

Cláusula 4.03. Embasamento por Parte do IFC

Artigo V

Obrigações do Banco

Cláusula 5.01. Práticas Sancionáveis

Cláusula 5.02. Combate à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento de Atos Terroristas, Bancos de Fachada

Cláusula 5.03. Exigência de Apresentação de Informações

Cláusula 5.04. Avaliação do Processo de Análise de Classificação Interna e Condições de Cessão

ARTIGO VI

Condições de Vigência do Direito de Venda

Cláusula 6.01. Condições do Direito de Venda

Cláusula 6.02. Condições em Benefício do IFC

Cláusula 6.03. Comunicação de Eficácia

Cláusula 6.04. Suspensão ou Cancelamento do Direito de Solicitação do Reforço de Crédito

ARTIGO VII

Disposições Diversas

Cláusula 7.01. Sucessores e Cessionários

Cláusula 7.02. Alterações

Cláusula 7.03. Recursos e Renúncias

Cláusula 7.04. Notificações

Cláusula 7.05. Leis Aplicáveis e Foro

Cláusula 7.06. Divulgação de Informações

Cláusula 7.07. Despesas

Cláusula 7.08. Vias

Cláusula 7.09. Idioma

Cláusula 7.10. Tradução e Registro

ANEXO A

DIRETRIZES DE COMBATE À CORRUPÇÃO PARA OPERAÇÕES DO IFC

APENSO 1

MODELO DE REGULAMENTO DO FIDC

APENSO 2

QUESTÕES A SER ABORDADAS PELO PARECER JURÍDICO

APENSO 3

MODELO DE COMUNICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

APENSO 4

INFORMAÇÕES MÍNIMAS SOBRE O FIDC

APENSO 5

CONTRATO DE COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA DE QUOTAS SÊNIOR

O presente Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior (o "Contrato"), datado de 18 de maio de 2010, é celebrado entre:

- (1) CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, instituição financeira constituída e existente segundo as leis do País, não em sua qualidade individual, mas exclusivamente na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bicbanco Crédito Corporativo, fundo de investimento de direito creditório, inscrito no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, com sede social em Rua Líbero Badaró nº 425, 23º andar, CEP 01009-905, São Paulo, SP, constituído de acordo com a Instrução nº 356, datada de 17 de dezembro de 2001, expedida pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM" (o "FIDC");
- (2) BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 07.450.604/0001-89 (o "Banco"); e
- (3) INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, organismo internacional estabelecido por Convenção entre seus países-membros, inclusive o País, com sede social em 2121 Pennsylvania Avenue, N.W., 20433, Washington, DC, EUA ("IFC").

ARTIGO I

Definições e Interpretação

Cláusula 1.01. Definições. (a) Sempre que empregados neste Contrato, a menos que o contexto exija o contrário, os seguintes termos terão os significados dispostos ao lado:

[N.T.: Os termos definidos a seguir foram inseridos em ordem alfabética a pedido da parte interessada].

"Administrador"

conforme estabelecido no Regulamento do FIDC;

"Agência Classificadora de Risco"

conforme estabelecido no Regulamento do FIDC;

"Ativos Financeiros"

conforme estabelecido no Regulamento do FIDC;

"Autoridade"

significa qualquer governo nacional, supranacional, regional ou local, ou órgão, departamento, comissão, autoridade, tribunal ou agência administrativa, fiscal, judicial ou governamental, ou banco central (ou qualquer entidade que exerça as funções de banco central, seja tal entidade governamental ou não e como quer que tenha sido constituída);

"Autorizações"

significa qualquer consentimento, registro, arquivamento, acordo, notarização, certificado, licença, aprovação, permissão, autorização ou exceção de ou com qualquer Autoridade, quer seja concedida expressamente ou considerada como

	concedida por ausência de manifestação da referida Autoridade por determinado prazo, bem como todas as autorizações e aprovações societárias, de credores e acionistas;
"Banco"	tem o significado atribuído a esse termo no preâmbulo do presente Contrato;
"Banco Mundial"	o International Bank for Reconstruction and Development, organismo internacional estabelecido por Convenção celebrada entre seus países membros.
"Benchmark"	significa o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo FIDC para remunerar as Quotas Sênior, conforme estabelecido (i) no suplemento referente às Quotas Sênior, conforme previsto no Anexo II do Regulamento do FIDC, ou (ii) no caso de um Evento de Exercício, na respectiva Comunicação de Evento de Exercício;
"Cedente"	conforme estabelecido no Regulamento do FIDC;
"CETIP"	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ou qualquer outro mercado no qual as Quotas estão registradas para negociação;
"Clientes"	tem o significado atribuído no Regulamento do FIDC;
"Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas"	o Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas celebrado entre o Banco e o FIDC na forma do Anexo 5 (Modelo de Contrato de Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas);
"Compromissos com a Política"	os compromissos assumidos pelo Banco segundo a Cláusula 5.01 (Práticas Sancionáveis) e 5.02 (Combate à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, Bancos de Fachada) deste Contrato;
"Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas"	significa a comunicação a ser enviada pelo Banco e pelo Administrador ao IFC, substancialmente na forma do Anexo 3 (Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas), confirmando que todas as condições referentes à vigência do Direito de Venda foram cumpridas;
"Comunicação de Eficácia"	significa a comunicação a ser enviada pelo IFC ao Administrador e ao Banco, confirmando o cumprimento da totalidade das condições de eficácia do Direito de Venda de Quotas Sênior segundo a Cláusula 6.03 (Comunicação de Eficácia) abaixo;
"Comunicação de Evento de Exercício"	significa a comunicação a ser realizada ao Administrador pelos Quotistas Sênior a respeito da intenção de exercício do Direito de Venda

	quando da ocorrência do Evento de Exercício, substancialmente na forma do Anexo VI do Regulamento do FIDC;
"Comunicação de Exercício do Direito de Venda das Quotas Sênior"	significa a comunicação a ser enviada pelo Administrador ao IFC por meio de (i) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao FIDC, e (ii) correspondência a ser enviada aos Quotistas Sênior por meio de carta com aviso de recebimento, e ao IFC via fax (segunda imediatamente pelo envio de carta com aviso de recebimento), comunicando (a) a ocorrência do Evento de Exercício, para que os Quotistas titulares de Quotas Sênior possam, a seu exclusivo critério, exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, e (b) o novo Benchmark que entrará em vigor no primeiro Dia Útil após a Data de Liquidação (caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior);
"Condições de Cessão"	conforme estabelecidas no Regulamento do FIDC;
"Condições de Eficácia"	as condições estabelecidas na Cláusula 6.01 (Condições Suspensivas do Direito de Venda);
"Confirmação de Exercício"	significa a comunicação por escrito a ser enviada pelo Administrador aos Quotistas titulares de Quotas Sênior que houverem exercido o Direito de Venda de Quotas Sênior, substancialmente nos termos do Anexo VII do Regulamento do FIDC (i) confirmando o exercício regular do Direito de Venda de Quotas Sênior, (ii) informando o número de Quotas Sênior que serão objeto de aquisição pelo IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior, e (iii) confirmando a Data de Liquidação;
"Contrato de Custódia"	o Contrato de Custódia a ser celebrado pelo FIDC e pela pessoa jurídica que for indicada como Custodiante do FIDC;
"Contrato de Promessa de Cessão"	o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado ou a ser celebrado entre o Banco e o FIDC;
"Custodiante"	conforme previsto no Regulamento do FIDC;
"CVM"	tem o significado atribuído a esse termo no preâmbulo do presente Contrato;
"Data de Liquidação"	significa a data em que o Quotista titular de Quotas Sênior deverá submeter ordem de venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda através do SF, que ocorrerá 10 (dez) Dias Úteis após a data de envio do Relatório de Exercício do

	Direito de Venda e da Confirmação de Exercício pelo Administrador nos termos do item (c)(iii) da Cláusula 2.01;
"Dia Útil"	um dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, ou que, por qualquer motivo os bancos não estejam abertos para negociação em São Paulo, SP, ou Washington, DC;
"Direitos de Crédito"	conforme estabelecido no Regulamento do FIDC;
"Direito de Venda de Quotas Sênior"	tem o significado atribuído a esse termo na Cláusula 2.01 (<i>O Direito de Venda de Quotas Sênior</i>);
"Documentos da Operação"	(i) o Regulamento do FIDC; (ii) este Contrato; (iii) o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas; (iv) o Contrato de Cessão de Direitos de Crédito; (v) o Prospecto; e (vi) o Contrato de Custódia.
"Dólares" e "\$"	significa a moeda oficial dos Estados Unidos da América;
"Endereço Autorizado"	as Pessoas e os respectivos endereços eletrônicos informados pela IFC ao Administrador por escrito, conforme essa lista possa ser atualizada periodicamente;
"Efeito Material Adverso"	significa um efeito material adverso: (a) no Banco e/ou no FIDC, ou seus respectivos ativos ou propriedades; (b) nas perspectivas de negócios ou na condição financeira do Banco e/ou do FIDC; (c) na condução dos negócios ou operações do Banco e/ou do FIDC; (d) na habilidade do Banco de cumprir as obrigações previstas neste Contrato ou em qualquer outro contrato entre o Banco e a IFC; ou (e) na habilidade do Banco e/ou do FIDC de cumprir suas respectivas obrigações previstas em qualquer Documento da Operação do qual sejam parte;
"Equivale em Dólar"	o equivalente em Dólar de qualquer valor denominado em Reais e que deva ser pago em Dólares, conforme calculado com base na Taxa de Câmbio em vigor na data de pagamento
"Escriturador"	

	pertinente; Itaú Unibanco S.A. ou qualquer outra pessoa jurídica que venha a se tornar escriturador das Quotas do FIDC, de acordo com seu Regulamento;
"Evento de Exercício"	a primeira vez em que os seguintes eventos ocorrerem simultaneamente, durante o Período de Eficácia do Direito de Venda: (a) em qualquer data de cálculo em que o Administrador constatar que o valor das Quotas Subordinadas corresponde a 5% (cinco por cento) ou menos do valor do Patrimônio Líquido do FIDC por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; e (b) o Banco deixar de cumprir a obrigação de realizar aporte adicional de recursos ao FIDC para restabelecimento da Razão de Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação do Administrador nesse sentido, nos termos do item 17.1. do Regulamento do FIDC;
"Evento de Extinção do Direito de Venda"	tem o significado atribuído a esse termo na Cláusula 2.05 (<i>Eventos de Extinção do Direito de Venda</i>);
"Evento de Liquidação Antecipada"	conforme previsto no Regulamento do FIDC;
"FIDC"	tem o significado atribuído a esse termo no preâmbulo do presente Contrato;
"Hipóteses de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador"	conforme estabelecido no Regulamento do FIDC;
"Impostos"	quaisquer impostos, obrigações de retenção, tributos e outros encargos, atuais ou futuros, de qualquer natureza, que sejam cobrados por qualquer Autoridade;
"Limites Máximos de Concentração"	conforme estabelecidos no Regulamento do FIDC;
"País"	a República Federativa do Brasil;
"Patrimônio Líquido do FIDC"	conforme estabelecido no Regulamento do FIDC;
"Período de Vigência do Direito de Venda"	significa o período compreendido entre (i) a data em que o IFC entregar uma Comunicação de Eficácia ao Banco e ao Administrador, confirmando que as Condições Suspensivas estabelecidas na Cláusula 6.01 (Condições Suspensivas do Direito de Venda) foram implementadas, e (ii) a data em que ocorrer qualquer um dos Eventos de Extinção do Direito de Venda;
"Período para Exercício do Direito de Venda das Quotas Sênior"	significa o prazo de 20 (vinte) dias contados da data de publicação da Comunicação de Evento de

"Pessoa"

Exercício estabelecido no item (d)(i) da Cláusula 2.01 (Direito de Venda de Quotas Sênior);

qualquer pessoa física, sociedade por ações, parceria, sociedade em comandita, firma, associação voluntária, *joint venture*, truste, sociedade sem personalidade jurídica, Autoridade ou qualquer outra pessoa jurídica, quer esteja agindo em uma qualidade individual, fiduciária ou outra;

"Práticas Sancionáveis"

qualquer Prática Corrupta, Prática Fraudulenta, Prática Coercitiva, Prática de Conluio ou Prática Obstrutiva, conforme esses termos estão definidos e interpretados de acordo com as Diretrizes de Combate à Corrupção para Operações do IFC anexas como Anexo A (Diretrizes de Combate à Corrupção para Operações do IFC);

"Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda"

significa o preço a ser pago pelo IFC para cada titular de Quotas Sênior que exercer validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior, que corresponderá ao resultado da multiplicação do (i) Preço de Venda Unitário, pelo (ii) número de Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda vendidos por tal Quotista ao IFC;

"Preço de Venda Unitário"

significa o valor a ser pago pelo IFC por cada Quota Sênior adquirida através do Direito de Venda de Quotas Sênior, que corresponderá ao valor de cada Quota Sênior no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Liquidação calculado de acordo com o disposto no Suplemento da Primeira Emissão, conforme Anexo II do Regulamento do FIDC;

"Prospecto"

com relação a qualquer emissão de Quotas Sênior, o Prospecto do FIDC que contém informações relacionadas (i) ao FIDC, (ii) à oferta pública dessas Quotas Sênior, e (iii) a operação prevista neste Contrato;

"Quotas"

as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas do FIDC;

"Quotas Sênior"

a qualquer momento, a totalidade das quotas sênior do FIDC que foram emitidas como parte da primeira série de quotas sênior do FIDC, bem como todos e quaisquer rendimentos, de qualquer natureza, delas originados;

"Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda"

tem o significado atribuído a esse termo no item (d)(iii)(A) da Cláusula 2.01 (O Direito de Venda das Quotas Sênior);

"Quotas Subordinadas"

a qualquer momento, a totalidade das quotas subordinadas do FIDC, bem como todos e quaisquer rendimentos, de qualquer natureza,

"Quotistas"	delas originados;
"Quotistas Sênior"	os detentores das Quotas do FIDC;
"Quotistas Subordinados"	os detentores das Quotas Sênior, a qualquer momento;
"Razão de Garantia"	os detentores das Quotas Subordinadas, a qualquer momento;
"Regulamento do FIDC"	conforme estabelecido no Regulamento do FIDC;
	o regulamento do FIDC, conforme alterado periodicamente por quaisquer alterações devidamente registradas na CVM;
"Relatório de Exercício do Direito de Venda"	significa o relatório a ser elaborado na forma do Anexo VIII do Regulamento do FIDC pelo Administrador e encaminhado ao IPC, com cópia para o Banco, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de encerramento do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;
"Relatório de Informações do FIDC"	um relatório a ser enviado pelo Administrador ao IPC, contendo as informações descritas no Apêndice 4 (Informações Mínimas do FIDC);
"SF"	o SF – Módulo de Fundos, mantido e operado pela CETIP;
"Sobretaxa Original das Quotas Sênior"	conforme previsto no Regulamento do FIDC;
"Taxa de Administração"	conforme estabelecida no Regulamento do FIDC;
"Taxa de Câmbio"	a taxa oferecida em Reais/Dólares referente ao Dólar, expressa como o valor de reais por um Dólar, para liquidação em 2 (dois) Dias Úteis, informada pelo Banco Central no sistema de dados SISBACEN sob o código de transação PTAX-800 (consulta de Câmbio, Opção 5 (cotações para contabilidade)), aproximadamente às 18h00, horário de São Paulo;
"Taxa DI"	tem o significado atribuído a ele no Regulamento do FIDC;
"Violação da Política"	a entrega de comunicação por escrito por parte do IPC ao Banco e ao Administrador informando que o Banco violou qualquer de suas obrigações segundo os Compromissos com a Política.

(b) No caso de qualquer conflito entre as definições acima e quaisquer definições contidas no Regulamento do FIDC, o Regulamento prevalecerá.

Cláusula 1.02. Interpretação. No presente Contrato, salvo se o contexto exigir de outra forma:

(a) os títulos e palavras sublinhadas servem exclusivamente para conveniência e não afetam a interpretação deste Contrato;

(b) as palavras no singular incluem o plural e vice-versa;

(c) uma expressão que indique uma pessoa física incluirá qualquer tipo de sociedade, sociedade em comandita, truste, *joint venture*, associação, companhia ou outra pessoa jurídica e qualquer autoridade ou órgão governamental;

(d) a referência a uma cláusula, artigo, parte, anexo ou apenso constituirá referência àquela cláusula ou artigo, ou àquela parte, anexo ou apenso deste Contrato;

(e) uma referência a um documento inclui uma alteração ou aditamento, substituição ou novação daquele documento, mas sem considerar qualquer alteração, aditamento, substituição ou novação efetuado em violação do presente Contrato; e

(f) referência a uma parte de qualquer documento inclui os sucessores e os cessionários permitidos daquela parte.

Cláusula 1.03. Ajuste de Dia Útil. A não ser conforme de outra forma estabelecido, quando um dia no qual ou até o qual um pagamento for devido não for um Dia Útil, aquele pagamento será efetuado no Dia Útil imediatamente seguinte. Os juros, taxas e encargos (se houver) incidentes no período a contar da data de vencimento que não for um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente seguinte.

ARTIGO II

O Direito de Venda de Quotas Sênior

Cláusula 2.01. O Direito de Venda de Quotas Sênior. (a) Sujeito aos termos e condições previstos neste instrumento e no Regulamento do FIDC e sujeito ao cumprimento das Condições Suspensivas do Direito de Venda, o IFC neste ato concede aos Quotistas Sênior o Direito de Venda de Quotas Sênior ao IFC da quantidade de Quotas Sênior a ser determinada segundo este Contrato (o "Direito de Venda de Quotas Sênior"), e o IFC neste ato compromete-se a comprar dos detentores de Quotas Sênior a quantidade de Quotas Sênior calculada segundo os termos e condições previstos neste instrumento.

(b) O Direito de Venda de Quotas Sênior somente entrará em vigor mediante a entrega da Comunicação de Eficácia, de acordo com a Cláusula 6.3 (Comunicação de Eficácia) abaixo, e permanecerá em vigor somente durante o Período de Vigência do Direito de Venda.

(c) O Direito de Venda de Quotas Sênior poderá ser exercido pelos Quotistas Sênior a qualquer momento dentro do Período para Exercício do Direito de Venda das Quotas Sênior, conforme previsto abaixo, e a quantidade total de Quotas Sênior a ser adquirida pelo IFC mediante o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior pelos Quotistas Sênior serão limitados pelo que for menor entre:

- (i) 25% (vinte e cinco por cento) das Quotas Sênior detidas por cada Quotista que exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior, conforme posição verificada pelo Administrador nos registros de titularidade mantidos pelo Escriturador, às 10h00 do Dia Útil em que ocorrer a publicação da Comunicação de Evento de Exercício conforme estabelecido no item (d)(i) abaixo; ou
- (ii) o número de Quotas Sênior detidas pelos Quotistas que exercerem validamente o Direito de Venda de Quotas Sênior cuja soma dos respectivos valores seja equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (conforme calculado com base no Preço de Venda Unitário), a ser dividido de forma pro rata entre todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior que exercerem o Direito de Venda de Quotas Sênior, com base no número total de Quotas Sênior validamente incluídas pelos mesmos como objeto de exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior na Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior apresentada ao Administrador.

(d) O exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior pelos Quotistas Sênior observará os seguintes procedimentos:

- (i) o Administrador comunicará a ocorrência do Evento de Exercício a todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência do referido Evento de Exercício, através da Comunicação de Evento de Exercício;
- (ii) a partir da data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao FIDC, os Quotistas titulares de Quotas Sênior poderão, durante o Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior mediante o envio da Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior ao Administrador;
- (iii) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de encerramento do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior, o Administrador deverá:
 - (A) encaminhar ao IFC, com cópia para o Banco, Relatório de Exercício de Direito de Venda, o qual deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações: (1) identificação dos Quotistas titulares de Quotas Sênior que optaram pelo exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior; (2) quantidade total de Quotas Sênior detidas por cada um dos Quotistas na data de publicação da Comunicação de Evento de Exercício estabelecida no item (c)(i) acima e quantidade de Quotas que cada Quotista deseja vender, observados os limites estabelecidos no item (c) acima; (3) quantidade de Quotas Sênior que cada Quotista titular de Quotas Sênior poderá vender ao IFC com base no Direito de Venda de Quotas Sênior após aplicação dos cálculos estabelecidos no item (c) acima (as "Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda"); e (4) o valor a ser pago pelo IFC a cada Quotista pela venda das Quotas Sênior objeto de exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior; e
 - (B) encaminhar aos titulares de Quotas Sênior que houverem exercido o Direito de Venda a Confirmação de Exercício;
- (iv) desde que observados todos os termos e condições previstos no Regulamento para o exercício do Direito de Venda das Quotas Sênior e para a vigência do Direito de Venda das Quotas Sênior (inclusive, mas não se limitando, (A) o cumprimento de todas as obrigações do FIDC previstas neste Contrato, (B) o recebimento pelo IFC do Relatório de Exercício de Direito de Venda e quaisquer outras informações necessárias para conclusão da aquisição das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda dos Quotistas que exercerem o Direito de Venda de Quotas Sênior, e (Cc) a confirmação pelo Administrador de que todos os procedimentos previstos neste item para o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior foram observados e que nenhum Evento de Extinção do Direito de Venda ocorreu), na Data de Liquidação:
 - (A) cada Quotista que exerceu o Direito de Venda de Quotas Sênior deverá realizar uma ordem de venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda para o IFC através do SF;
 - (B) o IFC deverá realizar ordens de compra das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda através do SF, com base nas informações recebidas no Relatório de Exercício de Direito de Venda;
 - (C) o IFC deverá realizar o pagamento do Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda informado no Relatório de Exercício de Direito de Venda, de acordo com as regras da CETIP; e

- (D) os Quotistas que houverem exercido o Direito de Venda de Quotas Sênior deverão transferir ao IFC a propriedade das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda, livre e desembaraçadas de quaisquer ônus ou encargos, através do SF.

(e) O Direito de Venda de Quotas Sênior será exercível somente uma única vez, de forma que os titulares de Quotas Sênior somente terão o direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior em função da ocorrência de um único Evento de Exercício durante todo o prazo de duração do FIDC. Dessa forma, caso, após a ocorrência de tal Evento de Exercício, as Condições Suspensivas do Direito de Venda sejam novamente verificadas, os Quotistas então detentores de Quotas Sênior não terão qualquer direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior.

(f) Os Quotistas Sênior que exerceram seus Direitos de Venda deverão pagar todos os Impostos, taxas ou outros encargos devidos no ou com relação ao exercício do Direito de Venda ou qualquer outro ato previsto neste Contrato ou a ele relacionado.

(g) As Quotas não são uma obrigação do International Bank for Reconstruction and Development ou de qualquer governo.

Cláusula 2.02. Crítérios para Elegibilidade do Direito de Venda de Quotas Sênior. Somente os Quotistas Sênior que simultaneamente cumprirem as seguintes exigências serão elegíveis para o exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior:

- (i) constarem como titulares das Quotas Sênior nos registros de titularidade mantidos pelo Escriturador, às 10h00 do Dia Útil em que ocorrer a publicação da Comunicação de Evento de Exercício, conforme o item (c)(i) da Cláusula 2.01 (*O Direito de Venda de Quotas Sênior*);
- (ii) sejam os titulares das Quotas Sênior que pretendem vender através do Direito de Venda de Quotas Sênior na Data de Liquidação; e
- (iii) estejam aptos a prestar as declarações requeridas na forma do item 5 da Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior na data em que tal comunicação deve ser apresentada nos termos do Capítulo 18 do Regulamento do FIDC.

Cláusula 2.03. Cancelamento do Direito de Venda de Quotas Sênior. (a) Caso:

- (i) qualquer titular de Quotas Sênior alienar ou de qualquer forma transferir qualquer Quota Sênior Objeto do Direito de Venda de Quotas Sênior após a publicação da Comunicação de Evento de Exercício segundo o item (c)(i) da Cláusula 2.01 (*O Direito de Venda de Quotas Sênior*), o Quotista alienante e o adquirente não terão o direito de exercer o Direito de Venda de Quotas Sênior objeto de alienação ou transferência; ou
- (ii) qualquer titular de Quotas Sênior apresente Comunicação de Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior ao Administrador e, após tal comunicação, tal Quotista alienar ou de qualquer forma transferir qualquer de suas Quotas Sênior, o Quotista alienante e o adquirente perderão o direito (A) de vender quaisquer Quotas Sênior com base no Direito de Venda de Quotas Sênior, bem como (B) ao recebimento de qualquer pagamento do IFC.

Cláusula 2.04. Modificação do Benchmark. Caso algum Quotista Sênior exerça o Direito de Venda de Quotas Sênior, a partir do Dia Útil seguinte à Data de Liquidação, o *Benchmark* aplicável às Quotas Sênior passará a ser composto pela Taxa DI acrescida de sobretaxa (*spread*) equivalente ao maior valor entre (i) 2% (dois por cento) ao ano, e (ii) o *spread* original das Quotas Sênior da Primeira Emissão dividido por 0,75 (zero vírgula setenta e cinco) ao ano, conforme será informado aos Quotistas na Comunicação de Evento de Exercício. Em tal hipótese, de tal data em diante, o cálculo do valor das Quotas Sênior será realizado diariamente, na forma do item 12.16 do Regulamento, tendo por base o novo valor do *Benchmark* informado nos termos desta Cláusula 2.04.

Cláusula 2.05. Eventos de Extinção. Não obstante qualquer disposição contrária neste Contrato, a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos acarretará a automática extinção do Direito de Venda de Quotas Sênior (os "Eventos de Extinção do Direito de Venda");

- (i) a expiração do Período para Exercício do Direito de Venda de Quotas Sênior;
- (ii) alteração de qualquer dispositivo do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas sem a aprovação prévia e por escrito do IFC;
- (iii) alteração de qualquer dispositivo do Contrato de Promessa de Cessão sem a aprovação prévia e por escrito do IFC, exceto caso tal alteração seja implementada exclusivamente para atender exigência formulada pela CVM;
- (iv) aprovação pelos Quotistas de deliberação (A) de que qualquer um dos Eventos de Avaliação previstos nos itens (c), (f), (g), (h), (i), (k), (l) ou (q) da Cláusula 19.1 do Regulamento do FIDC não deve ser considerado um Evento de Liquidação Antecipada, na forma do item 19.1.1(ii) do Regulamento do FIDC, ou (B) de que o FIDC não deve ser liquidado antecipadamente em tais casos, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 e seus subitens do Regulamento do FIDC;
- (v) aprovação pelos Quotistas de deliberação para que o FIDC não inicie ação judicial contra o Banco em caso de descumprimento da obrigação de subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas que sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos do item 17.1 do Regulamento do FIDC, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 e seus subitens do Regulamento do FIDC;
- (vi) aprovação pelos Quotistas de deliberação de que o FIDC não deve ser liquidado antecipadamente após a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, sem que o IFC conceda sua anuência por escrito com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 e seus subitens do Regulamento do FIDC;
- (vii) a aprovação pelos Quotistas ou implementação pelo Administrador (com base no disposto no item 13.5 do Regulamento do FIDC) de alteração de qualquer dispositivo do Regulamento do FIDC sem que o IFC conceda sua anuência com tal deliberação na forma prevista no item 13.3.1 e seus subitens ou 13.5 do Regulamento do FIDC, conforme o caso;
- (viii) resgate, amortização e/ou retirada da totalidade das Quotas Sênior de negociação junto ao SF;
- (ix) o IFC efetuar o pagamento do Preço de Venda das Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda após a ocorrência de um Evento de Exercício, conforme previsto no Regulamento do FIDC;
- (x) o não pagamento no vencimento de quaisquer valores devidos ao IFC na forma deste Contrato, sem que tal falta seja sanada dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis;
- (xi) a ocorrência de um Descumprimento de Obrigação de Conduta pelo Banco;
- (xii) caso a Carteira do FIDC não esteja em reenquadrada aos Limites Máximos de Concentração ao término do prazo de 30 (trinta) dias previsto no item 6.1.3 do Regulamento do FIDC;
- (xiii) caso o FIDC contrate qualquer prestador de serviços ou contraparte em suas operações (incluindo o Administrador, o Custodiante, a Agência Classificadora de Risco, o Auditor, o Banco e qualquer outro prestador de serviços) em violação ao disposto no

item 26.3 do Regulamento do FIDC ou deixe de substituí-lo dêem até 90 (noventa) dias no caso do item 26.3.1 do Regulamento do FIDC; ou

- (xiv) caso um novo agente cobrador dos Direitos de Crédito aceitável para o IFC não seja contratado em substituição ao Banco dêem até 90 (noventa) dias após a ocorrência de qualquer Hipótese de Substituição Obrigatória do Agente Cobrador.

ARTIGO III

Disposições Adicionais do Direito de Venda de Quotas Sênior

Cláusula 3.01. Prêmio de Risco do IFC. (a) A título de contraprestação pela conferência aos Quotistas Sênior do Direito de Venda de Quotas Sênior, o Administrador pagará ao IFC o Prêmio de Risco do IFC, o qual deverá ser uma parte da Taxa de Administração igual a 0,50% (meio por cento) por ano, calculadas sobre o valor total das Quotas Sênior em circulação em qualquer dia durante o mês pertinente de cálculo (calculado conforme o suplemento relacionado às Quotas Sênior no Anexo II do Regulamento do Fundo).

(b) O Prêmio de Risco do IFC incidirá com base diária e começará a ser pago ao IFC pelo Administrador no dia útil imediatamente seguinte ao pagamento da Taxa de Administração ao Administrador. O Prêmio de Risco do IFC advirá da colocação das Quotas Sênior e continuará sendo advindo mensalmente na referida data, até o que ocorrer primeiro entre (i) a data em que ocorrer uma Data de Liquidação, ou (ii) a data em que ocorrer um Evento de Extinção do Direito de Venda.

(c) O Prêmio de risco do IFC será pago a ele no valor calculado nos termos da subcláusula (a) acima, sem deduções de qualquer natureza.

Cláusula 3.02. Pagamentos. O Administrador efetuará todos os pagamentos de qualquer natureza devidos ao IFC segundo este Contrato em dólares, em valores Equivalentes em Dólares e em fundos de mesmo dia, no Citibank N.A., com endereço em 111 Wall Street, Nova York, NY, EUA, para crédito no Número da Conta do IFC 36085579 (Ref. 28449), a menos que uma conta diferente tenha sido designada pelo IFC.

Cláusula 3.03. Impostos. (a) O FIDC e/ou o Administrador pagará ou providenciará o pagamento de todos os Impostos atuais e futuros, se houver, lançados ou cobrados ou que vierem a ser lançados ou cobrados pelas Autoridades ou por qualquer organismo do qual o País seja membro ou em qualquer jurisdição pela qual ou a partir da qual o pagamento é efetuado no ou com relação ao pagamento de todos e quaisquer valores devidos segundo este Contrato ou com relação ao exercício deste Contrato. Todos os pagamentos de qualquer natureza devidos segundo este Contrato serão efetuados sem deduções relacionadas ou por conta de tais Impostos.

(b) Se o FIDC ou o Administrador for impedido, por força da lei ou de outra forma, de efetuar ou fazer com que seja efetuado qualquer pagamento sem dedução, o valor devido ao IFC será aumentado para o valor que possa ser necessário de forma que o IFC receba o valor integral que ele teria recebido (levando em consideração quaisquer Impostos a pagar sobre os valores devidos pelo FIDC e/ou o Administrador segundo este item) caso esses pagamentos fossem efetuados sem tal dedução.

(c) Se o item (b) acima se aplicar e o IFC assim solicitar, o Administrador entregará ao IFC, em nome do FIDC, as guias de imposto oficiais que comprovem o pagamento (ou cópias autenticadas de tais guias) no prazo de 30 (trinta) dias da data de pagamento.

ARTIGO IV

Declarações e Garantias

Cláusula 4.01. Declarações e Garantias do FIDC. O FIDC declara e garante que:

(a) é um fundo de investimentos em direitos creditórios devidamente constituído e em pleno vigor e efeito de acordo com as leis aplicáveis e seu Regulamento;

(b) o Administrador devidamente assinou e entregou em seu nome cada um dos Documentos da Operação do qual ela é uma das partes ou interveniente, e cada um desses Documentos da Operação constitui sua obrigação legal, válida e vinculativa, exequível de acordo com seus termos;

(c) os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros que fizerem parte da carteira do FIDC, periodicamente: (i) são (ou serão) de propriedade exclusiva do FIDC, livres e desembaraçados de quaisquer gravames; (ii) são (ou serão) validamente detidas e possuídas pelo FIDC; e (iii) não fazem (ou não farão) parte nem serão consolidadas com o patrimônio, os ativos e os bens do Administrador;

(d) a assinatura e entrega pelo FIDC deste Contrato e de cada outro Documento da Operação do qual ele é uma das partes não conflitam nem resultam em qualquer violação ou inadimplemento (com ou sem comunicação, decurso de prazo ou ambos) segundo qualquer obrigação ou na perda de qualquer benefício, ou em direitos e titularidades aumentados, adicionais, antecipados ou garantidos de qualquer Pessoa, nem resultam na constituição de quaisquer gravames sobre qualquer dos bens ou ativos do FIDC segundo qualquer disposição: (i) do Regulamento do FIDC; (ii) de qualquer contrato, compromisso ou acordo do qual o Administrador ou o FIDC for uma das partes ou ao qual qualquer um de seus bens ou ativos estiver vinculado; ou (iii) quaisquer leis aplicáveis;

(e) todas as Autorizações exigidas para a assinatura e entrega deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações nos termos deste instrumento foram obtidas e estão em pleno vigor e efeito;

(f) o Administrador está em conformidade com todas as leis, normas e decisões aplicáveis e todas as restrições aplicáveis impostas por todas as Autoridades com relação à condução de seus negócios e à propriedade de seus bens; e

(g) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto com relação ao Administrador e ao FIDC são ou serão na data em que forem prestados ou divulgados, conforme o caso, verdadeiros, corretos e não serão enganosos, incorretos ou incompletos.

Cláusula 4.02. Declarações e Garantias do Banco. O Banco declara e garante ao IFC que, na assinatura deste Contrato:

(a) ele está devidamente constituído e é validamente existente como uma instituição financeira de acordo com as leis do País, tem poderes societários e obteve todas as Autorizações exigidas para possuir seus ativos, conduzir suas atividades conforme atualmente conduzidas e celebrar e cumprir suas obrigações segundo os Documentos da Operação dos quais ele é uma das partes, ou terá, no caso de qualquer Documento da Operação que não esteja assinado na data deste Contrato, quando esse Documento da Operação for assinado, poderes societários para celebrar e cumprir suas obrigações segundo aquele Documento da Operação;

(b) cada Documento da Operação do qual o Banco for uma das partes foi ou será devidamente autorizado, assinado e entregue pelo Banco e constitui ou constituirá, quando for assinado, sua obrigação legal, válida e vinculativa, exequível contra o Banco de acordo com seus termos, e nenhum dos Documentos da Operação foi ou será alterado ou modificado, a não ser conforme permitido segundo este Contrato;

(c) nenhum consentimento, aprovação (inclusive, entre outros, aprovação de controle cambial), Autorização, decisão, registro ou qualificação de ou perante qualquer juízo, governo ou agência ou órgão governamental ou qualquer terceiro é exigido para a assinatura pelo Banco dos Documentos da Operação dos quais ele for uma das partes ou para o cumprimento de suas obrigações

segundo aqueles instrumentos, à exceção da aprovação do conselho de administração do Banco, que foi obtida e está em pleno vigor e efeito:

(d) nenhuma das declarações e garantias previstas nesta Cláusula 4.02 omite qualquer questão cuja omissão torne qualquer uma dessas declarações e garantias enganosa.

Cláusula 4.03. Embasamento por parte do IFC. O FIDC e o Banco reconhecem que cada um deles presta as declarações e garantias contidas na Cláusula 4.01 (*Declarações e Garantias do FIDC*) e na Cláusula 4.02 (*Declarações e Garantias do Banco*) com a intenção de persuadir o IFC a celebrar este Contrato, e que o IFC celebra este Contrato com base e em total embasamento em cada uma dessas declarações e garantias.

ARTIGO V

Avenças do Banco

Cláusula 5.01. Práticas Sancionáveis. O Banco obriga-se a não exercer (nem autorizar ou permitir que qualquer afiliada ou qualquer outra Pessoa que atue em seu nome exerça) qualquer Prática Sancionável com relação à operação prevista segundo este instrumento ou em quaisquer Documentos da Operação. Se o IFC notificar o Banco a respeito das preocupações do IFC de que qualquer dessas práticas ocorreu, o Banco cooperará de boa-fé com o IFC e com os representantes do IFC para determinar se essa prática ocorreu, e responderá imediatamente e de maneira razoavelmente detalhada a qualquer notificação do IFC, além de fornecer a comprovação documental para essa resposta, a pedido do IFC.

Cláusula 5.02. Combate à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo. Bancos de Fachada. O Banco deverá, em todos os momentos:

(a) cumprir todas as exigências e obrigações financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, ou por qualquer outra Autoridade competente;

(b) instituir, manter e cumprir os procedimentos e controles internos satisfatórios ao IFC, seguindo as leis nacionais e os melhores padrões bancários internacionais, inclusive, entre outros, os padrões promulgados pelo Comitê da Basileia sobre Supervisão Bancária e os Princípios de Wolfsberg, na medida exigida pelo Banco Central do Brasil, para fins de: (A) impedir o Banco de ser usado para lavagem de dinheiro, para financiamento de atividade terrorista, fraude ou outros fins ou práticas corruptos ou ilegais e (B) garantir que o Banco não realizará qualquer operação com ou em benefício de qualquer das pessoas físicas ou instituições incluídas em listas de pessoas sancionadas divulgadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou por seus comitês segundo as deliberações referentes a questões de combate ao terrorismo; e

(c) manter e cumprir os procedimentos e controles internos pertinentes a fim de garantir que: (i) qualquer instituição financeira com a qual o Banco conduz negócios ou realiza qualquer operação, ou por meio da qual o Banco transmite quaisquer fundos não tenha relações bancárias correspondentes com qualquer Banco de Fachada; e (ii) o Banco não conduza negócios nem realize qualquer operação, tampouco transmita quaisquer fundos por meio de um Banco de Fachada. Para fins deste parágrafo, um "Banco de Fachada" significa um banco constituído em uma jurisdição na qual ele não tem presença física e que não seja afiliado de um banco regulamentado ou de um grupo financeiro regulamentado.

Cláusula 5.03. Exigências de Apresentação de Informações. (a) O Administrador neste ato concorda e obriga-se a:

(i) enviar ao IFC, por correio eletrônico, aos Destinatários Autorizados:

i. cópias de todas e quaisquer informações, documentação, notificação ou comunicação recebidas por escrito (inclusive eletronicamente) pelo Administrador periodicamente com relação ao FIDC, aos Quotistas, aos

Direitos de Crédito Elegíveis, bem como os Documentos da Operação, inclusive notificações entregues ao Administrador por quaisquer Quotistas, pelo representante dos Quotistas ou por qualquer Autoridade;

- ii. cópias de todas e quaisquer informações e documentação por escrito relativas aos Direitos de Crédito ou ao FIDC entregues ou colocadas à disposição pelo Administrador aos Quotistas, física ou eletronicamente, na data em que essas informações e/ou documentação por escrito tiverem de ser entregues ao IFC segundo o Regulamento do FIDC ou em qualquer caso no máximo no Dia Útil imediatamente posterior à data na qual as informações foram colocadas à disposição ou registradas, conforme o caso; e

(ii) entregar ao IFC após qualquer solicitação, outras informações relativas aos Documentos da Operação, às operações, aos negócios e à situação financeira do Administrador e do FIDC que o IFC possa razoavelmente solicitar por escrito, periodicamente, ressalvado que, mediante o recebimento de qualquer solicitação do IFC, o Administrador informará ao IFC se as informações solicitadas estão disponíveis. Se as informações solicitadas não estiverem disponíveis imediatamente, o Administrador informará ao Banco e ao IFC o tempo razoavelmente necessário para apresentar essas informações e os custos associados a elas, a ser assumido pelo Banco; e

(iii) entregar ao IFC, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, o Relatório de Informações do FIDC.

(b) Além disso, sujeito à última ressalva da Cláusula 5.03(a)(ii), o Banco e o Administrador (em nome do FIDC) neste ato acordam e avençam entregar ao IFC as demais informações sobre as Contas a Receber Elegíveis e/ou sobre o FIDC que o IFC possa razoavelmente solicitar, inclusive, entre outras, as informações sobre o Prêmio de Risco do IFC.

Cláusula 5.04. *Análise de Classificação Interna e Condições de Cessão.* (a) O IFC poderá, até 4 (quatro) vezes ao ano civil: (i) solicitar que o Banco nomeie um analista de classificação independente aceitável ao IFC para avaliar, com base em amostra, a classificação interna atribuída pelo banco aos Clientes e às Contas a Receber Elegíveis, e/ou (ii) analisar se as Contas a Receber Elegíveis cedidas ao Fundo cumpriram as Condições de Cessão. Nesse caso, o Banco nomeará esse analista de classificação independente assim que possível, mas em qualquer caso dentro de no máximo 30 (trinta) dias após essa solicitação, e os custos do analista de classificação independente serão assumidos pelo Banco, conforme previsto segundo o Regulamento FIDC.

(b) O direito de solicitar que o Banco nomeie um analista de classificação independente também estará disponível aos Quotistas Sênior, conforme previsto no Regulamento do FIDC.

ARTIGO VI

Condições Suspensivas do Direito de Venda

Cláusula 6.01. *Condições Suspensivas do Direito de Venda.* A obrigação do IFC de comprar as Quotas Sênior Objeto do Direito de Venda segundo a Cláusula 2.01 (*O Direito de Venda de Quotas Sênior*) acima está sujeita ao cumprimento, de forma satisfatória ao IFC, das seguintes condições:

(a) Existência do FIDC. Constituição válida do FIDC e obtenção de todas as Autorizações necessárias para sua existência e operação de acordo com a legislação aplicável e registro para negociação das Quotas Sênior registradas para negociação no SF e registro do FIDC junto à área de custódia do Itaú Unibanco S.A.;

(b) Documentos da Operação. Celebração de todos os Documentos da Operação por suas respectivas partes, em forma e substância satisfatórias ao IFC, os quais deverão ser incondicionais, estando em pleno vigor e eficácia, tendo o IFC recebido uma cópia dos documentos dos quais não é parte; ressalvado que, o Regulamento do FIDC deverá estar substancialmente na forma do Apenso 1

deste instrumento, sujeito, em qualquer caso, a quaisquer alterações que, posteriormente à data deste Contrato, possam ser acordadas entre o Banco e o IFC;

(c) Oferta Pública das Quotas Sênior. Obtenção de todas as Autorizações necessárias à oferta pública de Quotas Sênior no Brasil, estando tais Autorizações em pleno vigor e eficácia ou, alternativamente, uma dispensa para a colocação das Quotas Sênior, conforme confirmado pelo Banco e pelo Administrador ao IFC nos termos da Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas, tendo o IFC recebido cópia da documentação pertinente (caso aplicável);

(d) Parecer Jurídico. Recebimento pelo IFC de opinião legal de seus consultores brasileiros, prevendo os assuntos especificados no Apêndice 4 deste instrumento e quaisquer outros assuntos relacionados às operações contempladas neste Contrato, conforme razoavelmente solicitado pelo IFC;

(e) Taxas. Recebimento pelo IFC de todas as comissões será serem pagas pelo Banco antes da data da Comunicação de Eficácia e, caso requerido pelo IFC, o reembolso de todas as faturas relativas a comissões e despesas emitidas por consultores do IFC ou confirmação por parte de tais consultores de que o Banco pagou diretamente a eles tais faturas;

(f) Inexistência de Inadimplemento. Ausência de descumprimento pelo Banco de qualquer obrigação prevista nos Documentos da Operação ou em qualquer outro contrato celebrado entre o IFC e o Banco;

(g) Classificação. Atribuição às Quotas Sênior de classificação de risco equivalente a, no mínimo, BrAAA (classificação doméstica AAA) ou seu equivalente pela Agência Classificadora de Risco;

(h) Inexistência de Efeito Material Adverso. Ausência de qualquer fato que tenha causado ou se possa razoavelmente esperar que venha a causar um Efeito Material Adverso;

(i) Declarações e Garantias. Todas as declarações e garantias prestadas pelo Banco na Cláusula 4.02 (*Declarações e Garantias do Banco*) acima são verdadeiras e corretas, em todos os seus aspectos relevantes, na data em que o Banco enviar ao IFC a Comunicação de Cumprimento de Condições Suspensivas, como se tais declarações e garantias tivessem sido prestadas na referida data.

Cláusula 6.02. Condições em Benefício do IFC. As condições suspensivas previstas na Cláusula 6.01 (*Condições Suspensivas do Direito de Venda*) são condições em benefício do IFC e podem ser renunciadas exclusivamente pelo IFC, a seu critério.

Cláusula 6.03. Comunicação de Eficácia. Uma vez implementadas as condições suspensivas estabelecidas na Cláusula 6.01 (*Condições Suspensivas do Direito de Venda*), o Banco e o Administrador enviarão ao IFC uma Comunicação de Cumprimento. Sujeito à confirmação pelo IFC de que as Condições Suspensivas foram cumpridas, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento pelo IFC da Comunicação de Cumprimento o IFC deverá entregar uma Comunicação de Eficácia ao Administrador e ao Banco.

Cláusula 6.04. Suspensão ou Cancelamento do Direito de Solicitação de Reforço de Crédito. (a) O IFC pode, através de comunicação por escrito ao Banco e ao Administrador, suspender ou cancelar o direito do Banco de enviar uma Comunicação de Cumprimento ao IFC e solicitar ao IFC que envie uma comunicação de Prontidão na ocorrência de um Efeito Material Adverso ou se uma Comunicação de Prontidão não for recebida pelo IFC até a data que for 1 (um) ano após a constituição do Fundo.

(b) Na ocasião da entrega de qualquer uma das referidas notificações, o direito do Banco de entregar uma Comunicação de Prontidão ao IFC e solicitar que o IFC entregue uma Comunicação de Eficácia será automaticamente suspenso ou cancelado, conforme o caso. O exercício, por parte do IFC, de seu direito de suspensão não o impedirá de exercer seu direito de cancelamento, nem pelo mesmo nem por qualquer outro motivo. Uma suspensão não limita nenhuma outra disposição deste Contrato.

ARTIGO VI

Disposições Diversas

Cláusula 7.01. Successores e Cessionários: Este Contrato será vinculativo e reverterá em benefício dos respectivos sucessores e cessionários das partes contratantes. Entretanto, nenhuma das partes poderá ceder ou transferir qualquer de seus direitos ou obrigações segundo este instrumento sem o prévio consentimento por escrito das demais partes.

Cláusula 7.02. Alterações: Qualquer alteração ou aditamento deste Contrato ou renúncia a qualquer de seus termos e condições somente será válida se feito por escrito e assinado por representantes devidamente autorizados das partes contratantes.

Cláusula 7.03. Recursos e Renúncias: O não exercício ou o atraso por qualquer parte contratante em exercer qualquer poder, recurso, critério, autorização ou outros direitos segundo este Contrato não constituirá renúncia nem prejudicará aquele ou qualquer outro direito da referida parte. Nenhum exercício único ou parcial desse direito impedirá o exercício adicional ou futuro desse direito. Nenhuma dessas renúncias constituirá renúncia a qualquer outro direito segundo este Contrato. Todas as renúncias ou consentimentos dados segundo este Contrato serão feitos por escrito.

Cláusula 7.04. Notificações: Qualquer notificação, solicitação ou outra comunicação a ser entregue ou feita segundo este Contrato será por escrito e, exceto conforme de outro modo previsto neste Contrato, será considerada como tendo sido devidamente entregue ou feita quando entregue em mãos, pelo correio (ou por serviço de entrega expressa reconhecido internacionalmente, caso tenha sido enviado internacionalmente) ou por fax à parte a quem deva ou possa ser entregue ou feita no endereço para comunicações pertinente dessa parte especificado abaixo (ou outro endereço para comunicação que essa parte tenha posteriormente especificado por meio de notificação à outra parte).

Para o Administrador:

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Antonio Joel Rosa

Email: joelrosa@concordia.com.br

Tel: +55 (11) 3292-1400

Fax: +55 (11) 3241-3831

Com cópia para:

At.: Sr. Ricardo Gattai

Email: ricardogattai@concordia.com.br

Tel: +55 (11) 3292-1400

Fax: +55 (11) 3241-3831

Ao IFC:

International Finance Corporation

2121 Pennsylvania Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20433

Estados Unidos da América

Em atenção de: Diretor do Departamento de Mercados Financeiros Globais

Fax: +1 (202) 974-4872

Com cópia (em caso de notificações relativas a pagamentos) para:

Diretor do Departamento de Operações Financeiras

Fax: +1 (202) 974-4371

Cláusula 7.05. Leis Aplicáveis e Foro. (a) Este Contrato será regido pelas leis do País e as partes contratantes submetem-se em caráter irrevogável à competência exclusiva dos tribunais federais da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em qualquer ação ou processo judicial para dirimir qualquer controvérsia ou disputa relativa ou oriunda deste Contrato.

(b) A submissão do IFC aos referidos tribunais não implica, expressamente ou de outro modo, na cessão ou renúncia a qualquer de suas imunidades, direitos, prerrogativas ou privilégios concedidos a ele segundo sua Convenção, ratificados pelo Decreto Legislativo nº 68, de 19 de dezembro de 1956 e pelo Decreto nº 41.724, de 25 de junho de 1957.

Cláusula 7.06. Divulgação de Informações. Na medida permitida pelas leis aplicáveis, o IFC poderá divulgar quaisquer documentos, registros ou informações sobre o presente Contrato ou qualquer outro Documento da Operação, ou os ativos, os negócios ou as atividades do FIDC ou do Administrador para (i) seu advogado externo, auditores e agências classificadoras de risco, (ii) o Banco Mundial, e (iii) qualquer outra Pessoa que o IFC vier a considerar adequada com relação a qualquer venda, transferência, cessão ou outra alienação proposta dos direitos do IFC previstos no presente Contrato, ou de outra forma para exercer qualquer poder, recurso, direito, autorização ou critério pertinente ao presente Contrato ou a qualquer outro Documento da Operação.

Cláusula 7.07. Despesas. O FIDC será responsável por todas e quaisquer despesas exigidas com relação à assinatura, validade e exequibilidade deste Contrato, bem como pela constituição e registro do FIDC, inclusive por despesas com traduções, matrículas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e registros na CVM ou em qualquer outra Autoridade.

Cláusula 7.08. Vias. O presente Contrato poderá ser assinado em diversas vias, cada qual será considerada um original, mas todas elas, conjuntamente, constituirão um único e mesmo instrumento.

Cláusula 7.09. Idioma. Este Contrato será assinado nos idiomas inglês.

Cláusula 7.10. Tradução e Registro. O Banco providenciará a tradução juramentada deste Contrato para o português, bem como o registro deste Contrato e dessa tradução juramentada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente no País, e fornecerá ao IFC a versão original deste Contrato e sua tradução juramentada para o português devidamente registradas dentro de 90 (noventa) dias da data deste instrumento.

EM TESTEMUNHO DO QUE, as partes fizeram com que este Contrato fosse assinado em seus respectivos nomes, na data indicada acima.

**** Segue página de assinatura****

[Página de assinatura do Contrato de Compromisso de Compra de Quotas Sênior datado de 18 de maio de 2010, entre CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES (atuando na qualidade de Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Biebanco Crédito Corporativo), Banco Industrial e Comercial S.A. e International Finance Corporation.]

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

(Atuando na qualidade de Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Biebanco Crédito Corporativo)

Por: (ass)

Nome: José Roberto Matias

Por: (ass)

Nome: Ricardo Gattai

Cargo: Procurador

Cargo: Diretor

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

Por: (ass)

Por: (ass)

Nome: Edênio Barbosa Nobre, Fº

Nome: Milto Bardini

Cargo: Diretor Executivo

Cargo: Vice-Presidente

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION

Por: (ass)

Nome: Andrew I. Gunther

Cargo: Gerente de País

IFC- International Finance Corporation

Testemunhas:

Por: (ass)

Por: (ass)

Nome: Simone Miccolis Azevedo

Nome: Mauro Sergio Mattes

RG: 06.642.357-5 IFP-RJ

RG: 176.009.188-03

CPF: 836.632.407-97

CPF: 22.568.008-7

ANEXO A

DIRETRIZES DE COMBATE À CORRUPÇÃO PARA OPERAÇÕES DO IFC

(Ver Cláusula 1.01 (Definição))

O propósito dessas Diretrizes é esclarecer o significado dos termos "Práticas Corruptas", "Práticas Fraudulentas", "Práticas Coercivas", "Práticas de Conluio" e "Práticas Obstrutivas" no contexto das operações do IFC.

1. Práticas Corruptas

Uma "Prática Corrupta" é a oferta, fornecimento, recebimento ou induzimento, direto ou indireto, de qualquer item de valor com o objetivo de influenciar indevidamente os atos da outra parte.

Interpretação

A. Entendem-se como práticas corruptas remunerações ilegais e propinas. A conduta em questão deve envolver o uso de meios impróprios (tais como propina) para violar ou desviar uma obrigação devida pelo beneficiário a fim de que o devedor obtenha vantagem indevida ou evite o cumprimento de uma obrigação. As violações das leis de defesa da concorrência, de valores mobiliários e de outras leis que não sejam dessa natureza estão excluídas da definição de práticas corruptas.

B. Reconhece-se que os contratos de investimento estrangeiro, concessões e outros tipos de contratos normalmente exigem que os investidores façam contribuições para fins de desenvolvimento social de boa-fé ou ofereçam financiamento para infra-estrutura não relacionada ao projeto. Do mesmo modo, os investidores são frequentemente obrigados ou espera-se que eles façam contribuições de boa-fé a instituições beneficentes locais. Essas práticas não são vistas como Práticas Corruptas para fins de tais definições, na medida em que forem permitidas segundo as leis locais e totalmente divulgadas nos livros e registros do devedor. Do mesmo modo, um investidor não será responsável por práticas corruptas ou fraudulentas cometidas por pessoas jurídicas que administrem de boa-fé fundos de desenvolvimento social ou contribuições beneficentes.

C. No contexto de conduta entre partes privadas, a oferta, o fornecimento, o recebimento ou o induzimento de hospitalidade corporativa e presentes que sejam habituais às normas do setor aceitas internacionalmente não constituirão práticas corruptas, a menos que o ato viole as leis aplicáveis.

D. O pagamento de despesas razoáveis com viagem e entretenimento de funcionários públicos por pessoas do setor privado compatíveis com a prática existente segundo as leis e convenções internacionais pertinentes não será visto como Prática Corrupta.

E. O Grupo do Banco Mundial não aceita pagamentos de facilitação. Para fins de implementação, a interpretação de "Práticas Corruptas" relativa a pagamentos de facilitação levará em consideração leis e convenções internacionais pertinentes relativas à corrupção.

2. Práticas Fraudulentas

Uma "Prática Fraudulenta" significa qualquer ato ou omissão, inclusive declaração falsa, que intencional ou inconsequentemente iluda ou tente iludir uma parte a obter benefício financeiro ou evitar o cumprimento de uma obrigação.

Interpretação

A. Um ato, omissão ou declaração falsa será considerado praticado de maneira temerária se for praticado com indiferença temerária quanto à sua veracidade ou falsidade. Para os fins deste Contrato, a simples imprecisão de tais informações, cometida por meio de negligência simples, não é suficiente para constituir uma "Prática Fraudulenta".

B. As Práticas Fraudulentas têm por objetivo envolver atos ou omissões direcionados a favor ou contra uma pessoa jurídica do Grupo do Banco Mundial. Envolve, ainda, Práticas Fraudulentas direcionadas a favor ou contra um país-membro do Grupo do Banco Mundial com relação à concessão ou implementação de um contrato ou concessão governamental em um projeto financiado pelo Grupo do Banco Mundial. Fraudes contra terceiros não são aceitáveis, mas não são sancionadas especificamente nas operações do IFC, da MIGA ou da PRG. Do mesmo modo, outro comportamento ilegal não é aceito, mas não será considerado Prática Fraudulenta para os fins deste Contrato.

3. Práticas Coercitivas

Uma "Prática Coerciva" significa impedimento, prejuízo ou ameaça de impedir ou prejudicar, direta ou indiretamente, qualquer parte ou os bens dessa parte a fim de influenciar indevidamente seus atos.

Interpretação

A. Práticas Coercivas são atos praticados para fins de fraude em licitação ou com relação a compras públicas ou contratação governamental ou em complementação à Prática Corrupta ou à Prática Fraudulenta.

B. Práticas Coercivas são atos ilícitos iminentes ou efetivos, tais como lesão corporal ou seqüestro mediante fraude, danos materiais ou danos a interesses legalmente reconhecidos, a fim de obter vantagem indevida ou evitar o cumprimento de uma obrigação. Não têm por objetivo envolver negociação difícil, o exercício de recursos jurídicos ou contratuais ou ações judiciais.

4. Práticas de Conluio

Uma "Prática de Conluio" significa um acordo entre duas ou mais partes com o objetivo de obter uma finalidade imprópria, inclusive influenciar indevidamente os atos da outra parte.

Interpretação

Práticas de Conluio são atos praticados para fins de fraude em licitação ou com relação a compras públicas ou contratação governamental ou em complementação à Prática Corrupta ou à Prática Fraudulenta.

5. Práticas Obstrutivas

Uma "Prática Obstrutiva" significa (i) destruição, falsificação, alteração ou ocultação de maneira deliberada de prova substancial à investigação ou elaboração de declarações falsas a investigadores, a fim de impedir substancialmente uma investigação do Grupo do Banco Mundial em alegações de prática corrupta, fraudulenta, coerciva ou de conluio e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte a fim de impedi-la de divulgar seu conhecimento de questões relevantes à investigação ou de dar continuidade à investigação, ou (ii) atos com objetivo de impedir substancialmente o exercício do acesso pelo IFC a informações contratualmente exigidas com relação a uma investigação do Grupo do Banco Mundial em alegações de prática corrupta, fraudulenta, coerciva ou de conluio.

Interpretação

Qualquer ato legal ou de outro modo devidamente praticado por uma parte para manter ou preservar seus direitos regulatórios, legais ou constitucionais, tais como privilégio entre advogado-cliente, independente de esse ato ter ou não o efeito de impedir uma investigação, não constitui uma Prática Obstrutiva.

Interpretação Geral

Uma pessoa não deve ser responsável por atos praticados por terceiros não relacionados, a menos que a primeira parte tenha participado do ato proibido em questão.

APENSO 1

MODELO DO ESTATUTO DO FIDC

(Texto redigido no idioma português.)

APENSO 2

QUESTÕES A SER ABORDADAS NO PARECER JURÍDICO

O parecer jurídico do advogado local da IFC deverá abordar as seguintes questões:

- (a) a constituição e a existência do FIDC;
- (b) as questões mencionadas nos itens (b) e (c) da Cláusula 6.01 (Condições Suspensivas do Direito de Venda) do Contrato de Promessa de Compra de Quotas Seniores;
- (c) as autorizações, assinatura, validade e exequibilidade deste Contrato, e de cada um dos demais Documentos da Operação, bem como de quaisquer outros documentos necessários ou convenientes para a implementação de quaisquer desses contratos ou documentos. Nenhuma violação por qualquer Documento da Operação nem conflito com qualquer lei, norma ou regulamento no País;
- (d) não necessidade de a IFC obter qualquer aprovação prévia para celebrar o Contrato de Promessa de Compra de Quotas Seniores ou qualquer outro Documento da Operação; e
- (e) demais questões referentes às operações previstas neste Contrato conforme a IFC solicitar de maneira razoável.

APENSO 3

MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO

[Data]

International Finance Corporation
2121 Pennsylvania Avenue, N.W.

Washington, D.C. 20433

Estados Unidos da América

Em atenção de: Diretor de Mercados Financeiros Globais

Prezados Senhores:

Brasil - Investimento nº 28449

Notificação de Cumprimento

1. Favor referir-se ao Contrato de Promessa de Compra de Quotas Seniores (o "Contrato"), datado de ____ de ____ de 2010 (o "Contrato")(sic), celebrado entre [INSERIR NOME DO ADMINISTRADOR DO FIDC], instituição financeira constituída e existente segundo as leis do País, não em sua qualidade de pessoa física, mas exclusivamente na de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bicbanco Crédito Corporativo, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob nº [•], com sede social em [•], constituído de acordo com a Instrução nº 356, datada de 17 de dezembro de 2001, expedida pela Comissão de Valores Mobiliários (o "FIDC"), o Banco Industrial e Comercial S.A. e a International Finance Corporation ("IFC"). Os termos definidos no Contrato têm seus significados definidos sempre que usados nesta solicitação.

2. O Banco certifica o seguinte:

(a) o FIDC foi validamente constituído, obteve todas as Autorizações exigidas com relação à sua existência e operação de acordo com quaisquer leis aplicáveis, e o FIDC está registrado na área de custódia do Itaú Unibanco S.A.;

(b) todas as Autorizações que forem necessárias para a oferta das Quotas Seniores ao público no País foram obtidas e todas essas Autorizações estão em pleno vigor e efeito;

(c) o Banco não está em violação de qualquer disposição do Contrato ou de qualquer outro contrato celebrado entre o IFC e o Banco;

(d) desde a data do Contrato, nenhum evento ocorreu que tenha ou poderia se esperar razoavelmente ter um Efeito Prejudicial Substancial;

(e) as declarações e garantias confirmadas ou prestadas no Contrato são verdadeiras na data desta solicitação e serão verdadeiras na data de assinatura do Contrato de Promessa de Compra de Quotas Seniores com o mesmo vigor como se essas declarações e garantias tivessem sido prestadas nessa data;

(f) todas as demais condições suspensivas à vigência do Direito de Venda foram cumpridas de acordo com o Artigo VI do Contrato.

3. As certificações acima entrarão em vigor na data deste instrumento. Se qualquer certificação não for mais válida até a data da emissão ou assinatura solicitada, o Banco e o Administrador comprometem-se a notificar a IFC imediatamente após tomar conhecimento desse fato.

Atenciosamente,

Banco Industrial e Comercial S.A.

Por: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Cópia para: Diretor do Departamento de Operações Financeiras
International Finance Corporation

Confirmamos que o FIDC foi validamente constituído e obteve todas as Autorizações exigidas com

relação à sua existência e operação de acordo com as leis aplicáveis, e todas as Autorizações que forem necessárias para a oferta das Quotas Seniores ao público no País foram obtidas e todas essas Autorizações estão em pleno vigor e efeito;

[ADMINISTRADOR DO FIDC]

Por: _____

Nome: _____

Cargo: _____

APENSO 4

INFORMAÇÕES MÍNIMAS SOBRE O FIDC

O relatório mensal fornecido pelo Administrador aos Quotistas e à IFC incluirá no mínimo as informações a seguir a respeito do FIDC:

1. Rating das Quotas Seniores

2. O nível atual do exercício de cada parcela e relatório de quaisquer violações:

- i) exercício de parcela com 15 a 30 dias de atraso
- ii) exercício de parcela com 31 a 60 dias de atraso
- iii) exercício de parcela com 61 a 90 dias de atraso
- iv) exercício de parcela com > de 90 dias de atraso

3. O nível atual do exercício de Exposição a Empréstimo em Aberto ("OLE") e relatório de quaisquer violações:

4. O nível atual dos critérios de cada concentração/carteira e relatório de quaisquer violações¹:

- i) Saldo devedor das parcelas com rating de operação C ou inferior (ou seja, incluindo lastro);
- ii) Saldo devedor das parcelas com rating de tomador/cliente C ou inferior (ou seja, excluindo lastro);
- iii) Saldo devedor das parcelas pertencentes à maior empresa individual da carteira, pelo CNPJ;
- iv) Prazo médio ponderado da carteira;
- v) Saldo devedor das parcelas no maior setor;
- vi) Saldo devedor das parcelas no segundo maior setor;
- vii) Saldo devedor das parcelas em todos os outros setores;
- viii) Saldo devedor das parcelas em São Paulo;
- ix) Saldo devedor das parcelas em todos os outros estados;
- x) Saldo devedor das parcelas com taxa de juros fixa; e
- xi) Todos os outros critérios de concentração estabelecidos pelo Standard and Poor's.

5. Valor total das principais taxas e despesas pagas do FIDC referentes ao período de apresentação de relatório

6. Valor em aberto das provisões do FIDC

¹ De acordo com o item 6.1.3 do Regulamento do FIDC, (i) durante os primeiros 90 (noventa) dias de atividades do FIDC, após a data de emissão das Quotas Seniores, e (ii) durante o período de 180 (cento e oitenta) dias antes da data programada para o pagamento da última amortização das Quotas Seniores em aberto, os Limites de Concentração previstos no Regulamento do FIDC não poderão ser observados.

7. Valor em aberto dos ativos de empréstimo do FIDC
8. Valor em aberto dos ativos financeiros do FIDC
9. Saldo da Conta de Reserva da Cobertura de Caixa
10. Saldo da Conta de Reserva de 6%
11. Preço por Quota Sênior
12. Valor em aberto de Quotas Seniores
13. Preço por Quota Subordinada
14. Valor em aberto de Quotas Subordinadas
15. Índice de Subordinação Corrente

APENSO 5

CONTRATO DE COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

(Texto redigido no idioma português.)

Carimbos rubricados: Jurídico – Concórdia.

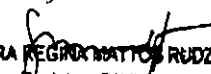
Carimbos rubricados: VISTO – IPC-Jurídico – Data.

Carimbos rubricados: Contratos – BicBanco – COJUR/SP.

Todas as páginas estão rubricadas.

NADA MAIS. Li, conferi, achei conforme e dou fé desta tradução.

São Paulo, 9 de junho de 2010


SANDRA REGINA MATTOS RUDZIT
Tradutora Pública

ali/bex/cliente/contrato/cage305a5.doc

ANEXO VI


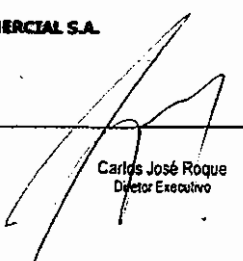
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03



DECLARAÇÃO

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1.048, 11º andar, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 07.450.604/0001-89, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição líder da distribuição pública das quotas sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bicbanco Crédito Corporativo (respectivamente, "Coordenador Líder", "Oferta" e "Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.793.914/0001-73, vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (1) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e as que integram o prospecto de distribuição pública de quotas sênior da primeira emissão do Fundo ("prospecto"), sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (2) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores, das quotas sênior ofertadas, do Fundo e do Banco Industrial e Comercial S.A. na qualidade de originador e cedente de direitos de crédito ao Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 19 de maio de 2010

			
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.			
Nome:	Edênio Barbosa Nobre, Fm	Nome:	Carlos José Roque
Cargo:	Diretor Executivo	Cargo:	Diretor Executivo



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

DECLARAÇÃO

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, São Paulo, SP, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0001-08, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bicbanco Crédito Corporativo ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.793.914/0001-73, vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (I) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição pública das quotas senior do Fundo ("Oferta"); e (II) o prospecto de distribuição pública de quotas senior da primeira emissão do Fundo ("Prospecto") contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das quotas senior ofertadas, do Fundo e do Banco Industrial e Comercial S.A. na qualidade de originador e cedente de direitos de crédito ao Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 28 de Abril de 2010

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Nome: Antônio Joel Rosa
Cargo: Diretor

Antônio Joel Rosa
Diretor

Nome: Ricardo Gattai
Cargo: Diretor

Ricardo Gattai
Diretor